UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Renato Antonio Gavazzi

**Agrofloresta e Cartografia Indígena:
a gestão territorial e ambiental nas mãos dos
Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre**

Versão corrigida

São Paulo
2012

RENATO ANTONIO GAVAZZI

**Agrofloresta e Cartografia Indígena: a gestão
territorial e ambiental nas mãos dos
Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre**

Versão corrigida

De acordo

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia Física
Orientadora: Profa. Dra. Regina Araujo de Almeida

São Paulo
2012

DEDICATÓRIA

**Dedico a todos os Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre,
à Daniela e as duas Bimí**

Agradecimentos

É muito difícil fazer uma lista das pessoas a agradecer, pois essa pesquisa de certo modo, está relacionada a um percurso pessoal no indigenismo brasileiro e, apesar da pesquisa acadêmica ser comumente caracterizada como um trabalho solitário, muitas pessoas contribuíram, direta ou indiretamente para a realização deste trabalho. Espero ser capaz de mostrar minha gratidão a todos pessoalmente e de diversas maneiras, sempre que tiver oportunidade.

Meus sinceros agradecimentos à minha querida amiga Lotte Alpes (*in memoriam*) por me mostrar, nos tempos do *Kinder haus* uma outra agricultura, mais humana, que respeita a vida, o homem do campo e o meio ambiente. Aos meus queridos amigos Gilberto Azanha e Maria Elisa Ladeira por abrir as portas do indigenismo. Também quero agradecer a Nietta Lindenberg Monte, pessoa responsável pela minha ida ao Acre, e a Marcia Spyer Resende por iniciarmos junto o trabalhar a disciplina de geografia com os professores indígenas do Acre.

Agradeço à minha orientadora Profa. Dra. Regina Araujo de Almeida, pelo incentivo, confiança, apoio, orientação e amizade.

Também agradeço a Sueli Furlan e Dominique Gallois que na minha qualificação de forma competente, cuidadosa e gentil, me ajudaram muito a redirecionar os esforços. Agradeço também a minha prima Maria Lucia Cereda Gomide por ler o trabalho e ajudar, em momentos diferentes, com revisões e comentários.

Aos meus queridos amigos “cpianos” que sempre acreditaram que é possível trabalhar por um mundo mais justo, Vera Olinda Sena, Malu Ôchoa, Marcelo Iglesias, Txai Terri Aquino, Ingrid Weber, Julieta Matos Freschi, Antônio Macedo, Dedê Maia, Roberto Tavares e Adriano Dias. Também quero agradecer a José Frank M. Silva e Billy Fequis pela paciência de me enviar os vários mapas solicitados, e a nova equipe de assessores da CPI/AC, Marcos, Víctor, Ana e Eliza. Agradeço também a Jorge Vivan, Paola Bianchini e Socorro de Oliveira pelas informações enviadas e que muito me ajudaram na pesquisa.

Ao LEMADI na pessoa de Marcelo Machado e especialmente a Silvânia Soares pela cuidadosa revisão e diagramação, a Waldirene Ribeiro que sempre colaborou, informou e orientou sobre os diversos procedimentos associados ao curso de mestrado.

À “nonna” Graciela por todo o apoio em vários momentos, inclusive ajudando a cuidar com carinho da Silvia e ter ficado com ela em sua casa para que eu pudesse trabalhar na minha pesquisa. Agradeço também a Mimo Marchese (*in memoriam*) pelo apoio dado a minha família. À minha filha Silvia pela compreensão e aceitação das minhas prolongadas ausências naqueles momentos de convívio e atenção em que não pude estar presente.

Agradeço aos meus pais Renato Atto Gavazzi e Dirce da Costa Gavazzi (*in memoriam*) por sempre terem dado apoio e me incentivaram a trabalhar com os povos indígenas.

A minha gratidão à Daniela Marchese por ter me mostrado um modo mais tranquilo de viver, pelo companheirismo e amizade nos momentos alegres e naqueles difíceis de nosso percurso, pelo constante incentivo e ajuda com suas perguntas, comentários e observações.

Também quero agradecer aos meus queridos amigos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre, pela dedicação, determinação, garra, criatividade e alegria de levar esse importante trabalho avante e, por mostrar através de suas ações que é possível produzir, sem destruir a floresta e o meio ambiente.

Resumo

O presente trabalho aborda uma experiência local na Amazônia ocidental brasileira no estado do Acre, desde 1996, onde trata de uma ação educacional na formação de Agente Agroflorestal Indígena (AAFI) para a gestão territorial e ambiental das terras indígenas e de seu entorno. A pesquisa debate dois aspectos fundamentais na formação do AAFI: a agrofloresta e a cartografia indígena. A agrofloresta nessa pesquisa é vista pelo olhar atento dos AAFIs, através de seus registros realizados em seus diários de trabalho. Trata-se dos registros etnográficos, realizados pelos próprios índios a partir da sua realidade, por meio do uso da língua escrita e do desenho figurativo. Os diários de trabalho mostram como os AAFIs, junto às suas comunidades, têm trabalhado no uso, no manejo e na conservação dos recursos naturais e agroflorestais. Os AAFIs através das práticas agroflorestais vêm contribuindo na construção de novos modelos e novos espaços produtivos adaptados às condições ecológicas da floresta tropical, com o aporte do conhecimento tradicional, do conhecimento científico-acadêmico e do conhecimento local e de uma efetiva participação das comunidades indígenas na gestão de seus territórios. A cartografia indígena é tratada como uma disciplina direcionada para orientar o planejamento e a gestão das terras indígenas. O trabalho destaca a importância dos conhecimentos indígenas na construção individual e coletiva dos mapas mentais e georreferenciados e dos planos de gestão, como instrumentos importantes direcionados à conservação da biodiversidade, à proteção e à gestão territorial e ambiental das terras indígenas do Acre.

Palavras-chave: Agente Agroflorestal Indígena, agrofloresta, cartografia indígena, mapeamento participativo, gestão territorial e ambiental e plano de gestão.

Abstract

This work is about a local experience in western Amazon, in the Brazilian state of Acre. This experience, that started in the 1996, is an initiative action the education and training of Indigenous Agroforestry Agents (IAFAs) for and environmental management lands and their surroundings. The research discusses two key aspects in the the IAFAs: a agroforestry and indigenous mapping. In this research, related to agroforestry is seen by the watchful eye of IAFAs through there witch are diary notes. It is an ethnographic record, held by the indigenous from their reality through the use of written language, and figurative drawing and mapping. Their diaries show how the IAFAs work with their communities in the use, management and conservation of natural resources. The IAFAs through agroforestry practices, have contributed in building new models and new productive spaces adapted to the ecological conditions of the rainforest, with the contribution of traditional, scientific, academic and local knowledge with effective participation of communities in managing their lands. Indigenous cartography is treated as a discipline directed to guide planning and georeferenced management of indigenous lands. The work highlights the importance of indigenous traditional knowledge in the construction of individual and collective maps and management plans, as important tools targeted for biodiversity conservation, protection and territorial environmental management of indigenous lands in Acre.

Keywords: Indigenous Agroforestry Agents, agroforestry, indigenous cartography, participatory mapping, territorial environmental management and planning.

Lista de Figuras e Tabelas

Figura 1 – Áreas naturais protegidas	19
Figura 2 – Área degradada	40
Figura 3 – Área em processo final de recuperação ambiental	40
Figura 4 – Casa dos autores	41
Figura 5 – “Kene”	41
Figura 6 – Área degradada	44
Figura 7 – Área em processo de recuperação	44
Figura 8 – Roçado enriquecido – Kaxinawá	52
Figura 9 – Roçado enriquecido – Manchineri	52
Figura 10 – Diário de trabalho – AAFI Raimundo	60
Figura 11 – Diário de trabalho – AAFI Aldemir	60
Figura 12 – Diário de trabalho	63
Figura 13 – AAFIs com seus diários	64
Figura 14 – AAFI Aldemir	64
Figura 15 – Mapa dos roçados	76
Figura 16 – Crianças Kaxinawá	80
Figura 17 – Crianças atuando no manejo	80
Figura 18 – Quintal agroflorestal da aldeia Nova Cachoeira	83
Figura 19 – Diário de trabalho – viveiros	96
Figura 20 – Diário de trabalho – canteiros	100
Figura 21 – Parque medicinal	105
Figura 22 – Desenho na Samaúma	105
Figura 23 – Plantio de flores na aldeia	107
Figura 24 – Plantas medicinais na aldeia	107
Figura 25 – Diário de trabalho – distribuição de fruta	112
Figura 26 – Desenho do manejo de palha	117
Figura 27 – Diário do AAFI Aldemir Paulino – TI Kaxinawá do Rio Jordão	122
Figura 28 – Diário de trabalho do AAFI José Rodrigues – TI Kaxinawá	123
Figura 29 – Mapa de roçado e estrada de seringa	131
Figura 30 – Mapa – estrada de seringa	131
Figura 31 – Mapa de modelos demonstrativos	138
Figura 32 – Mapa de trabalho	139
Figura 33 – Mapa de Sistema Agroflorestal	140

Figura 34 – Mapa de Monitoramento de Quelônio	141
Figura 35 – Legenda criada pelo agente agroflorestal José Francisco – Kaxinawá do Safs, 1997	142
Figura 36 – AAFI em atividade de mapeamento	143
Figura 37 – Mapa de manejo de Quelônio	143
Figura 38 – Mapa de Saf	145
Figura 39 – Mapa da pesca	146
Figura 40 – Mapa de trabalho – AAFI Acelino Kaxinawá	147
Figura 41 – Mapa de trabalho	148
Figura 42 – Mapa de trabalho de uso de recursos	149
Figura 43 – Mapa de diagnóstico – AAFI José Samuel Shane Kaxinawá	153
Figura 44 – Oficina de etnomapeamento 2004	161
Figura 45 – Oficina de etnomapeamento 2010	161
Figura 46 – Ilustração científica	163
Figura 47 – AAFI Aldemir Kaxinawá	163
Figura 48 – Mapa histórico Nukini	166
Figura 49 – Mapa histórico do Rio Amônia	166
Figura 50 – Mapa de Vegetação em língua Ashaninka da Terra Kampa do Rio Amônia	186
Figura 51 – Mapa das praias produtivas da TI Kaxinawá do Rio Jordão	199
Figura 52 – Mapa de Uso dos Recursos Naturais da TI Kaxinawá do Rio Jordão	204
Figura 53 – Legenda do mapa de Uso de Recursos Naturais da TI Kaxinawá do Rio Jordão	204
Figura 54 – Mapa de Uso dos Recursos Naturais da TI Kaxinawá do Rio Jordão	207
Figura 55 – Legenda do mapa de Uso de Recursos Naturais	207
Figura 56 – Mapa de caça	208
Figura 57 – Mapa de Invasão da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia	231
Figura 58 – Oficina em aldeia	241
Figura 59 – Mapeamento na carta-imagem	241
Figura 60 – Oficina em aldeia	242
Figura 61 – Mapeamento na carta-imagem	242
Figura 62 – Uso de GPS	242
Figura 63 – Mapa de uso da terra	242
Figura 64 – Apresentação do mapa	243
Figura 65 – Mapeamento em cima da carta-imagem	243
Figura 66 – Carta-imagem mapeada	243
Figura 67 – Identificação dos igarapés	243
Figura 68 – Mapa de uso da terra	246

Figura 69 – Produção dos Safs	250
Figura 70 – Quintal agroflorestal	250
Figura 71 – Composições do modelo da agrofloresta	251
Tabela 1 – População	67
Tabela 2 – Espécies nativas existentes nos safs a partir da regeneração natural	89
Tabela 3 – Levantamento das espécies plantadas nos modelos da agrofloresta na TI Kaxinawá do Rio Jordão - 2011	91
Tabela 4 – Levantamento das espécies plantadas nos modelos da agrofloresta na TI Kaxinawá do Baixo Rio Jordão - 2011	91
Tabela 5 – Levantamento da situação de abundância das palheiras para cobertura nas aldeias	120
Tabela 6 – Nome dos antigos seringais, atuais aldeias, colocações e números de estradas da TI Kaxinawá do Rio Jordão	170
Tabela 7 – Antigos seringais e atuais aldeias – com colocações de centro e margem – número de estradas – TI Kaxinawá do Rio Jordão	171
Tabela 8 – Colocações e estradas por seringal – TI Kaxinawá do Rio Jordão	172
Tabela 9 – Características da Hidrografia da TI Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu	184
Tabela 10 – Distribuição das principais espécies botânicas por classe de vegetação	189
Tabela 11 – Características da vegetação Kaxinawá	191
Tabela 12 – Classificação da vegetação Kaxinawá	193
Tabela 13 – Diagnóstico da situação das palmeiras na TI Poyanawa	196
Tabela 14 – Praias produtivas na Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão	200
Tabela 15 – Situação da distribuição dos recursos naturais	201
Tabela 16 – Piques de caçada e tempo de caminhada da TI Kaxinawá do Rio Jordão	213
Tabela 17 – Tipo de manejo nos lagos	225
Tabela 18 – Lagos da TI Kaxinawá do Rio Jordão	225
Tabela 19 – Quantidade de frutas plantadas nas 22 aldeias	252
Tabela 20 – Espécies florestais	253
Tabela 21 – Soma total das plantas	254

Sumário

Apresentação	14
Capítulo I	
Os Agentes Agroflorestais Indígenas e a Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Acre	17
1. Terras Indígenas no Acre	17
2. O Acre e suas conquistas socioambientais	19
3. Os Agentes Agroflorestais Indígenas e a formação profissional: fundamentos, metodologia e proposta pedagógica	20
4. A Proposta Curricular de Formação de Agente Agroflorestal Indígena	29
5. Quem são os Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre	31
Capítulo II	
A agrofloresta reelaborada pelos Agentes Agroflorestais Indígenas	35
O histórico da agrofloresta na CPI/AC	35
1. Centro de Formação dos Povos da Floresta	38
2. A agrofloresta como “floresta culturalizada”	45
3. Agrofloresta: interpretada e incorporada nas ações dos AAFIs	49
3.1. A agrofloresta e a cosmologia indígena	54
3.2. Os diários de trabalho dos AAFIs	58
3.3. O caso dos roçados	68
4. Os Quintais e os Sistemas Agroflorestais como uma reelaboração dos AAFIs	76
4.1. Os agentes agroflorestais mirins e as práticas da agrofloresta	77
4.2. A participação da comunidade nas atividades da agrofloresta	82
5. Quintais e Sistemas Agroflorestais modelos demonstrativos de desenvolvimento comunitário	87
5.1. O plantio de mudas de frutas nas trilhas	92
5.2. Os viveiros de produção de mudas: um espaço instituído pelo AAFI	95
5.3. Horta orgânica e plantas medicinais	100
5.4. Os parques medicinais	103
5.5. A chegada das flores	106

5.6. Trocas e distribuição dos recursos genéticos vegetais entre os AAFIs e as comunidades	108
5.7. O manejo de palha para cobertura de casa: trocas interculturais	114
5.8. Os AAFIs e suas articulações	121
Capítulo III	
A Cartografia Indígena do Acre	129
1. Antecedentes	129
2. A cartografia na formação dos Agentes Agrofloretais Indígenas (AAFI's)	135
2.1. A construção dos mapas e a estética da cartografia indígena	138
2.2. O mapa na sala de aula	150
3. As oficinas de etnomapeamento nas Terras Indígenas do Acre – O conhecimento tradicional e as novas tecnologias digitais na produção de mapas	155
3.1. O histórico das oficinas	155
3.2. Metodologia do etnomapeamento	158
3.3. A metodologia do Plano de Gestão Territorial e Ambiental	162
4. Os mapas temáticos produzidos nas oficinas de etnomapeamento	164
4.1. Mapas Históricos	164
4.2. Mapa das águas – Hidrografia	176
4.3. Mapas de vegetação	185
4.4. Mapas dos recursos	197
4.5. O mapa de invasão – o caso dos Ashaninka do Rio Amônia	231
5. Os desdobramentos do etnomapeamento: o processo de formação AAFIs para a gestão territorial	240
Capítulo IV	
Os Agentes Agrofloretais Indígenas: resultados e avanços nos processos de gestão territorial e ambiental das terras indígenas do Acre	247
1. O “tempo do governo do índio”	247
2. As contribuições dos modelos de desenvolvimento comunitários da agrofloresta no contexto da gestão territorial e ambiental	249
3. Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental: criação e implementação	255

4. Novos instrumentos para a gestão territorial e ambiental das terras indígenas do Acre	262
Considerações finais	270
Referências Bibliográficas	275
Lista de siglas	296

Apresentação

O interesse que direcionou a realização dessa pesquisa foi à possibilidade de poder sistematizar e analisar parte do meu trabalho desenvolvido ao longo de mais de duas décadas, com os povos indígenas do Acre. Minha primeira relação com o Acre começa quando cheguei a Rio Branco no início de 1990, para trabalhar a disciplina de geografia na formação de professores indígenas no projeto intitulado “Uma Experiência de Autoria” do Setor da Educação da Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC). Vinha já de outras experiências do indigenismo brasileiro, mas foi no Acre que tive a oportunidade de trabalhar junto aos povos indígenas dentro da minha área de formação, da geografia, da agroecologia, da arte e da arquitetura. O conhecimento acumulado, na formação de professores indígenas na disciplina de geografia e da minha antiga relação com a agroecologia, contribuiu muito para iniciar em 1995, o Programa de Formação de Agente Agroflorestal Indígena do Acre (AAFI), já como coordenador, ação educacional voltada para a formação de jovens e adultos indígenas para a gestão territorial e ambiental de suas terras e entorno.

O percurso desse trabalho contribuiu para criar e solidificar uma nova categoria social na Amazônia brasileira voltado para a gestão de territórios, que são os Agentes Agroflorestais Indígenas. Essa pesquisa trata especificamente de como os AAFIs vem trabalhando e influenciando os processos de gestão territorial e ambiental das terras indígenas do Acre. Toda a reflexão desse trabalho está centrada dentro da questão da gestão territorial e ambiental das terras indígenas e os AAFIs são os protagonistas dessa pesquisa.

A pesquisa discute dois componentes importantes para a gestão das terras indígenas: a agrofloresta e a cartografia indígena. A agrofloresta está presente no programa de formação de AAFI, como um dos principais tópicos na sua formação. Ao longo dos anos, os AAFIs junto às suas comunidades vêm implementando e manejando em suas aldeias e entorno, interessantes modelos de desenvolvimento comunitário da agrofloresta, consorciados com animais domésticos e silvestres. Tais modelos conseguem reunir uma grande variedade de frutíferas e de outras espécies de plantas utilitárias como hortaliças e legumes, madeira para construção de casa, palha para cobertura de moradia, ervas medicinais, plantas usadas na pescaria, nos artesanatos ou para construir utensílios domésticos, plantas sagradas para usos em rituais, decoração do corpo e outros usos.

Esses plantios, em forma de trilha na floresta, quintais agroflorestais, sistemas agroflorestais, capoeiras enriquecidas, parques medicinais caracterizados pela sua grande diversidade biológica e também pela maneira que vem sendo apropriados e incorporados na dinâmica de suas culturas, vêm desenhando uma nova paisagem nas aldeias, trazendo novos hábitos de viver, produzir, plantar e comer.

Todo o processo na implementação e no manejo da agrofloresta nas comunidades indígenas vem sendo registrado, pelos os AAFIs, em seus diários de trabalhos, pequenos cadernos utilizados para os registros dos acontecimentos do dia a dia, constituindo-se na memória escrita do seu trabalho e do cotidiano da aldeia. Nessa pesquisa, a agrofloresta é vista pela ótica dos AAFIs, através de seus registros escritos, de seus mapas e desenhos que compõem os seus diários. Esse encantamento que os AAFIs mostram pela escrita, com a possibilidade de registrar o tempo e o espaço, a vida documentada em um papel, a perpetuação do ocorrido, está explícito no grande número de AAFIs que utilizam os diários de trabalho. Nessa pesquisa utilizei 18 diários de trabalhos de 15 AAFIs de seis terras indígenas. É através de suas narrações que iremos compreender como vem ocorrendo o seu trabalho na manipulação e na gerencia dos ecossistemas e dos recursos naturais e agroflorestais em algumas terras indígenas do Acre.

A cartografia indígena disciplina que compõe o currículo de formação de AAFI, é o outro tema relevante dessa pesquisa. A cartografia indígena vem sendo trabalhada desde o primeiro curso de formação na CPI/AC e as atividades de mapeamento levaram a uma grande produção de mapas mentais e georreferenciados. Mapear os recursos naturais, a morfologia, os conflitos socioambientais, os elementos históricos, culturais e muitos outros aspectos da paisagem e da vida, contando com a participação efetiva dos AAFIs e das populações indígenas, vem se constituindo como importante instrumento para a gestão territorial e ambiental das terras indígenas do Acre.

Os mapas individuais e participativos confeccionados pelos AAFIs e por suas comunidades nas oficinas e nos cursos de formação são importantes recursos de planejamento para a proteção, a conservação e o manejo dos recursos naturais. Os mapas indígenas vêm preencher o vazio de informações presentes nos mapas oficiais, expõem opiniões, idéias, preferências estéticas, além de ser um poderoso instrumento que pode ser usado para vários propósitos políticos. Os mapas também se constituem em instrumentos de luta na reivindicação de direitos. O trabalho também destaca a importância da construção participativa de mapas indígenas e dos planos de gestão

territorial e ambiental, como ferramentas de gestão que vem sendo incorporada nas políticas públicas no Estado do Acre e recentemente, na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

A pesquisa é uma contribuição não só para a geografia física, mas também em particular para a geografia humanística e a geografia cultural, pois ela enfatiza os elementos particularmente humanos da relação do homem com o seu meio ambiente, com o seu trabalho e seu comportamento geográfico, bem como, dos seus sentimentos e idéias acerca do espaço e do lugar, que são os valores, as crenças, os conhecimentos, os símbolos e as atitudes.

Capítulo I

Os Agentes Agroflorestais Indígenas e a Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Acre

O estado do Acre situa-se no extremo sudoeste da Amazônia brasileira, entre as latitudes 07°07'S e 11°09'S e as longitudes 66°37'W e 74°00'W, aproximadamente. A superfície do estado é de 164.122,28 km² (IBGE, 2011), equivalente a 3,9% da área da Amazônia brasileira e a 1,8% do território nacional, possui uma população aproximada de 733.559 (IBGE, 2011). Tem fronteira internacional com o Peru e a Bolívia e nacional com os estados do Amazonas e de Rondônia. Segundo dados do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE Fase II, 2006), 45,66% do território é composto por Áreas Naturais Protegidas. Essas são constituídas por 31,10% de Unidades de Conservação (9,52% de Unidades de Conservação de Proteção Integral e 21,58% de Uso Sustentável) e 14,55% de Terras Indígenas, protegendo áreas que apresentam alguns dos mais altos índices de diversidade biológica da Amazônia. Fora das Áreas Naturais Protegidas, ainda possui 85,72% de suas florestas originárias. Seria possível dizer que, estimativamente, o Acre possui algo próximo de 5,94 mil Km² de florestas remanescentes para além das Reservas Legais.

1. Terras indígenas no Acre

A história da reconquista dos territórios indígenas do Acre ocorreu em meados da década de 1970 devido a:

“(...) criação da ajudância da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em Rio Branco e das entidades de apoio e assessoria às comunidades indígenas – Comissão Pró-Índio do Acre, Coordenadoria do Indigenismo, União das Nações Indígenas (UNI) e CIMI/AC – contribuíram para a tomada de consciência dos direitos indígenas. Direito em relação à posse e usufruto das terras que imemorialmente habitam, a melhores condições de vida, à educação e à saúde” (Aquino: 1987, p. 9).

Muitos povos indígenas, nesse período, experimentaram o início do procedimento administrativo de demarcação de suas terras. Nesse novo contexto, conhecido como o “tempo dos direitos” (Aquino, 1977, Ochoa e Iglesias, 2001), várias terras indígenas nos vales do Alto Juruá e Purus tiveram seu processo de regularização fundiária.

Oficialmente são reconhecidas 35 Terras Indígenas totalizando uma população de aproximadamente 16.573 pessoas, que apresentam, no seu conjunto, uma diversidade cultural e linguística marcada pela presença de 15 povos (mais os povos isolados), comunicantes em línguas próprias, agrupadas em três famílias linguísticas (Pano, Aruak e Arawá). Estas terras indígenas estão localizadas nas bacias dos rios Juruá e Purus. São localidades de acesso razoavelmente difícil estando, em muitos casos, a sete dias de distância (de barco) do município mais próximo.

Os principais meios de comunicação são as frequências públicas de rádio, do sistema de radiofonia, telefone e internet. O mundo do trabalho está relacionado à agricultura, ao artesanato e ao extrativismo, constituindo uma economia de subsistência com pequenos excedentes comercializados. É crescente o número de assalariados, como professores, agentes de saúde, agentes agroflorestais, aposentados e alguns funcionários públicos municipais, estaduais e federais.

Praticamente todas as terras indígenas do Acre estão demarcadas e possuem suas respectivas associações. Algumas representam apenas uma comunidade/aldeia e outras a própria terra indígena e seus relativos interesses junto às instituições governamentais ou não. Entre as atividades desenvolvidas por estas associações temos a construção e a gestão de projetos de apoio comunitários em diversos âmbitos: ambiental, social, econômico e cultural. Existem as organizações indígenas regionais e duas organizações de categorias de professores e agentes agroflorestais indígenas. Segundo informações do ZEE do Acre:

“Desde 1998 ocorreu um rápido crescimento de número de associações indígenas no Acre. 17 foram criadas. Inspirados nas iniciativas das associações mais antigas, pelas trocas de experiências nos fóruns do movimento indígena e nos cursos de formação e pela inserção nas negociações com vários órgãos, lideranças, professores, agentes de saúde e AAFIs se mobilizaram para registrar organizações de seus respectivos (e, mais recentemente, de certas aldeias). Por meio dessas associações têm buscado, por conta própria, ou assessorados pelo movimento indígena, acessar recursos para a implementação de diferentes projetos, sendo vários de gestão territorial” (ZEE/Acre 2006 p. 214/5).

2. O Acre e suas conquistas socioambientais

Hoje o debate, em vários setores do movimento indígena e indigenista no Acre, não está restrito apenas a luta pela conquista da terra, mas na ampliação dos territórios já demarcados e na gestão territorial e ambiental destes. Tudo isso pensado no aumento populacional, na relação com o uso dos recursos naturais e nas suas relações com o entorno da terra. Além dessas preocupações, existem os impactos socioambientais vividos por algumas terras indígenas que sofrem pressões do seu entorno (invasões madeireiras, construção de rodovias, desmatamento, narcotraficantes, pecuária e atualmente as problemáticas relativas à prospecção de petróleo e gás). Para Terri Aquino, “o grande desafio que esta sendo colocado hoje em dia é o que fazer com os territórios conquistados. Quais atividades econômicas são desenvolvidas agora nas terras indígenas e reservas extrativistas? (...) Se não tiver uma política pública mais ampla onde a terra indígena esteja inserida, dificilmente haverá sustentabilidade” (Aquino, 2001, p. 41).

Figura 1 – Áreas naturais protegidas

Mosaico de Áreas Protegidas no Estado do Acre: terras indígenas e unidades de conservação

43 áreas protegidas (29 TIs e 14 Ucs) = 7.829.031 ha

8 Tis e 4 Ucs na linha de fronteira Brasil-Peru = 3.388.626 ha

Fonte: Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre (SEMA/AC, 2006)

O Acre é talvez o único estado do Brasil, que nos últimos 30 anos obteve enormes conquistas socioambientais; basta olhar para no mapa e ver que quase a metade de seu território é composta por unidades de conservação e por terras indígenas. Porém, hoje, o grande desafio a ser enfrentado é como trabalhar a gestão desses territórios e como protegê-los. No caso específico das terras indígenas *“especialmente se constituída como parcela de um território outrora mais amplo”* (Gallois, 2004, p. 41), delimitadas em polígonos reduzidos em relação ao passado, com o crescimento da sua população e com as pressões crescentes do entorno, surgem algumas perguntas: como ocupá-las de forma economicamente viável e ecologicamente sustentável? Como organizar o uso dos recursos coletivos e individuais dentro do princípio da sustentabilidade sem que haja conflitos? Como realizar a gestão dos recursos naturais e agroflorestais sem comprometer as das futuras gerações? Como proteger as terras indígenas das invasões? Como implementar projetos socioambientais de desenvolvimento comunitários que tragam benefício a todos?

3. Os Agentes Agroflorestais Indígenas e a formação profissional: fundamentos, metodologia e proposta pedagógica

Depois de finalizada, grande parte da regularização fundiária das terras indígenas do estado do Acre¹ e pensando na complexidade de suas gestões surgiu, em meados da década de 1990, o Programa de Formação de Agente Agroflorestal Indígena. Com seus territórios demarcados, os povos indígenas, os agricultores e os seringueiros do Acre se colocaram frente ao desafio de tornar ocupados esses espaços conquistados, podendo melhorar suas condições de vida a partir de formas de organização política e econômica baseadas em padrões sociais e culturais de seus membros, mas que permitisse, ao mesmo tempo, formas mais favoráveis de inserção na economia regional e nacional.

Posto o desafio e apoiando membros das comunidades indígenas é que a Comissão Pró-Índio do Acre CPI/AC traçou várias estratégias de gestão. Entre elas a capacitação de Agentes Agroflorestais Indígenas foi uma das identificadas como passo necessário para potencializar e desencadear os processos de reorganização territorial nos

¹ “O processo de reconhecimento das terras indígenas acreanas perdura até hoje. Ao longo dos últimos anos, este processo foi condicionado por diferentes estratégias geopolíticas de ocupação e desenvolvimento da região amazônica, por sistemáticas legais de regularização administrativa das terras indígenas do país, por mobilizações dos índios em nível local, do movimento indígena e das entidades de apoio, bem como por distintas conjunturas institucionais constituídas por programas implementados pelo governo federal em conjunto com a cooperação internacional” (Aquino e Iglesias, 1999 p. 1).

aspectos político, econômico, cultural e a garantia da ocupação produtiva das terras demarcadas.

O Programa de Formação de Agente Agroflorestal Indígena é uma ação educacional de formação de jovens e adultos indígenas para a gestão territorial e ambiental de suas terras. Esta ação educacional foi desenvolvida como parte das estratégias do Programa de Gestão Territorial e Ambiental que a Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC) ² desde 1996 e que deu vida à nova categoria social dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI's).

O Programa de Formação tem uma filosofia pedagógica e socioambiental de base intercultural. Nela se combinam o manejo, a conservação do meio ambiente e a sistematização dos conhecimentos tradicionais das populações indígenas. Junto a tudo isso é favorecida a incorporação criativa e crítica de novas técnicas e saberes que tenham relevância e sentido, social, cultural e ambiental nos contextos em que são aplicados. O objetivo do programa é de capacitar, a partir de padrões culturais e do diálogo intercultural, na formulação de estratégias de uso, de manejo, de conservação dos recursos naturais e agroflorestais, de proteção e de gestão de seus territórios (Monte, 2003).

O trabalho pedagógico se funda no princípio da “autoria”³ que permeia as quatro modalidades de formação profissional dos AAFI's: os cursos presenciais que acontecem na cidade de Rio Branco, as oficinas itinerantes em terras indígenas, as assessorias aos AAFI's e suas comunidades e as viagens de intercâmbio. A partir do princípio da autoria, traduzido numa metodologia, os agentes são chamados a pensar, a produzir e a aplicar os conteúdos do programa curricular relativo à questão socioambiental, de forma a relacionar seus próprios conhecimentos aos saberes das demais culturas indígenas e não indígenas, por eles requisitados para apropriação e incorporação na dinâmica de suas culturas.

Esta metodologia tem como base o conhecimento prévio dos AAFI's, seus modos culturais de entender que permitem a construção de novos conhecimentos e tecnologias,

² A Comissão Pró-Índio do Acre foi criada oficialmente no ano de 1979 com o objetivo de assessorar as populações indígenas em suas lutas pela conquista e pelo exercício de seus direitos coletivos. Desde a década de 1980, atua com projetos educacionais, tendo iniciado, em 1983, a formação dos Professores Indígenas através do projeto “Uma Experiência de Autoria”.

³ O conceito e a prática de autoria tiveram seu início no projeto “Uma Experiência de Autoria”, da CPI/AC, iniciado em 1983, como forma de expressar e incentivar as práticas de emancipação políticas e lingüístico-educacionais dos índios do Acre. Referências e reflexões sobre a autoria na educação indígena serão pesquisadas em Monte (1987, 1996, 2003, 2008).

tendo como base os padrões socioculturais de cada um como representante de sua etnia. Esta é a razão do uso de metodologias como a de oficinas de trabalho, onde o agente é chamado a realizar a sistematização e a aplicação, no seu meio, dos seus conhecimentos sobre a cultura de seu grupo, antes e simultaneamente à reflexão sobre os conteúdos, os conceitos e as técnicas do conhecimento científico e locais sobre o uso, o manejo e a conservação dos recursos naturais.

Considera-se especialmente importante na programação deste trabalho educativo, o manejo sustentável dos recursos naturais e agroflorestais com a implantação de horta orgânica, de sistemas agroflorestais, de quintais agroflorestais, do enriquecimento de capoeira; do manejo das frutíferas silvestres, da caça, da pesca, da palha para cobertura de moradias e de outros recursos necessários ao seu “bem estar e as necessidades a sua reprodução física e cultural”. Incentiva-se a criação de animais domésticos e silvestres, a reutilização e a reciclagem de madeira para a confecção de móveis e de esculturas indígenas contemporâneas. O programa discute a problemática do gerenciamento de resíduos sólidos (lixo) nas aldeias procurando soluções coerentes com a realidade local. Prioriza-se a expressão e o registro dos aspectos culturais de sua compreensão e da relação com o meio ambiente e incentiva-se a discussão sobre as técnicas tradicionais relacionadas aos diversos saberes sobre esse meio, entendido nas suas complexas relações “homem-natureza”.

As modalidades de ação pedagógica do programa de formação são quatro inter-relacionadas e realizadas pela equipe de assessores da CPI/AC junto aos membros das comunidades indígenas.

Cursos intensivos: são desenvolvidos no Centro de Formação dos Povos da Floresta, espaço de propriedade da instituição, localizado na zona rural da cidade de Rio Branco. Nesses cursos os agentes agroflorestais de diversas etnias e regiões, se reúnem para troca de conhecimentos e saberes com outros agentes e com a equipe da CPI/AC. Os cursos possibilitam uma melhor compreensão das relações íntimas e da profunda familiaridade entre as sociedades indígenas e seu meio ambiente, aflorando discussões sobre a revalorização dos saberes e das técnicas que essas sociedades acumularam ao longo da própria história no interagir com seu meio.

Uma das características dos cursos é a grande ênfase dada às atividades práticas do manejo dos recursos naturais e agroflorestal, à criação de animais silvestres/domésticos, à produção de tecnologia alternativa e às artes e ofícios e à produção de instrumentos para a gestão territorial e ambiental das terras indígenas. As

atividades práticas ocorrem através dos modelos demonstrativos e pedagógicos implementados no Centro de Formação: sistemas agroflorestais, viveiro de produção de mudas, horta orgânica, criatórios de piscicultura, quelonicultura (cultivo de tartaruga e tracajá), meliponicultura (criação racional de abelhas nativas, em particular das abelhas sem ferrão) e avicultura.

O manejo destes sistemas é de extrema importância para a formação dos estudantes e da própria equipe técnica. Possibilita a observação, a verificação e a avaliação do desenvolvimento de tais sistemas implantados e manejados pelo conjunto da equipe (técnicos e estudantes) nas aulas práticas durante os cursos, permitindo o monitoramento e o planejamento das etapas seguintes (tanto as de extensão nas terras indígenas, como as do próprio Centro). Todas as reflexões das atividades práticas realizadas no curso se dão por meio de debates, desenhos, textos e levantamento bilíngues.

“Supõe-se o desenvolvimento dos conteúdos em que a prática e as problemáticas vividas vão informando as áreas do conhecimento e os conteúdos construídos e transmitidos. Em sentido inverso, os modos de fazer vão sendo sistematicamente submetidos ao pensamento abstrato e descontextualizados das realidades vividas, gerando o conhecimento teórico. Este se expressa e sistematiza na escrita e leitura de textos diversos nas duas línguas e nas pinturas, esculturas, marcenaria, vídeos, e em outras formas de expressão e comunicação. Portanto, os conhecimentos científicos são estudados e confrontados com os conhecimentos e criações culturais das várias tradições, indígenas e não-indígenas”(Monte, 2009, p. 47).

Nos primeiros seis anos do programa, os cursos tiveram uma duração de 50 a 60 dias com carga horária de 290 a 380 horas/aula. Depois, esses cursos diminuíram sua duração e passaram a ter em média trinta dias utilizados como carga horária desejável de 233 horas/aula. Os cursos contam com a participação aproximada de 15 a 38 AAFIs, normalmente ex-alunos do curso, escolhidos pelas comunidades para assumirem tais tarefas.

Na finalização do curso a CPI/AC organiza a distribuição de grande quantidade de sementes de frutíferas para que o AAFI possa levar e quando chegar a suas aldeias organizar a produção de mudas de frutas para o enriquecimento dos safs e quintais agroflorestais. O curso presencial oferece aos AAFIs a oportunidade de realizar reuniões para discutir temas a nível estadual da situação problemas e avanços relacionados ao seu trabalho. O curso, por ser realizado na capital do estado, também possibilita aos AAFIs

realizarem reuniões junto aos administradores públicos das secretárias de estado para discutirem pontos relacionados a gestão das terras indígenas e as questões referentes aos seus trabalhos.

Oficinas Itinerantes: são importantes modalidades de formação realizadas nas terras indígenas como forma particular do trabalho de campo. Esta ação envolve não só os AAFIs, mas também outros representantes da terra indígena, possibilitando socializar efetivamente as ações dos AAFIs com toda a comunidade. Nestes eventos há grande participação de AAFIs das outras terras e outras aldeias promovendo o intercâmbio e as trocas de experiências. As Oficinas ocorrem em algumas terras indígenas e atendem geralmente a um grupo específico de AAFIs abordando temas de sua formação como: a agrofloresta, a construção de açude, a criação e o manejo de animais silvestres e domésticos⁴, a produção de móveis e esculturas, o monitoramento ambiental, as atividades de mapeamento participativo, a sistematização, a construção ou a implementação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental.

Essa modalidade de formação surgiu a partir das demandas vindas das comunidades para dar formação a um maior número de AAFIs de várias aldeias. As oficinas itinerantes nas comunidades indígenas apresentam custos relativamente baixos, em relação aos cursos realizados na cidade de Rio Branco, e foram muito bem incorporadas às atividades do programa, tornado uma marca muito forte do trabalho da CPI/AC na formação dos AAFIs.

Os AAFIs mais experientes e que apresentam trabalhos significativos em suas comunidades, protagonizam as ações de ensino nas oficinas, atuam como assessores indígenas orientando as atividades, auxiliando na tradução dos assessores e contribuindo nas reflexões em língua indígena com os participantes, porque grande parte das oficinas é realizada na língua indígena do grupo participante. Os temas das oficinas abordam problemas enfrentados pelos AAFIs no trabalho da agrofloresta, nas formas de manejo dos recursos naturais e agroflorestais e nas ações de vigilância. Também se discutem os problemas específicos da terra indígena, a organização política da categoria dos AAFIs e as suas próprias práticas de discussão nos contextos de aldeia com outros membros da comunidade como professores, alunos, agentes de saúde, pajés, lideranças tradicionais e parentes em geral.

⁴ Quelônio, piscicultura, melíponas e avicultura.

As oficinas são ações relativamente complexas, tendo em vista sua organização e logística: a articulação e a mobilização das comunidades, às longas distâncias, o difícil acesso para chegar às comunidades indígenas, etc. Alguns assessores do programa acompanham as atividades durante a formação a distância. Os tempos dessas oficinas variam de acordo com o conteúdo tratado e com a especificidade de cada povo. As oficinas com o tema da agrofloresta têm uma duração de 80 a 120 horas/aulas e sempre deixa implementado, na aldeia aonde ocorre, modelos de agrofloresta como: enriquecimento de capoeira, sistema e quintais agroflorestais, plantio de frutíferas em trilha, etc. Já as oficinas voltadas para a construção de açudes manuais, para o manejo ambiental, para o manejo e a criação de animais silvestre, possuem carga de 40 horas/aula. As oficinas de mapeamento, iniciadas em 2004 com a participação dos AAFIs e dos membros das comunidades, possuem uma carga de 40 a 104 horas/aulas. As mini-oficinas, mais recentes do programa, têm um menor tempo de duração, com cerca de 20 a 40 horas/aulas. Porém, são voltadas basicamente para as terras indígenas que já passaram pelos processos de mapeamento participativo de seus territórios e contam com seus Planos de Gestão já sistematizados e organizados. Suas atividades são direcionadas para o mapeamento do uso da terra e dos recursos naturais das comunidades e do entorno e são contextualizadas com a discussão e reflexão crítica da implementação dos Planos de Gestão pelas comunidades com o apoio de seus AAFIs.

As Oficinas Itinerantes são importantes momentos de co-gestão entre o Programa de Formação e a comunidade que sempre participa oferecendo uma contrapartida, demonstrando assim um alto poder de participação e mobilização (Vivan, *et al*, 2002).

O programa tem como princípio oferecer aos participantes das oficinas alimento vindo dos produtos dos plantios e das criações dos moradores das próprias TIs. O objetivo é reduzir os custos, contribuir com os produtores locais, fazendo circular os recursos entre os índios, utilizando alimentos saudáveis (orgânicos) e comprando nas cidades apenas o imprescindível. A dinâmica da compra dos produtos indígenas nas oficinas permite grande animação na aldeia e nos arredores, pois cria um fluxo de compra e venda, com geração de renda interna. Normalmente a macaxeira, a lenha e toda uma força de trabalho periférica (transportar os moradores, uso dos barcos e canoas da comunidade, alojamento, etc.) são vistas como contrapartida por parte da comunidade indígena (Freschi, 2005). Dentro da concepção pedagógica da instituição,

no final da oficina, para mostrar aos participantes e a comunidade o que a oficina comprou e gastou, se registra na lousa a quantidade e valor do que se consumiu.

O programa acumula, até hoje, uma história de 86 oficinas, com aproximadamente 4.341 horas/aula, em 15 terras indígenas⁵.

Formação a distância: são as viagens de assessoria realizadas anualmente. Compreendem um conjunto de atividades educativas e práticas, como a implantação e o manejo dos trabalhos agroflorestais, o levantamento e a sistematização dos plantios, o acompanhamento do trabalho dos AAFIs na visita técnica de assessores às aldeias, o diagnóstico, o planejamento, as atividades de mapeamento, o uso de GPS, o registro e a reflexão por meio dos diários de trabalho. Os assessores acompanham e orientam as pesquisas e os levantamentos realizados pelos AAFIs ao longo do ano.

Nessas viagens é observada a difusão e a aplicação dos conteúdos relacionados ao currículo dos cursos, a aceitação e o envolvimento com o trabalho nos modelos da agrofloresta, além do potencial multiplicador de cada AAFIs. A assessoria dá a oportunidade ao assessor de compreender melhor como acontecem às interações entre os AAFIs, com a população, com a escola e com a comunidade em geral.

Esta fase a distância, ocorre como etapa complementar e posterior aos cursos, conta com a presença do assessor que se desloca às aldeias de cada um dos AAFIs para apoiar as ações por eles desenvolvidas em suas comunidades e avaliar o impacto dessas ações sobre a realidade, as dificuldades enfrentadas e os avanços de cada experiência particular. A orientação e o monitoramento nas atividades de extensão são indicadores para as ações de futuros curso e de oficinas visando-se a difusão.

O programa incentiva e orienta os AAFIs para acompanhar os assessores em suas atividades as outras comunidades, estimulam assim, o intercâmbio, a capacidade de observação, a assistência técnica aos AAFIs novatos e fortalece o importante papel político dos AAFI que contribuem na *“coesão social para ser o elo de comunicação entre a comunidade e as instituições governamentais e não governamentais envolvidos na política de reinventar tradições em busca de soberania alimentar”* (Verdun, 2010, p. 35) e na gestão territorial e ambiental de suas terras.

⁵ Kaxinawá do Rio Jordão, Baixo Rio Jordão, Seringal Independência, Rio Humaitá, Praia do Carapanã, Colônia 27, Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu, Alto Rio Purus, Campinas, Cabeceira do rio Acre, Rio Gregório, Mamoadate, Kampa do Rio Amônia, Nukini e Poyanawá. Segue, anexada, a tabela com todas as informações das Oficinas Itinerantes realizadas pelo programa.

“Nas assessorias, todos os aspectos do trabalho dos AAFIs são observados e discutidos como continuidade da formação. O assessor deve ajudar a resolver situações, sistematizar as anotações dos Diários de Trabalho, orientar modificações necessárias em atividades que estão sendo realizadas, ao mesmo tempo, mantendo o princípio básico do diálogo, da participação da comunidade nas ações, de modo a não induzir ou dirigir o processo” (Monte, 2009, p. 48).

Durante o período de permanência na aldeia, assessores e AAFIs desenvolvem diversas atividades conjuntas com os membros da comunidade, envolvendo principalmente a escola. O programa, em suas linhas particulares de trabalho, ao longo dos anos aperfeiçoou-se no envolvimento das escolas indígenas, dos alunos, dos professores, dos agentes de saúde, das mulheres e de outros membros da comunidade nas atividades práticas/teóricas. Por exemplo, a comunidade participa do processo de implantação e manejo dos modelos da agrofloresta: construção de viveiros e sementeiras, plantio direto e indireto de frutíferas, reciclagem de nutrientes - compostagem e paú, enchimento de saquinho, tutoramento, cuidados especiais com as mudas e seu espaço físico, coleta de mudas de frutíferas e essências florestais na mata, manejo do viveiro, espaçamento, abertura de berço e mistura de nutrientes, cobertura morta, adubação verde, etc.

Os Membros da comunidade também participam nas atividades de manejo dos safes e quintais agroflorestais implantados. Os alunos participam das discussões práticas como parte de suas aulas de educação ambiental e de gestão territorial e como temas transversais nas discussões de outras disciplinas. Realizam registros gráficos como, desenhos e textos bilíngues das diversas atividades práticas onde eles têm participação direta. Todas as atividades ligadas aos plantios são acompanhadas por uma introdução teórica, baseada nos preceitos da agroecologia, sendo que todos os conceitos são traduzidos ou refletidos na língua de cada povo em questão, com a ajuda dos AAFIs.

São realizadas reuniões objetivando questões vinculadas às políticas públicas, a avaliação do projeto e da atuação do AAFI e aos levantamentos da composição dos modelos da agrofloresta implantados. As assessorias nas comunidades indígenas, *“são um momento especial dentro do processo de formação em que as formas próprias de agir e pensar de cada comunidade e seu AAFI, em cada contexto específico, são melhores conhecidas pelos assessores e pelo projeto, e buscam garantir o apoio necessário à continuidade de sua ação nas aldeias”*. (Vivan et al, 2002, p. 62).

Nessas viagens de assessoria a instituição leva sementes, mudas, estacas de frutíferas (exóticas e nativas) para o enriquecimento dos modelos da agrofloresta. Além das sementes de frutíferas são distribuídas sementes de hortaliças, para implantação e/ou enriquecimento das hortas orgânicas que, muitas vezes, são cuidadas pelas mulheres. Há também, a distribuição de ferramentas, de materiais didáticos, paradidáticos que são organizados e publicados pelo programa aos AAFIs, às escolas indígenas e à população em geral. O programa já realizou um total de 90 viagens de assessorias às terras indígenas aonde vêm atuando.

A rede e o intercâmbio: são as visitas e os intercâmbios técnicos e culturais realizados pelos agroflorestais e que visam a aprendizagem pela troca e a interação entre projetos afins, pautados no desenvolvimento sustentável. Compreendem a participação em seminários, encontros, congressos, fóruns e outros encontros denominados como “Conhecimento em Rede”. São essas visitas coletivas, propiciadas durante o curso na cidade de Rio Branco, ou outras individuais, que se tem durante o ano pelo convite a alguns dos AAFIs para viajar a outro projeto (em outras aldeias do Acre, outro estado ou país), que possa servir como importante referência e de estímulo à descoberta e a melhoria de seu trabalho como AAFI.

Todas as experiências de intercâmbio são registradas sistematicamente na forma de relatórios escritos e ilustrados pelos AAFIs, com observações acentuadas, numa perspectiva de identificar as afinidades e as diferenças por meio das comparações entre sua realidade e aquela visitada (Vivan et al, 2002). Monte enfatiza que as variadas situações de formação dos AAFIs contribuem para tornar mais fácil o debate com outros atores no uso de diferentes técnicas e conhecimentos:

“As diversificadas situações de formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas lhes facilitam o debate com outros membros da comunidade, com outras sociedades indígenas e com outros atores sociais: informam sobre as técnicas tradicionais de intervenção sobre o meio físico, milenarmente construídas pelas sociedades indígenas das Américas, assim como possibilitam acesso às novas tecnologias e conhecimentos acumulados pelas demais culturas para o uso e manejo dos recursos naturais” (Monte, 2009, p. 49).

4. A proposta curricular de formação de agente agroflorestral indígena

A CPI/AC trabalhou por quase uma década (2000 a 2009) na organização e na sistematização da proposta Político-Pedagógica e Curricular de Formação Profissional e

Técnica Integrada à Educação Básica de Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre⁶, aprovada no final de 2009 pelo Conselho Estadual de Educação do Acre e pelo Ministério da Educação. Com carga horária de 7.595 horas/aula, a formação dos AAFIs prevê em seu currículo disciplinas de conhecimentos básicos como: língua indígena e portuguesa, literatura, informática, matemática, história, geografia com ênfase em cartografia e geoprocessamento; química, física e biologia. As disciplinas específicas e profissionalizantes são: ecologia indígena, agrofloresta, horta orgânica e compostagem, agroextrativismo, manejo e criação ecológica de animais domésticos e silvestres, manejo e conservação de recursos naturais, monitoramento ambiental, construção de barragem, artes e ofícios, ilustração científica, gerenciamento de resíduos sólidos, elaboração de pequenos projetos, fundamentos e diretrizes políticas da função dos AAFIs, legislação ambiental/indígena e políticas públicas.

O programa também direciona ações de investigação nas quais os AAFIs realizam pesquisas sobre as questões socioambientais, agroflorestais e culturais voltadas à gestão territorial e ambiental de suas terras e entorno. A aprovação da proposta curricular possibilitou a CPI/AC em 2010, concluir a formação de 28 AAFIs no ensino médio profissionalizante, na área da gestão territorial. A formação dos AAFIs estava relacionada a finalização de suas monografias de conclusão de curso, pesquisas vinculadas aos trabalhos que vinham sendo realizadas ao longo do curso.

No percurso desse trabalho, o programa organizou uma rica produção didática constituída de textos reflexivos, ilustrações, pesquisas, levantamentos, mapas, que são utilizadas para a produção de livros, materiais didáticos e paradidáticos, tanto em língua portuguesa como indígena. Essas produções, de autoria e co-autoria indígena⁷, constituem uma atividade educacional que reforça as relações entre o trabalho dos AAFIs e dos alunos das escolas indígenas⁸, numa perspectiva de fortalecimento da

⁶ Referencia e reflexões ver a Proposta Político-Pedagógica e Curricular de Formação Técnica Integrada à Educação Básica de Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre, AAFIs. Escola do Centro de Formação dos Povos da Floresta, Comissão Pró Índio do Acre, CPI/AC, Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre, AMAAI/AC - Rio Branco - 2008.

⁷ Legumes, frutas e os índios – A ecologia da floresta – 1996; Chegou o tempo de plantar as frutas – 1997; Caderno de pesquisa – 1999; Vamos Criar Peixes – ano 1999; Implementação de tecnologia e manejo nas terras indígenas do Acre – 2002; Uĩ Bena – Harari shawe betsa betsapá xarabu mekekĩ inũ yumewati ne mekĩ nũ haskawamis xarabu – 2006; Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, 2007; Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu – 2008; Etnomapeamento da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia - O mundo visto de cima – 2012, além da produção de vários pôsteres em línguas indígenas e uma grande quantidade de mapas georreferenciados bilíngues.

⁸ As escolas indígenas da rede estadual e municipal das TIs., onde atuam os AAFIs, possuem aproximadamente 4.772 alunos (fonte SEE/Ac 2011).

língua e de saberes ecológicos e culturais, com referência direta no cotidiano e no meio ambiente, ou ainda, como afirma Nietta Monte:

“(...) as demais ações de formação estão orientadas para a promoção e emergência das ações dos membros de sociedades indígenas como coletividades e indivíduos, no cenário local e nacional. Eles buscam otimizar e difundir o uso da palavra oral e escrita, do desenho, das imagens, inibidas e silenciadas na história das relações com a sociedade nacional e com o Estado ao longo de cinco séculos” (Monte, 2008, p. 25).

5. Quem são os Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre

Os Agentes Agroflorestais Indígenas são homens na faixa etária entre 18 e 45 anos. Grande parte dos AAFIs foi alfabetizado por professores indígenas e é bilíngue nas modalidades oral e escrita. Eles foram escolhidos para a função pelas lideranças de suas comunidades e participam do programa de formação da CPI/AC que tem como objetivo valorizar, intensificar e expandir os conhecimentos e as práticas de gestão territorial e ambiental nas terras indígenas, por meio de processos educacionais, técnicos, profissionalizantes, integrados à educação básica.

Os AAFIs participam da escola indígena como colaboradores dos professores e ministram aulas sobre temas relacionados à sua função. Expressam uma nova formação específica na área de gestão de suas terras e atuam como importantes lideranças na conscientização de seus respectivos grupos a respeito dos condicionamentos socioambientais impostos pela atual conjuntura. Eles também são responsáveis pela implementação de uma série de iniciativas socioambientais, educacionais, culturais e produtivas destinadas à diversificação das fontes alimentícias e das alternativas econômicas hoje disponíveis.

São vários os resultados do trabalho dos AAFIs que além de influenciarem um “novo” modo do uso da terra e do manejo dos recursos naturais, eles também influenciam nas políticas públicas para a gestão de seus territórios. Os AAFIs são responsáveis pelos diferentes modelos de agrofloresta implementados e manejados em suas comunidades e que tem uma grande quantidade de espécies e variedades de plantas. Essas espécies e variedades contribuem na melhoria alimentar dos povos indígenas e na sua qualidade de vida, oferecendo outros produtos para sustentabilidade das comunidades.

Os AAFIs trabalham no uso e no manejo ecologicamente fundamentado dos recursos naturais existentes nas terras indígenas e no resgate e no intercâmbio de sementes pré-colombianas entre os grupos indígenas do Acre. Trabalham no manejo e na criação de animais silvestres, como quelônios, melíponas, peixe e na criação de animais domésticos como, por exemplo, as aves. Reutilizam madeira para a produção de móveis de encaixes e esculturas para uso e venda. Articulam, junto as suas comunidades, ações de vigilância e fiscalização de suas terras. Além disso, os AAFIs realizam mapeamentos, levantamentos, diagnósticos e inventários sobre os recursos

naturais e agroflorestais de suas terras, classificações por padrões linguísticos e culturais de espécies da fauna e flora amazônica.

Entre outros trabalhos e experiências em curso nas terras indígenas do Acre, os AAFIs realizam o levantamento e a sistematização de espécies nativas que oferecem um campo aberto para a pesquisa participativa, além da possibilidade de planificar ações que respondam às demandas locais, de alimento, de material de construção, de manejo dos recursos naturais ou de recuperação de solo. Todo esse conjunto de atividade está intimamente relacionado ao manejo e a conservação da biodiversidade regional e está orientado em uma metodologia de trabalho que funciona como referência para outros projetos de desenvolvimento comunitário em outras comunidades indígenas no país.

Atualmente, o Acre conta com 143 AAFIs, de 13 etnias, em 28 terras indígenas. A Comissão Pró-Índio do Acre CPI/AC atua na formação de 105 AAFIs, todos com seus “suplentes” (denominação dada por eles), de nove povos pertencentes a duas famílias linguísticas, Pano e Aruak. Entre os primeiros encontram-se os Kaxinawá, Yawanawá, Katukina, Shawānawá, Jaminawá, Nukini e Poyanawá, entre a família Aruak, encontram-se os Ashaninka e Manchineri. Esses nove povos habitam 19 terras indígenas⁹ demarcadas e regularizadas, distribuídas em 10 municípios¹⁰ do Acre. Essas terras específicas possuem uma área agregada de 1.376.425 hectares e, juntas compõem uma população aproximada de 12.703 indivíduos que habitam regiões de fronteira Brasil-Peru.

Por meio de consultoria jurídica os AAFIs criaram, em setembro de 2002, sua própria organização de representação política, a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAI/AC) que visa a representar e a defender os interesses desses profissionais, articulações para o fortalecimento da sua categoria.

Uma das lutas dos AAFIs é que venha a ser incorporado, pelas políticas públicas do estado, o reconhecimento profissional de sua categoria como “funcionários da floresta” estabelecendo um mecanismo duradouro para sua contratação e sua remuneração¹¹. Reivindicam ao governo estadual, apoio para sua formação inicial

⁹ Terras Indígenas, Mamoadate, Kampa do Rio Amônia, Alto Purus, Kaxinawá do Igarapé do Caucho, Kaxinawá da Colônia 27, Kaxinawá da Praia do Carapanã, Kaxinawá do Seringal Independência, Kaxinawá do Baixo Rio Jordão, Kaxinawá do Rio Jordão, Katukina/ Kaxinawá Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu, Cabeceira do Rio Acre, Igarapé do Humaitá, Rio Gregório, Campinas, Nukini e Poyanawá.

¹⁰ Assis Brasil, Sena Madureira, Santa Rosa, Feijó, Tarauacá, Jordão, Cruzeiro do Sul, Mancio Lima, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo.

¹¹ Desde 2001, o Governo do Acre assumiu o compromisso e previu o pagamento de bolsas para 69 AAFIs pelos serviços prestados às suas comunidades e ao Estado. A bolsa provém de recursos da Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (SEAPROF). Porém, no transcurso do tempo,

continuada e para a ampliação da formação de AAFIs de outras terras indígenas, ainda não contemplados. Ainda reivindicam a “regionalização” da merenda escolar para todas as escolas indígenas¹², a implementação de políticas públicas que contemplem e fortaleçam suas ações de gestão e vigilâncias e a efetiva participação da AMAIAC no planejamento e na implementação de políticas estaduais destinadas às suas terras. As negociações para a efetiva concretização de suas reivindicações elevando assim, a participação política dos AAFIs.

Os Agentes Agroflorestais Indígenas têm dado importante contribuição à construção coletiva de alternativas para enfrentar os novos desafios e à implementação de um amplo leque de ações de gestão territorial e ambiental. Como resultado dessas ações, os AAFIs assumiram o papel de liderança na organização social e política de suas aldeias. Enquanto "movimento", conquistou um crescente reconhecimento profissional, firmaram parcerias com órgãos dos governos municipais, estaduais e federal e passaram a influenciar políticas públicas estaduais e locais. Mesmo sendo uma categoria social relativamente recente na Amazônia brasileira, podemos afirmar que os AAFIs vêm realizando importantes conquistas sociais e ambientais (Aquino e Iglesias, 2005).

No presente trabalho mostramos como essa categoria social vem contribuindo positivamente nos processos de gestão territorial e ambiental das terras indígenas do Acre. A gestão se funda nos modelos de desenvolvimento comunitário da agrofloresta implementados e manejados nas terras indígenas, tema tratado no capítulo 2. Esses modelos nasceram do encontro dos conhecimentos tradicionais com os científicos que dão vida aos conhecimentos “híbridos” que respondem as necessidades atuais da população local. Nesse capítulo todas as discussões e reflexões sobre a agrofloresta partem dos AAFIs que registram o próprio trabalho em seus diários que nos oferecem fragmentos da visão indígena da própria realidade.

O terceiro capítulo aborda a “cartografia indígena”. Essa é vista como um importante instrumento nas mãos dos AAFIs e de suas comunidades para a gestão territorial e ambiental das terras indígenas do Acre. Os mapas produzidos pelos índios nos oferecem representações gráficas dos seus territórios. Parte integrante do processo

por não haver recursos permanentes para o pagamento da bolsa, muitos problemas surgiram com a sua continuidade.

¹² Por meio de articulação dos AAFIs e dos professores indígenas algumas escolas municipais no Acre têm a sua merenda regionalizada, sendo que todo o produto consumido pelos alunos vem da produção dos próprios índios.

de construção dos mapas são os depoimentos dos índios que revelam a complexidade da atual realidade indígena que se reflete na produção dos Planos de Gestão.

Os resultados da gestão territorial e ambiental das terras indígenas são apresentados no quarto e último capítulo. Os modelos da agrofloresta de três terras indígenas Kaxinawá estão sistematizados em tabelas, gráficos e números que apresentam uma visão concreta dos resultados desse processo que surgiu a partir dessa nova categoria, os AAFIs e sua relativa formação. Nesse capítulo, se evidencia também a importância dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental como instrumento de garantia da sustentabilidade social e ambiental dos povos indígenas do estado do Acre.

Capítulo II

A agrofloresta reelaborada pelos Agentes Agroflorestais Indígenas

O histórico da agrofloresta na CPI/AC

A CPI/AC – Comissão Pró-Índio do Acre, iniciou o trabalho com a agrofloresta junto aos povos indígenas do Acre anteriormente ao Programa de Formação de AAFI. A agrofloresta começa a ser discutida e trabalhada no início da década de 1990, nos cursos de Formação de Professores e Agentes de Saúde Indígenas. O então Setor de Saúde¹³, responsável pela formação de Agente de Saúde Indígena, incorporou as atividades da agrofloresta como estratégia na prevenção de doenças e na melhoria nutricional, enfatizando, basicamente, a produção de frutíferas e hortaliças. O Setor de Educação, na disciplina da geografia, começou a trabalhar com os professores as atividades produtivas nas aulas de geografia econômica e a agroflorestal. Foi uma das atividades que despertou maior interesse nos indígenas, talvez por ser tratar de povos com longa tradição agrícola.

A agrofloresta é um sistema que reúne as culturas agrícolas e as culturas florestais, resultante da prática de estudo de agrossilvicultura e pelo fato de garantir uma alimentação mais diversificada é considerada uma fonte de saúde e de qualidade de vida.

Nesse sentido, as atividades da agrofloresta foram trabalhadas nos cursos de Formação de Professores e Agentes de Saúde e nas assessorias em terras indígenas, por meio de atividades práticas na implementação e no manejo de hortas orgânicas e quintais agroflorestais. Além disso, os professores e os agentes de saúde indígenas realizaram visitas e estágios em algumas instituições de pesquisa do estado que trabalhavam na produção de mudas e frutas, no reflorestamento e no manejo agroflorestal. Em alguns casos, professores e agentes de saúde (após a finalização de seus cursos que aconteciam na cidade de Rio Branco e antes de retornarem às suas comunidades) passavam um período realizando estágios em atividades práticas/teóricas

¹³ O Programa de Formação de Agente de Saúde Indígena, da CPI/AC, atuou entre os anos de 1988 a 2000 quando o Setor de Saúde foi encerrado.

relacionadas às tecnologias de manejo dos recursos agroflorestais e naturais, através de convênio que a CPI/AC firmava com instituições do Acre¹⁴ e fora do estado¹⁵.

Os resultados desse trabalho foram o surgimento de pequenos modelos demonstrativos de plantios agroflorestais implementados em algumas aldeias. Entretanto, se observou que havia uma certa necessidade de assessoria e formação específica para uma melhoria na qualidade desse trabalho. Por isso, várias comunidades indígenas começaram a solicitar uma formação especializada de um profissional indígena, para dar continuidade as atividades com mais ênfase às questões relacionadas a implementação de quintais com plantios de frutas, hortas orgânicas e ao manejo dos recursos agroflorestais e naturais nas comunidades indígenas do Acre.

Nos cursos de professores indígenas da CPI/AC, a proposta de currículo relacionava a questão produtiva, alimentar, da saúde e do meio ambiente com a ocupação territorial e discutia as questões socioambientais e os aspectos relacionados a gestão dos territórios indígenas. Foi justamente o interesse mostrado pelas lideranças e chefes de famílias indígenas no trabalho com a agrofloresta que motivou a CPI/AC a ampliar suas linhas de atuação dando início ao programa de Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI).

“Levando em consideração que muitas terras indígenas foram demarcadas com base em estudos feitos há quase trinta anos, outras há vinte, o crescimento populacional bastante acelerado de quase todos os povos indígenas, os processos recentes de concentração das aldeias e de transformação nas estratégias produtivas, bem como as mudanças significativas havidas no entorno de seus territórios, as lideranças e chefes de família procuraram, em várias terras, iniciar discussões e ações visando a busca de renovadas alternativas para a garantia de uma alimentação mais diversificada, considerada como fonte de saúde e qualidade de vida, o manejo sustentado dos recursos naturais, a elaboração de planos de uso desses recursos e a fiscalização e proteção dos limites de seus territórios” (Aquino e Iglesias 2005, p. 95).

¹⁴ Fundação Tecnologia do Acre – Funtac, EMBRAPA.

¹⁵ CAPINDA: ONG agroecológica localizada em São Roque, no estado de São Paulo.

O trabalho de Agrofloresta foi um dos motivos que levou a CPI/AC a se organizar e comprar em 1994, um pedaço de terra de 27 ha¹ retirado da cidade de Rio Branco, localizado na zona rural. Percebeu-se a necessidade de um local apropriado para a realização de trabalhos práticos demonstrativos, dentro de suas concepções filosóficas, educacionais e metodológicas e trabalhar os conteúdos da agrofloresta junto aos conhecimentos locais e as práticas tradicionais indígenas. Dessa maneira seria possível recuperar “antigas” técnicas e unir a ela o conhecimento científico na “*tentativa de gerar novos conhecimentos e tecnologias híbridas, adaptadas às necessidades da nova conjuntura*”(Litte, 2002, p. 22). Assim, nasceu o Programa de Formação de AAFIs, a partir da necessidade das comunidades indígenas, dentro dos princípios da agroecologia e com a construção do Centro de Formação dos Povos da Floresta. Esse espaço no tempo revelou sua importância não apenas para a formação dos AAFIs, mas também para aqueles outros profissionais indígenas que trataremos mais a diante, neste capítulo.

A necessidade de uma nova categoria social, para trabalhar temas relacionados as questões da gestão dos territórios indígenas, motivou a CPI/AC a ampliar suas linhas de atuação, o que levou a criação, em 1995, do então Setor de Agricultura e Meio Ambiente¹⁶. Já no ano seguinte, com recursos provenientes do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil/PPG-7 e o Sub-programa Projetos Demonstrativos (PD/A), começa o Projeto de Implantação de Tecnologias de Manejo Agroflorestal em Terras Indígenas do Acre, visando à formação profissional de nível básico dos Agentes Agroflorestais Indígenas, em linha com a dos professores e dos Agentes de Saúde indígenas. O subprojeto mostrou seu caráter inovador, em relação à gestão territorial e ambiental das terras indígenas, e foi responsável pela criação da nova função social de Agente Agrofloresta Indígena e pela sua formação revelando-se um projeto pioneiro não só para o Acre, mas também para o Brasil.

As atividades da agrofloresta começaram a ser trabalhadas pela CPI/AC no início da década de 1990, mesmo sem ter um espaço apropriado para realizar as atividades práticas. O primeiro viveiro de produção de mudas construído pela instituição foi no quintal da antiga sede, localizada no bairro do Bosque na cidade de Rio Branco. A falta de espaço apropriado para trabalhar com as atividades práticas da

¹⁶ A partir da reestruturação institucional da CPI/AC, em 2008, esse setor passou a se chamar Programa de Gestão Territorial e Ambiental.

agrofloresta, com os povos indígenas do Acre, foi um dos principais motivos que levou a instituição a comprar um sítio na estrada Transacrena, onde funciona o Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF).

1. Centro de Formação dos Povos da Floresta

“A CPI/AC compara com o nosso povo que casa cedo. Quando casa cedo, não tem casa própria pra morar, não tem roçado para a sua família, não sabe ainda caçar e pescar como o pessoal adulto, mas tem que continuar estudando e a viver junto com teu pai, com o sogro, na mesma casa. O sogro vai ensinado, o pai vai ensinado. Então eu via a mesma coisa: a CPI começou sem ter nada, o local ela vinha pagando aluguel, até que enfim ela comprou o sítio. Agora aqui já é conhecido, várias pessoas visitam. Acho que aqui é um ponto de encontrar e desenvolver a nossa cultura, fortalecer e enriquecer mais a cultura. Então isso é um ponto de referência”. Prof. Edson Ixá Kaxinawá (CPI/AC, 2001, p. 45).

Antes da CPI/AC adquirir o Centro de Formação dos Povos da Floresta, os cursos¹⁷ eram realizados no extinto Centro de Treinamento da Fundação Cultural do Estado do Acre, atual prédio da Secretaria de Educação do Estado¹⁸. O Centro de Treinamento tinha um espaço estruturado para receber vários eventos, a CPI/AC alugava uma parte do espaço para realizar os seus cursos, porém ele apresentava infraestrutura inadequada e deficiente para abrigar e atender as demandas do público-alvo e dos cursos oferecidos. O Centro de Treinamento deixava pouca possibilidade de decisão nos momentos dos cursos, como por exemplo, sobre a alimentação inadequada aos padrões indígenas, os alojamentos abarrotados de índios. As aulas eram interrompidas pela presença constante de pessoas que passavam pelo Centro de Treinamento, causando a desconcentração dos alunos.

O Centro de Treinamento impunha um modelo ocidental rígido, sem valorizar aspectos da cultura indígena, pois eram os indígenas que tinham que se adaptar ao modelo do Centro e não o Centro ao dos indígenas. Outra preocupação da CPI/AC era quanto às mudanças de governo estadual, ficava a incerteza se o Centro poderia ou não ser utilizado para oferecer os cursos de formação. Tudo isso ajudou a repensar na possibilidade de ter um espaço próprio, onde os aspectos socioculturais dos povos indígenas fossem valorizados, criando um lugar onde os indígenas se sentissem bem.

¹⁷ Formação de professores e agentes de saúde indígena.

¹⁸ O primeiro curso oferecido pela CPI/AC aconteceu no Centro de Treinamento nos meses de março, abril, maio de 1983, onde começava a nascer o projeto “Uma Experiência de Autoria” e o último curso realizado nesse recinto foi em 1994.

“O Centro de Formação veio de um planejamento, por causa da necessidade que a gente estava enfrentando durante os cursos que a gente fazia, promovidos pela Comissão Pró-Índio do Acre, porque a Fundação Cultural ficava no centro da cidade, era muita perturbação e quase toda hora entravam pessoas estranhas e aquilo tirava a concentração da gente, então essa escola aqui, trouxe para nós tranquilidade, tirou do centro da cidade e trouxe pra cá, para a gente ficar a vontade e sentir que esse centro faz parte da nossa vida também” Professor Edson Ixã Kaxinawá (CPI/AC, 2001, p. 45).

A compra do sítio abriu a possibilidade de se criar um espaço de valorização da cultura indígena em todos os seus aspectos, além de construir um espaço de pesquisa, de difusão e extensão agroecológica que servisse de referência para as outras TIs do estado, resgatou “novas” e “antigas” técnicas de práticas de manejo e de conservação dos recursos naturais e agrofloretais que começaram a ser implementadas nas terras indígenas, mediadas pela CPI/AC.

Outro motivo que levou a aquisição do sítio, foi a possibilidade de construção de um espaço mais apropriado para realizar os cursos de formação. Pensava-se em criar um espaço mais agradável, com vários significados para se trabalhar com os povos indígenas, aspectos da educação ambiental e da gestão territorial, oferecendo maior comodidade e conforto aos indígenas e seus assessores. Um lugar onde a instituição tivesse autonomia e agilidade logística para resolver os problemas básicos de funcionamento dos cursos, que possibilitasse o oferecimento de uma alimentação mais adequada à dieta alimentar indígena e, por fim, um espaço tranquilo, fora do caos da cidade, onde professores, agentes de saúde e agrofloretais indígenas se sentissem bem para realizar seus estudos e suas pesquisas.

Assim, depois de pouco mais de uma década do início dos primeiros cursos, com recursos doados de seus consultores e assessores, a CPI/AC adquiriu um sítio de 27 hectares¹⁹, localizado no quilômetro oito da estrada Transacreana, zona rural da cidade de Rio Branco. Na época da compra, o sítio possuía uma área de fragmento de mata, com algumas seringas, vestígio do antigo seringal Nova Empresa, que foi transformado em área de conservação ambiental permante para realização de estudos e pesquisas junto aos povos indígenas. Uma outra área relativamente grande, na qual tinha um açude, era formada por solos degradados, campo e capoeira rala. Essas áreas degradadas, foram as mais significativas para as atividades práticas da agrofloresta,

¹⁹ Atualmente o Centro de Formação tem uma extensão de 32 hectares, pois instituição foi adquirindo outros pedaços de terras no seu entorno.

possibilitaram a instituição mostrar por meio de seu trabalho, as técnicas e as práticas para a recuperação do solo degradado através da implementação e do manejo dos sistemas agroflorestais (SAFs).

Os sistemas agroflorestais (Nair, 1993; Michon e De Foresta, 1997; Dubois, 1996; Mongeli, 1999; Sinclair e Walker, 1999; Vivan, 1998, 2000, 2008; Weiduschat, 2001) podem transformar áreas degradadas em áreas produtivas, melhorando sua função social e ecológica. A liteira, produzida pelos componentes agroflorestais, é um forte agente promotor desta recuperação. Os sistemas agroflorestais, como alternativas de uso da terra, promovem o aumento no nível de carbono orgânico no solo, quando comparados as florestas primárias.

Figura 2 – Área degradada

Foto: Gavazzi, 1994

Figura 3
Área em processo final de recuperação ambiental

Foto: Zezinho, 2008

As fotos acima mostram o mesmo local do CFPF em épocas diferentes – a primeira foto, mostra a área degradada próxima ao açude – a segunda mostra a mesma área em processo final de recuperação ambiental, com sistemas agroflorestais implementados na margem do açude na recomposição da mata ciliar

Desde o início da compra do sítio, havia a ideia de se adquirir uma área degradada, para trabalhar com a agrofloresta, práticas de conservação do solo e recuperação de área degradada, no sentido de recuperar sua integridade física, química e biológica (estrutura) e, ao mesmo tempo, recuperar sua capacidade produtiva (função), seja na produção de alimentos, matérias-primas ou na prestação de serviços ambientais.

“No sítio da CPI nós vimos plantações muito importantes, açude bom, tinha mata ciliar com açaí, açaizal, tinha criação de peixe, quelônios, tracajá e tartaruga, tinham duas espécies. Eu acho muito importante o nosso trabalho de Agente Agroflorestal, porque tem que andar, tem que pesquisar, a gente fica mais inteligente na pesquisa, aprende muitas coisas durante a vida” (AAFI Aldenir Paulino Kaxinawá, 2003 – TI. Kaxinawá do Rio Jordão).

A proposta era mostrar aos povos indígenas que, a partir das atividades práticas, dos modelos demonstrativos de desenvolvimento comunitário e dentro dos padrões de sustentabilidade, era possível recuperar as áreas degradadas. Demonstrar, também que através da agrofloresta era possível transformá-las em florestas produtivas, recompor a mata ciliar, criar animais silvestres e domésticos consorciados com a agrofloresta, utilizar técnicas de manejo e de conservação dos recursos naturais e agroflorestais, além de construir um espaço onde o conceito de “autoria” também estivesse presente, na arquitetura, no paisagismo, na arte e nos modelos demonstrativos e pedagógicos de desenvolvimento comunitário.

Figura 4 – Casa dos autores

Foto: Marchese, 2005

Figura 5 – “Kene”

Foto: Gavazzi, 2005

Casa dos Autores, mosaicos com desenhos geométricos feito pelos índios do Acre
Centro de Formação dos Povos da Floresta

O Centro de Formação foi de vital importância para a formação dos AAFIs, pois o espaço deu a possibilidade de conhecer e trabalhar técnicas e práticas da agrofloresta. Conhecer e aprender outras formas de produzir carne sem ser a de gado, como único modelo de produção. O espaço apresentou outras alternativas de produção de alimento, sem que fosse destruída a floresta, como a implementação de safes, a horta orgânica, a criação e o manejo de tracajá/tartaruga (quelônios) em cativeiro, de peixes nativos, de porco consorciado com a piscicultura, de várias aves domésticas como peru, ganso, galinha, codorna, pato, além de abelhas nativas (meliponas). Todos os modelos demonstrativos e pedagógicos que existem hoje no Centro de Formação, foram implementados e manejados nas atividades dos cursos de formação²⁰, contribuindo,

²⁰ De 1996 a 2010, foram oferecidos 18 cursos de formação.

assim, no aperfeiçoamento metodológico do trabalho e na compreensão desses modelos de produção contextualizados com a floresta.

A reunião de AAFIs, de diferentes povos indígenas nas atividades de curso, favorece ricas discussões e reflexões sobre os diversos saberes. Os diferentes modos de manejo tradicional dos recursos naturais proporcionam importantes trocas de conhecimentos, sendo que algumas foram incorporadas ao programa dos AAFIs, como por exemplo, a técnica *manchineri* de manejo de palha sem a derrubada da palmeira para cobertura de casa de moradia.

Um outro aspecto importante que o Centro de Formação oferece no processo de formação dos AAFIs é a oportunidade de acompanhar o desenvolvimento dos experimentos dos modelos de desenvolvimento (CPI/AC 2001). Os AAFIs perceberam o que deu certo e o que não deu, tiveram a oportunidade de conferir os resultados positivos, como por exemplo, na coleta de peixe, de quelônio e dos vários produtos agroflorestais que os modelos oferecem.

O Centro de Formação vem se consolidando na Amazônia Ocidental num importante espaço onde se valoriza o saber local e onde se é possível produzir alimentos orgânicos e diferentes tipos de carne, sem a derrubada da floresta, mas numa perspectiva onde a floresta produz os alimentos para os animais criados e manejados como modelos demonstrativos. Também vem mostrando como criar animais silvestres apreciados na culinária indígena, como por exemplo, o tracaja, a tartaruga, o peixe e o mel de abelhas nativas sem ferrão. Nos cursos dos AAFIs são utilizados vários sistemas demonstrativos do Centro de Formação, lugar onde a prática e a teoria podem dialogar permanentemente através das atividades nos sistemas implantados e manejados.

“Esse centro de formação traz uma grande vantagem, os professores têm a oportunidade de estarem juntos, trocando conhecimento, um aprendendo com a cultura do outro, a experiência de outros professores de várias etnias, é onde ele traz esse objetivo principal para gente, que é o intercâmbio entre nós. E esse centro de formação, não serve somente para os professores, mas também, para formação de outros parentes além de nós que temos esse conhecimento e que já está encaminhando esse trabalho, por exemplo, os agroflorestais. Isso tem sido através do Centro de Formação, onde a gente já vem tendo esse conhecimento e levando essa informação para as aldeias” (Professor Isaac Pianko, in: CPI/AC, 2001, p. 45).

O Centro de Formação dos Povos da Floresta possibilitou trabalhar o uso ecologicamente fundamentado dos recursos naturais nele existentes, de forma a difundir tecnologias de manejo dos recursos agroflorestais e naturais nas terras indígenas. Saberes, práticas e técnicas de agroecologia²¹ são construídas e difundidas, a partir dos conteúdos inseridos na proposta curricular de formação dos AAFIs: o conceito e a prática da reciclagem da madeira através da construção de móveis de encaixe e esculturas; o resgate, o intercâmbio e a conservação de sementes (pré-colombianas e frutíferas), técnicas de manejo agroflorestal (podas, enxertia, tutramento, cobertura morta, etc); a implantação e o manejo de sistemas agroflorestais, hortas orgânicas e enriquecimento de capoeiras; técnicas de construção de viveiros e produção de mudas, recuperação de solos degradados, recomposição de mata ciliar na implementação de SAFs; criação e manejo de animais silvestres²² e domésticos²³, plantio de marco vivo (ou verde), farmácias vivas; manejo sustentável de recursos naturais (palhas para cobertura de casa de moradia, coleta de frutíferas, etc.); classificação e armazenamento de semente de frutíferas.

Este conjunto de atividades está intimamente relacionado aos processos de gestão territorial e ambiental das terras indígenas do Acre e com o uso, o manejo e a conservação da biodiversidade regional.

²¹ “Com uma proposta que abrange aspectos teóricos, metodológicos e empíricos, a agroecologia tenta aproximar a perspectiva antropológica da pesquisa agrônômica, procurando formular o novo paradigma científico que focalize a agricultura de uma forma integral, enfatizando as interações entre o biológico, o técnico, o cultural e o sócio-econômico, e sendo particularmente sensível às complexidades das agriculturas locais” (Guivant, 1997, p. 420).

²² Piscicultura, meliponicultura e quelonicultura.

²³ Avicultura e suinocultura.

Figura 6 – Área degradada

Foto: Gavazzi, 1995

Figura 7 – Área em processo de recuperação

Foto: Zezinho, 2008

Foto do mesmo lugar em época diferente, foto à esquerda é de 1995 início do plantio de várias espécies de frutíferas para recompor a mata ciliar do CFPF – “Sistema Agroflorestal Comida pra Peixe” - a foto à direita é de 2008, mostra a mata ciliar sendo recomposta – safs/consorciado com piscicultura.

O Centro de Formação é hoje um espaço de difusão de conhecimento e tecnologia apropriado da agrofloresta. Também é um importante gerador de atividades demonstrativas desdobrada em âmbito regional através da implantação de modelos demonstrativos de desenvolvimento comunitários similares dentro das terras indígenas. Com seu potencial de representação ou referencial com dimensão nacional, no sentido de que tal experiência sirva como referência às políticas do Estado, no desenvolvimento socioambiental, reunindo componentes da educação e da gestão territorial e ambiental.

Busca-se assim, apresentar, por um lado, às populações indígenas e tradicionais que por eles passam em situações de curso ou outros eventos e para os responsáveis pelo desenho das políticas sociais do país, um espaço demonstrativo e um método de trabalho que une a gestão de um espaço natural dentro de princípios da sustentabilidade a partir de um viés educacional e cultural. Tal difusão implica na reflexão sobre os conceitos de desenvolvimento sustentável (Sachs, 2000, 2007; Guimarães, 1992), dentro de um viés antropológico e pedagógico, onde se combina a pesquisa aplicada sobre os conhecimentos e as práticas tradicionais sobre o uso, o manejo e a conservação dos recursos agroflorestais e naturais em terras indígenas junto aos alunos dos cursos de formação.

2. A agrofloresta como “floresta culturalizada”

“A gente não surgiu em campo, a gente surgiu na floresta, e se acabar a floresta como é que a gente vai viver? Onde é que a gente vai fazer roçado? O quê que a gente vai comer?” (AAFI José Lima Kaxinawá, 2001).

A agrofloresta, como um importante componente da gestão territorial para as terras indígenas do Acre, esteve presente no programa de formação de AAFI, como um dos principais tópicos na sua formação. Ela foi e vem sendo trabalhada nos cursos presenciais de formação realizados no Centro de Formação dos Povos da Floresta na cidade Rio Branco, nas oficinas itinerantes que acontecem nas terras indígenas, nas assessorias técnicas - quando o assessor acompanha *in locus* o trabalho realizado pelo AAFI junto a comunidade -, e nas viagens de intercâmbio realizadas por eles à outras terras indígenas ou a outros projetos agroecológicos, fora ou dentro do estado do Acre.

Desde o início do programa de formação de AAFIs, as atividades da agrofloresta, trabalhada por nós, nunca foram vistas como uma coisa “nova” ao universo indígena, pois partíamos do princípio de que as florestas Amazônicas são culturais, ou seja, manejadas, não são todas “naturais”, têm funcionalidades de floresta tropical, mas elas são culturalizadas (Posey, 1983, 1986; Anderson, 1988; Balée, 1989; Almeida, 1993; Stahl, 1996; Dubois, 1996; Furlan, 2006; Magalhães, 2007, 2009; Diegues 2008).

Os povos indígenas e tradicionais têm manipulado as florestas durante gerações, criando paisagens transformadas (Diegues, 2004). A “floresta primária”, tal como a conhecemos hoje, coevoluiu com as sociedades humanas e sua distribuição pelo planeta. É resultante de processos antrópicos, característicos dos sistemas tradicionais de manejo (Arruda, 1997). Segundo alguns ecologistas sociais, “à medida que aumenta o conhecimento dos habitats transformado pela ação humana, a natureza “selvagem” é vista como resultado da coevolução entre humanos e natureza” (Diegues, 2004. P 13).

“Os índios agricultores da Amazônia parecem ter na verdade contribuído para o aumento da diversidade biológica. Esta aparente ação diversificadora estende-se desde os tempos do Neolítico até o presente, e seu mais notável testemunho é a série de espécies domesticadas e semi-domésticas presente na Amazônia” (Balée, 1993, p. 386, 387).

Os índios amazônicos hoje usam e manejam as florestas de várias maneiras. A partir de depoimentos dos índios do Acre, observa-se sofisticadas técnicas de conhecimento tradicional no manejo das florestas, como por exemplo, o controle de formiga saúva, a coleta de frutíferas e de palha para cobertura de casa, sem a derrubada das árvores, a manipulação e o manejo de plantas comestíveis, medicinais e “mágicas” para realizar rituais, caçadas, pescaria e curas. Os povos indígenas do Acre também possuem um fino conhecimento da agricultura em florestas úmidas. Alguns dos viajantes, do início do século XX pelos rios do Acre, deixaram retratados em seus registros os povos indígenas como excelentes agricultores que possuíam grandes áreas cultivadas (Castello Branco, 1930; 1950; Tastevin, 1914, 1924; Cunha 2009), e manejavam a floresta através de plantio de frutíferas perenes em seus roçados (Sombra, 1913).

Segundo Aquino (1982) as primeiras notícias sobre os Kaxinawá surgem em 1905, no relatório do prefeito do Alto-Juruá, Gregório Taumaturgo ao então ministro do interior do Brasil, onde se referiam aos índios como excelentes agricultores. Para Tastevin (2009, p. 197) os Kaxinawá “*são verdadeiros cultivadores, cujas plantações ultrapassam de longe em cuidados e em rendimento todos os campos dos civilizados*”.

As florestas do Acre, sempre foram habitadas pelos povos indígenas. Caminhando pela floresta é visível a marca da ocupação humana desses povos, pela grande quantidade de vestígios arqueológicos (resto de cerâmica e machado de pedra) espalhados por quase toda parte do território. A arqueologia no futuro terá um grande desafio para revelar as importantes descobertas realizadas nos últimos 30 anos na região do Vale do Acre, entre os rios Acre, Iquiri e Abunã. Trata-se das figuras geométricas, onde Ranzi as chamou de geoglifos (Stahl, 1996; Nicole, 2000; Schaan e Plens, 2005; Schaan, Bueno, Ranzi, 2010) que quer dizer “marcas ou entalhes na terra”.

Para Schaan, o “*estudo dos geoglifos tem o potencial de contribuir significativamente para nosso entendimento sobre a ocupação da Amazônia e as relações que as sociedades humanas estabeleceram com os ecossistemas tropicais*” (2010, p. 45). Atualmente um grupo de pesquisadores identificou e catalogou a existência de 225 geoglifos na parte leste do Acre, como decorrência de um esforço para fazer um amplo levantamento regional desses sítios arqueológicos. Esses vestígios de ocupação humana na Amazônia ocidental provam que as florestas foram ocupadas e manejadas por vários povos que nela viveram. Desde os cacicados pré-colombianos e as

modernas sociedades aldeãs as horticulturas alteraram e continuam a alterar o ambiente “natural” (Balée, 1993).

“Uma coisa que nós discutimos (nas atividades de mapeamento) foi sobre os vestígios. Tem muitos vestígios. Aonde a gente vai na mata, a gente encontra. Não são tantos, mas a gente encontra, aqui ou acolá. Às vezes, alguém traz uma notícia: encontrei uma terra que tem uns pedaços de cerâmica” (Prof. Bebito Asheninka, 2004).

“A gente fez um mapa arqueológico de acordo com os vestígios. A gente fez aqui na aldeia Segredo do Artesão, ninguém sabe quantos anos, segundo o AAFI que achou (o machado de pedra), informa que não dá pra perceber se é capoeira ou mata bruta, isso foi a muito tempo. Na aldeia Água Viva, também foi visto alguns vestígios, pedaços de cerâmica, na aldeia Goiânia também alguns pedaços de cerâmica. Aqui na aldeia Nova Vida, foi encontrado um pote, um vestígio de não sei quantos anos atrás, ninguém sabe de que povo era, um pote de barro inteiro. Aqui na aldeia Mucuripi, encontraram um machado de pedra, quebrado” (Prof. José Benedito Ferreira Kaxinawá, 2004).

Outro fato levado em consideração, quanto se trabalha com a agrofloresta, é que a grande maioria dos povos indígenas do Acre tem uma longa tradição agrícola. Muitos realizam dois tipos de agricultura durante o ano, o roçado de terra firme e os roçados de praia, quando os rios abaixam suas águas na época da estiagem do verão amazônico. Sendo assim, não podemos dizer que a agrofloresta foi uma novidade para os povos indígenas, pois na verdade a agrofloresta é um termo novo para uma prática muito antiga, utilizada pelos povos indígenas. O que se pode afirmar é que a agrofloresta trabalhada, na formação dos AAFIs, se deu por meio de uma dimensão prática e a partir do diálogo intercultural, dentro de uma perspectiva da intercientificidade (Little, 2002), um processo onde houve muitas trocas de conhecimentos, os tradicionais e ocidentais entre os participantes.

“Não podemos nos limitar no nosso conhecimento tradicional nem com o conhecimento dos “nawa”. Em alguns casos aprendemos algumas técnicas que podem ser juntadas com estes novos conhecimentos, tem o mamão que nasce no roçado, tem a banana que meu avô fala que dá bem depois de queimar o roçado, que é como uma injeção de “kampu”, que quando sapeca nasce melhor. O mais importante é que a gente conciliou o conhecimento do nawa com o nosso, conciliamos com as técnicas de outros povos. Outra coisa são os nossos rituais que fazemos que está relacionado as nossas técnicas agrícolas, talvez a gente não faça todo o ano, mas é bom continuar fazendo, o processo que a gente está construindo. A gente está descobrindo novas

técnicas relacionadas com o habitat de cada planta. Antes eu pensava que era tudo igual, agora sei que cada planta tem um o seu lugar, de sombra, de sol, de terra baixa, de terra alta, isso foi importante. As plantas exóticas vieram de lugares diferente, então temos que saber que cada espécie gosta de um lugar específico” (AAFI Zezinho Kaxinawá, in Gavazzi, et all, 2005).

Reconhecendo que a implementação de uma agricultura sustentada na Amazônia deve manter a diversidade de espécies do ecossistema natural e valorizar o conhecimento tradicional dos povos indígenas, o Programa de Formação de AAFIs na tentativa de desenvolver uma modalidade de manejo do uso da terra dentro do princípio da agricultura indígena e da agroecologia, direcionou seus esforços para a agrofloresta (sistemas agroflorestais, quintais agroflorestais e enriquecimento de capoeiras, criação de animais, etc.) que longe de serem conceitos novos, representam a acumulação dos conhecimentos tradicionais de uso do ambiente amazônico pelos povos indígenas e tradicionais.

“Na Amazônia, existem diversos SAFs em uso há muito tempo. Eles foram desenvolvidos por comunidades indígenas, caboclas e ribeirinhas, principalmente para fins de subsistência. Muitos sistemas de produção praticados por esses povos tradicionais nunca foram bem descritos e estamos correndo o risco de perder esses conhecimentos para sempre” (Dubois, 1996, p. 10).

O que podemos chamar de “novo” no processo de implementação e manejo de sistemas agroflorestais, quintais agroflorestais, enriquecimento de capoeira e plantio de frutíferas em trilhas dentro da floresta nas terras indígenas do Acre, é o processo como isso ocorre, através de uma ação educacional de caráter político para a formação de AAFIs para a gestão territorial e ambiental de suas terras e entorno. Os modelos da agrofloresta, implementados e manejados pelos AAFIs, com ajuda das comunidades indígenas, vem se constituindo em modelos demonstrativos de desenvolvimento comunitários. Todo o processo de manipulação do meio ambiente através da implementação e do manejo da agrofloresta vêm sendo registrado pelos AAFIs por meio do uso da língua escrita, do desenho, do mapa e do vídeo. Nesse sentido os AAFIs também são formados para serem pesquisadores, realizar experimentos, aprofundar-se nos conhecimentos e nas práticas tradicionais e “novas” no manejo do meio ambiente, para registrar seus trabalhos e experiências da agrofloresta, juntamente com suas implicações para o bem-estar de suas comunidades.

3. Agrofloresta: interpretada e incorporada nas ações dos AAFIs

Neste subcapítulo será discutido como a agrofloresta vem sendo incorporada, trabalhada, registrada e interpretada a partir do olhar dos AAFIs, revelado em seus diários de trabalho e depoimentos. O diário de trabalho foi um importante elemento incorporado a prática dos AAFIs desde o início do Programa de Formação, dando assim, continuidade a uma metodologia de trabalho que a CPI/AC vinha realizado na formação dos professores indígenas desde 1991 com o diário de classe (Monte, 1996, 2003). A realização de diários de trabalho, procedimento que faz parte da formação dos AAFIs, é uma prática cada vez mais frequente de registro escrito, importante elemento em sua formação profissional. Além disso, os diários são um importante instrumento que contribui para a compreensão das dinâmicas culturais, sociais, econômicas e ambientais ativados pelos AAFIs no seu trabalho e com a sua comunidade.

“A riqueza que os índios querem é o seu território com biodiversidade preservada e que tem coisas de fora que não serve como os agrotóxicos, por exemplo. Mas têm conhecimentos que são necessários para melhorar a produção. A agroecologia é o aperfeiçoamento dos sistemas agroflorestais e com essas técnicas se sabe que a produtividade aumenta e melhora por que é diversificada. Só depois que a comunidade é abastecida que se pensa em vender” (AAFI Nilson Kaxinawá, 2011).

O Programa de Formação de Agente Agroflorestal Indígena (AAFI) está baseado no desenvolvimento de competências relacionadas à segurança alimentar, a vigilância e a fiscalização das terras indígenas, monitoramento ambiental, manejo e conservação dos recursos agroflorestais e naturais, artes plásticas, estudo da legislação ambiental e indígena. De forma significativa, os AAFIs contribuem com alternativas concretas voltadas para a gestão territorial e ambiental de suas terras. Um dos exemplos marcantes em suas ações, são os vários modelos demonstrativos de desenvolvimentos comunitários como o sistema e os quintais agroflorestais, o enriquecimento de capoeira, a horta orgânica, a criação e o manejo de animais domésticos e silvestres implementados em suas aldeias.

Esse e outros são modelos de desenvolvimentos comunitários, criados nos últimos dezesseis anos, a partir do trabalho dos AAFIs como gestores ambientais, em várias aldeias do estado do Acre. Tais práticas de manejo da agrofloresta, discutidas pela CPI/AC nas ações educacionais do Programa de Formação de AAFIs, apresentam resultados significativos na aplicação desses modelos nas terras indígenas.

Esses modelos da agrofloresta favorecem o uso e a conservação dos recursos naturais e apresentam-se como um sistema de produção, que além de produzir matérias-primas de interesse para o homem, minimizam a degradação do solo e a pressão sobre a floresta tendo em vista a diversificação dos produtos. Os sistemas agroflorestais - sistema de produção de alimentos e recomposição natural das florestas - baseiam-se na sucessão natural de espécies e na complexificação do ambiente. São modelos sem a necessidade de insumos externos (principalmente fertilizantes e agrotóxicos), indo ao encontro da tão almejada agricultura sustentável (Götsch, 1999) e caminha de mãos dadas com o princípio da agricultura indígena.

Os Agentes Agroflorestais Indígenas, em suas complexas ações na gestão de seus territórios, vêm implementando e manejando em suas comunidades interessantes modelos agroflorestais demonstrativos de desenvolvimento comunitário, consorciados com animais domésticos e silvestres. Tais modelos da agrofloresta conseguem reunir boa variedade de frutíferas e de outras espécies de plantas utilitárias como madeira para construção de casa, palha para cobertura, ervas medicinais, plantas usadas na pescaria, ou no artesanatos ou para construir utensílios domésticos, plantas sagradas para usos em rituais e decoração do corpo. Um interessante exemplo desses modelos é a volta das pupunhas, plantadas ao redor das aldeias que retornaram depois de um longo período de abstenção, conforme aborda Sombra no início do século XX.

“Outrora cultivavam em torno dos copichauas muita pupunha, palmeira que dá um fruto muito alimentício e que se come cozido, mas atualmente não plantam mais, por não terem a certeza de chegar a colher seus frutos, devido ao receio em que vivem de serem expulsos de seus roçados a qualquer instante. Esses pupunhais extinguem-se logo em seguida às correrias, porque os seringueiros deitam geralmente abaixo essas e outras palmeiras para colher seus frutos” (Sombra, 1913, p. 3-7).

Esses plantios, pela grande diversidade biológica e pela maneira que vêm sendo apropriados e incorporados na dinâmica das culturas indígenas, desenham uma nova paisagem nas atuais aldeias, trazendo novos hábitos de viver, produzir, plantar e comer. Nas palavras de Berque (2004, p. 84 85) “*a paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação - ou seja, da cultura – que canalizam, em um certo sentido, a*

relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem do seu ecúmeno” O programa de formação, através de suas assessorias juntos aos AAFIs, conseguiu sistematizar quantidades, espécies, variedades e forma de uso das diferentes espécies plantadas e regeneradas nesses modelos. Ao mesmo tempo os AAFIs mapeiam esses modelos de produção através de mapas mentais e nos últimos anos utilizam GPS para produção de mapas georreferenciados.

No caso do manejo agroflorestral, é necessário compreender que existe hoje um novo contexto em relação aos recursos alimentares, que implica na intensificação do uso da terra e dos mesmos recursos. Todas as espécies utilizadas no gradiente que vai da floresta à roça, seguem o aumento da demanda. Assim, outra grande tarefa que cabe aos agentes e aos seus processos de formação, é buscar identificar nas práticas agroflorestrais, onde está o ponto de equilíbrio entre o aumento da demanda e a capacidade de obtenção do recurso desejado, de modo sustentável dentro e fora dos limites das terras indígenas (Vivan, et all, 2002).

“O que a gente estuda colocamos em prática, se não for à prática ninguém aprende” (AAFI Nilson Tuwe Kaxinawá, in: Gavazzi 2000, p. 47).

O sucesso dessa tarefa, para os agentes agroflorestrais indígenas, está no diálogo permanente com as práticas tradicionais das sociedades indígenas e na participação ativa de suas comunidades e na capacidade junto a elas, de reinterpretar os “novos” e “antigos” saberes - culturais, ecológicos, econômicos e sociais - contrapondo-se aos esquemas/pacotes de “transferência de tecnologias”. Segundo Posey *“modelos alternativos de desenvolvimento, baseados em conhecimentos indígenas e de folk, têm sido propostos como saídas ecologicamente válidas e socialmente progressistas para os atuais impasses do desenvolvimento”* (1987, p. 174).

“A comunidade hoje esta falando, está vendo o plantio bonito, como o plantio do açaí touceira, que já é um açaizal, já está bom e hoje em dia está plantado no terreiro. A pupunha também que a gente tinha plantado, já está vendo a comunidade e já está comendo o produto. Então, a comunidade hoje já está planejada de ajudar, de fazer crescer bastante esse plantio e ter bastante alimento. Cada uma (família) da comunidade tem ali um plantio em um local com plantação. Como eu falei já tem um sistema agroflorestral, cada uma já está plantando em seu quintal várias espécies de frutas, como graviola, açaí, cajarana, e todos esses plantios já têm no quintal das pessoas. O plantio já está crescendo bastante. Os

resultados eles já estão vendo. Ali está cuidando também o filho dele, já está crescendo, porque ele está cuidando, podando, adubando, regando. As pessoas estão interessas, porque já está crescendo bastante esse tipo de plantação e logos eles irão colher o plantio deles. Esse trabalho a gente vê o resultado, demora um pouco, mas ele chega pra quem planta e pra quem acredita” (Depoimento de AAFI Roseno Txanu Kaxinawá, 2005).

Os sinais na paisagem trabalhada, transformada, influenciada e recriada por meio da agrofloresta para um olhar “leigo” podem mostrar uma configuração básica, muito similar àquela que poderia se desenvolver sob influências “naturais”. Em alguns casos chega a ser imperceptível, pois tudo faz parte da imensa floresta Amazônica.

**Figura 8 – Roçado enriquecido
Kaxinawá**

Foto: Gavazzi, 2005

**Figura 9 – Roçado enriquecido
Manchineri**

Foto: Vivan, 2005

Foto à esquerda roçado do Inka Muru da TI Kaxinawá Seringal Independência– foto à direita da TI Mamoadate, Aldeia Lago Novo

Para Cosgrove, “qualquer intervenção humana na natureza envolve sua transformação em cultura, apesar de essa transformação poder não estar visível, especialmente para um estranho” (2004, p. 92). Porém, esses modelos, muitas vezes complexos da agrofloresta indígena, revelam que a “gestão ambiental local parte do saber ambiental das comunidades, onde se funde a consciência de seu meio, o saber sobre as propriedades e as formas de manejo sustentável de recursos naturais, com

suas formações simbólicas e o sentido de suas práticas sociais, onde se integram diversos processos no intercâmbios de saberes sobre o ambiente” (Leff, 2001, p. 153).

Este estudo pretende descrever e analisar, na perspectiva da geografia cultural, (Dematteis, 1985; Carl Sauer, 1998; Corrêa e Rosendahl, 2003, 2004; Cosgrove, 2004; Corrêa, 2005, 2007; Seemann 2003; Claval, Berque, 2004; Paul, 2007; Kozel, 2010) como nos últimos anos esses modelos da agrofloresta, componente importante da gestão territorial e ambiental das TIs do Acre, estão sendo implementados, manejados, mapeados e registrados através de desenho e da escrita pelos AAFIs junto às suas comunidades. A agrofloresta por meio de sistemas agrofloretais, quintais agrofloretais, capoeiras enriquecidas, plantio de árvores nas trilhas dentro da floresta e parques medicinais, vem desenhando, pelas mãos dos índios, o espaço geográfico da terra demarcada, transformando em território e exprimindo assim uma nova territorialidade. Essa forma específica do trabalho da agrofloresta na ocupação do espaço, manifestando-se em território é o que Raffestin (1993) menciona sobre as práticas sociais que regulam o uso do espaço. *“O território é relacional não apenas no sentido de ser definido sempre dentro de um conjunto de relações histórico-social, mas também no sentido, destacado por Godelier, de incluir uma relação complexa entre processos sociais e espaço material”* (Haesbaert, 2011, p. 82). Segundo Costa (1988) os grupos sociais instituem determinados modos de relação com o seu espaço onde podem identificar, no interior desse processo, relações culturais com o espaço, sendo assim:

“Exprimirá, a partir dessa relação, uma série de manifestações: mitos, ritos, cultos, socializações etc. Do mesmo modo exprimirá, com seu trabalho e sua técnica, *formas de apropriação e exploração desse espaço*, marcando-o com as suas necessidades e seu modo de produzir e, por que não dizer, impregnando-o assim com a sua cultura... O específico a reter, no nosso caso, entretanto, diz respeito ao fato de que esse grupo *projeta* sobre o espaço as suas necessidades, a organização para o trabalho e a cultura em geral, mas projeta igualmente as *relações de poder* que porventura se desenvolve em seu interior... Por isso, toda sociedade que delimita um espaço de vivência e produção e se organiza para dominá-lo, transforma-o em seu *território*. Ao demarcá-lo, ela produz uma projeção *territorializada* de suas próprias relações de poder”. (Gallois, 2004, p. 41 Apud: Costa, 1988, p. 18 grifos no original).

3.1. A agrofloresta e a cosmologia indígena

“Mês de junho de 2007, aldeia Verde Floresta – Levantamento das plantas de amendoim na praia do rio (henê tama) – plantamos entre 8 famílias.

01 – José Rodrigues Paica plantou	8 litros
02 – Edivaldo Sena plantou	5 litros
03 – José Anizeto plantou	1 litro
04 – José Caxambú plantou	5 litros
05 – José do Nascimento plantou	9 litros
06 – Francisco Pedro plantou	6 litros
07 - Francisco Assis plantou	1 litro
08 – Francisco Abdias plantou	4 litros
O total que plantamos	39 litros

Esses amendoins têm vários nomes na nossa língua – “nahãtxa kui, kene tama, tama kui, mãku tama, hushu tama, dau tama, hua tama, taxi tama”. O “kene tama”, amendoim pintadinho é o chefe de todos esses amendoins, é o “shane ibu”. Quando as mulheres estão plantando amendoim a gente planta logo esse “kene tama”, se você planta o “kene tama” e sobram às sementes, ele fica com raiva e não dá mais o amendoim. Também quando a gente planta amendoim tem uma música para cantar.” (Do diário de trabalho do AAFI José Rodrigues Kaxinawá – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

O olhar tecnicista da ciência agrária, como o da sociedade ocidental, para esse projeto é inoperante, não tem sentido lógico para os próprios índios, pois os hábitos cotidianos e a maneira de interagir com o seu meio, está intimamente relacionada com a sua própria visão cosmológica. Nas sociedades indígenas da Amazônia, quase sempre os recursos naturais têm um “dono”. No registro do diário de trabalho acima, o AAFI José Rodrigues relata que o amendoim pintadinho “kene tama” é o chefe de todos os amendoins, ele é o “shane ibu” e existe uma técnica tradicional para manejá-lo. “*Os homens não são donos dos recursos, precisam – ao contrário – se apropriar dos recursos de outros, senhores dos animais e das plantas*” (Gallois, 2005, p. 10). Para os Kaxinawá, o “dono” das caças é o tamanduá-bandeira (she), já para os Ashaninka a pico-de-jaca é considerada a “serpente-chefe” ou a “dona” das cobras por ser a mais venenosa de todas. (Almeida, *et all*, 2002), e para os Wajãpi as cigarras são donas do

verão (Oliveira, 2006). Os Guarani, antes de sair para caçar, rezam pedindo licença a *Nhanderu*, considerado o dono dos animais (Ladeira, 2008). Os Suruí pedem ao rei das cobras que “*não mande mais o seu povo nos morder a nossa raiva já acabou (em referência ao mito antigo em que a cobra era inimiga da arara)*” (Mindlin, 1985, p. 150). Segundo Descola, para os Achuar as plantas e os animais, são todos dotados de uma alma e essa cosmologia não diferencia os humanos e os não-humanos, “*os animais, e as plantas em menor medida, são aí percebidos como sujeitos sociais, dotados de instituições e de comportamentos perfeitamente simétricos àqueles dos homens*” (Descola, 1998, p. 28). Magalhães nos relata a diferente relação que as sociedades indígenas instauram com a natureza:

“As sociedades indígenas têm uma relação diferenciada com o ambiente e esta diversidade está baseada nas diferentes formas de organização social desses povos, e no que isso tem implicado, ao longo do tempo, em sua relação com a natureza. Dizê-las simplesmente como sociedades humanas integradas à natureza, é dizer rigorosamente nada. É preciso decifrar essa integração, ou melhor essa interação, esse constante interagir. E para tanto, é necessário que se conheça os mecanismos utilizados por esses povos na sua relação com o ambiente; mecanismo esses historicamente dados pela sua própria compreensão do universo, pela sua visão de mundo” (Magalhães, 1993, p. 19, 20).

Para muitos povos indígenas uma boa produção agrícola, não está relacionada apenas com as funções dos nutrientes nas plantas. Não que isso não seja importante, mas existem outras práticas que seguem “*por razões puramente culturais*” (Strauss, 1997 p. 20) e que devemos levar em consideração. Oliveira evidencia que “*cada ponto de vista, cada perspectiva implica em um mundo diferente, em realidades autônomas*” (Oliveira, 2006, p. 59).

Os Jaminawá acreditam que para se ter uma boa produção agrícola é necessária plantar a macaxeira com o rosto e as mãos pintados de urucum, para a macaxeira crescer com a raiz grande. “*Quando a mulher Jaminawá vai colher o milho para fazer a pamonha, sempre vai cantando para que no próximo roçado o milho e a banana nasçam com as espigas e os cachos bonitos e bem grandes*” (Cláudio M, Jaminawá, in: Gavazzi, 1997, p. 17). Os Manchineri chamam o espírito do vento e do fogo para coivarar bem os seus roçados. Para Cunha, as comunidades indígenas do Alto Rio Negro, que cultivam a maniva de mandioca, atribuem às mulheres a responsabilidade da

agricultura. Elas possuem em seus roçados, grandes variedades de mandioca e quando realizam o manejo para a carpina *“cantam para dar alegria as plantas e o ato de limpar as fileira dos roçados é como se estivesse penteando os cabelos de seu filhos”*²⁴ (CPI/AC, 2011). Essa forma de “cultivo” proporciona sucesso na produtividade, porque o que se espera é o crescimento saudável das plantas. Do ponto de vista indígena o cantar faz parte integrante das práticas agrícolas:

“Essa música eu vou cantar para chamar a força, porque nós plantamos as sementes de açaí, aí a gente vai fortalecer cada vez mais (...).” (AAFI João Pereira Txanu, in: Tavares, 2000).

O manejo de recursos florestais sustenta suas práticas particulares e seus êxitos com representações de seres e forças da natureza e da floresta. *“Sob o ponto de vista cultural, o manejo e a gestão das áreas naturais podem estar profundamente influenciado pela visão de mundo e práticas culturais e simbólicas das comunidades tradicionais, e não por conceitos e práticas científicas, em sua acepção moderna”* (Diegues, 2001, p.17). Uma compreensão mais aprofundada desses aspectos pode ser fornecida através dos estudos de Descola (1997, 1998) ou Viveiro de Castro (2002) autores que afirmam que as cosmologias indígenas amazônicas não fazem distinções ontológicas entre humanos, animais e plantas. Entretanto, não se pretende desenvolver o aspecto teórico como do perspectivismo nesse trabalho, mas deixamos nas palavras dos índios a sua explicação:

“O vento vem alegre como todo espírito, as pessoas são bem ouvidas na hora de chamar a natureza. Ela não demora, só que a pessoa tem que ter fé, porque é a energia da natureza que dá a boa plantação para a pessoa que pede. Por isso nós Manchineri fazemos a imitação da natureza. No dia em que nós vamos queimar o roçado, essa força já esta no roçado, local onde ela já foi chamada, e fica até as plantas ficarem maduras. Essa força é boa para nós, até as plantas ficam alegres e com mais força. Por ter tanta força, as plantas têm cheiro de alegria. Reparem bem, que o roçado novo tem cheiro de natureza, porque ela foi chamada para ficar nos roçados das pessoas. Se não chamar a força do fogo e do vento, o roçado não queima bem que preste, também a plantação não vai dar uma boa safra. Para não acontecer esses problemas, os Manchineri desde o início da broca do roçado, tem sempre que tocar a música do roçado com flauta de taboca, para ir chamando de pouco a pouco essa qualidade de energia. A gente toca a flauta assim, potlatalo, potlatalo,

²⁴ Aula de Manuela da Cunha no mini-curso de antropologia aplicada em Rio Branco, promovido pela CPI/AC e Biblioteca da Floresta - outubro de 2011.

potlalato... Essa música tocamos no início do roçado. É nesse momento que começamos a chamar a força da natureza” (AAFI Paulo Emidio Manchineri, in: Gavazzi, 1997, p. 15).

A agricultura indígena está, desde a sua criação, relacionada com o mito de origem do próprio povo. Um dos mitos de origem dos legumes do roçado Kaxinawá, como relatado pelo AAFI Francisco Macário, está relacionado com a morte de um velho que queria ser útil aos seus filhos e netos, que por não ter comida, só comiam barro torrado e viviam reclamando de fome. Nesse caso, a morte do velho está relacionada com o renascer da vida, com a fartura, com o fim da fome, pois no local onde ele foi enterrado, *“viram que em cima da sepultura do velho tinha nascido um roçado de banana com todos os legumes: milho, macaxeira, amendoim, cará, inhame (...).”* Dessa maneira, assim como os animais, as espécies cultivadas têm uma origem humana, entrando, portanto, no jogo do perspectivismo (Oliveira, 2006).

O rito do “katxanawa”, realizado pelos Kaxinawá, está intimamente relacionado à força da fertilidade. É o “katxanawa” que traz a fartura para a aldeia e é através desse rito que os Kaxinawá chamam a força dos legumes para a boa produção de seus roçados (Gavazzi, 1997).

Crenças espirituais sobre a natureza podem influenciar no modo como os recursos são geridos e como as pessoas estão dispostas a adotar estratégias de gestão de novos recursos (IIRR, 1996).

“Nós temos um grande poder dentro da nossa cultura, principalmente durante o trabalho de mariri (katxanawa), que tem várias rezas, e que o principal objetivo é chamar as riquezas dos espíritos dos legumes. De cada palavra que a gente canta, vai chamando os espíritos das variedades de legumes. E dentro disso, chama peixe pra pesca, pra termos fartura de peixe; dentro desse festival. A gente também chama a caça, pra que ela chegue mais perto. Então tudo isso é a nossa riqueza, é o nosso poder, é a nossa oração que existe viva em nossa cultura, aqui da terra indígena do Rio Jordão.” (Augustinho Manduca Kaxinawá, in: Gavazzi, 2000).

Para trabalhar com a agrofloresta, com sociedades indígenas, com tradição agrícola que tem sua agricultura relacionada aos ritos e as práticas do conhecimento tradicional, deve-se ter muita atenção e cuidado, pois esse tema é amplo e complexo. É necessário compreender a relação que os diferentes indivíduos, grupos sociais e

sociedades estabelecem com a natureza no seu dia a dia, sem direcionar as ações pela ótica conservadora da agricultura ocidental que obedece aos conceitos cartesiano, simplista e reducionista. “*Os agentes da “civilização” ao destruírem os mitos e crenças religiosas indígenas, afetam também aquelas vinculadas ao remanejo da natureza, uma vez que ambas se entrosam indissoluvelmente*” (Kerr, 1987, p. 170).

3.2. Os diários de trabalho dos AAFIs

“Na minha opinião, estou escrevendo o meu diário para me fortalecer mais no português, para entender mais as palavras técnicas, melhorar a minha compreensão do meu trabalho e do mundo que a gente está vivendo. Depois que entrei nesse trabalho, achei isso muito importante. A gente sempre aprende mais no curso e no registro do diário também. Se a gente não escreve no diário, é meio difícil aprender. Para a gente aprender, depende do interesse de alcançar o que nós queremos. Comecei a escrever no meu diário para fortalecer e registrar o meu trabalho, para mostrar que tenho capacidade de fazer muitas coisas. O que falta pra nós é mais oportunidade de mostrar o nosso valor. Faço meu diário para não esquecer, quando ficar velho. Quando tiver o nosso caderno publicado, as pessoas vão poder saber como nós iniciamos o nosso trabalho, como vem acontecendo a nossa formação. Eu gosto de escrever, me sinto bem, acho bonito as pessoas que escrevem, que fazem desenho. Acho que é também uma maneira de mostrar a nossa opinião, de levar a nossa ideia para outro lugar. O diário é como uma carta, leva a nossa palavra, nossa história para muitos lugares, é isso que eu penso” (AAFI - Aldenir Mana Paulino Pinheiro Kaxinawá, in: Gavazzi, 2005).

A conquista da língua escrita por sociedades até recentemente de tradição ágrafa, tão almejada pelo movimento indígena acreano desde o início da década de 1980, hoje se pode dizer que foi definitivamente alcançada (Gavazzi, 1994; Monte 1996, 1998). Dificilmente encontraremos nas terras indígenas do Acre contemporâneo onde tem professores indígenas, adultos e jovens não letrados. Os índios do Acre sabem ler e escrever. Estão dando uso social à língua escrita e, nos últimos anos, produzido grande quantidade de cartilhas, livros e pesquisas em vários âmbitos dentro e fora das comunidades, inclusive produções com textos acadêmicos. O depoimento acima retrata uma visão compartilhada entre muitos AAFIs sobre a utilidade da escrita que seria principalmente o de melhorar a “*compreensão do (meu) trabalho e do mundo que a gente está vivendo*”. Mesmo com a chegada da língua escrita, em algumas terras indígenas do Acre, “*essa sociedades tem na palavra oral a sua força e forma criativa de expressão e de transmissão, o que, por seu lado exige um pensamento organizado e*

traduzível em expressões e conceitos definidos, palavras que fluem com o seu próprio significado” (Ladeira, 2008, p. 28).

No início do projeto, quando foi adotado o diário de trabalho nas atividades de formação dos AAFIs, pensou-se em aprimorar e (r)elaborar o desenvolvimento do processo da aquisição da língua escrita, devido as suas próprias solicitações. Os diários podiam oferecer a possibilidade, aos próprios agentes, de levantar algumas propostas de intervenções em suas comunidades, sendo uma delas a implementação e o manejo de sistemas agroflorestais (safs) que naquela época estava começando a ser trabalhado pelo programa. Porém, o uso dos diários de trabalhos, dentro do programa de formação, tomou outro rumo, muito mais interesse e abrangente, pois a vontade dos índios de escrever e o “encanto” que a língua escrita exerceu nessas sociedades indígenas com as quais trabalhamos, extrapolou o que era para ser apenas um registro das atividades da agroflorestal. Não cabe aqui analisar porque essas sociedades, até então recentemente de tradição ágrafa, deram tanta importância ao registro nos seus diários das diversas dimensões da vida cotidiana indígena das comunidades. Parece que nada escapa aos seus olhos atentos. É comum ver os AAFIs sentados em algum canto, tendo os seus diários apoiados em suas pernas, ou mesmo deitados no assoalho de paxiúba dentro de suas casas, ou nas longas viagens de barcos, registrando suas observações, parte de seu trabalho e de sua vida. Os diários, como o terçado, passaram a fazer parte das ferramentas de trabalho dos AAFI: cadernos que sempre andam junto a eles, dentro de suas capangas (bolsa). Tudo é motivo para ser registrado, como se os AAFIs fossem os atuais escribas da floresta. O que leva essa prática de registro através de desenhos e da língua escrita ser tão apreciadas por eles? Os estudos antropológicos, linguísticos ou mesmo da geografia cultural poderão fornecer uma reflexão sobre esse fenômeno, que é o ato de registrar, realizado pelos AAFIs, pois sua produção literária hoje é relativamente grande.

“No dia 11 de junho de 2008 – sábado – Meu relatório de pesquisa da nossa música tradicional do canto da mulher que eu ouvi na fita de gravação que esta cantando. Música que conta sobre a medicina para colocar nos olhos de gente, do homem, da mulher, dos alunos para aprender kene²⁵, tecelagem de artesanato, para ouvir logo o kene. Hoje serve para colocar nos olhos dos alunos para aprender a ler e a escrever. O nome do remédio é “bawe” para colocar nos olhos. Mas para tirar esse remédio é só quem já sabe escrever e ler

²⁵ “Kene” é a palavra Kaxinawá que define os desenhos geométricos utilizados nas pinturas corporais, faciais, nos tecidos e nas cerâmicas. Hoje a palavra “kene” está referindo também às letras do alfabeto e ao próprio ato de escrever”. (Gavazzi, 1994, p. 150)

a leitura, como o professor, a liderança, o AAFI ou o agente de saúde (...)” (Do diário de trabalho do AAFI José Rodrigues Kaxinawá – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

Os diários indígenas evidenciam a existência e a relevância de um novo sistema de registro e de armazenamento de informação. O índio que domina a nossa tecnologia da escrita, de modo a torná-la um complemento novo dentro de sua cultura para veicular o estético, documenta e revisita histórias “*por suas próprias mãos, com o domínio que passaram a ter da escrita, em suas funções sociais de memória e registro. Escrita que vem lhes possibilitando o início de um novo ciclo de produção, difusão/transmissão de culturas*” (Monte, 1994, p. 59).

Figura 10 – Diário de trabalho - AAFI Raimundo

**Figura 11
Diário de trabalho
AAFI Aldemir**

Diário de trabalho do AAFI Raimundo Ixã Kaxinawá – distribuição de saquinho e a atividade de produção de mudas no viveiro da aldeia. Diário de trabalho do AAFI Aldemir Paulino Kaxinawá – atividade de caça na TI Kaxinawá do Rio Jordão

É importante apontar, que esses documentos não se concretizam como formas de registro, apenas através da escrita alfabética, os eventos vividos pelos autores são também registrados em desenhos e mapas. E essas imagens se constituem em muito mais do que meras ilustrações, do que mero apoio gráfico às narrativas dos textos. Elas próprias são textos, pois narram modos muito particulares de inserção no mundo. O diário de trabalho, um olhar etnográfico do próprio índio para sua realidade através de um texto narrativo multimodal (Souza, 2002, 2002, 2005) é uma parte significativa no processo de formação dos AAFIs, e permite que assessores e formadores da CPI/AC compreendam a dimensão da complexidade e da especificidade desse trabalho.

“Um dos dados bastantes importantes levantados pelos AAFI, são os registros de suas atividades em seus diários de trabalho. Os diários de trabalhos, cadernos de capa dura que foram distribuídos em 1996 no primeiro curso de formação para registrar as atividades referentes aos seus trabalhos nas aldeias. A prática de registrar suas atividades em língua portuguesa ou indígena ajuda-os a desenvolver habilidades do uso e compreensão da linguagem da língua escrita, além de trazer informações e subsídios para o projeto. Tal prática do registro e do uso da língua escrita é uma característica peculiar do projeto de educação da CPI/AC, e está sendo incorporado no trabalho de formação dos AAFI”. (Gavazzi, 1997, p. 15)

Os AAFIs registram em seus diários de trabalho as diferentes formas de uso, manejo e conservação dos vários recursos naturais renováveis por eles utilizados. Registram sua relação com a comunidade, como as atividades de suas responsabilidades são desenvolvidas. Os registros mostram como se dá o uso do território, através das caçadas, pescarias, coleta dos recursos naturais, atividades agroflorestais, reuniões, viagens, pesquisas, rituais e festas. Nas atividades da agrofloresta tratadas especificamente nesse capítulo, o AAFI registra a característica do relevo onde ela está implementada, como é executado o manejo dos roçados, dos quintais agroflorestais, dos safes e dos parques medicinais. Muitos AAFIs nomeiam seus safes, realizam o censo das espécies plantadas, identificam quem trabalhou, como foi manejado, o tempo que o trabalho levou e como foi realizado, o que foi plantado, onde conseguiram as sementes para o enriquecimento e a diversificação de seus modelos de produção, como ocorre a distribuição e as trocas de mudas e sementes entre eles, o que representa um verdadeiro intercâmbio de material genético. Muitos registram, nas atividades de monitoramento ambiental, o uso das palheiras para a cobertura de casa, as caçadas, os passeios, os conflitos, as reuniões realizadas nas comunidades e fora delas, quem e quantos participam delas. Também registram em suas pautas como ocorrem as discussões comunitárias na implementação dos planos de gestão territorial e ambiental em suas comunidades e como se dá as relações sociais e políticas entre AAFI, a comunidade, o município e o Estado.

“Eu fiz a reunião com a comunidade geral, foi feita no dia 23 de outubro de 2000 às 7:00 horas da noite, com todo pai de família e mãe de família, jovens, alunos e crianças da comunidade. Nessa reunião foi discutido o plano de trabalho do agente agroflorestral com a comunidade, sobre a horta orgânica e a agricultura orgânica consorciada com várias espécies da nossa agricultura, que nós plantamos nos nossos roçados. Foi discutido também o plano de manejos dos nossos recursos naturais da nossa terra indígena, onde nós estamos vivendo e morando aqui na aldeia Nova, município de Santa Rosa Ac. Eles ficarão todos de acordo para trabalhar junto comigo e acharam muito importante para o futuro dos nossos

filhos e netos. Quando eles crescerem eles vão cuidar e comer muitas frutas, de hoje para frente, foi assim que a comunidade pensou quando eu expliquei a minha profissão para eles, o que eu ia trabalhar na nossa aldeia. Eu gosto de trabalhar como agente agroflorestal na minha aldeia, para mostrar para os meus parentes a minha capacidade de um pouquinho de conhecimento que eu tenho das aulas práticas” (Do diário de trabalho do AAFI Jorge Domingos Kaxinawá – TI Alto Rio Purus).

As narrativas minuciosas dos AAFIs nos levam a passear pela geografia de suas terras indígenas. Descrevem as paisagens naturais e culturais, suas andanças pela floresta nas atividades de caça, de pesca, de coleta de sementes, suas viagens e dificuldades relacionadas ao trabalho e a vida. Em alguns casos, poderíamos definir os seus diários como narrativas poéticas, já que *“muitas obras literárias contêm alusões ao espaço geográfico e se tornam objetos de estudo para os geógrafos culturais que visam registrar e interpretar a geograficidade²⁶ nos textos, isto é a relação dos seres humanos com a terra como modo de sua existência e de seu destino”* (Seemann, 2007, p. 50).

“26 de agosto de 1999.

A caçada de aluno na aldeia. Pela parte das 6:00 horas da manhã, Lourenço Domingos se levantou da dormida. Ele foi avisar pai para ir pastorear cutia na comida de ouricuri, caída na beira do nosso roçado. No lado do rio atravessando, começou cantar um passarinho bem-te-vi, bem amarelinho, sentada na beira do rio num galho de goiaba seco, sentado adivinhando o sol. Também veio cantoria de tucano, adivinhando queixada. O aluno falou pela cantoria dos dois pássaros, tucano e bem-te-vi, ora você me mande uma caça pela minha sorte. Ele entrou pela boca do caminho, encontrou um gavião real sentado num galho de copaíba na altura de 500 metros. Ele atirou com uma espingarda calibre 20. O gavião caiu com peito pra cima. Ele correu atrás, pegou um pedaço de pau caído para matar o gavião” (Do diário de trabalho de AAFI Raimundo Ixã Kaxinawá – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

²⁶ Expressão cunhada pelo geógrafo francês Eric Dardel.

Figura 12 – Diário de trabalho

Os registros dos AAFIs em seus diários nos fazem compreender parte de seu papel como sujeitos sociais que contribuem com o próprio trabalho na gestão de seus territórios. Mostra a incorporação das práticas da agrofloresta em seus sistemas de produção tradicional, especificamente nos roçados. Tais registros contribuem para o estudo dos aspectos geográficos, resultantes de suas ações no manejo do meio ambiente, na transformação do espaço por meio da implementação de modelos de desenvolvimento comunitários, como por exemplo, os SAFs, os quintais agroflorestais e os roçados enriquecidos. Os diários de trabalho nos levam a observar como se dão as complexas relações que os AAFIs têm com o meio ambiente, mostram essa interação, esse constante interagir com o seu meio, no qual seu trabalho vem deixando marcas visíveis na paisagem. O geógrafo americano Carl Sauer (1998), enfatiza as marcas visíveis que o ser humano deixa na paisagem, definindo-as como *“uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais”* (Sauer, 1998, p. 23).

Figura 13 – AAFIs com seus diários

Foto: Gavazzi, 2000

Figura 14 – AAFI Aldemir

Foto: Nilson Kaxinawá, 2009

Foto à esquerda AAFIs em viagem de intercâmbio, registrando em seus diários

Foto à direita AAFI Aldemir registrando suas atividades em seu diário

Com seus diários de trabalho os AAFIs refletem sobre as ações realizadas nas terras indígenas e podem aprimorá-las a partir do diálogo com outros agentes e seus formadores. As informações e reflexões contidas nesses cadernos, quando escritas, lidas e discutidas ajudam no planejamento, no acompanhamento e na avaliação dos trabalhos, abrindo caminhos para a compreensão das condições em que se desenvolvem os problemas que os agentes e suas comunidades enfrentam e no potencial de transformação na sua continuidade.

Quantidades e medidas: precisão no registro

“Dia 30 de dezembro de 2006. Sábado – Meu relatório de pesquisa de caça morta que os caçadores mataram esse ano de 2006 no mês de maio até o mês de dezembro. Aqui na aldeia Verde Floresta tem 6 caçadores e os seis caçadores deram 66 dias de caçada. Do mês de maio ao final de dezembro eles mataram essas quantidades:

11 porquinho macho deu	98 kg;
16 porquinho fêmea deu	137 kg;
8 veados macho deu	152 kg;
6 veado fêmea deu	132 kg;
6 queixada macho deu	66 kg;
9 queixada fêmea deu	123 kg;
1 capivara fêmea deu	16 kg;

Total 57 caças, com 724 kg de carne – 32 caça macho “bene” com 316 kg e 25 caça fêmea “yushã” com 408 kg. Esse ano de 2006 do mês de maio até final de dezembro os caçadores mataram esse tanto de caca. A caça que dá mais kg é da fêmea “yushã o macho “bene” deu pouco kg” (Do diário de trabalho do AAFI José Rodrigues Kaxinawá – TI. Kaxinawá do Rio Jordão).

Os AAFIs dão muita importância ao registro dos números, das quantidades, das medidas e do tempo para cumprir suas tarefas. Registram, em listas e tabelas, o censo populacional das aldeias, o censo das plantas que compõem os safes, quintais e roçados, o censo dos cachorros, o levantamento da quantidade de mudas plantadas, o número de sementes plantadas, de espécies que germinaram, de plantas doadas, de roçados colocados, de pessoas que participaram das atividades comunitárias e nas reuniões, enfim, tudo é motivo para sistematizar e numerar. Nas atividades de monitoramento de caça morta, além dos diários, os AAFIs utilizam fichas para um registro mais detalhado²⁷.

Em alguns municípios do Acre a merenda escolar é regionalizada. Os produtos que a aldeia produz para ser vendido para a escola também são registrados por alguns AAFIs. Nessas tabelas nota-se que muitos produtos produzidos pelos safes são utilizados para o consumo dos alunos da escola, gerando renda para o produtor e oferecendo produtos saudáveis, livre de agrotóxicos.

“15/03/2008 – Cardápio Escola Uirapuru – “Shatxitipuma Pititana” - 1 Kilo de macaxeira R\$ 2,00 - 1 Litro de farinha R\$ 1,50 - 1 litro de Caçuma R\$ 2,00 - 1 Kilo de Tapioca R\$ 2,00 - 1 Litro de mingau de banana R\$ 2,50 - 1 Kilo de amendoim R\$ 5,00 - 1 Kilo de carne R\$ 2,50 - 1 litro de Garapa R\$ 3,00 - 1 frango R\$ 8,00 - 1 Melancia R\$ 5,00 - 1 Girino R\$ 3,00 - 1 Mamão R\$ 1,50 - 1 Dúzia de carambola R\$ 5,00 - 1 Kilo de Feijão R\$ 1,50 - 1 Kilo de arroz R\$ 2,50 - 1 Kilo de Iyami R\$ 2,00 - 1 Dúzia de ingá R\$ 2,50 - 1 Dúzia de coco R\$ 6,00 - 1 Abacaxi R\$ 2,00 - 1 Kilo de pupunha R\$ 3,00 - 1 Litro de suco R\$ 2,00. Salário por mês da merendeira R\$ 30,00 – nome da merendeira – Marli Samuel Kaxinawá” (Do diário de trabalho do AAFI José Samuel Kaxinawá – TI. Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu).

Para Claval (2007) os saberes tradicionais se organizam, frequentemente, em inventários admiráveis da diversidade do real. O que fazem os AAFIs nos levantamentos realizados por eles em seus diários.

Os dados levantados representam uma das formas de análise quantitativa do trabalho dos AAFIs. Seus diários, repletos de dados quantitativos, muitas vezes contribuem para o planejamento das ações de intervenções. Tais informações auxiliam a compreender como o trabalho vem sendo realizado e os números dão uma ideia da

²⁷ As fichas de monitoramento onde os AAFIs realizam o monitoramento ambiental de caça morta os dados levantados são: nome da terra indígena, aldeia, data, nome do(s) caçadore(s), animal caçado, sexo, local, arma usada, tempo de distancia da aldeia, uso de cachorro, saída/chegada, motivo, tipo de caçada, observações, dieta, comportamento, faixa etária.

variedade e da quantidade das espécies cultivadas nas comunidades, dando uma visão de como ocorre o envolvimento das pessoas nas atividades que os AAFIs estão levando a frente.

“Anotações de quantos germinaram: pupunha germinou 32 mudas e outros bocados, ainda não germinaram, caju germinou 8 mudas, biriba, germinou 100 mudas, graviola germinou 100 mudas, cupuaçu germinou 100 mudas, seringueira germinou 14 mudas, araçá-boi germinou 5 mudas. Agora o total de mudas que eu produzi no ano 2001 foi 359 mudas de 7 espécies e 8 de limão. Estas mudas estão mais ou menos com 15 à 20 cm e com 20 à 30 cm de altura, total de mudas ao todo 359. Tem mais 2 sementeiras com sementes de limão todos germinados com 15 cm mais ou menos 1000 mudas de limão para trabalhar com pós-enxerto. Agora o total de mudas de frutíferas que eu produzi no ano 2000 e no ano 2001. No ano 2000 eu produzi 244 mudas e no ano 2001, eu produzi 339 e mais mil de limão, o total de mudas foram de 1.583” (Do diário de trabalho do Aldenir Paulino Pinheiro Mana Kaxinawá – TI. Kaxinawá do Rio Jordão).

“No dia 14/11/2006 – segunda feira – Meu diário, atividade de levantamento de mudas no meu viveiro novo de 2006 - 68 mudas de pupunha – 33 mudas de apurui – 6 mudas de cupuaçu – 7 mudas de tangerina – 12 mudas de lima doce – 6 mudas de biriba – 7 mudas de maracujá grande – 20 mudas de ingá de metro – 7 mudas de graviola – 1 muda de cajarana. O total é de 167 mudas – 10 espécies de sementes. Mudas de sementes nativas – 87 mudas de mogno (ixtxinãti) – 13 mudas de pitomba (pesa) – 2 mudas de jenipapo (nane) – 2 mudas de cedro (kusha) – 6 mudas de patoá (Isa). Total de 110 mudas nativa – O total de todas $167 + 110 = 277$ mudas que eu tenho no meu viveiro” (Diário de trabalho do AAFI Jose Rodrigues Kaxinawá – TI. Kaxinawá do Rio Jordão).

Domingo dia 20/11/2008 – levantamento dos cachorros que cada família tem dentro da aldeia Japinim. Francisco Raimundo tem 1 cachorro, Prof. Gilberto - tem 1 cachorro, AIS Jose Rubens tem 1 cachorro, Grelido tem 2 cachorros, Helson tem 3 cachorros, Claudimar tem 4 cachorros, Milton tem 4 cachorros, Felix tem 0, Flávio tem 2, Ederildo 0, Roberto tem 5 cachorros, Beldo tem 1 cachorro, AAFI José tem 2 cachorros. Soma total 29 cachorros” (Diário de trabalho do AAFI José Samuel Kaxinawá – TI. Kaxinawá do Rio Breu).

“Aldeia Verde Floresta 03/12/2007 – segunda feira – levantamento de amendoim que foi plantado na terra firme (manã tama), no roçado novo de tacanal.

1 – Francisco Pedro Sabino K, plantou 8 litros.

2 – Francisco Assis Buretama, plantou 10 litros.

3 – José Caxambu Kaxinawá, plantou 4 litros.

4 – José Pedro Caxambu, plantou 4 litros.

5 – José Anizeto Silvino, plantou 3 litros.

6 – Manoel Laercio K, plantou 3 litros.

7 – José Celeste Silvino, plantou 1 litro.

O total nós plantamos 33 litros de amendoim na terra firme e esse foram os tipos:

1 – “Kene tama” – amendoim pintado

2 – “Dau tama” – amendoim química

3 – “Hushu tama” – amendoim branco

4 – “Maku tama” – amendoim pelado

5 – “Tama Kui” – próprio amendoim mesmo (amendoim verdadeiro)

6 – “Mexu tama” – amendoim preto

7 – “Hua tama” – amendoim cozido

8 – “Taxi tama” – amendoim vermelho

9 – “Taku tama” – amendoim de saracura

O nosso amendoim tem 9 tipos diferentes” (Do diário de trabalho do AAFI José Rodrigues Kaxinawá – TI. Kaxinawá do Rio Jordão).

“04 de outubro de 2001 - População geral da Terra Indígena:

Tabela 1 - População

Aldeias	n° famílias	n° pessoas
Aldeia Jacobina I	08 família	51 pessoas
Aldeia Japimim	15 família	83 pessoas
Aldeia Cruzeirinho	12 família	66 pessoas
Aldeia Buriti	08 família	43 pessoas
Aldeia Vida Nova	19 família	87 pessoas
Total	42 família	330 pessoas

Fonte: diário de trabalho do AAFI Acelino Sales – T.I. Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu

“25 de novembro de 2001 - Eu vou buscar frutas (manga) na colocação da Jacobina, eu fui com dois homens, duas mulheres, um menino e uma menina, andamos no barco, saímos 7:00 horas da manhã, chegamos às 11:00 horas da tarde para tirar manga e trouxemos sementes de manga, tiramos 200 mangas. Agora nós viemos, eu marisquei com tarrafa, peguei quatro pintadinhas, um curimatã, 10 mandins” (Do diário de trabalho do AAFI Acelino – TI. Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu).

“1/01/2002 - O meu trabalho foi plantar as mudas de cupuaçu, biriba, açaí touceira, eu plantei 23 mudas de cupuaçu 15 mudas de biriba e 15 de açaí de touceira ao todo eu plantei 53 mudas de plantas no meu plantio. No dia 1 de janeiro a minha atividade foi essa prática de plantar as mudas fazendo carreira com o terçado e coroamento com enxada e cavando com boca de lobo, o meu trabalho foi isso. Esse trabalho foi feito com dois alunos que estavam me ajudando a transportar as mudas do viveiro para o plantio, carregando com o padeiro de cipó. Nesse mesmo dia eu fiz a colheita de abóbora goiana e pimentão que eu plantei no meu viveiro, colhi mais de 20 quilos de abóbora. Eu agora vou também escrever em “hãtxa kuí” (Do diário de trabalho do AAFI Jorge Domingos Kaxinawá – TI. Alto Rio Purus).

3.3. O caso dos roçados

“(…) tem outras canções da chegada da mudança, temos canção para chamar sol, temos canção para tocar fogo no roçado, tem para derrubar a árvores grossas, porque a árvore grossa tem a vida, todos os seus espíritos mora ali e para derrubar têm que pedir licença, não pode chegar e meter o machadão. O pajé chega e fala espera aí, deixa eu pedir licença para vocês e canta a canção, me dar licença para mim derrubar aqui, eles estão precisando, estão querendo vaga para plantar os seus legumes, para sobrevivência da suas famílias, aí mete o machadão” (Depoimento, Agostinho Manduca Kaxinawá, 2005).

No projeto de formação de AAFI existe a preocupação de discutir, com os agentes e seus assessores, as características socioculturais da relação que os grupos indígenas têm com a natureza, sendo o centro das discussões a agricultura indígena. Para Almeida (CPI/AC, 2011) que afirma que não existe conhecimento universal, mas conhecimentos contextualizados, próprios e únicos de cada lugar, nosso ponto de partida são as práticas agrícolas indígenas. Nesse caso, mais específico, visamos a reflexão dos conhecimentos e das práticas tradicionais agrícolas, criadas pelas suas sociedades, em relação ao meio ambiente, pois os grupos indígenas participantes do programa de formação têm em seus mitos e rituais, referências de suas bagagens de conhecimento a respeito da ecologia do ambiente em que vivem. Nesse sentido, o afastamento dos povos indígenas das práticas agrícolas tradicionais, representa uma ameaça à sua segurança alimentar.

No programa de formação, sempre esteve presente a preocupação de não realizar nenhuma intervenção nos sistemas de produção tradicional, pois tínhamos claro que os índios são excelentes agricultores, manejam muito bem seus roçados e conseguiram conservar grande parte de suas sementes tradicionais, apesar de toda a violência que sofreram no contato com sociedades não indígenas.

Seus roçados são fartos, com grande diversidade de espécies e variedades. Um dos perigos das intervenções nos roçados indígenas é levar esses grupos a perderem sua agrobiodiversidade²⁸. Além do mais, para realizar determinada intervenção é necessário se ter um profundo conhecimento das práticas agrícolas tradicionais indígenas, o que não tínhamos. Mesmo quando se trabalha com a agroecologia é necessário ter cuidado ao realizar certas intervenções ou experimentos nos roçados indígenas, como no caso da introdução de determinadas leguminosas agressivas, como a adubação verde que pode levar a perda dos roçados, pois seu manejo são práticas diferentes em relação a dos indígenas.

O programa sempre discutiu a problemática das erosões de sementes e incentivou as trocas de sementes indígenas entre etnias e dentro da mesma etnia, incentivando a recuperação de espécies que foram perdidas no contato com a sociedade envolvente. *“É inegável o histórico agravamento da erosão genética pelo processo de intensificação do contato das sociedades indígenas com as não indígenas. Com isso, muitos povos já perderam variedades de sementes que faziam parte de seu sistema de segurança alimentar”* (PNUD, 2010). Shiva, uma das principais expoentes do mundo contemporâneo na defesa dos conhecimentos tradicionais e na crítica aos efeitos das indústrias que tem o controle das sementes (transgênicas e híbridas) e da propriedade intelectual diz que:

“A semente tornou-se o lugar e o símbolo da liberdade nessa época de manipulação e monopólio de sua diversidade. Ela faz o papel da roda de fiar de Gandhi no período da recolonização pelo livre comércio. A roda de fiar tornou-se um importante símbolo de liberdade não por ser grande e poderosa, mas por ser pequena; ela podia adquirir vida como sinal de resistência e criatividade nas menores cabanas e nas mais humildes famílias. Seu poder reside na sua pequenez. A semente também é pequena. Ela incorpora a diversidade e a liberdade de continuarmos vivos [...]. Na semente a diversidade cultural converge com a biológica. Questões ecológicas combinam-se com a justiça social, a paz e a democracia”. (Shiva, 2001, p. 152).

²⁸ A agrobiodiversidade inclui a variedade e a variabilidade de animais, plantas e micro-organismos que são necessários para manter as funções essenciais dos agroecossistemas, suas estruturas e processos para, e em apoio de produção de alimentos e segurança alimentar (FAO/CBD, 1998).

Atualmente é indispensável se discutir os cuidados necessários para conservá-las, pois visa a contrapor-se à política mundial de utilização de sementes híbridas e transgênicas e a oferta de semente híbrida, por parte de determinados programas do Estado (Mooney, 1987). Os AAFIs sabem a importância de conservá-las:

“Bom eu vou contar uma história sobre a semente híbrida que a Secretária de agricultura ofereceu pra nós lá em Tarauacá. A semente híbrida oferecida para nós, para mim que sou agente agroflorestal, era de 50 quilos de sementes híbridas. Eu não quis essas sementes porque eram contaminadas e para não perde as nossas semente também. Eu fiz a nossa reunião com toda a comunidade. Eu falei para eles não pegarem essas sementes, para a gente não perder a nossa semente tradicional. Eu tive reunião com professor, com o agente de saúde, e aí nós não quisemos pegar essa semente híbrida. A gente não conhece essa semente e a nossa semente é boa, porque é tradicional é para nós plantar na nossa aldeia. E lá nós não pegamos essa semente” (AAFI Francisco Macário Ibã Kaxinawá, in: Gavazzi, 1999).

“Diário de trabalho do AAFI Acelino Sales Huni Kuĩ “dua bake” 32 anos – trabalhando o meio ambiente, cuidado da terra indígena dele e na segurança da aldeia Central Cruzeirinho, rio Breu. Semana sexta feira no dia 16 de setembro de 2008. Atividade a serem discutidas sobre o roçado. Nova capoeira, colocar roçado na capoeira. Se a família é grande o roçado pode alcançar três hectares. Se a família é pequena um ou dois hectares. Se for mata bruta, aproveitar bem os recursos que existem no local (madeiras, plantas medicinais, etc.). Usar o roçado de mata bruta pelo menos três vezes antes de derrubar outra vez. Sementes tradicionais – procurar as sementes tradicionais que foram perdidas e não deixar as sementes híbridas entrarem nos roçados, por que elas só nascem uma vez e depois as pessoas tem que comprar, além disso, tem o perigo delas cruzarem com as nossas espécies tradicionais”(Do diário do AAFI Acelino Sales).

A principal vantagem das sementes tradicionais, comuns, sem alterações em laboratórios, é que elas nascem sempre, dando assim, autonomia alimentar aos povos. As sementes tradicionais ou pré-colombianas são importantes para a segurança alimentar indígena, porque estão mais adaptadas as condições locais, ao ambiente e aos sistemas de cultivo adotados pelos agricultores locais, que incorporam valores sociais e culturais segundo sua percepção. *“Valorizar as sementes tradicionais é valorizar os conhecimentos e as práticas indígenas de manejo e cultivo; é respeitar a lógica e as formas como ocupam e desfrutam dos territórios e dos recursos ali disponíveis; é*

valorizar as gerações passadas e futuras; é dar vida às histórias e aos relatos míticos desses povos. As sementes tradicionais são parte da sua identidade coletiva”. (Verdum, 2010, p. 35).

A agricultura itinerante de derrubada e queimada dos roçados de terra firme e os cultivos de praia constituem a base de subsistência dos povos indígenas do Acre. São atividades econômicas onde os homens e as mulheres investem a maior parte de seu tempo durante todo o ano. As atividades dos roçados ocorrem nos meses de junho a setembro e os povos indígenas dedicam-se, quase que exclusivamente, a estas atividades (Aquino e Iglesias, 1994).

As intervenções ocorridas nos últimos anos nos roçados, decorrentes das ações dos AAFIs, é o plantio de árvores de frutas, muitas das quais perenes e espécies madeiras e, junto a elas, toda uma “nova” prática de manejo agroflorestal.

Os roçados de terra firme são responsáveis por grande parte dos alimentos consumidos pelas famílias indígenas e cada grupo doméstico, maneja de dois a três roçados concomitantemente²⁹ esses grupos possuem pelo menos um roçado de praia³⁰. Os homens trabalham em conjunto nas diferentes tarefas da broca, derrubada e queimada, nas atividades de plantio trabalham homens e mulheres, entretanto, as mulheres são responsáveis pelas colheitas.

“Cada família tem direito de ter uma casa e botar seu roçado separadamente, porque a mulher faz questão (entra em conflito) com outras por causa do plantio de certos legumes e também tem por causa da criação de animal. Entonce, por isso, tem que botar roçado separado. Todo ano a gente coloca roçado. Só não tem roçado bom de comer quando ta mudando de colocação. Na minha família só não botei roçado naquele ano que demarquemo a nossa terra por conta própria. Fora isso todos os ano eu boto roçado com ajuda de meus filhos, genros, e vizinhos. O trabalho do roçado é um trabalho que todo mundo

²⁹ “Numa dada situação no tempo, cada grupo familiar maneja simultaneamente com três roçados de terra-firme. Um primeiro, com roça nova, ainda em processo de maturação, que à exceção do milho, só começara a ser aproveitado uma ano após plantado. O segundo, com roça madura, colocado no ano anterior, é o principal depósito onde as mulheres de uma casa vão buscar macaxeira para comer cozida. O terceiro é denominado de arrancador porque a medida que as mulheres vão colhendo roça já madura, os homens vão limpando o mesmo terreno e plantando novas manivas. Após três anos de utilização, portanto, a área do roçado começa a encapoeirar, contendo ainda bananeiras, abacaxis e pés de algodão e urucum” (Iglesias, 1995, p.14).

³⁰ Os trabalhos do roçado de praia ocorrem no verão amazônico (maio a setembro), estação em que os grupos familiares cultivam as praias, formadas pela vazante das águas, plantando feijão, milho, melancia, mudubim, (amendoim), jerimum (abóbora) e eventualmente a macaxeira. O amendoim é o principal legume cultivado pelos Kaxinawá nas praias do rio, tanto é que o roçado de praia é chamado pelos Kaxinawá de “tama bai”, que significa roçado de mudubim (Aquino e Iglesias, 1995).

ajuda, trocando dia, botando adjunto, pelo menos na broca e derrubada é assim. Todo mundo ajuda” (Gétulio Sales Tene, in: Aquino e Iglesias, 1994, p. 69).

Embora vários autores tenham discutido sobre os roçados indígenas do Acre (Kensingler 1965; Aquino e Iglesias 1994; Iglesias 1995; Almeida 2002), este trabalho almeja apresentar um aspecto novo, de como ocorre o manejo dos roçados de terra firme através das discussões e das práticas dos AAFIs. Atualmente, em diferentes terras indígenas do Acre onde atuam os AAFIs, observam-se práticas agrícolas diversas em relação ao manejo tradicional. Onde se plantava, basicamente, as espécies anuais e plurianuais como: macaxeira, banana, milho, inhame, taioba, batata-doce, mamão, algodão, urucum, pimenta, tabaco, feijão, cana, pimentão, arroz e tinguí, etc., hoje, determinadas comunidades estão introduzindo, em seus roçados de terra firme, várias espécies de árvores de frutas e de madeira de lei, através do plantio direto de sementes e do plantio de mudas produzidas por eles ou coletadas na floresta.

“No início nós não tínhamos essa prática de produzir as mudas perenes e plantar perto da nossa casa. O nosso costume era da gente plantar o roçado, só isso” (Depoimento AAFI Roseno Txuã Sabino Kaxinawá, 2005).

Nesse sentido, os AAFIs a partir de suas práticas agroflorestais, vêm contribuindo com um “novo” modo de conceber as atividades agrícolas referentes ao manejo e a produção de fruta, de madeira, de palmeira e de outras espécies para satisfazer suas necessidades. Graças ao trabalho dos AAFIs, os roçados indígenas começam a oferecer outros produtos que são as frutas exóticas e nativas na sua grande maioria de espécies perenes e espécies florestais como as madeiras de lei.

Nas atividades práticas de enriquecimento de roçados com o cultivo de frutas e de espécies florestais, através do plantio de mudas, do plantio direto de sementes e do manejo, na maioria das vezes os AAFIs envolvem, em maior escala, os alunos das escolas indígenas, bem como parentes e outros membros da comunidade. Essas atividades, inicialmente, aconteceram no roçado do AAFI, porém outros grupos familiares incorporaram essa prática em seus roçados. Os roçados que receberam o plantio de grande quantidade de espécies de frutas, de madeiras e de outras espécies úteis, com o passar dos anos se converteriam em capoeiras enriquecidas, produtivas, formando microecossistemas, desenhados através da atividade da agrofloresta em volta das aldeias, oferecendo grande quantidade de produtos a longo prazo.

“Hoje eu foi com três crianças para plantar as mudas no roçado. Plantamos 33 mudas de pupunha, 40 sementes de cupuaçu que foi plantio direto no local definitivo com espaçamento de 7 por 7 metros. Depois fizemos a cobertura morta com palha de bananeira, terminamos de plantar às 11:15 horas” (Do diário de trabalho do AAFI Edilson Poa Katukina – TI. Campinas).

“A partir da manhã, 7:30 horas, eu convidei os alunos geral para a aula pratica de plantar as mudas. Foram 50 de mudas açai touceira, 9 mudas de cupuaçu, 5 mudas de jambo e 8 mudas de buriti. Plantamos no meu roçado, consorciado com o bananal. Na hora da aula prática, eu como agente agroflorestal ensinei os alunos como plantar as mudas com cada distancia da outro planta e fazendo a cobertura morta. Espaçamento do açai 5 x 5 metros, buriti 8 x 8 m, cupuaçu 5 x 5 m e jambo 7 x 7 m” (Do diário de trabalho do AAFI Edson Sales Kaxinawá – TI. Kaxinawá Seringal Independência).

“Parte da manhã – atividades sobre o plantio definitivo de bacaba no roçado novo. Trabalhamos junto com os alunos. Plantamos 32 mudas de bacaba” (Do diário de trabalho do AAFI José Samuel Kaxinawá – TI Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu).

Os AAFIs contribuem para a gestão de seus territórios, a partir de discussões e práticas voltadas para um “novo” manejo dos roçados de terra firme. Um dos aspectos referentes ao manejo é o uso das capoeiras antes de realizar uma derrubada da mata bruta para implementar um roçado novo. Os AAFIs, em seus diários, registram como esse procedimento ocorre atualmente e como as comunidades vêm discutindo e executando essa prática em suas atividades agrícolas comunitárias. Para “botar” ou “colocar” os roçados de terra firme, existe uma preocupação no melhor uso das capoeiras, evitando, assim, a derrubada da mata bruta para colocar os novos roçados.

Se “bota” o roçado numa mata bruta, deve pelo menos usar três vezes aquela mesma área antes de se realizar outra derrubada. Essa estratégia de uso do território, que respeita o princípio da conservação dos recursos florestais, está sendo incorporada em várias terras indígenas. Utilizam esse procedimento para melhorar suas capoeiras para a produção agrícola, evitando os desperdícios de determinados recursos naturais e conservando mais áreas de floresta.

Algumas comunidades discutem a extensão dos roçados em relação ao número do grupo familiar e, ao mesmo tempo, existe uma preocupação em utilizar bem os recursos da mata bruta antes de colocar o roçado, como por exemplo, recolher as plantas medicinais, usar as madeiras boas, manejar as palheiras e, em alguns casos, não derrubar determinadas árvores que possam ser utilizadas no futuro.

“Sexta-feira no dia 16 de setembro atividade a serem discutidas sobre o roçado. Nova capoeira colocar roçados na capoeira, se a família é grande três hectares, se a família é pequena um ou dois hectares. Se for na mata bruta, aproveitar bem os recursos naturais que existem no local, madeira, plantas medicinais. Se for na mata bruta pelo menos (usar) três vezes antes de derrubar outra vez (...)” (Do diário de trabalho do AAFI Acelino Kaxinawá – TI Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu).

“Levantamento da construção de roçado que foram brocados

1- Francisco de Assis - pajé de medicinais Buse – 158 por 50 metros – roçado tacanal na praia de bananal.

2 - José Rodrigues AAFI – 80 por 80 metros capoeira ao redor do campo pro meu sistema agroflorestal – capoeira.

3 - Francisco Lodis - mirim – 50 por 30 metros – capoeira.

4 – Francisco Pedro - Liderança – 150 por 60 metros – mata virgem.

5 – José Pedro Caxambu – aposentado – 80 por 40 metro – capoeira.

6 – Francisco Abdias – Mirim – 100 por 40 metros - capoeira.

7 – José Anizeto – Mirim – 60 por 30 metros – tacanal.

8 – Edilando Sena – Mirim – 90 por 40 metros – capoeira.

9 - Manoel Laesso Monteiro – 84 por 50 metros – capoeira.

10 – José Celeste – Mirim – 100 por 40 metros – capoeira.

Total 10 roçados, 9 roçados na capoeira e um roçado na mata virgem. Com 912 metros de comprimento e 410 metros de largura – 5 roçados na subida do lado esquerdo do rio e 5 roçados na subida do lado direito do rio da aldeia. Na minha aldeia Verde Floresta, a comunidade já está entendendo a lei do AAFI. Temos que fazer 3 vezes o roçado (na capoeira). Só que a liderança fez o roçado para fazer a lenha, porque está faltando de tirar a lenha” (Do diário de trabalho do AAFI José Rodrigues Paiva – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

“(...) Nesse nosso trabalho de derrubada de pau no roçado da liderança, nós manejamos o coração de negro (nixo), palheiras (shepa), paxiubão (tau), entabua (butxu), bausa (buni), copaiba (buxix). Nós manejamos essas madeiras de lei no meio do roçado (...)” (Do diário de trabalho do AAFI José Rodrigues Paiva – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

A limpeza do roçado de terra firme pode ser feita por homens ou mulheres, todavia é mais comum essa atividade ser realizada pelos homens. Meninos com cerca de 10 anos ajudam os pais. Nas atividades da limpeza de roçado, outra prática no manejo da agrofloresta que está sendo incorporada atualmente, é deixar a regeneração natural das espécies nativas que possa ser útil à comunidade. Em muitas comunidades, já é uma

prática deixar espontaneamente a regeneração de determinadas espécies nos roçados como, por exemplo, o mulateiro: madeira usada na construção de casa, as palheiras para cobertura das casas de moradia e produção de cestas, madeira de lei, cipó para paneiro, plantas medicinais e outras plantas de utilidade para o grupo.

“Dia 26 de junho de 2008 – às 8 horas da manhã – Eu fui pesquisar mata boa e mata limpa e corrigir terra boa para o roçado. Quantos recursos naturais têm naquela terra firme que vai ser colocado o roçado pesquisado. Quantas palmeiras. Quantos cipós. Quantos medicinais. Quantas madeiras de lei. Oito roçados de mata bruta e terra firme foram pesquisados. Os recursos naturais vão serem aproveitados. A madeira que foi derrubada para a construção de casa. A palha para a cobertura da cozinha. A medicina aproveitada para curar alguma doença. Cipó tiririca vai ser usado para fazer paneiro e outras coisas”. (Do diário de trabalho do AAFI Marcelino Metsa Katukina – TI Campinas).

“(…) Começamos o trabalho de limpeza do roçado, era 11 mil covas de roça, hoje limpamos a metade. Ai nós pegamos cada um de 10 metros. Alimpamos 11 metros. Cada pessoa no meio do roçado alimpando muitas espécies de medicinas. Eu achei “patxa kama kenã”, “dua Dani”, “tese dau”. Também deixamos os manejos de mulateiro, jarina, uricuri e canela de velho (xiwe). Nós trabalhos até 3 horas da tarde” (Do diário de trabalho do AAFI José Rodrigues Paiva – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

Nos diários de trabalho é comum encontrar o registro sobre a quantidade de legumes que foram plantados nos roçados como em um verdadeiro censo das espécies plantadas. Muitas vezes identificam seus proprietários, registram onde o roçado foi colocado como, por exemplo, na mata bruta, na capoeira ou no tacanal³¹. Também é habitual, em muitos diários, os AAFIs desenharem o mapa de localização dos roçados.

“Dia 16/11/2006 - Segunda feira – Meu diário – Atividade de levantamento de nosso legume plantado no nosso roçado novo do ano de 2006. Esse ano nós fizemos sete roçados – 4 roçados de capoeira (nawe bai) – 1 roçado na mata virgem (ni kui) – 2 roçados no tacanal (tawa bai) – Esses sete roçados totalmente nós plantamos essa quantidade. Foram 22.400 covas de manivas (atsa) – 39 litros de milho (sheki) – 400 pés de algodão (shapu) – 45 covas de inhame – 11 covas de batata doce (yuxu) – 1.178 filho de banana (mani bake) – 32 covas de taioba (yubi) - 52 litros de amendoim (mana tama). Esse “mana tama” nós plantamos no roçado de tacanal na beira do rio. Nos roçados de mata virgem e capoeira nós deixamos para plantar o mogno, porque eu já tenho as mudas” (AAFI José Rodrigues Kaxinawá - TI Kaxinawá do Rio Jordão).

³¹ Área baixa próxima a margem do rio.

Figura 15 - Mapa dos roçados

Mapa dos roçados novos da Aldeia Verde Floresta, 2006 - AAFI José Rodrigues Kaxinawá

4. Os Quintais e os Sistemas Agroflorestais como uma reelaboração dos AAFIs

“Nós plantamos nossa macaxeira, banana, cará, e nossa batata. É parte que está em nossas mãos. Estamos apoiando o plantio de frutíferas e achamos importante este trabalho. Precisamos plantar para aproveitar e levar para frente e interar a nossa plantação, inteirar a nossa cultura, nossa mesmo e do branco. Acho importante que mais para frente vai se criar uma mistura de sabor” (Francisco Pancho Kaxinawá, in: Gavazzi, 1998).

As ações da agrofloresta junto com as atividades de caça são os fatos mais registrados pelos AAFIs em seus diários de trabalho. Os registros dos diários nós apresentam uma visão de como o processo de implementação e manejo dos safes e quintais agroflorestais estão sendo realizados nas diversas comunidades. Na grande maioria as atividades são comuns a todas as aldeias, por exemplo, a construção de viveiros para a produção de mudas, o plantio nas áreas definitivas em diferentes unidades de produção da agrofloresta, a coleta de mudas e sementes na floresta, a distribuição de mudas e sementes entre os AAFIs e a outros membros das comunidades, as práticas de manejos agroflorestais e as reuniões comunitárias sobre essas atividades.

“O SAF é o local onde a gente planta várias coisas juntas, onde a gente já tinha plantado através do início que estão plantados. Então, as comunidades acham bom e gostam de acompanhar esse trabalho junto da gente. Nós somos de tradição de agricultura também, gostamos de plantar e quem gosta de fruta e quem entende o trabalho quer sempre ter o seu saf. Já sabemos explicar na parte da técnica, já temos a prática e damos os conselhos para quem quer fazer. O agente agroflorestal viaja muito, faz parte do trabalho e quando viaja estamos observando, organizando a limpeza, dando a adubação, regando, fazendo a construção do viveiro, dando também uma forma de explicação e das experiências das comunidades que estão tendo, acompanhando também, e eles querem ter as suas plantas no roçado deles. Então, a comunidade acha bom pra sua família. Ajuda os agentes agroflorestais na construção de mudas e cada um das pessoas vem localizando as experiências onde for construir os seus próprios SAFs de sua família. Então, a valorização do conhecimento que nós temos, estamos dando pra nossa comunidade entender. As próprias pessoas estão plantando. Nós estamos recebendo as sementes e plantando, ajuda assim, como é a situação dos que estamos trazendo. Acho bom para todos os rapazes e jovens, também com os alunos da primeira e segunda série, conhecer, ajudar na forma que vocês estão trabalhando, explicando a nossa própria experiência que nós estamos tendo. Então, as comunidades que acham legal esse trabalho já tem saf localização em cada roçado. Já vem trabalhando e acompanhando a própria nossa experiência” (Depoimento AAFI Josias Mana Kaxinawá, 2005).

Os registros mostram que as comunidades estão sempre discutindo esse tema e participando ativamente das atividades de manejo. Porém, se observa que os alunos das escolas da floresta, os mirins conforme são chamados em algumas terras indígenas³² são os que mais participam das atividades do manejo.

4.1. Os agentes agroflorestais mirins e as práticas da agrofloresta

“A gente sempre está conseguindo fazer um trabalho de ensinar nossos alunos, nossa comunidade para pensar no futuro. Como nossa terra já está demarcada tem que organizar, tem que cuidar da nossa floresta, dos nossos recursos naturais, como os animais silvestres, é por isso que a gente está trabalhando nas aldeias ensinando nossa comunidade. Também nosso trabalho não é só o plantio de todas as coisas, nós estamos ensinando a nossa comunidade, sobre manejo. Manejo é como a gente usa os nossos recursos, como a gente pensa no futuro” (Do diário de trabalho do AAFI Antonio Keã Kaxinawá – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

³²“Desde 1999 o AAFI Benki Ashaninka vem trabalhando com uma turma de 11 crianças que estão matriculadas na escola da aldeia, apelidadas por ele de agentes agroflorestais mirins” (Freschi, 2001, p. 16).

As crianças são seres sociais ativos que participam plenamente das atividades locais desenvolvidas junto aos AAFIs em todo o trabalho da agrofloresta. O processo de transmissão de conhecimento às novas gerações se dá, em grande parte nas atividades práticas, quando as crianças são convidadas pelos AAFIs a realizarem a coleta de mudas e de sementes na floresta, a produzirem mudas em seus viveiros, a cultivarem as mudas nos locais definitivos, a manejarem os safes e os quintais agroflorestais e, eventualmente, nos espaços formais da sala de aula onde são discutidas e registradas suas práticas em pequenos textos e desenhos. São preponderantes na apropriação dos elementos da cultura local e, mais concretamente, das percepções sobre a ecologia das plantas, saberes, e representações que perpassam a vida econômica, social e ambiental dos grupos. *“Através destas atividades e da sua participação nas tarefas produtivas do cotidiano (as crianças), aprendem a identificar e reconhecer as características das plantas, bem como a manipulá-las e utilizá-las”* (Moreira, 1997, p. 79).

“Meu diário dia 17/11/2006 – sexta feira – Atividade de hoje eu trabalhei com as plantas de pupunha. Hoje sexta feira às 7:00 hs até 8:30 hs da manhã eu trabalhei plantado 68 mudas de pupunha. Junto com 6 pessoas, 3 mirins, 1 pajé e uma liderança. Primeiro nós quebramos o jejum com macaxeira cozida, caçuma de milho e cabeça de veado moqueada. Depois da refeição nós fomos pegar as mudas no viveiro e nós dividimos 68 por 6. As cinco pessoas plantaram cada um 11 mudas. Eu plantei treze mudas de pupunha, 2 de jenipapo e uma muda de cedro. Primeiro eu mostrei a posição de pegar a muda para não derriba a muda e corta a raiz da planta e não pode deixar o barro do saco da repicagem. Depois de trabalhar, nós fomos para a sala da escola para escrever na lousa, para explicar a atividade que nós trabalhamos hoje” (AAFI José Rodrigues Kaxinawá – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

“Dia 18/02/2008. Segunda feira, entre às 6:00 horas a 8:00 horas da manhã antes da refeição esta pronta, nós 5 pessoas trabalhamos na aula prática. Os quatro meninos ficaram limpando as plantas ao redor da nossa casa. Eu fiquei fazendo à sementeira, construímos uma sementeira de um metro. Semeamos 92 caroços de sementes de apurui e 19 caroços de semente de biriba. Depois de semear, regamos com a água do rio Jordão, com regador para germinar as sementes. Quando estava terminado de semear os quatros meninos chegaram e perguntaram, assim: essas sementes vão germinar com quantos dias. Ai eu respondi pra eles, nós vamos ver agora, vamos pesquisar. No tempo de inverno vai germinar de repente, no verão vai custar muito tempo porque a terra é seca. Ai outro menino aluno, perguntou assim? Quando essas sementes germinarem, nós vamos colocar aonde? Vamos fazer a repicagem e colocar nos saquinhos” (Do diário de trabalho do AAFI José Rodrigues Kaxinawá – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

“Dia 15 de abril de 2008 – terça-feira – Terra Indígena Kaxinawá do Seringal Independência – Aldeia Mae Bena – Escola Boa Esperança – região município do Jordão – rio Tarauacá. A partir das 7:30 horas eu convidei os alunos para a aula prática no sistema agroflorestal para plantar 50 mudas de açaí touceira, 9 mudas de cupuaçu, 5 mudas de jambo e 8 mudas de buriti. Plantamos no meu roçado, largura de 50 metros quadrado, consorciado com banana. Na hora da aula prática, eu como agente agroflorestal, ensinei os alunos como plantar as mudas, cada distancia das outras plantas, fazendo cobertura morta. O espaçamento do açaí 5 por 5 m, do buriti 8 por 8 m, do cupuaçu 5 por 5 m, do jambo 7 por 7 m” (Do diário de trabalho do AAFI José Edson Ixã – TI Kaxinawá do Seringal Independência).

“Diário de trabalho do AAFI – Aldeia Central Cruzeirinho da Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu – município de Marechal Thaumaturgo Ac – semana terça feira do dia 20 de setembro de 2008. Atividade a ser trabalhada nos quintais fazendo o diagnóstico das plantas, trabalhando junto com os alunos para podar o ladrão, poda de formação, coroamento das plantas. Iniciamos 7:00 horas pela manhã, utilizando o material de poda, terço e serrote. Participaram 10 pessoas alunos para trabalhar no quintal, cada um faz praticando na aula, cada uma faz para aprender” (AAFI Acelino Sales Tuñ Kaxinawá – TI Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu).

“Agora este ano de 2005 o meu plano é de não dar mais aula na escola. Eu vou trabalhar só com palestras e envolver o pessoal mais no trabalho de campo, na prática, para melhorar mais o meu trabalho de SAF. Esse é o meu plano de trabalho de ano de 2005. Dialogar mais com o meu pessoal, para eles acreditarem mais que esse trabalho tem futuro. A minha idéia é essa” (Do diário de trabalho do AAFI – Jorge Domingo Kaxinawá – TI Alto Rio Purus).

Os registros de alguns diários mostram como os alunos participam das atividades agroflorestais, sendo o AAFI o professor dessas práticas. É ele que orienta os alunos nas “novas” práticas de manejo da agrofloresta. Os alunos aprendem a realizar o diagnóstico da situação dos plantios, os espaçamentos necessários para cada espécie de mudas plantadas, o plantio direto de sementes nos roçados e safes, a produção e repicagem das mudas, as podas (termina e formação), a plantar as mudas em berços (cova) com as orientações de largura, profundidade e os nutrientes necessários que compõem o berço. Aprendem também a realizar a coleta de nutrientes na floresta para adubar as plantas, como paú, terra preta, folhas de leguminosas e cinza; trabalhar na construção e no manejo dos viveiros e das sementeiras, a plantar as sementes, a irrigar, a fazer a limpeza das plantas, a fazer cobertura morta e o coroamento das mudas plantadas.

No final de suas atividades junto aos AAFIs realizam as avaliações de suas práticas. Em outros momentos, os alunos elaboram textos e desenhos das atividades práticas de manejo na sala de aula das escolas indígenas.

Figura 16 – Crianças Kaxinawá

Figura 17 – Crianças atuando no manejo

Fotos: Reyes, 2011

Aldeia Nova Empresa da TI Kaxinawá do Baixo Rio Jordão - Crianças atuando no manejo do viveiro de produção de mudas

Segundo o AAFI Zezinho Kaxinawá, a implementação dos safes é também um processo de formação e aprendizagem que possibilita a realização de pesquisas e experimentos agroflorestais “*As atividades de safes são desenvolvidas em conjunto com as comunidades, temos participação dos representantes bem como participação da escola, onde damos aulas teóricas e práticas. Consideramos a implantação dos safes indígenas um processo de formação onde realizamos nossas pesquisas e fazemos nossas experiências*” (Gavazzi, et all, 2005, p. 46).

“22/04/2008 – Nós estamos fazendo o diagnóstico do plantio para ver os problemas dele. Trabalhamos junto com os alunos no trabalho da agrofloresta. O caju falta adubação, coroamento e cobertura morta, a laranja e a lima faltam cobertura morta e adubação, o urucum e o jenipapo faltam coroamento e adubação, a seringa e a cueté faltam coroamento, o jambo falta adubação, o coco de praia e a pupunha faltam coroamento e cobertura morta. O pé de ingá está morrendo o problema dele é o ripiquete do rio” (Do diário de trabalho do AAFI José Samuel Kaxinawá – TI Kaxinawá Ashaninka do Rio Breu).

“28 de fevereiro de 2001, quarta-feira - Trabalhamos na aula prática fazendo repicagem das mudas, começamos às 7:00 horas da manhã, foram 13 alunos para fazer mudas, fizeram 40 mudas até às 10:00 horas da manhã” (Do diário de trabalho do AAFI Adelson Bilo Durico – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

“Às 8:00 da manhã convidamos os alunos para plantar mudas de tangerina, pedi para levar os materiais como: terçado, boca de lobo, paneiro. Chegamos no viveiro e levamos 50

mudas. Chegamos na zona da capoeira nova e explicamos para os alunos para a atividade de plantio definitivo e dividimos em 3 grupos: O grupo 1, eu mandei eles pegarem paú. O grupo 2, fez estaca de rua. O grupo 3, plantio definitivo e terminamos às 12:00 horas, durou 4 horas essa atividade. Participou 10 alunos plantando na zona do SAF comunitários. Chegamos na casa e fizemos avaliação do que eles tinham feito” (Do diário de trabalho do AAFI. Antônio Domingos Keã Kaxinawá – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

“Quinta feira no dia 17 de fevereiro de 2008 – às 9:30 hs. Pela manhã eu fui trabalhar para limpar meu SAFs do ano de 2004 junto à turma de alunos. Nós fizemos poda termina e poda de formação. Eu acho que o trabalho com sistema agroflorestal a gente procura em primeiro lugar uma capoeira para fazer algumas ruas. Depois a gente planta vários tipos de fruteiras e também várias árvores de madeira de lei como: pau d’arco, mogno, cumaru, cerejeira e outras. Acho que sistema agroflorestal e mais ou menos isso. Acho importante a gente estar preocupado em plantar as frutas, pois mais adiante vai servir para nós mesmo. Não vai ser preciso a gente comprar fruta para a gente comer. Nós vamos ter a nossa própria produção” (Do diário de trabalho do AAFI Acelino Kaxinawá TI Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu).

“17 de outubro de 2002 - Eu dei aula prática semeando sementes para os alunos da primeira série. Semeamos no viveiro embaixo do ingá, semeamos 4 espécies de sementes, açai touceira, acerola, caju, carambola. Depois que terminamos de semear as sementes, eu pedi para eles manejar o viveiro. Depois da orientação, cercamos o viveiro contra os animais domésticos. Esse viveiro está no quintal de casa, essa atividades foi de 4 horas, participou da prática 8 alunos” (Do diário de trabalho do AAFI Antônio Domingos Keã Kaxinawá - TI Kaxinawá do Rio Jordão).

“23 de outubro de 2002. Quarta feira - Hoje eu dei aula prática para os alunos no plantio direto de sementes de ingá de metro. Na extensão do quintal da casa, e também reflorestamento da mata ciliar na margem do rio. Plantamos 60 sementes de ingá, espaçamento de 5 em 5 metros um do outro com a participação de 6 alunos na atividade de 1:00 hora. Depois do plantio, eu expliquei o futuro crescimento do ingá, quando ele cresce, serve para nós usar como estaca viva no quintal de casa e serve de adubação para plantar nova fruta dela, serve para o nosso alimento e também para as curicas, papagaio e macaco da noite. Essas 3 faunas, gostam de fruta de ingá, e isso que eu expliquei para os alunos” (Do diário de trabalho do AAFI Antônio Domingos Keã Kaxinawá - TI Kaxinawá do Rio Jordão).

“30 de outubro de 2002, Quarta feira - Eu dei aula prática no plantio direto de sementes de melancia a zona do quintal da casa com a participação de 4 alunos. Antes de plantar eu expliquei para eles, fiz cova e coloquei de 3 em 3 metros de cada cova, espaçamento de 2 em 2 metros uma das outras. Os alunos plantaram em 16 covas sementes de melancia, cada aluno plantou 4 covas. Depois do plantio, eu pedi para eles estaquear as covas de melancia, contra os animais domésticos, foram 4 horas de atividade. O futuro da melancia, eu

expliquei para os alunos que com 90 dias já está no ponto para nos alimentar. A casca dela serve para composto e adubação da plantas novas” (Do diário de trabalho do Antônio Domingos Keã Kaxinawá - TI Kaxinawá do Rio Jordão).

“20 de novembro de 2002 Às 7:00 horas a minha atividade do diário de trabalho, primeiro nós escolhemos terra preta e paú da floresta, peneiramos os nutrientes que foi para preparar, enchemos 225 saquinhos de mudas, 226 mudas de graviola. Eu tirei da sementeira as mudas, estava com duas folhas, estava no ponto de passar no saquinho. Participaram 8 alunos nesta aula prática. Eu como AAFI ensinei como a gente faz repicagem das mudas e como tira as mudas da sementeira sem quebrar a raiz, como leva as mudas. A gente tem que colocar no balde com água e depois encher os saquinhos, a gente faz repicagem das mudas. Trabalho no viveiro “Varinawe Vimi Koã Shovo” e quem participou deste trabalho de aula prática, primeiro: Ernilda Rosa Naíta, Duceneia Assis da Cruz Mashe, Lucila da Silva Peko, Paulo da Silva Peó, Rafael Sinha, Marilda Barbosa Chará, Marco Assis Cruz Abá” (AAFI Marcelino Metsa Katukina – TI Campinas).

“28 de outubro de 2000 - O trabalho da assessoria junto com alunos e mais a comunidade geral. Eu sou AAFI e oriento os alunos usarem nutrientes para mudas ficarem sadia no campo. Usamos 3 tipos de nutrientes, terra preta, paú e cinza. Fizemos a cobertura morta e coroamento. Plantamos 8 mudas de coco no terreiro da escola. Depois fizemos texto e desenho para registrar o trabalho das plantas de coco grande, plantado no terreiro da escola Katukina” (Do diário de trabalho do AAFI Marcelino Metsa Katukina – TI Campinas).

4.2. A participação da comunidade nas atividades da agrofloresta

“22 de maio de 2003 - Eu solicitei a atividade de plantar mudas de açaí de novo no lugar definitivo para cima da casa do agente agroflorestal. Eu comecei às 7:00 horas da manhã, fizemos coroamento e berço de 40 por 40 cm. O berço foi com distância do outro, a terra é plana não tem outra atrás dela e somente igapó e tem muito açaí nativo que produziu nessa safra. Nós éramos 3 pessoas fazendo, era o Jorge Levi Ferreira que o cacique geral e a Nazaré, essa pessoas que trabalham comigo é o meu pai e a minha mãe. Nós trabalhamos o dia todo, fizemos coroamento, abrimos berço e plantamos o dia todo. Nós plantamos 68 açaí e 44 graviola. Então o que nós plantamos foram essas mudas, o total foram 112 mudas” (Do diário de trabalho do AAFI Francisco Edinilson Ferreira – TI. Kaxinawá Praia do Carapanã).

Os diários de trabalho nos revelam que as atividades de implementação e manejo da agrofloresta são desenvolvidas em conjunto com as comunidades. As áreas de safes ou quintais agroflorestais são chamados pelos indígenas de “plantação”. As plantações correspondem às áreas onde se encontram cultivadas grande quantidades de frutíferas e outras espécies de uso. Entre os vários compromissos dos AAFIs, apresentar um modelo demonstrativo da agrofloresta é uma obrigação. Cada AAFI deve ter o seu saf, o seu

quintal agroflorestal ou mesmo o seu roçado enriquecido, pois é a através desses modelos implementados que ele mostrará à comunidade seu trabalho, sua responsabilidade e as vantagens desses modelos, pois só assim, vai poder ser um incentivador para que as outras famílias possam ter as suas “plantações”.

Figura 18 - Quintal agroflorestal da aldeia Nova Cachoeira

Quintal agrofloresta da aldeia Nova Cachoeira da Terra Indígena Kaxinawá do Baixo Rio Jordão. Foto: Victor Reyes, abril de 2012

Os registros mostram que, muitas vezes, o trabalho de implementação e de manejo dos modelos da agrofloresta como: safes, quintais agroflorestais, enriquecimento de roçado, de capoeira ou mesmo o plantio de árvores frutíferas nas clareiras da floresta, envolve, em grande parte, as pessoas das comunidades e em outros momentos, é um trabalho solitário do próprio agente, mas geralmente tem alguém para realizar o trabalho junto ao AAFI. Comumente, os filhos dos AAFIs estão quase sempre presentes, participando das atividades, suas mulheres com menos frequência, em relação aos filhos, mas elas também participam.

Os alunos das escolas, os mirins, também são chamados para participarem das atividades de manejo, pois tal atividade faz parte da disciplina de várias escolas indígenas e muitas vezes o trabalho é realizado junto ao professor da escola. Segundo o professor Chagas da TI Kaxinawá do Rio Jordão *“os alunos fazem a prática, depois a gente dá aula pra eles, principalmente na aula de matemática, a gente faz uma atividade com eles com o que a gente plantou, quantas mudas de pupunha ele*

plantou, quanto pés de açaí ele plantou, quantos metros de distância que ele plantou, a gente faz tudo isso com eles, na aula teórica” (Tavares, 2003).

Os diários indicam que as famílias dos AAFIs, seus suplentes, os professores, os agentes de saúde, as lideranças, os pajés, as mulheres e outros, participam muitas vezes das atividades de manejo. Observa-se que nas reuniões comunitárias, os AAFIs estão sempre discutindo a necessidade da participação de toda comunidade nas atividades de implementação e manejo dos safes e quintais e, geralmente, eles conseguem envolver grande parte dela.

“7 de novembro de 2007 – às 8:00 horas da manhã. Eu início meu trabalho com o manejo de saf, fazendo o coroamento ao redor da planta, a cobertura morta, a abertura de copa que faz sombra pra outras plantas, a abertura de luz do sol. Alguns plantios estavam precisado de luz do sol. Poda de galhos secos, poda de ladrão, biomassa perto do pé do plantio. Eu trabalhei só com a minha família, ensinado eles como a gente trabalha na prática do saf. Marcelo Rosa 13 anos, Mauro Rosa 7 anos, Alexandrina Rosa 6 anos, Lucila 32 anos, eu Marcelino 31 anos” (Do diário de trabalho do AAFI Marcelino Metsa Katukina – TI. Campina)”.

“14 de dezembro de 2000 - Atividade prática, plantio de açaí touceira. Hoje eu plantei semente de açaí touceira junto com minha comunidade. Nós plantamos na capoeira, primeiro nós fizemos estrada para plantar açaí, 4 de estrada de pupunha, a quantidade de caroços foram de 150, 7 estradas de açaí, quantidade de caroços de açaí foram 130, espaçamentos cada 5 metros, tempo de atividade 2 horas, extensão 2 hectare” (Do diário de trabalho do AAFI Vanderlon Pinheiro Damião Shane Kaxinawá – TI. Kaxinawá do Rio Jordão).

“17 de maio de 2002 - Diário do agente agroflorestal, na aldeia Boa Esperança, Sexta- feira eu já convidei a minha comunidade. Eles chegaram às 7:00 horas da manhã com 4 pessoas, Vitor Pereira, Nelson Pereira, Icide Bilo, José Bilo e 2 pessoas são meus irmãos Nasildo Pereira, Eduardo Pereira. Primeiro fizemos o quebra jejum com macaxeira, carne de porquinho e quando nós terminamos a refeição, amolamos o terçado. O que nós utilizamos foram terçados e 2 bocas de lobo. Começamos o nosso trabalho às 8:00 da manhã. No trabalho na aula prática de plantio definitivo das mudas, primeiro cada pessoa vai pegar as mudas no viveiro. Levamos as mudas no local onde nós vamos plantar as mudas. Primeiro escolhemos o local aonde vamos fazer o berço de 40 por 40 cm, mudas de tangerina e lima doce, o espaçamento foi de 5 metros. Quando nós fizemos o berço, separamos a terra preta da vermelha, plantamos no roçado novo. Nesse roçado novo nós já tínhamos plantado os legumes” (Do diário do trabalho do AAFI Agente agroflorestal Josias Pereira – TI. Kaxinawá do Rio Jordão).

“28 de abril de 2001 - Atividade a partir das 7:00 horas a manhã, nós fomos pegar paú com o agente de saúde e mais dois alunos, pegamos dois sacos de paú para substrato. Voltamos no viveiro para peneirar, fizemos substrato, começando peneirar, enchemos saquinho de mudas, repicamos a castanha. Depois da repicagem, nós fizemos abertura de berço para plantar as mudas de amora. Primeiro eu ensinei os alunos, medimos 2 em 2 palmos, fizemos o berço ajuntamos a camada em cima de subsolo, fofamos a terra e colocamos solo dentro do berço. Plantamos as mudas de amora, fizemos cobertura morta e proteção de sol. Quando eu plantei as mudas de amora, expliquei para o agente de saúde e o meu suplente. Eles fizeram bem. Plantamos as amoras, depois nós fomos para as estradas de pupunha e açai para fazer a coberturas mortas. Nós fizemos a cobertura em cada estrada, a quantidade de 45 plantas, o tempo da atividade foi de 4 horas, extensão 1 ha” (Do diário de trabalho do AAFI Josias Mana Kaxinawá – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

Nos registros é visível a incorporação, por parte dos AAFIs, de determinados métodos de trabalho que a CPI/AC utiliza em suas atividades de formação. Por exemplo, a organização de pessoas, em grupos, com um coordenador para realizar determinado trabalho prático no manejo da agrofloresta, na construção de açudes manuais ou em outras atividades que fazem parte das atribuições dos AAFIs. Outra informação que emerge nos diários, são os nomes que os AAFIs dão aos seus safes, procedimento que a CPI/AC sempre usou para identificar os vários safes e rua de safes implementados no Centro de Formação dos Povos da Floresta. Com a intenção de contribuir para o uso social da língua escrita, o programa da CPI/AC sempre identificou com placas os nomes das espécies plantadas no viveiro e isso também foi incorporado por muitos AAFIs em seus viveiros.

“18 de junho de 2002 - Hoje nós trabalhamos no viveiro junto com 8 pessoas, o primeiro grupo pegou paú de sumaúma Mansueto Sales, o segundo grupo do Edson Martes e o Adeomar pegou esterco de boi, o terceiro grupo é do Vanaldo Carlos e Valdo Sales manejando palhas de uricuri, cobertura do viveiro, o quarto grupo é o do Carlos Sales e o Manoel Sales pegou barro preto. Agora nós repicamos e cada pessoa encheu o saco, Ademar encheu 9 sacos, Edson encheu 4 sacos, Vanaldo encheu 5 sacos, Valdo encheu 5 sacos, Mansueto encheu 6 sacos, Miguel encheu 3 sacos, Carlos encheu 4 sacos e o Manoel encheu 8 sacos, o total foram 46 sacos” (Do diário de trabalho do AAFI Mansueto Yasã Kaxinawá – TI. Kaxinawá do Rio Jordão).

Alguns dos AAFIs registram as atividades de manejo da agrofloresta, usando o termo “aula prática”, para se referir as atividades práticas realizadas junto a sua comunidade, ou mesmo quando o trabalho é apenas uma tarefa solitária do AAFI.

Evidentemente, o uso do termo “aula prática” se refere às “novas práticas e conhecimentos” do manejo da agrofloresta que estão sendo discutidas e trabalhadas nas atividades dos cursos, oficinas e assessorias do programa de formação. As atividades tradicionais da agrofloresta não são registradas nos diários com o termo “aula prática”, termo usado apenas para as atividades de manejo relacionadas às “novas” práticas da agrofloresta como, por exemplo, a construção de viveiros, de canteiros, o adensamento com espécies de frutíferas nas capoeiras ou nos roçados, as distâncias marcadas pelas espécies plantadas, ou profundidade por cálculos matemáticos de cultivo agrícola, as podas, a mistura dos nutrientes, a cobertura morta, o coroamento, as enxertias, as regas etc.

“29 de dezembro de 2001 - Começamos às 7:59 horas, em 19 pessoas, fizemos limpeza no plantio até às 9:00 horas. Outro serviço que nós fizemos foi mudas de cupuaçu, fizemos coroamento, abertura de berço, mistura com nutrientes, terra preta, esterco e cinza. No primeiro dia de trabalho do agente agroflorestral dando aula prática” (Do diário de trabalho do AAFI Adelson Bilo Durico – T.I. Kaxinawá do Rio Jordão).

“11 de janeiro de 2001, quinta-feira - Hoje na parte da manhã às 8:00 horas eu trabalhei sozinho na aula prática na repicagem de mudas. Eu já enchi os 7 saquinhos de mudas, 2 mudas de abacate mais de cinco mudas de graviola. O total de mudas eu fiz 7, eu ainda continuo enchendo sacos, mas a chuva começou a chover muito com vento. Eu não posso mais fazer a repicagem de mudas eu deixei às 10:00 horas do dia” (Do diário de trabalho do AAFI Aldenir Paulino Pinheiro Mana Kaxinawá – TI. Kaxinawá do Rio Jordão).

“Na minha comunidade nós somos unimos junto com as pessoas, lideranças, professores, agentes indígenas de saúde, AAFI, pajé, mirim, parteira, artesã, etc. Já tenho início do meu plano de ação na aldeia Belo Monte, calendário de trabalho. O meu plano é um dia durante a semana, na segunda-feira aula prática de SAF das 7:00 às 11:30 horas da manhã trabalho na aula prática de SAF. Das 2:30 às 3:00 horas da tarde trabalho na sala de aula com aula teórica de SAF. É esse o meu plano que venho trabalhando com SAF na minha comunidade” (Do diário de trabalho do AAFI Arlindo Maia Tene – TI. Kaxinawá do Rio Jordão).

“22 de agosto de 2001 - Trabalhei na aula prática e plantei quatro mudas de coco de praia, misturei três qualidades de nutrientes, paú de “himispu”, terra preta e cinza. O berço medi dois palmos de largura e dois palmos de fundura, plantei com espaçamento de cinco metros de cada mudas. A cobertura morta fiz com talo de banana com folha verde e seca. Plantamos na altura de 30 cm, plantei no meio do campo na distância de 30 metros pelo barranco na beira do rio. Muda de coco é muito importante de plantar, precisa de muito cuidado, como crianças pequena, não precisa faltar adubo e água para regar todos os dias, assim não seca e também colocar um pouquinho de caldo de sal e caldo de carne de caça

crua, assim é como um bom fortificante” (Do diário de trabalho do AAFI Josimar Pinheiro Txuã - TI Seringal Independência).

5. Quintais e Sistemas Agroflorestais: modelos demonstrativos de desenvolvimento comunitário

“Sobre as plantas que nós estamos plantando desde que estamos entrando nesse trabalho, é que a gente pode abastecer todas as comunidades. Quando as frutas amadurecem, recolhemos tudo, e as comunidades podem se alimentar dela. Trabalhando assim, vamos começar a comer as frutas que não tinha comido ainda, essas plantas que estamos conhecendo, essas que estão plantadas agora no sistema. A comunidade está começando a valorizar também o que nós temos aqui na nossa aldeia. Os alunos das escolas diferenciadas, entre os alunos jovens que estão crescendo, estão olhando o nosso trabalho e agora eles estão a valorizar o saf. A escola também compra o produto do saf pros alunos merendar. Quem tiver muitos produtos, também vai comercializar no município e vende os produtos que estão produzindo nos roçados e nos safes. O sistema agroflorestal faz a comunidade valorizar as frutas que é a vitamina para nossa saúde. Vamos continuar com essa nossa atividade de plantar muitas espécies de frutas, e outras espécies que usamos e é por isso que estamos fazendo isso aqui nas nossas comunidades. Sobre os conhecimentos que nós estamos tendo, fazendo na nossa prática, pegando muitas informações está na capacitação do nosso trabalho, assim isso ajuda para desenvolver todas as comunidades. É preciso trabalhar na conscientização do que nós estamos fazendo, porque as plantas ajudam muito a gente. Esse trabalho não é só para uma aldeia, é para todas as comunidades. Esse nosso trabalho está sempre olhando para todo mundo. Estamos sempre acreditando e falando pra as pessoas da nossa Terra Indígena, que isso ajuda muito para termos uma boa saúde, uma boa alimentação. Tudo isso é um importante conhecimento que nós estamos fazendo, mostrando e falando para todos” (Depoimento do AAFI Josias Mana Kaxinawá, 2005).

Os safes e os quintais agroflorestais foram chamados pelo programa de formação de “modelos demonstrativos de desenvolvimento comunitários”. Atualmente, esses modelos estão presentes em todas as terras indígenas aonde o programa vem atuando. Cada terra desenvolveu uma característica própria em relação a esses modelos. A ideia central é a de cultivar nas várias unidades de produção agroflorestal (roçados, bananal, capoeira, mata ciliar, quintal e em trilhas dentro da floresta) as espécies de interesse dos índios, ideia muito bem aceita pelas comunidades. Pode-se dizer que os modelos desenvolveram o próprio papel de demonstrativos no início do trabalho, quando os AAFIs estavam levando essa ideia de cultivar e manejar as frutíferas de interesse das

comunidades. Com o passar dos anos, e com os resultados concretos na produção de frutas e outros produtos agroflorestais, tais modelos contribuíram positivamente para que muitas famílias os implementassem em seus roçados, capoeiras e quintais.

“A vantagem de trabalhar com o safi é porque a comunidade está pensando no futuro. Hoje estamos tendo o sistema agroflorestal como mais uma alternativa para alimentação da nossa comunidade e cada pessoa tem um sistema. Nós temos vários plantios com pupunha, açaí, graviola, azeitona, araçá boi, cupuaçu, aquelas frutas perenes que estão crescendo, assim a gente está criando vários sistemas agroflorestais, criando outras condições e os plantios estão crescendo, estão produzindo muitas frutas. A gente está mostrando e produzindo alimento para a comunidade e essa alimentação é saúde, são fortificante as frutas que estamos produzindo. Também serve pra abastecer boa parte da merenda da escola. A gente está vendo que dá para fazer uma boa merenda para os alunos da escola, uma merenda sadia e os alunos gostam é muito bom. Hoje já estamos abastecendo com bastante pupunha e já estamos começando a fazer o abastecimento da merenda escolar como o nosso produto do safi” (Depoimento de AAFI Roseno Txanu Kaxinawá, 2005).

Em muitas comunidades onde há a presença de gado e de ovelhas, os safis e os quintais estão sendo implementados e manejados com sucesso. Um exemplo interessante são os quintais agroflorestais, onde cada família tem o seu próprio quintal com uma grande diversidade de espécies. Com a ampliação e o enriquecimento desses quintais, eles foram se juntando e formando um grande safi no entorno de muitas aldeias, contribuindo com a produção de frutíferas, remédios e outros produtos, próximos da casa de cada grupo familiar. Os quintais agroflorestais, responsáveis por um novo conceito de organizar a aldeia entre as sombras das árvores, vêm mudando a paisagem das comunidades. Conforme dizem alguns AAFIs. *“os safis indígenas, deixam a aldeia mais bonita, é um tipo de uma floresta perto das casas”*.

“O sistema agroflorestal não é só a planta e a espécie, tem variedades de espécies plantadas no local certo, perto e ao redor das casas, em terra baixa, em terra mais firme e mais alta. Temos que cuidar dessa questão que nós estamos desenvolvendo, que são para as comunidades. Agora as plantas estão crescendo, já cresceu a pupunha, o coco, a laranja, a tangerina, a amora, o abiu e outras frutas. As pessoas já estão reconhecendo esse trabalho como que nós estamos vendo e falando. As comunidades, as pessoas estão pensando, estão fazendo e assim traz mais farturas para as nossas comunidades. Agora estão vendo como nós estamos trabalhando” (Depoimento do AAFI Josias Mana Kaxinawá, 2005).

Os safis podem ser individuais ou comunitários. São implantados em diferentes zonas, quintais, roçados, capoeiras bananais e mata ciliar, compostos por frutíferas

(nativas e exóticas), madeira, palha, hortaliças, condimento, essência florestal, plantas tóxicas para uso na pescaria, ornamentais (corpo e casa), para artesanato, para utensílios domésticos, plantas medicinais, mágicas e sagradas. Os levantamentos desses sistemas implantados pelos AAFIs indicam que esses modelos possuem uma grande presença de espécies nativas devido a regeneração natural, manejada pelos AAFIs e a comunidade.

A tabela, abaixo, mostra as espécies nativas a partir da regeneração existente nos safes do AAFI Josimar Kaxinawá.

Tabela 2 - Espécies nativas existentes nos safes a partir da regeneração natural

N	Espécie	Quantidade	Uso
1	Algodoeiro	37	Barco e móveis
2	Bakush *	15	Madeira para casa
3	Dumeã *	138	Lenha e cobertura morta
4	Embaúba	251	Lenha
5	Freijó	09	Madeira para casa e cerca
6	Ingá nativa	11	Alimentação
7	Jarina	511	Palha e artesanato
8	João Mole	19	Alimentação
9	Limãozinho	09	Madeira para casa
10	Mulateiro	951	Construções de casa
11	Mulungu	16	Adubo e lenha
12	Murmuru	63	Cestaria de palha
13	Mutamba	473	Construções e lenha
14	Ouricuri	132	Palha para cobertura de casa
15	Pitomba	03	Alimentação
16	Priqueteira	86	Envira para casa
17	Xila*	28	Fazer prensa de farinha
Total		2752	

*nome indígena – Safes do AAFI Josimar Sales Kaxinawá – TI Kaxinawá Seringal Independência - 2001

Os safes e quintais indígenas são mais voltados para a produção de frutas. Em sua composição apresentam grande quantidade e diversidade de espécies. Um dos motivos para essa grande diversidade, que compõem os safes indígenas, é que eles não são pensados somente para o mercado, os safes e quintais são concebidos para abastecer as comunidades. Para Diegues (2001, p. 42) “*essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais, que não visam diretamente ao lucro, mas à reprodução cultural e social, além de percepções e representações em relação ao mundo natural*”.

“Um das nossas atividades é plantar as frutas junto como a nossa comunidade para sempre pensar no futuro, para abastecer aquele que nós plantamos e quando florir e botar a fruta para nós abastecer. Essa atividade nossa, nós temos que pensar bem, para o nosso futuro, pro nossos filhos, pros nossos netos para a nossa própria comunidade da nossa aldeia. É a gente unir e plantar, não é duas ou três espécies, mas no máximo 100 ou 200 espécies que a gente está plantando. A gente está segurando o nosso trabalho é para a gente ter uma força

muito grande no nosso trabalho. Nós temos que pensar isso, por isso que eu gosto muito do nosso plantio, o saf é lugar de plantar várias espécies junto da comunidade” (Do diário de trabalho do AAFI Aldenir Paulino Kaxinawá – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

O motivo da grande diversidade nos safes indígenas é o fato de a regeneração natural ser manejada pelos índios. Outro ponto bastante significativo é a curiosidade e o interesse dos índios por outras espécies de frutas que não possuem em suas terras, estão sempre solicitando e procurando diferentes espécies para diversificar seus sistemas de produção agroflorestal. Segundo Lévi-Strauss, em *O pensamento selvagem* (1970) existe, nesses grupos humanos, uma atitude científica, uma curiosidade frequente e alerta; uma vontade de conhecer pelo prazer, e isso também se revela nos sistemas agroflorestais indígenas através dos muitos experimentos no processo de seleção e de domesticação de determinadas frutas silvestres, plantas medicinais e sagradas e na reinvenção de técnicas no manejo dos recursos agroflorestais.

“Vou falar um pouco sobre a minha ideia, o sistema agroflorestal é um local onde a gente está trabalhando com várias espécies de plantio, espécie nativa e exótica. Plantamos vários plantios e também trabalhamos com o sistema agrofloresta, a palavra agro é aquele plantio relacionado com a agricultura e a palavra floresta é a floresta que são as frutas, as palmeiras, as árvores de boa madeira que nós estamos plantando. Estamos consorciados tanto as frutas e plantio das plantas nativas da floresta, como palha, madeira, ingá nativo, remédios, tudo misturado, tudo consorciado. No sistema agroflorestal tem muitos tipos de plantas que a gente usa. A gente está trabalhando no sistema, estamos trabalhando hoje na minha comunidade, na aldeia Novo Segredo. Nós fizemos o sistema da aldeia, estamos recomendando o sistema e estamos implantando nas aldeias, fiscalizando o quintal, plantando as mudas, plantando as sementes nativas, como ingá, sapota, biorana, também as palmeiras, já estamos trabalhando um pouco. Então a gente está trabalhando bastante na produção de mudas. Estamos fazendo produção de mudas, fazemos viveiro, fazemos sementeiras para ter as mudas. Estamos produzindo diferentes mudas pra poder implantar nos nossos sistemas. A gente está hoje trabalhando bastante, e as comunidades estão vendo o nosso trabalho, a nossa força, a nossa ideia. Esses sistemas agroflorestais já estão enriquecendo aquelas capoeiras que a gente não derruba, estão crescendo. Nós vamos consorciando com aquelas plantas que gostam de viver no local de sombra, vamos consorciado enriquecer para crescer aquelas capoeiras. Hoje a gente já está vendo o sistema agroflorestal produzindo e tanto aquela madeira que nós deixamos recuperando, regenerando. Já estamos fazendo uso de algumas madeiras, como no caso do mulateiro para a construção de casa. Também as palmeiras para cobertura das casas e isso também já está fortalecendo o nosso trabalho na comunidade. Então, hoje a gente já está trabalhando na produção, estamos trabalhando nas atividades dos viveiros, trabalhamos na parte da adubação orgânica com as plantas nativas, com a folha de mulungu, usamos a folha do

mulungu pra adubar as plantas. Hoje a comunidade já está vendo e entendendo o nosso trabalho” (Depoimento do AAFI Roseno Txanu Kaxinawá, 2005).

Os levantamentos dos safes e quintais, realizados pelo AAFIs junto a seus assessores do programa de formação da CPI/AC, mostram a quantidade e a variedade de espécies que atualmente compõem os safes e quintais de algumas aldeias das terras indígenas Kaxinawá Rio e Baixo Rio Jordão.

Tabela 3 - Levantamento das espécies plantadas nos modelos da agrofloresta na Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão - 2011

Nº	Aldeia	Número de espécie	Quantidade	Zona
1	Novo Segredo	51	1.277	5 quintais, 2 roçados, 1 parque
2	Pão Sagrado	48	1.644	8 quintais, 1 parque
3	Paz do Senhor	22	344	3 quintais, 1 sítio, 1 roçado, 1 parque
4	Coração da Floresta	30	824	2 quintais, 3 roçados, 1 sítio, 1 parque
5	Belo Monte	45	932	6 quintais, 1 saf, 1 sítio 3 roçados, 1 parque
6	Sacado	25	1.460	5 quintais, 2 safes, 1 colônia
7	Astro Luminoso	70	17.441	1 quintal, 9 sítios, 1 roçado
8	Morada Nova	66	3.393	7, colônias, 1 saf, 1 roçado
Total			27.315	

Tabela 4 - Levantamento das espécies plantadas nos modelos da agrofloresta na Terra Indígena Kaxinawá do Baixo Rio Jordão – 2011

Nº	Aldeia	Número de espécie	Quantidade	Zona
1	Nova Minas	34	504	1 quintal, 1 roçado, 2 colônias
2	Nova Empresa	15	459	1 quintal, 1 saf, 1 sítio
3	Nova Cachoeira	56	5.029	9 quintais, 4 sítios, 1 saf, 1 roçado.
Total			5.029	

Para Bianchini (*et al*, 2009, p. 2) “as espécies encontradas em maior porcentagem nos sistemas agroflorestais (da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá), são: o açaí touceira (*Euterpe oleraceae*), a graviola (*Anonamuricato*), a laranja (*Citrusaurantium*), o abacaxi (*Ananascomosus*), o patoá (*Oenocarpusbataua*), a pupunha (*Bactrisgasipaes*), o açaí solteiro (*Euterpe precatoria*), o maracujá (*Passiflora sp.*), o buriti (*Mauritia flexuosa*) e o cupuaçu (*Theobromagrandiflorum*). Foram encontradas 40 espécies e um total de 1.893 plantas, numa área de aproximadamente 10 hectares”.

“O saf Indígena serve para a melhoria da população indígena, envolve e alimenta mais a comunidade, trata-se de um trabalho para o futuro dos povos indígenas. Estamos plantando para nossos filhos e netos, para o desenvolvimento e melhoria das comunidades. O saf serve para chamar as caças, para vim perto quando tem frutas, para ter material de construção perto das casas. A gente está fazendo o manejo, por exemplo, da palha das aldeias para facilitar os trabalhos. O saf ajuda na merenda escolar, a gente produz muitas frutas, os alunos podem comer as frutas, ajuda na proteção da terra, nas áreas que foram desmatadas, ajuda na produção do artesanato, a gente tira as sementes do saf, ajuda na economia familiar. Muitos AAFIs estão vendendo as frutas na cidade estão comercializando. O saf indígena é feito com plantio direto e com mudas do viveiro, da sementeira, a gente planta diretamente e indiretamente. Envolvem todas as pessoas da comunidade, mulheres, crianças, pajés, todo mundo trabalha. É um trabalho familiar, porque é a família que ajuda mais. O saf indígena está enriquecendo as capoeiras e roçados das terras indígenas. O saf indígena ensina na prática trabalha em vários lugares, nos quintais, nas capoeiras, nas matas ciliares, etc. O saf está fortalecendo os trabalhos com as plantas medicinais, o saf trabalha com a agricultura com espécies anuais, frutíferas, medicinais, cipó, etc. O saf é consorciado com a piscicultura, melíponas, quelônios e outros animais, o saf ajuda todos estes animais. O saf indígena só trabalha com nutrientes naturais, não usa veneno, é agricultura orgânica, só usa os recursos naturais. O saf trabalha com sementes nativas, é uma idéia nova que vem para ajudar os povos indígenas. O saf indígena trabalha com planejamento e o uso dos recursos naturais. O saf indígena deixa a aldeia mais bonita, fica mais bonito, é um tipo de uma floresta perto das casas” (Depoimento do AAFIs Josimar Kaxinawá, 2005).

5.1. O plantio de mudas de frutas nas trilhas

Os AAFIs começaram a plantar as mudas de frutíferas nas trilhas dentro da floresta nas atividades práticas da IV Oficina Itinerante, como estratégia para criar marcos vivos ou marcos verdes, no encerramento das atividades da autodemarcação que aconteceu em 2001, na TI. Kaxinawá do Seringal Independência. A Oficina ocorreu num momento importante para o movimento dos AAFIs Kaxinawá do município do Jordão. Eles ganharam maior credibilidade junto aos seus parentes e a comunidade regional, com sua forte presença em todo o processo da autodemarcação.

Organizaram-se para receber três mil mudas de castanha (*Bertholettia excelsa*) e os 50 quilos de sementes de pupunha (*Bactris gasipaes*) vindas de avião de Rio Branco e que foram transportaram do município, para o sítio do AAFI Josimar. Construíram os viveiros, fizeram a repicagem das mudas, cuidaram das mudas até a época do plantio definitivo nas picadas. Os AAFIs fizeram a picada como uma longa estrada de seringa,

um túnel aberto dentro da floresta bruta e os marcos vivos foram plantados nas clareiras, para um total de 197 mudas de açaí-touceira (*Euterpe oleraceae*) e castanha (Gavazzi, 2001; Vivan, et all, 2002; Iglesias e Aquino, 2005).

“04 de setembro de 2001, terça-feira - Hoje na parte da manhã a cerca de 8:30 horas, nós trabalhamos em 45 pessoas na picada fazendo demarcação do Seringal Independência do Alto Tarauacá. O nosso dia de hoje foi muito importante. Eu achei muito legal eram 45 pessoas. Nós todos entre trabalhadores demarcamos a nossa Terra Indígena, foram cozinheiros e cozinheiras. Também o resto das pessoas ainda não chegaram na demarcação da Terra Indígena Seringal Independência. Nós deixamos o nosso trabalho a cerca de 4:00 horas da tarde. Chegamos na casa às 6:00 horas da noite, só isso mesmo a nossa atividade de hoje. Eu vim aqui na aldeia Altamira, Terra Indígena Kaxinawá do Seringal Independência, no Alto rio Tarauacá, vim fazer demarcação da nossa Terra Indígena, junto com os meus companheiros AAFIs. Também junto com o diarista. Nós fizemos esta demarcação com força do IBAMA, IMAC, UNI, CPI, FUNAI e do senador Júlio Eduardo do Acre” (Do diário de trabalho do AAFI Aldenir Paulino Pinheiro Mana Kaxinawá – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

A experiência da autodemarcação da Terra Indígena Kaxinawá do Seringal Independência, serviu de exemplo para os outros AAFIs realizarem, em suas comunidades, essa mesma forma de cultivo de espécies de frutas nas trilhas de acesso a aldeia e o SAF, nos caminhos que ligam as aldeias e outras moradias, nos varadouros e nos piques de caça, com o objetivo de produzir alimentos, enriquecendo a floresta com espécies de interesse. O AAFI Xipi da TI Kaxinawá da Praia do Carapanã que cultivou várias espécies de frutas na estrada que liga a sua aldeia a outra afirmou: *“queremos ter muitas plantas de frutas nos caminhos, assim a crianças e a gente pode comer quando estamos viajando ou caçando.”*

As espécies que estão sendo cultivadas nas trilhas, em clareiras dentro da floresta onde a luz do sol penetra, são castanha, açaí, bacaba, pupunha, manga entre outras espécies. Em algumas aldeias como, por exemplo, nas TIs Kaxinawá do município do Jordão, alguns AAFIs com a ajuda do pajé identificaram determinadas plantas medicinais que nascem próximas a essas trilhas (Tavares, 2003).

Os diários dos AAFIs registram como eles estão realizando essa atividade de cultivar espécies de frutíferas nas trilhas, com o propósito de produzir alimentos mais seguros, priorizando, na maioria das vezes, as espécies nativas de floresta com maior resistência ao desenvolvimento na mata bruta, entretanto, também são cultivadas

espécies exóticas como, por exemplo, manga, carambola, jaca, abacate entre outras. Quando se caminha por essas trilhas é possível ver as árvores em desenvolvimento e as mudas muitas vezes identificadas com estacas.

“06 dezembro de 2001 - diário de trabalho dos AAFI, às 7:00 horas da manhã, eu fiz o plantio direto de semente de manga. Primeiro eu fiz o planejamento com minha esposa, depois nós juntamos 50 sementes de manga. O material que nós utilizamos foi: terçado, estaca viva. Plantamos de 10 em 10 passo no caminho do varadouro das outras casas, onde moram o meu irmão, minha tia e o meu tio. Primeiro nós cavemos a terra com terçado, colocamos a semente de manga, depois nós colocamos um pedaço de pau, para fazer a estaca, depois nós pintamos a estaca com tinta vermelha. Também a gente fez ”Kene” nas árvores grandes, quando a gente vai neste caminho acha bom ou ruim. Também nós pensamos no futuro da produção das pessoas nas aldeias. Quando o plantio de manga cresce bem, nós vamos fazer clareira e limpamos a varação por baixo da floresta, para ficar lindo e consorciar as outras plantas frutíferas. Trabalhamos 2 pessoas, Josias Pereira Mana e Francisco Carlos Hiri Būk para ser a prova o nosso plantio. Estamos satisfeito e com fé que vai crescer bem a semente de manga” (Do diário do AAFI Josias Pereira Kaxinawá – TI. Kaxinawá do Rio Jordão).

“Dia 29 de novembro de 2001. Hoje trabalhamos no plantio definitivo de mudas de castanha na estrada da casa do AAFI Josimar até a sede da Aldeia Altamira. Foram plantadas 22 mudas com a participação de 24 pessoas. O tempo de duração da atividade foi de uma hora e meia. Durante este período de trabalho achei muito importante, aprendemos a distância de 15 a 20 metros que a gente plantar as mudas de castanha. Deve escolher um lugar de clareira onde a castanha vai pegar a luz do sol. A castanha cresce mais de 50 metros, com grossura de 4 metros e pode durar até 800 anos. Daqui uns 20 anos em diante nós já teremos esse recurso para se alimentar e comercializar no mercado. Essas castanhas já foram documentadas aqui no sítio Cristo Redentor e vai servir para nossos filhos e netos” (Do diário de trabalho do AAFI Flaviano Medeiros Kaxinawá – TI. Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu).

“03 de novembro de 2001 - plantio de marco verde do outro lado da demarcação. Hoje na parte da manhã às 8:00 horas nós trabalhamos na aula prática, abaixo da aldeia Altamira. Nós fomos em 25 pessoas e plantamos 2 tipos de mudas, 4 pessoas levaram materiais e cada pessoa levaram 3 mudas, 2 de castanha e 1 de açaí touceira no local definitivo do igarapé Manduca, no meio do caminho da auto-demarcação. Nós fomos com dois barcos. A nossa atividade começou às 8:30 horas da manhã. O grupo 1 do Francisco Rosinei Sabino Txanu, teve um tempo de duração de trabalho de 2:30 horas e plantaram 8 mudas de castanha, 4 mudas de açaí touceira e pregaram uma placa também no caminho de invasão do nawa. O grupo 2 Josimar Pinheiro Sales Txuã plantaram com o grupo deles 14 mudas de castanha, 17 mudas de açaí touceira e a duração do trabalho deles foi de 2 horas. O grupo 3

do Jaime Maia Metu, plantaram 15 mudas de castanha, 5 mudas de açaí touceira com duração de trabalho de 2 horas. O grupo 4 do Josias Pereira Mana, plantaram 13 mudas de castanha, 7 mudas de açaí touceira e a duração do trabalho foi de 3 horas e também pregou 1 placa no caminho dos invasores do nawa. Eu achei muito importante a nossa atividade de hoje. Nós vimos o Abel Paulino pintou 7 “mae musha” e “txere beru” também, aproximadamente 3 km de estrada de auto-demarcação. O total foi de 73 mudas de duas espécies, 50 mudas de castanha, 23 mudas de açaí touceira. Também nós achamos muito importante a nossa atividade de marco verde. Agora nós seguramos a nossa terra, com o marco verde com o plantio de castanha e de açaí consorciado com vários tipos de espécies da floresta” (Do diário de trabalho do AAFI Aldenir Paulino Pinheiro Mana Kaxinawá – TI. Kaxinawá do Rio Jordão).

5.2. Os viveiros de produção de mudas: um espaço instituído pelo AAFI

“Continuando o trabalho no dia 13 de julho com a comunidade no trabalho prático na construção de viveiro, sementeira e produção de mudas de açaí. Para resolver todas as atividades que nós planejamos, dividimos em três grupos. Eu AAFI José Edson Txanu, primeira turma de AAFI com ensino médio junto com o AAFI Josimar Txuã, e mais os AAFIs novatos ficamos no grupo de construção de viveiro e sementeira para a construção de viveiro natural com madeira roliça. Os AAFIs Irineu Sales e Ivanildo Paulino junto com os alunos ficaram no grupo de produção de mudas de açaí e semeio das sementes de maracujá, café, acerola e jenipapo, para ensinar os alunos e o resto da turma da comunidade Nova União. Com tudo isso, eu José Edson com a minha equipe construímos um viveiro grande de 5 metros por 10 metros, perto do rio Tarauacá. O viveiro foi construído somente com madeira roliça com a cobertura de palha. Também plantamos 6 mudas de maracujá nas estacas do viveiro, futuramente a cobertura do viveiro será de maracujá com frutas para nós tomarmos sucos naturais e nos alimentarmos” (diário de trabalho do AAFI José Edson Txanu, in: Dias, 2011).

Figura 19 – Diário de trabalho - viveiros

Diário de trabalho do AAFI José Rodrigues Kaxinawá - Aldeia Verde Floresta
TI Kaxinawá do Rio Jordão

O viveiro de produção de mudas constitui uma unidade referencial para a comunidade como um todo, que complementa o trabalho do AAFI. Nas orientações do programa de formação, a construção do viveiro sempre foi incentivada e orientada para que cada AAFI construísse o seu próprio viveiro. O viveiro é o espaço instituído pelos AAFIs nas comunidades para a produção de mudas. Ter um viveiro bem organizado, com grande quantidade de mudas de diversas espécies, fortalece o trabalho do AAFI e é mais uma marca do seu trabalho. Porém, o programa orientou outras formas de produzir mudas, por exemplo, embaixo das sombras das árvores, nos bananais, nos roçados, etc.

Hoje é bastante comum ver as mudas de frutas e de outras espécies espalhadas em várias zonas da comunidade, como estratégia para facilitar o seu transporte até o lugar definitivo onde serão plantadas. O viveiro coberto com palha e fechado para evitar a entrada de animais está quase presente nas aldeias. É nas atividades práticas de viveiro e nos espaços da agrofloresta, que se discutem as questões de saneamento ambiental e manejo, como: a qualidade e as exigências ecológicas; o controle de insetos, animais

predadores e doenças; os sistemas de plantio (roteiros técnicos); os consórcios específicos; as técnicas de envivamento ³³.

“É importante o AAFI trabalhar junto com a comunidade pensando na qualidade de vida para o futuro, na segurança alimentar, na soberania, no ensinar os alunos a fazerem mudas, como plantar as mudas de cada espécie no SAF e na capoeira. Recuperar áreas abertas, pensando em ter muitas frutíferas na comunidade e que possamos alimentar e ter saúde, fornecer para a escola a nossa merenda regionalizada e para o cuidando do meio ambiente e dos nossos recursos naturais” (Do diário de trabalho do AAFI José Edson Sales – TI Kaxinawá do Seringal Independência).

“24 de setembro de 1999 - Diário de trabalho do agente agroflorestal Raimundo Paulo Kaxinawá Ixã. No meu calendário do diário de viveiro de produção de mudas eu trabalhei com 5 pessoas de minha comunidade me ajudando construir viveiro. Nós tiramos 6 estacas nativas da mata. 3 estaca de pimenta brava e 3 estacas de canela de velho. Achei muito importante estas 6 estacas de cajazeiro e mulungu. Tiramos também 35 palhas de uricuri e 20 palhas de jarina para cobrir o viveiro” (Do diário de trabalho do AAFI Raimundo Ixã Kaxinawá – TI. Kaxinawá do Rio Jordão).

“Às 8:30 horas, eu fiz de novo um viveiro, na minha sementeira tirei 3 estacas vivas, 2 estacas de cajarana e 1 de jitol branco, cobertura de varas de cana brava é bom. Fiz cobertura de palha de uricuri, tirei 10 palhas, terminei à cerca de 11:30 horas. Almocei banana cozida com ovos de galinha torrado. Depois do almoço eu trabalhei na aula prática sozinho, semeando vários tipos de sementes na minha sementeira nova. Primeiro eu semeie: 519 sementes de açaí touceira; 300 sementes de café; 71 sementes de pupunha sem espinho; 67 sementes de araçá-boi; 60 sementes de maracujá; 50 sementes de acerola; 10 sementes de cacau; 06 sementes de caju; 10 sementes de abacate; 03 sementes de cajarana, 10 sementes de pamãwã, eu não sei como é o nome da sementes, mas parece que é pitomba. A soma total deu 1.778 sementes que eu semeie hoje na minha sementeira nova. Depois de semear tudo, eu vim pegar uma panela de água para regar. Eu não tenho regador. Está faltando muitos materiais para minha atividade. Eu tenho só um terçado e o resto dos materiais, eu estou com dificuldades, só nisso mesmo. Eu terminei a cerca de 4:30 horas da tarde o meu trabalho. Eu esqueci uma coisa, o caçador da minha comunidade matou um porquinho da mata com o cachorro dele. Mas ele não me deu nenhum pedaço, ele está ruim demais” (Do diário de trabalho do AAFI Antônio Domingos Keã Kaxinawá – TI. Kaxinawá do Rio Jordão).

³³ Enviveiramento – plantio de mudas pequenas em canteiros, onde recebem cuidados especiais (adubações, molhações) até atingirem o desenvolvimento adequado para o plantio no campo.

A criatividade dos AAFIs contribui na criação de outras maneiras de produzir as mudas, como por exemplo, colocar as sementes embaixo das escadas das casas³⁴. Assim, cada vez que alguém sobe pela escada, lava os pés sujos. A água servirá como irrigação para as sementes que estão embaixo da escada (Mendes, 2011). Outra forma criativa de produzir mudas de coco da Bahia, concebida pelos AAFIs, é colocar os cocos embaixo do jirau, onde se utiliza a água para lavar os utensílios da cozinha, evitando assim o trabalho para a irrigação.

Para evitar que os predadores (rato, cutiara, etc.) estraguem as sementes que tem nozes como: açaí, castanha, pupunha, patoá e outras espécies, os AAFIs cobrem as sementeiras com o caule e as folhas do uricuri, que é toda cheia de espinhos longos e finos, impedindo que os animais consigam se aproximar. Outra forma que muitos AAFIs estão incorporando em seus viveiros é a de plantar a muda de maracujá de modo que a rama suba e cubra os viveiros, produzindo junto com as frutas, as mudas. Uma influência dos viveiros, que existem no Centro de Formação, faz com que todas as mudas plantadas em saquinhos sejam identificadas em placas, com o nome de cada espécie.

“05 de março de 2002, Terça feira - Eu e o meu primo Edinilson, trabalhamos no meu sítio, nós fizemos viveiro, tiramos pau de cameleira, tiramos 20 palhas que foram tiradas para fazer o viveiro. Nós manejamos os pés de palheiras, então foi isso que nós trabalhamos” (Do Diário de AAFI Erivaldo Bina Kaxinawá – TI. Kaxinawá Praia do Carapanã).

“29 de novembro de 2002 - Foi primeiro dia do meu trabalho que eu cheguei do curso, fui no meu viveiro e no meu sistema Agroflorestal. Então eu cheguei no meu viveiro eu fiquei tão alegre, porque minhas mudas estavam todas bonitas, não estavam ruim, tudo organizado. Então o meu suplente trabalhou bastante, ele foi interessado em trabalhar. Gostei dele, eu vi que a coisa estava mudando sobre meu trabalho. Tempos atrás não era assim nesse trabalho, então eu cheguei e comecei a trabalhar na aldeia Novo Lugar” (Do diário de trabalho do AAFI Pedro Melo – TI. Alto Rio Purus).

“29 de maio de 2004. Nós comunidade da aldeia Perú fizemos substrato. Primeiramente nós fomos buscar três sacas de areia, depois nós fomos buscar 4 sacas de terra preta e também nós usamos uma pá de cinza e 2 pás de cupim. O material de trabalho foi machado, pá, enxadeco. Saímos às 7:00 horas e fomos até as 11 horas. Depois de tudo isso nós fizemos repicagem e semeamos as sementes de cupuaçu, buriti e cacau. Então nosso trabalho foi esse” (Do diário de trabalho do AAFI Artur Brasil Manchineri TI. Mamoadate).

³⁴ As casas Kaxinawá sempre têm no jirau na sua entrada uma balde ou um pote de barro com água, pois é um hábito lavar os pés antes de entrar na casa.

“20 de outubro 2001, terça-feira - Eu fiz o levantamento das mudas no viveiro na aldeia Nova Cachoeira. 67 mudas de graviola; 37 mudas de castanha; 67 mudas de açaí touceira; 237 mudas de pupunha; 06 mudas de laranja; 39 mudas de tangerina; 01 mudas de chaga; 65 mudas de abil; 25 mudas de biriba; 02 mudas de andiroba; 69 mudas de tamarindo; 05 mudas de pitanga; 12 mudas de coco da praia. Soma total, 632 mudas no viveiro, temos 13 espécies, várias plantas no viveiro” (Do diário de trabalho do AAFI Jaime Maia Metũ – TI Baixo Rio Jordão).

O viveiro de produção de mudas é um espaço onde os alunos das escolas e outros membros da comunidade realizam as atividades das aulas práticas, discutem questões relacionadas à produção e os cuidados necessários com as mudas. O viveiro dos AAFIs é também um espaço de socialização do conhecimento da agrofloresta, é um espaço de aprendizagem através das orientações dos AAFIs e das atividades práticas onde, mulheres, homens e crianças participam nas atividades de produção de muda.

“21 de fevereiro de 2002, terça-feira - Nós trabalhamos na aula prática de agrofloresta na plantação de dois tipos de produção de mudas do nosso viveiro, plantamos 30 mudas de café e 6 mudas de carambola. Fomos buscar um saco de adubo de paú no aceiro do roçado e uma peneira de terra preta. Fizemos os espaçamentos, medindo a cada dois metros. A abertura de berços foi de dois palmos de fundura e dois palmos de largura, colocamos duas mãos de paú, duas mão de terra preta e cobrimos com adubo de folha seca molhada. Plantamos as mudas que estavam na altura de 45 cm, estava todas sadias, gostei muito e achei muito importante. Fica melhor que todas as mudas crescem muito rápido no saquinho, folha verde e azul” (Do diário de trabalho do Josimar Txuã Kaxinawá – TI. Kaxinawá Seringal Independência).

5.3. Horta orgânica e plantas medicinais

Figura 20 – Diário de trabalho - canteiros

Diário de Trabalho do AAFI José Rodrigues Kaxinawá - Atividade de sementeira na horta orgânica
Aldeia Verde Floresta – TI Kaxinawá do Rio Jordão

É comum, em grande parte das comunidades indígenas do Acre, cultivar em seus terreiros pequenas hortas onde predominam alguns condimentos. Planta-se pimenta, pimenta de cheiro, pimentão, maxixe, tomate, couve, cheiro-verde (cebolinha, chicória, coentro) e o “nawanti”, verdura coletada na floresta, que serve para temperar a macaxeira cozida, especialidade da culinária Kaxinawá. “Estas hortas, quando não são cercadas, estão suspensas em pequenos canteiros, frequentemente construídas sobre o casco de velhos ubás”. (Iglesias, 1995, p. 6). Porém, as hortas orgânicas cercadas e com maior produção e diversidade de hortaliças chegam às aldeias junto com as atividades dos AAFIs.

“10/10/2001 - A minha atividade foi na minha horta, eu carreguei 19 baldes de paú para adubar um canteiro, o tamanho do canteiro tem 6 m de comprimento, por 80 cm de largura. Eu fiz o adubo, eu quebrei o torrão de barro bem quebrado com enxada, aí eu coloquei 6 baldes de paú peneirando. Eu misturei bem, aí eu pequei 6 regadores de água e molhei bem o canteiro. Este canteiro foi para fazer o transplante de couve. Eu fiz o transplante de mais de 60 mudas de couve no canteiro e de mais 4 pés de tomate. Eu semeei mais semente de

coentro no outro canteiro. Eu transplantei mais 314 mudas de limão para o meu viveiro de baixo para elas pegar luz do sol. Eu fiz este trabalho junto com o menino que me ajudou. O meu trabalho de construção de canteiro na minha horta finalizou. Agora eu só vou manejar, utilizar e comer elas. Agora o que eu plantei foi cebolinha, alface, beterraba, cenoura, couve, tomate, pepino, pimentão chicória, cheiro verde, isso foi o que eu plantei, mas tem mais, agora eu vou começar a colher. A minha horta é para mim e minha família, mas eu dou para a comunidade, para o pessoal aprender a comer verduras, também é a minha obrigação” (Do diário de trabalho do AAFI – Jorge Domingo Naxima Kaxinawá – TI. Alto Rio Purus).

O estudo de horta orgânica no programa de formação:

“está relacionada à melhoria da dieta alimentar e da saúde das sociedades indígenas, pressionadas pela escassez de alguns alimentos de sua dieta tradicional, fornecendo-lhes produtos ricos em vitaminas e sais minerais, produzidos sem a utilização de agrotóxicos e produtos químicos, que contaminam o meio ambiente e o próprio homem” (CPI/AC, 2009, p. 114).

Conforme proferiu Pancho Kaxinawá, antiga liderança do Alto Purus, *“mais para frente vai se criar uma mistura de sabor”*, as hortas orgânicas confirmam e contribuem para essa mistura de novos sabores, pois seus produtos são utilizados para temperar as carnes de caça³⁵, animais domésticos (ovelha, porco, pato, galinha e gado) e peixes, além de determinadas hortaliças que estão prevalecendo no gosto de cada pessoa. Os diários apontam como os agentes desenvolvem esse trabalho e como estão envolvendo a comunidade na produção de hortaliças. O registro, sobre a horta orgânica, está mais centrado nas atividades do manejo, da distribuição e da venda das verduras, das espécies cultivadas e colhidas, das orientações aos alunos, da comunidade através das atividades de aulas práticas, das ferramentas e técnicas utilizadas, do número das pessoas que participaram das atividades e, muitas vezes, os AAFIs narram o prazer de trabalhar com as hortaliças e de consumir as verduras plantadas em suas hortas.

“11/10/2001 - Eu colhi alface e cebolinha para comer, eu vendi para o agente de saúde Pedro para comer com carne de queixada. Almocei às 12 horas na casa do José Domingo lideranças é bom comer alface e cebola” (Do diário de trabalho do AAFI Jorge Domingo Kaxinawá – TI. Alto Purus)

³⁵ Nem todos usam tempero na carne de caça porque segundo alguns a carne de caça já é temperada.

“11 de outubro de 2002, segunda-feira - hoje nós trabalhamos em 4 pessoas na aula prática para hortaliça. Primeiro limpamos o local na beira do rio pelo barranco e brocamos a capoeira e tiramos vara de baúso, medimos 2 m de largura e 3 m de comprimento. Cavamos para afogar a terra e fizemos um palmo de altura. Fomos buscar paú de “himixpu” dentro do caminho do roçado novo, tiramos dois sacos de palhinha cheio e peneiramos dentro do canteiro e colocamos também 4 mãos de cinza para evitar as pragas, grilo, cachorro d’ água. Riscamos com um pedaço de vara e começamos a semear as sementes de couve e semente de tomate. Colocamos paú e tiramos palhas de manejos dentro do campo e cobrimos os canteiros para o sol não secar as sementes dentro dos canteiros, agora é cuidar e regar todos os dias” (Do diário de trabalho do AAFI Josimar Txuã Sales Kaxinawá – TI. Kaxinawá Seringal Independência).

“02/10/2001 - Eu colhi cebolinha e alface para a senhora Marlene de Oliveira Kaxinawá. Já tenho produção de 2001 e estamos começando a comer as coisas da horta que estou plantando. Hoje eu plantei no berço 20 sementes de abóbora grande no meu roçado junto da Rosa. Eu fiz o desbaste de quiabo e de abobrinha goiana e andei visitando o plantio de todos no meu SAF. Foi assim a minha atividade do dia” (Do diário de trabalho do AAFI Jorge Domingo Kaxinawá – TI. Alto Rio Purus).

“04 de novembro de 2002, segunda feira. Eu dei aula prática na horta orgânica para os alunos jovens e adultos. Ontem eu saí da casa e eu pedi para eles levarem os materiais que usa na horta, terçado, enxada, peneira, ciscador, saco de polpa. Quando eu cheguei no local expliquei para eles usarem nutrientes, como misturar, como medir o comprimento, a largura e como afogar a terra. Então não tinha esterco de gado, pedi para eles pegarem paú de seringa na mata bruta. Dividi os grupos e o grupo 1 foi pegar paú de seringa, o grupo 2 foi afogar a terra. Semeamos as sementes de rúcula, cenoura, alface, repolho, coentro, cebola de cabeça, tomate, maxixe, quiabo, pimentão, ao todo nós plantamos 10 espécies. A atividade durou 4 horas com a participação de 10 alunos” (Do diário de trabalho do AAFI Antônio Domingos Keã Kaxinawá – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

“03 de maio de 2001. A minha atividade foi regar as mudas de plantas frutíferas no meu viveiro de manhã e de tarde. Também no dia 3 de maio eu fiz transplante de mudas de couve em um canteiro na minha horta. Também plantei 9 pés de plantas medicinais caseira na minha horta. Nesse mesmo dia eu tive visita do professor Maru e de um pai de família que se chama Janis. Quando eu estava trabalhando no manejo da minha horta o professor Maru achou importante. Eles acharam que eu estava fazendo mesmo o meu trabalho de plantar verduras. Aí eu falei para ele que eu estava tentando mostrar tudo o que eu tinha participado no curso durante 45 dias para a minha comunidade para o pessoal acreditar que o meu trabalho não é brincadeira. Eu quero produzir alimentos diferenciados para eles comer e ter coragem para trabalhar, porque quando a gente está com a barriga cheia, tem coragem de trabalhar e por este motivo que eu estou fazendo as minhas atividades de horta e mudas de frutíferas. Eu falei assim para o professor Maru Kaxinawá” (Do diário de trabalho do AAFI Jorge Domingo Kaxinawá – TI do Alto Rio Purus).

“19/10/2001 - O meu trabalho foi misturar esterco de galinha com paú podre para adubar meu canteiro de couve, para ficarem mais fortes as folhas de couve. Eu revirei um pique na

compostagem que eu fiz, para gerar mais adubo para adubar cebolinha e cenoura nos canteiros. O manejo dos canteiros eu fiz isso na minha horta perto da minha casa. Estou trabalhando assim, é muito bom para mim, um trabalho para meu dia a dia aprendendo a mexer mais com as plantas. Eu colhi cebolinha e alface para o José Maria e o Peregrino para comer com peixe cozido. A minha atividade foi plantar mais 21 pés de banana no meu roçado, dois pés de abacate e 5 pés de caju, isto foi no meu roçado que eu trabalhei junto com minha família, pesando no meu futuro no ano 2002 e continua plantando mais no roçado” (Do diário de trabalho do AAFI Jorge Domingo Kaxinawá – TI Alto Rio Purus).

5.4. Os parques medicinais

As atividades na horta orgânica também estão relacionadas à produção de ervas medicinais, favorecendo a criação de farmácias vivas³⁶ em cada comunidade e fortalecendo a prática tradicional da cura de enfermidades. Porém, nos últimos anos, em algumas comunidades, vem surgindo um espaço específico para o cultivo das plantas medicinais, chamado pelos Kaxinawá de “parque” ou “parque medicinal”, local aonde os pajés desenvolvem o cultivo de várias espécies de plantas medicinais. Na TI Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu, na aldeia Japinim, o pajé Félix vem realizando um interessante trabalho com as plantas medicinais que são coletadas na floresta e cultivadas no parque medicinal, próximo da aldeia. Nesse parque, Felix vem introduzindo também espécies de frutíferas com a orientação do AAFI. Nesse local foi construído um chapéu de palha, onde Felix produz e comercializa a garrafada³⁷. *“Félix me apresentou uma lista com 360 espécies introduzidas e manejadas nesse local, ele tem um caderno onde registra o levantamento das espécies e seus usos específicos”* (Dias, 2009, p. 41).

“(...) às 3:00 horas da tarde, o nosso secretário dos povos indígenas Virgulino Rodrigues Sales convidou nós os AAFIs pra ir lá no Parque Centro “Sesse Enaya” para nós discutir a informação sobre o nosso trabalho, porque chegou outro companheiro novato para trabalhar como AAFI da aldeia Novo Lugar da TI. Baixo Jordão. O nome dele é Valdemir Domingo Tuwe, tem 25 anos e nós encontramos com 14 pessoas no Parque. Ai o secretário Virgulino fez uma avaliação para o novo AAFI cantar duas músicas do “meka” e o hinário e ele cantou só um música do “meka” (Do diário de trabalho do AAFI José Rodrigues Kaxinawá – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

³⁶ Farmácia viva é um conjunto de plantas medicinais, indicadas para o tratamento de doenças mais comuns e de menor gravidade.

³⁷ Muito comum no norte e nordeste brasileiro a garrafada, uma reunião de várias ervas, raízes ou casca de pau, deixada em fusão no álcool que serve para várias curas.

Cada parque medicinal tem seu nome próprio: Espírito da Floresta, *Sesse Enaya*, Farmácia Fundo Segredo - *Dua arubena ranu bunati*, Coração Medicinais - *Dua Buse*, *Nixi Pae* e *Ika Muru*. Esses espaços também servem de uso social para o lazer, para as reuniões, para o estudo e as pesquisas. Muitas vezes, os índios organizam troncos (que servem de bancos) dispostos em forma de quadrado, ficam sentados conversando com os amigos e parentes, tomando rapé.

Os AAFIs levam os alunos das escolas para passear e conhecer as plantas que cultivadas. Alguns pajés dão aulas sobre o uso e o manejo das plantas medicinais para os jovens e os AAFIs, costumam realizar reuniões nesses espaços. Em alguns parques existem pequenas construções onde o pajé trabalha na confecção de garrafadas, outros organizam pequenos altares cobertos, onde inserem fotos de pessoas, do irmão José, imagens de santos, pequenas garrafas com *ayahuasca* e outros objetos como: bonecas, maracá, etc. O idealizador do parque medicinal foi Agostinho Muru, antiga liderança dos Kaxinawá do Jordão, preocupado em conservar as plantas medicinais. Hoje, outras terras indígenas Kaxinawá também criam os seus próprios parques medicinais.

Uma observação, bastante interessante, feita pela indigenista Dedé Maia (comunicação pessoal) sobre esses novos espaços criados pelos índios na aldeia, que além de ser área para tratamento de enfermidades são áreas de lazer. “*O Parque da Samaúma Sagrada na Aldeia Novo Futuro*³⁸ é uma espaço de cura com as medicinas tradicionais. Em seu entorno os AAFIs plantaram vários tipos de batatas medicinais e outras plantas de curas, além disso, é o parque que os AAFIs estão chamando de escola para estudo das medicinas”.

Nessa aldeia existem três parques e no Parque da Samaúma Sagrada os índios desenharam no tronco da árvore da samaúma a rainha da floresta, pois segundo eles, é ela que comanda todos os trabalhos de cura, realizados no parque. Outra observação interessante é que entre os vários gomos (sapopema) da samaúma eles definiram espaços para curas específicas. “*O gomo onde está o desenho é o espaço para a meditação. Outro é para consulta e diagnóstico de doença. Outro é para tirar o panema*³⁹. *Outra é para os banhos com ervas medicinais*”.

³⁸ Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá.

³⁹ Panema significa, falta de ânimo, cansaço, má pontaria na caça, preguiça. Para evitar o panema os índios devem tomar vários cuidados.

Figura 21 - Parque medicinal

Figura 22 – Desenho na Samaúma

Foto: Ion, 2012

Parque da Samaúma Sagrada e da rainha da floresta desenhada na samaúma – TI Kaxinawá do Rio Humaitá

“Eu tenho um parque Muru, ali encostado no kupixawa que os meninos fizeram e eu quero organizar tudo, quantas peças de ervas tá faltando pra poder começar a plantar ali perto, porque ali é a nossa farmacinha. Vai ser a farmácia dos índios, principalmente pra curar a doença que o Huni Kuĩ tinha de contato com os brancos. Agora já é um pouco difícil pra tratar essas doenças que vem contaminado pelos brancos, que a gente tá começando a estudar agora. Eu sou velho de idade e pouco de estudo desse trabalho. Então é uma coisa que a cada dia, cada tempo, cada hora a gente tá tendo mais experiência e tem mais conhecimento e também entendendo mais um pouco como é que a gente pode dar valor na nossa terra. Antigamente ninguém não tinha, a gente vivia na escravidão. Hoje nós temos essa novidade que tanto lutamos e conseguimos esse pedacinho de terra. Então, nós queremos entender o que é que tem de valor dentro da nossa área. Como a gente vai organizar e utilizar essa riqueza que nós temos dentro da nossa floresta. Quem é que vai descobrir, da onde é que vem pra dar aula pra nós? É nós que nascemos aqui, criamos e estamos começando a organizar. Então, por isso eu fico muito preocupado com os jovens, quando eles vão colocar roçado, abrir caminho e fazer outras coisas estão matando muitas ervas medicinais. Até por precaução, a gente está proibindo, que tem que ir o pajé na frente pra não cortar mais aqueles remédios mais importantes, que é mais difícil. Algumas ervas ficam mais difícil de encontrar, outras a gente vê muitas em todos os cantos. Então, acho que esse trabalho que tá tendo, eu to vendo que é uma coisa que a gente tem que vê, esclarecer bem pra vocês o que é que nós vamos fazer, o que nós estamos fazendo e pensando também no futuro pra preservar tudo isso pros nossos filhos, filhas, netos e netas” (Depoimento Agostinho Manduca Kaxinawá, 2005).

O “movimento” dos AAFIs direcionado para a gestão territorial com ações voltadas para a agrofloresta, o manejo e a conservação dos recursos naturais, vem influenciando, através de suas ações políticas, sociais, ambientais, culturais e econômicas, o surgimento desses novos espaços impregnados de significados e representações, onde o pajé também realiza, de certo modo, o trabalho dos AAFIs.

Porém, dando atenção especial à medicina tradicional, cultivando as plantas medicinais consorciadas com as frutíferas. Acredita-se que esses novos espaços, criados pelos índios, estão relacionados ao movimento que Weber define de “*pró-cultura*” (2006), que se reflete também nas atividades da agrofloresta e na gestão do território.

“Janeiro de 2008 às 7:00 horas da manhã eu trabalhei no parque Espírito da Floresta até às 9:00 horas da manhã, às 9:30 eu fui manejar palheiras, trabalhamos juntos 7 pessoas. Nós comemos carne de porquinho” (Do diário de trabalho do AAFI Mansueto Yasã Kaxinawá – TI. Kaxinawá do Rio Jordão).

“Quinta feira dia 17/01/2007. Construção do nosso parque, nós começamos o trabalho com 9 pessoas” (Do diário de trabalho do AAFI José Samuel Kaxinawá – TI Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu).

“No dia 18 de outubro de 2008. A gente vai visitar medicina tradicional, escolhemos um local novo pra plantar a farmácia viva – nome do local Farmácia Fundo Segredo – “dua arubena ranu bunati” é a primeira vez que nós visitamos com 12 alunos no Parque Fundo Segredo. Vimos muitas medicinas e cada uma com significado. Nós coletamos um bocado que serve para dor de braço, serve pro olhos, vista limpa, serve para bereba, serve para berruga, muitas espécies aqui na Morada Nova” (Do diário de trabalho do AAFI José Samuel Kaxinawá – TI Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu).

“31/12/2007 – segunda feira – diário de trabalho – atividade parte da manhã nós trabalhamos na aula com o pajé André Domingo Ixã. Ele nos ajuda a plantar ervas medicinais no Parque Coração Medicinais “Dua Buse.” Nós trabalhamos com 8 pessoas para plantar medicina de 3 espécies “tunu”, “sesse” e “bata. Nós plantamos 15 pés de “bata pei txumi” (AAFI Arlindo Maia Kaxinawá – TI. Kaxinawá Rio Branco).

5.5. A chegada das flores

O plantio de flores faz parte nas atividades das aulas práticas de horta orgânica, nos cursos que acontecem em Rio Branco. O cultivo das flores, como elemento ornamental e estético deixando o espaço das hortas mais bonitas, tem como objetivo discutir a sua importância para atração de insetos polinizadores, o controle biológico de pragas e a produção de sementes para alimentar animais, no caso específico, para os peixes criados nos modelos demonstrativos do CFPPF. Também planta-se hibiscus, (*Hibiscus rosa-sinensis*) que além de suas funções estéticas e medicinais, tem por finalidade a produção de cerca viva e a melhoria no processo de recuperação de solo degradado devido a sua resistência a sua poda para a produção de biomassa. No relatório de Dias (1999) referente às atividades de horta orgânica, no curso realizado no centro de CFPPF, ele registra alguns motivos de se trabalhar com as flores:

“Dentro da horta cultivamos algumas espécies florícolas, principalmente de girassol e gergelim. A idéia era de facilitar a permanência de abelhas, criar hospede para pragas, controlar as formigas saúva, produzir sementes para os AAFIs levarem para suas aldeias e reforçar o trabalho com técnicas de controle alternativo e biológico” (Dias, 1999 p. 6).

Um aspecto interessante que vem se observando com mais intensidade em algumas terras indígenas é a grande presença do cultivo de flores em volta de algumas casas, atividade mais relacionada às mulheres. Acredita-se que o plantio de flores, também seja, de certo modo, uma influência do trabalho dos AAFIs, que está mais concentrada nas atividades das mulheres. O que vem acontecendo na criação de novos espaços, como o caso dos parques medicinais onde o pajé marca o seu espaço no recriar novas funções, o mesmo vem acontecendo com as mulheres. Elas estão, de certa maneira, reinventando funções e marcando seus espaços nos terreiros no entorno de suas casas através do cultivo das flores e plantas medicinais em seus “jardins”. Nas atividades de assessoria Reyes (2011) mostra como ocorre em uma aldeia dos Kaxinawá do Rio Jordão:

“Fiquei impressionado pela beleza da aldeia. Além de não estar em uma área muito impactada como uma ocupação antiga não possuem criação de gado (como em todas as aldeias que assessoriei nesta viagem) e, além disso, existe um grande trabalho de paisagismo/jardinagem nos terreiros das casas, completamente tomados por flores e plantas medicinais. Este trabalho é realizado pelas mulheres da aldeia. Após terem recebido em uma “miração” de cipó a mensagem que deveriam de persistir nesse trabalho iniciado já na antiga aldeia do Novo Segredo” (Reyes, 2011, p. 32).

Figura 23 – Plantio de flores na aldeia

Figura 24 – Plantas medicinais na aldeia

Fotos: Victor Reyes, 2011

Vista da aldeia Novo Segredo, pode-se observar os quintais das moradias com plantios de espécies florestais, agroflorestais, medicinais e ornamentais.

No depoimento abaixo, dado por Maria Zenira, uma das mulheres da aldeia, responsável pelos jardins que estão sendo implementados nos terreiros das casas, fala sobre a função que cada um tem na aldeia e o papel das mulheres de plantar as flores e as ervas medicinais.

“Tinha muito campo, tem muito planta lá, (na aldeia antiga) mas ele fez muita (AAFI)... a gente também. Nós morávamos lá com a minha tia, o meu tio, todos junto, nós estávamos morando no outro lado. O outro lado tem muito campo grande mesmo. Aí começávamos a trabalhar lá. Também nós estávamos tomando “nixi pae” lá. Agora recebeu miração desse trabalho mesmo, nós estava vendo, verdade nesse trabalho, aí nós tamo começando esse trabalho. Essa união com todo grupo das mulheres, aí me chamaram pra fazer um nome da função que a gente tem... Cada pessoa aqui tem um nome de função, no que nós tava trabalhando, com meu irmão, minhas primas. Aí fez, cada um tem nosso papel, aí começaram a trabalhar com elas, com ele, com todos eles juntos” (Maria Zenira Kaxinawá, in: Reyes, 2011).

5.6. Trocas e distribuição dos recursos genéticos vegetais entre os AAFIs e as comunidades

“31 de março de 2003 - Eu doei as mudas de abacate da minha aldeia para a Terra Indígena do Jordão. Quando eu vinha do trabalho o assessor Tupi vinha chegando na minha porta, também procurando muda de buriti, com o amigo Mansueto (AAFI). No meu viveiro não tinha mudas de buriti, aí ele me convidou para arrancar as mudas. Eu fui ainda arrumar para ele 38 mudas de buriti, para ele levar para os AAFIs do Jordão, porque lá em cima não existe buriti” (Do diário de trabalho do AAFI Francisco Edinilson Ferreira Kaxinawá – TI Kaxinawá da Praia do Carapanã).

A CPI/AC é a principal responsável pela distribuição dos recursos genéticos vegetais (RGV) para as comunidades indígenas que fazem parte do programa, sendo basicamente, as espécies de frutas e de hortaliças. Dificilmente se distribui sementes ou mudas de espécies florestais como a madeira de lei, pois é o que não falta nas comunidades. A distribuição está centrada, sobretudo, na demanda das comunidades que normalmente é de fruta e de hortaliça. A distribuição dos recursos genéticos vegetais se dá através das viagens de assessorias, nas oficinas itinerantes, após a finalização dos cursos de formação ou mesmo quando a CPI/AC, na sua sede em Rio Branco, recebe visitas de indígenas que fazem a solicitação de sementes ou mudas. A distribuição de sementes, mudas e estacas para as várias terras indígenas deve fazer um longo percurso para chegar até as aldeias que ficam distantes. Devem viajar de avião,

depois de barco, por um longo tempo, antes de chegar às aldeias. Essa atividade deve ser muito bem organizada.

“No dia 13 de janeiro do ano de 2000, às 7:00 horas eu peguei 40 mudas de laranja para entregar para o Orlando Sena levar para a Aldeia dele. Ele levou também 2 mudas de maracujá, 6 mudas de tangerina. O Orlando vai levar essas mudas até a Aldeia Natal e embarcou as mudas com os seus 2 irmãos: Edson Sena e Vaudico Sena. Eu falei para ele levar as mudas com bastante cuidado, para não matar as mudas, porque ele está subindo de varejão e vai gastar por volta de três dias até chegar na casa dele” (Do diário de trabalho do AAFI Josimar Pinheiro Sales Txuã).

É necessário realizar um bom planejamento na distribuição das espécies, para poder acumular uma grande quantidade de sementes, mudas e estacas diversificadas, ter um local específico para conservá-las antes de fazer a distribuição: criar estratégias de conservação das espécies para que chegue bem a aldeia; fazer contato com várias instituições para fornecer sementes e mudas; avisar a comunidade para que os AAFIs estejam organizados para levar o que recebem nos viveiros ou realizar o plantio no local definitivo. No caso da coleta e da distribuição das sementes de frutas, que tem uma época específica para a sua produção, muitas vezes as viagens ficam atreladas a essa realidade do tempo que tem a fruta. O Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF) é responsável por grande parte da produção e da distribuição dos recursos genéticos vegetais para as terras indígenas do Acre. Desde a sua criação, foi concebido para ser um espaço com a função de produzir e distribuir as sementes, mudas e estacas às comunidades. Por isso, seus modelos agroflorestais possuem uma grande variedade de espécies de frutas para demonstrar e poder oferecer uma maior diversidade às comunidades indígenas.

“Lista da família da aldeia Martins que recebeu as mudas de frutíferas do AAFI que produziu junto com aluno e a comunidade. Distribui as mudas para a família plantar no seu SAFs e no seus roçados novos. As espécies de mudas são: graviola, pupunha, carambola, manga e ingá de metro”. José Carneiro Peó mudas 27, José da Silva Txalci mudas 27, Antônio Barbosa Meké mudas 27, Nilo Carneiro Tapo mudas 20, Fernando Carneiro Aro mudas 21, Valder Carneiro Txano mudas 25, Francisco Carneiro Teka mudas, 20 mudas, Armedio Carneiro Ame 21 mudas Romildo Carneiro Voko 20 mudas João Melo Carneiro Voko 20 mudas, Paula Silva Peó 20 Adinaldo da Silva Moya 20 mudas, Claudêncio Barbosa Nii 20 mudas Damacio Afonso Tani 21 mudas, Marcelino Metsa 21 mudas” (Do diário de trabalho do AAFI Marcelino Metsa Katukina – TI Campinas).

“16/09/2000, Sábado. Eu plantei roça e Aldenira Sereno chegou na minha casa 7:00 horas da manhã, ela venho buscar mudas no meu viveiro. Ela levou 6 mudas de açaí, 7 mudas de tangerina, 2 mudas de bacaba, 3 mudas de abiu, 2 mudas de canjarana, 2 mudas de laranja, 1 muda de maracujá. Ela levou no todo de 25 mudas do meu viveiro. Eu dei mudas para ela plantar. De tarde eu plantei 5 mudas de coco de praia, 2 de açaí, 2 pés de laranja, 1 de maracujá. Hoje eu plantei 10 mudas no lugar definitivo” (Do diário de trabalho do AAFI Jaime Maia Kaxinawá – TI Kaxinawá do Baixo Rio Jordão).

“31/12/2007 – segunda feira –diário de trabalho – Hoje eu fiz coleta de pupunha para abastecimento de 2 aldeias, colhi 90 kilos de pupunha de frutas e dei 5 kilos de sementes de pupunha pro meu cunhado Ivalnildo e AAFI Paulino Kaxinawá da aldeia Altamira. Eu plantei essas pupunhas em 1997” (AAFI Arlindo Maia Kaxinawá – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

Os AAFIs, através de suas articulações, estão realizando interessante intercâmbio genético entre aldeias e terras indígenas. Dentro das várias funções dos AAFIs, a produção e a distribuição de mudas e de sementes para as comunidades é uma importante empreitada. De certa maneira, é uma obrigação que todos da comunidade produzam em seus quintais, safes ou roçados grande quantidade e diversidade de frutas. Em alguns casos os AAFIs também realizam a distribuição de mudas para os não indígenas, que vivem próximos de suas aldeias e solicitam as mudas de frutas.

Os diários de trabalho indicam como isso ocorre através da distribuição das espécies nativas e exóticas produzidas em seus viveiros, quintais, safes e roçados. Em seus viveiros os AAFIs produzem espécies nativas recolhidas na floresta, como o Buriti (*Mauritia flexuosa*), o açaí solteiro (*Euterpe precatória*), a bacaba (*Arecaceae*), e outras. A partir das trocas e da distribuição essas espécies são difundidas em área aonde não crescem espontaneamente. Nos viveiros também se encontram plantas de outras regiões do Brasil e de espécies chamadas de pós-colombianas, como os cítricos (*Citrus spp.*), o tamarindo (*Tamarindus indica*), o coco (*Spondias dulcis*) a jaca (*Artocarpus heterophyllus*), a fruta pão (*Artocarpus altilis*), a carambola (*Oxalidaceae*) entre outras espécies oriundas da Ásia tropical e das ilhas do Pacífico (Vivan, et all, 2002).

“03 de março de 2003 - Recebeu sementes de pupunha pelo CPI/Ac, o professor Teka me entregou as sementes de pupunha para o AAFI Marcelino Metsa. Estas sementes de pupunha foram semeio indireto na sementeira, 300 sementes de pupunha foi semeada na sementeira” (Do diário de trabalho do AAFI Edilson Rosa da Silva – TI Campinas).

“27 de janeiro de 2008, domingo chegou João Moises, ele pegou 150 sementes de pupunha, 1 fruta de biriba” (Do diário de trabalho do AAFI Mansueto Yasã Kaxinawá – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

“25/06/2000, domingo. Eu distribui sementes de pupunha, de açaí touceira e de buriti. Eu dei para duas pessoas, para o João Pereira dei 120 sementes de pupunha, 40 de açaí, 6 de buriti, para o Ricardo Sales, dei o mesmo tanto, 120 pupunha, 40 açaí, 6 buriti. Também eu dei 100 saquinho, dei sementes de verdura, beterraba, couve, maxixe e quiabo” (Do diário de trabalho do AAFI Jaime Maia Kaxinawá – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

“10 de maio de 2001, quinta- feira. A parte da manhã às 7:00 horas, eu saí com meu cunhado Francisco Alexandre para nos buscar a nossa muda no viveiro velho. Eu cheguei às 8:00 horas na casa do meu tio, prof. Manoel Pereira, para buscar todas as mudas que tenho no viveiro. O nosso material que utilizamos foi, enxada, terçado, saquinho para mudas. As muda que tenho no viveiro são: maracujá, graviola, cupuaçu, açaí touceira, pupunha, são 4 espécies. Nós trouxeram 10 cupuaçu, 24 pupunha, 8 açaí touceira. Nós trouxemos 32 mudas, 3 mudas eu dei para o Vanderlon (AAFI), agora o resto eu distribui para 3 pessoas, Pedro Costa, Raimundo Pereira e prof. Manoel Pereira. Eu dei 12 pupunha, 05 cupuaçu, 10 açaí touceira, 15 graviola, 10 maracujá. O Pedro Costa (AAFI) eu dei 52 mudas de plantio, ele vão plantar no roçado novo. Raimundo eu dei 10 pupunha, 3 cupuaçu, 5 açaí touceira, 10 graviola, 8 maracujá. O Raimundo Pereira, eu dei 36 plantio de mudas, ele vão plantar no roçado novo. Manoel eu dei 20 pupunha, 10 graviola, 8 maracujá, 6 açaí touceira, o Manoel Pereira eu dei 44 plantio de mudas, ele vai plantar no campo, só isso que eu distribui para 3 pessoas” (Do diário de trabalho do AAFI Josias Mana Kaxinawá – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

A distribuição de sementes e mudas se dá, muitas vezes, nos momentos de viagens de um AAFI para o município, nas visitas a outra aldeia ou quando as pessoas vão até o AAFI para solicitar as mudas. Os AAFIs que recebem a visita sentem prazer em mostrar as suas plantações, pois ter uma plantação diversificada e bem cuidada, dá certo prestígio ao seu proprietário que é considerado um “AAFI trabalhador”. Quando as árvores possuem frutas maduras é muito comum presentear o visitante com essa fruta ou com a semente. Desse modo, as trocas genéticas entre os AAFIs acontecem nas atividades de visitas que muitas vezes é chamada por eles de viagem de intercâmbio.

Figura 25 – Diário de trabalho – distribuição de fruta

Diário de trabalho do AAFI José Rodrigues

“(…) Na subida do dia 27 de maio, eu visitei o companheiro AAFI Lucas Sales. Ele me levou para visitar as plantações deles. Eu vi as plantas estavam bonitas. Ele me deu 3 maracujás grandes para eu plantar” (Do diário de trabalho do AAFI José Rodrigues Kaxinawá – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

“Meu relatório de intercambio 20/02/2007 – quarta feira. Hoje às 9:30 hs da manhã eu fui visitar as duas aldeias Bom Jesus e Chico Curumim junto com 5 pessoas, a liderança, o agente de saúde dois mirins. Às 10 hs chegamos na aldeia Bom Jesus, não tinha os homens, todos foram pescar com oaca no igarapé do Canafista. Ai nós fomos pra aldeia Chico Curumim, chegamos na casão do AAFI Mansueto Yasã Sales. Ele estava na casa dele e recebeu bem recebido a gente. Nós demoramos meia hora sentado, ai Yasã me levou para visitar as plantas dele. Nós fomos visitar, vimos dois pés de cajarana que estava caindo de maduro, ele mando pra nós tirar, comer e tirar semente para nós plantarmos. Eu tirei 20 cajaranas e uma fruta de apuí bem madura. Depois nós voltamos pra casa dele, fomos pra escola e almoçamos uma cabeça de paca cozida com macaxeira. À 1 hora da tarde, saímos e chegamos à 1:30 hs aqui na minha casa, é isso que eu vi nessa minha visita de intercambio em duas aldeias, Bom Jesus e Chico Curumim” (Do diário de trabalho do AAFI José Rodrigues Kaxinawá – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

Os AAFIs realizam a domesticação ou semi-domesticação, de determinadas espécies florestais, coletando na floresta e trazendo-as para próximo de suas moradias. Na grande maioria, trata-se de frutíferas como: sapota, patoá, biorana, maracujá, cacau, bacuri, ingá, pama, buriti entre outras, além de plantas medicinais e sagradas. As coletas acontecem quando os AAFIs estão realizando suas caçadas ou quando saem com o propósito de fazer a coleta de sementes e mudas de frutíferas na floresta, espécies que a

comunidade valoriza, pois gostam de comê-las. As espécies recolhidas em suas andanças pela floresta são cultivadas em seus viveiros e, posteriormente, as mudas são replantadas em locais definitivos. As mudas e as sementes também são distribuídas para as famílias que se mostram interessadas em cultivá-las nos seus roçados, safes ou quintais próximos as suas moradias.

De origem latina, a palavra domesticar significa trazer para o “domus”, trazer para a casa e é desse modo que os AAFIs estão fazendo: as frutas nativas que antes eram coletadas na floresta, hoje estão nascendo perto das aldeias, ao lado das casas de moradia, sendo cultivadas nos quintais e roçados. Os AAFIs fornecem um bom exemplo do potencial de gerência local na formação de ecossistemas de paisagens manejadas, nesse sentido, as paisagens são intensamente transformadas pela ação consciente do homem. (Magalhães, 2009). Suas intervenções mostram a complexidade do manejo florestal. Trazendo espécies nativas, próximas as suas moradias, num processo de domesticação, selecionam as melhores sementes para a produção das mudas. Após serem plantadas nas sementeiras e posteriormente nos locais definitivos, as plantas são manejadas de acordo com a ecologia de cada espécie.

Este manejo, ou gerência, depende do plantar, do transplantar e da remoção de algumas variedades permitindo, assim, que outros cresçam. Inclusive, incentivam algumas com fertilizante e cinza, preparam e trabalham os solos para favorecer a espécie útil (Posey, 1999). A domesticação de espécies vegetais pode ser definida como um processo de seleção para adaptar determinadas espécies ao ambiente criado pelo homem - ambiente de cultivo (Jorge, 2004). Neste processo de domesticação das espécies de plantas, há uma interação de complementaridade entre a domesticação de paisagem e a de plantas (Clement, 2001).

“Diário de trabalho – No dia 20 de janeiro de 2008 às 8 horas da manhã. Atividade colheita de sementes e mudas nativa. Quando sai da minha casa para colher sementes, levei um material para colocar as mudas e as sementes para plantar no meu saf. A gente usou dois baldes com água. Eu consegui colher 8 espécies nativas: 15 mudas de sapota, 20 mudas de patoá, 30 mudas de bacuri, 40 sementes de biorana, 15 sementes de ingá nativa, 10 sementes de cacau, 8 sementes de fruta nativa e 7 sementes de maracujá” (AAFI Marcelino Metsa Katukina – TI Campinas).

“No dia 28 de fevereiro de 2008 às 8:00 horas da manhã. Atividade colheita de sementes nativas. Eu sai da minha casa para colher as frutas que a minha comunidade gosta de comer, para trazer e plantar perto da aldeia. Eu consegui colher 3 espécies: pama 30

sementes, bacuri 20 sementes e sapota 20 sementes. Estas sementes que eu colhi fiz o sementeio direto na sementeira” (Do diário de trabalho do Marcelino Metra Katukina – Terra Indígena Campinas).

“Diário de caçada 01/07/2006 – Sábado. Hoje eu e o agente de saúde saímos às 7:00 hs da manhã aqui na nossa casa, às 7:45 hs chegamos na varação de duas bocas. O Bina Shubu ele foi pela direção da colocação Tanzonza no igarapé do Canafista. Eu fui pela direção do igarapé de Caroazal, fui abaixado e encontrei muitos rastros de porquinho que atravessou o igarapé. Quando estava no rastro do porco, correu o veado que estava deitado debaixo de uma paxiubão, baixado do lado direito no barranco do igarapé Caroazal. Vareí no igarapé do Zé Lanta, aí abaixei até no barreiro grande. Eu vi muitos rastros de caça nesse barreiro, queixada, porquinho, veado e paca. Vareí na cabeceira do igarapé de Branco Nawaya. Quando eu já vinha voltando pra minha casa encontrei sementes de aguano, trouxe 63 caroços de sementes nessa minha caçada” (Do diário de trabalho do AAFI José Rodrigues Kaxinawá – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

“Dia 01 de agosto de 2006 - terça-feira - relatório de atividade de caçada. Hoje terça-feira às 7:00 horas da manhã, eu fui caçar com o meu filho Francisco Célio Siã. Eu vi muitas coisas, fomos pela direção do igarapé de Caroazal encontrei muitas sementes de mogno, ajuntei 80 caroços de sementes. Aí eu fui andando mais na frente atravessamos o igarapé Caroazal, senti o pixé de porco que já passou bem de manhã. Descemos pelo igarapé Tigelão, subimos e vimos rastros de porquinho. Vimos também rastro de veado novo que estava andando no igarapezinho do Tigelão. Quando fiquei parado de andar, vi um barulho de porquinho que vem atravessando o igarapé, já vem descendo, era só dois porcos. Aí atirei, ele caiu no mesmo canto. Quanto matei esses porquinhos já era 10:20 hs. Aí tirei o coró e saímos de lá, cheguei em casa à 1 hora” (Do diário de trabalho do AAFI José Rodrigues Kaxinawá – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

5.7. O manejo de palha para cobertura de casa: trocas interculturais

“10 de fevereiro de 2000 - Diário de trabalho do AAF Raimundo Paulo Ixã. Meu calendário de trabalho com minha comunidade da aldeia, nós fizemos uma criatividade para organizar o nosso trabalho. Ficamos 3 grupos de 4 pessoas, ficamos para cobrir a casa do Ixã, 5 pessoas ficaram para cobrir a nossa canoa com palha de jarina, 2 pessoas ficaram para tirar madeira e fazer balacho de canoa. Tiramos 300 palhas de jarina manejando. A nossa liderança ficou ajeitando a porta da casa. A liderança quando foi sair pra encontrar nós, ele encontrou dois porquinhos andando no meio de ramal. Ele correu para chamar o cachorro para fazer o nosso rancho. Terminamos às 3 horas da tarde o nosso trabalho de manejo de palha. Manejamos 23 palhas de jarina. Foi bom trabalho a nossa criatividade da nossa organização dos recursos naturais” (AAFI Raimundo Ixã Kaxinawá – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

O teto das casas indígenas é obtido pelas folhas de palmeiras como: jarina (*Phytelephas macrocarpa*), ouricuri (*Atallea phalarata*), jaci (*Atallea butyracea*). Para se construir um teto, a quantidade de folhas equivale, no mínimo, a um desfolhamento parcial de uma palmeira ou na hipótese menos sustentável, a derrubada da mesma palmeira. O manejo de palha, evitando a derrubada, para cobertura de casa faz parte de uma das várias atividades dos AAFIs. Nesse sentido, eles vêm discutindo e incentivando, junto às comunidades, a prática de manejo desse importante recurso que nos últimos anos começou a ficar distante de algumas comunidades, devido à reorganização territorial nas instalações das aldeias próximas aos rios, o que intensificou o uso desse e de outros recursos.

“Na aldeia do Caucho as pessoas não tem a tradição do manejo da palha, as pessoas sempre derrubam as palheiras. Hoje lá no Caucho eles já sentem a dificuldade de palha. As pessoas das outras aldeias já estão vindo na minha aldeia Tamandaré para pegar palha” (AAFI - José Francisco Kaxinawá, in: Gavazzi, 1997).

Com a crise na economia da borracha, na primeira metade dos anos 1990, muitas famílias Kaxinawá da Terra Indígena do Rio Jordão e de outras terras, que moravam em colocações de centro⁴⁰, “*priorizando estratégias econômicas que incluíam a produção de borracha, optaram por migrar para novos locais de moradia situados na beira dos rios. Nessas novas aldeias, intensificaram os cultivos agrícolas de terra firme e a criação de animais domésticos, inclusive pequenos rebanhos bovinos, buscando garantir uma subsistência mais farta e obter novos produtos para venda junto a regatões e pequenos comerciantes dos centros urbanos*” (Iglesias, Aquino, 2005, p.77).

Uma das consequências negativas desse novo assentamento, resultado do deslocamento dos grupos familiares de dentro da floresta para as margens dos rios, se agrupando em aldeias, foi o uso intensivo dos recursos naturais e das palhas para cobertura de casas de moradia, pois as palheiras (palmeira) eram derrubadas em grande quantidade para se obter suas palhas, levando esse recurso a ficar distante das aldeias.

“Eu quero dizer, que o manejo é para o nosso futuro para nós índios, que vivemos na floresta. Porque se continuar derrubando os pés de palheiras, como ficaremos no futuro daqui para frente? Por isso que é muito importante fazer o manejo de tudo que tem na

⁴⁰ Colocações de centro eram aquelas que se encontravam no meio da floresta, longe dos principais rios, mas em áreas boas para a produção de borracha.

floresta. Nós Manchineri, também fazemos o manejo da palha da jarina para botar no capote da casa de moradia, assim que a gente conserva a nossa floresta indígena. O manejo quer dizer que não vai precisar só de uma vez, vai ser para toda a vida, todo tempo, pois quando a gente quer tirar a palha, já temos no lugar definitivo, já sabemos de onde tirar, fica perto de casa, dá menos trabalho para carregar, é mais favorável para nós” (Do diário de trabalho do AAFI Paulo Emidio Manchineri Terra Indígena Mamoadate).

No início do primeiro curso de formação, a palheira foi o primeiro recurso natural renovável que o programa de formação escolheu para iniciar as discussões e as práticas de manejo sustentável com os AAFIs. Devido ao fato de ser um recurso indispensável para a cobertura das habitações indígenas e a sua efetiva escassez nas proximidades das aldeias.

“Vou contar uma história muito importante da nossa preocupação com o futuro. Nós o povo Kaxinawá do rio Jordão temos 11 aldeias dentro de nossa Terra Indígena, 9 aldeias no rio Jordão e duas aldeias no rio Tarauacá. Onde nós moramos não temos o costume de fazer o manejo da palha para cobertura das casas. O pessoal derruba as palheiras para tirar as palhas e cada vez mais as palheiras estão ficando longe da aldeia. Hoje já está ficando difícil de buscar a palha. As palheiras estão cada vez mais ficando longe, para buscar as palhas demora uns 20 minutos, dá muito trabalho, a gente fica enfadado de carregar as palhas. O pessoal da minha comunidade da aldeia Independência está começando a fazer o manejo da palha (...)” (AAFI José Sales Kaxinawá – in: Gavazzi, 1997).

Os Manchineri, que vivem no alto rio Iaco, utilizam o manejo de palha para cobertura de suas casas sem o emprego da derrubada da árvore; prática também utilizada por grande parte da população ribeirinha não indígena, que habita ao longo do rio Iaco. Sendo assim, podemos considerar que uma das características do rio Iaco é o manejo das palheiras sem a sua derrubada.

“12/11/96 Aqui na aldeia Lago Novo, construímos 4 casas este ano de 96. Teve uma casa que pegou 140 palhas, mas nenhuma palheira foi derrubada. Outra casa pegou 300 palhas e a outra pegou 300, mas nenhuma palheira foi derrubada. A gente constrói uma escada para poder tirar as palhas. A outra casa pegou 130 palhas de jarina. Aqui na nossa aldeia é muito difícil para nós derrubar as palheiras da nossa floresta. Se nós derrubarmos as palheiras cada vez vão ficando distante da aldeia” (Do diário de trabalho do AAFI Zezinho Manchineri – TI Mamoadate).

Figura 26 - Desenho do manejo de palha

Dário do AAFI Damião Manchineri

Assim, as práticas de manejo da palheira entre os povos Manchineri, “*foram intercambiadas entre os AAFIs nas situações interculturais propiciadas pelos cursos de formação os que dominam certo tipo de técnica de interesse para o manejo são incentivados a difundi-las entre aqueles que a não a dominam*” (Vivan, et all, 2002, p. 39). Os AAFIs deram início a discussões coletivas, visando o manejo das palheiras e as práticas de evitar a derrubada delas cortando, seletivamente, as palhas e selecionando matrizes. Essas técnicas foram amplamente adotadas nas aldeias.

“Este ano, demos continuidade as discussões iniciadas no curso do ano passado sobre o manejo de palha para cobertura. No primeiro dia de aula, também participaram os 15 Agentes de Saúde nas discussões da situação atual do uso inadequado das palheiras em suas aldeias, pensado em suas implicações na vida das pessoas. A contribuição dos Manchineri que vivem no alto rio Iaco contribuiu em tais discussões e na difusão da “nova” prática entre os outros povos indígenas que não conheciam essa técnica. Este intercâmbio é uma importante ferramenta para fortalecer a dimensão intercultural do trabalho pedagógico. Depois do relato de todos os participantes sobre a situação ambiental do uso das palhas em sua comunidade, iniciamos as atividades práticas de manejo. Começamos pela construção da escada e depois pela retirada das palhas de uricuri localizadas no Centro de Formação dos Povos da Floresta” (Gavazzi, 1997, p. 13).

Hoje, muitas comunidades indígenas, através das iniciativas dos AAFIs realizam o manejo de palheira sem a sua derrubada. Os relatos sistematizados pelos AAFIs, em seus diários de trabalho, indicam detalhadamente o número de palheira manejada, de palha utilizada e retirada, de pessoas que trabalharam nessas atividades. Registram também o nome dos participantes, sua função social nas comunidades, o tempo que o trabalho durou, as distâncias para carregar as palhas até as comunidades, onde a palha foi utilizada, o proprietário da casa que será coberta e a extensão da moradia coberta.

“No dia 3 de junho de 2008 – atividade de hoje, nós 16 pessoas, manejamos 80 palhas, cada pessoa para a cobertura da escola estadual. Nós comemos carne de boi, trabalhamos das 7 às 5 horas da tarde. Eu manejei as 5 palheiras, derrubamos 2 palheiras de 83 palhas. Nós tiramos 1.300 palhas. Trabalhamos junto com 4 grupos. A distância é de 25 minutos longe da casa (...)” (Do diário de trabalho do AAFI Mansueto Yasã Sales – TI. Kaxinawá do Rio Jordão).

“No dia 15/11/2007 – quinta feira – Meu diário de trabalho – Aula prática na aldeia Três Fazendas. Às 7:00 horas da manhã eu sai daqui da minha casa junto com dois mirins alunos. Nós chegamos às 7:30 e nós comemos uma cabeça de veado cozida com macaxeira. Às 9:00 horas nós saímos, 12 pessoas homens adultos e 4 alunos para trabalhar tirando palha para construir a casa do José Alfredo de Melo. Cada pessoa tirou 60 palhas de uricuri, o total foi de 700 palhas. Eu derrubei 3 pés e manejei 3 pés deu 60 palhas. A distância da aldeia era de 12 minutos, foi no baixo grande na beira do igarapé Bananal subindo do lado direito. Tem muitas palhas altas e baixo tem pouco. Nós trabalhamos com três AAFIs: Lucivaldo Alfredo da aldeia Paz do Senhor, Francisco Sereno, aldeia Três Fazendas, José Rodrigues Paiva da Aldeia Verde Floresta. Trabalhamos das 9:00 horas até às 3:00 horas da tarde. Nós jantamos cabeça de veado e cabeça de porquinho com farinha” (Do diário de José Rodrigues Kaxinawá – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

“26 de outubro de 2007 – Construção de casa do cacique Nilo 4 x 2. Manejamos palha de jaci sem derrubar 5 pés de palheira de jaci. Foram tiradas 11 palhas para cobertura da casa. As pessoas que trabalharam com o manejo foram: Valdir Nilo, Fernando, Armédio, Antonio, Ronildo, Lucila, Maria, Fracilena. Foi o trabalho do Agente Agroflorestal” (Do diário de trabalho do AAFI Marcelino Metsa Katukina – TI. Campinas).

Os relatos também confirmam o lugar onde se concentram as palheiras e as estratégias que as comunidades utilizam para o uso, o manejo e a conservação desse recurso. Não se pode deixar de evidenciar os Planos de Gestão Territorial e Ambiental, como importante instrumento de contribuição utilizado na melhoria desse e outros recursos naturais. Como exemplo, apresenta-se o plano de gestão das três Terras

Indígenas do Kaxinawá do município do Jordão⁴¹ para demonstrar a realização do consenso comunitário, referente ao uso e o manejo da palha para cobertura de moradia: *“vamos manejar as palheiras baixas e deixar para regeneração as palheiras jovens nos campos, capoeiras e safes. As palheiras altas são difíceis de manejar e por isto podemos derrubá-las. As palheiras mais altas ficam para produção de sementes. As palheiras perto das casas também ficam também para o manejo”* (Tavares, 2005, p. 64).

Muitas vezes, nos diários de trabalho, os AAFIs exprimem suas críticas em relação às comunidades quando elas não se organizam para realizar o manejo da palheira. Também registram como esse trabalho comunitário, para a coleta das palhas, é organizado pela pessoa que necessita do serviço; em alguns casos, convidando pessoas de aldeias vizinhas e oferecendo aos trabalhadores comida farta acompanhada de carne.

“Bom eu vou contar uma história na aldeia Boa Esperança e da colocação Bela Vista, montava prof. Adalberto Alfredo, liderança Geraldo Sereno, saúde João Sabino, AAFI José Sereno, estão mal organizados para o manejo dos nossos recursos naturais. Eles fizeram uma casa de 45 palmos de comprimento e para fazer a cobertura da casa, derrubaram mais de 20 pés de palheiras, que deu 700 palhas. O AAFI deles viajou para o Breu e agora a comunidade não entende sobre manejo da floresta nativa, nem professor, nem liderança e nem saúde. Agora na outra reunião nós colocamos o novo AAFI no dia 12 de março é para dar organização a comunidade deles. O nome dele é Mariano Carlos Tuñ, mas ele nunca participou do curso para formação. O meu diário de hoje foi só isso” (AAFI Josias Mana Kaxinawá – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

“30 de junho de 2000 - Às 7:00 horas da manhã nós fomos trabalhar para tirar palha, fazer casa. Aí nós fomos todos na casa do meu tio Vitor Pereira, mas ele convidou-nos para tirar palha. Cada pessoa vai tirar 50 palhas, nós estamos em 12 pessoas para tirar 600 palhas. O Vitor comprou um porco pra nós almoçar. Nós ficamos mais a liderança, mas o resto da comunidade não veio, só veio 9 pessoas, nós tiramos 100 palhas de urucuri. Começamos às 8:00 horas da manhã e terminamos às 10:00 horas. Primeiro nós fizemos a estrada e escolhemos a palheira, depois fizemos a escada, colocamos a escada na palha. Nós manejamos 5 palheiras e depois nós derrubamos 2 palheiras na mata bruta. As pessoas manejando muito e derrubando pouco. Nós derrubamos só as palheiras mais velhas as maiores. Depois que nós terminamos riscamos e batemos (a palha), para terminar tudo, não trabalhamos mais, só para carregar a palha”.(Do diário de trabalho do AAFI Josias Mana Kaxinawá – TI. Kaxinawá do Rio Jordão).

“10/03/2002, domingo. Atividades do Nonato Sereno. Tiramos 235 palhas de urucuri, manejamos 9 palheiras e derrubamos 3 palheiras urucuri, ele fez casa nova veio atrás, agora

⁴¹ Terras Indígenas Kaxinawá do Seringal Independência, Baixo Rio Jordão e Rio Jordão.

nós trabalhamos juntos na nossa aldeia Nova Cachoeira, por isso tem que aprender manejar” (Do diário de trabalho do AAFI Jaime Maia Kaxinawá TI. Kaxinawá do Rio Jordão).

“O manejo de palha é muito importante para uma terra indígena demarcada, porque a população está aumentando. Hoje em dia nós temos que pensar no futuro, cada comunidade deve fazer o manejo, porque esse conhecimento vai servir para os nossos filhos, netos, bisnetos” (Do diário de trabalho do AAFI - Francisco Pereira Bina Kaxinawá – Terra Indígena do Alto Rio Purus).

O manejo, conforme elucidado nos diários de trabalho, presume a regeneração de palheiras em áreas de roçados e de quintais agroflorestais, uma intensificação e uma adaptação do manejo tradicional ao contexto atual. Se já existe na área de coleta de palhas uma população em regeneração, o manejo também inclui a eventual derrubada das palheiras velhas e muito altas. Estas são bem mais difíceis de manejar devido a própria altura e ao serem manejadas, abrem luz e espaço permitindo a regeneração da espécie. (Vivan, et al, 2002). Muitas vezes discutem a questão de deixar as palmeiras mais altas como matrizes para perpetuar a sua regeneração natural.

A seguir, um diagnóstico realizado em curso de formação pelos AAFIs da situação das palheiras para a cobertura de algumas aldeias.

Tabela 5 - Levantamento da situação de abundância das palheiras para cobertura nas aldeias

N	Terra Indígena	Nomes das aldeias	Tem palha	Pouca palha
1	Kaxinawá Seringal Independência	Independência	x	
2	Kaxinawá do Rio Jordão	Natal		x
		Boa Esperança	x	
		Belo Monte	x	
		Três Fazendas	x	
3	Rio Gregório	Nova Esperança		x
4	Alto Purus	N. Marinho	x	
		N. Moema	x	
5	Igarapé do Caucho	Caucho		x
6	Campinas	Martinho		x
7	Kampa do Rio Amônia	Apywutxa	x	
8	Kaxinawá da Colônia 27	Beija-Flor		x
9	Mamoadate	Extrema	x	
		Lago Novo	x	
		Jatobá	x	
		Peri	x	
10	Kaxinawá do Rio Humaitá	S. Vicente	x	

Fonte: Comissão Pró-Índio do Acre – CPI/AC – 2000.

Como parte da estratégia de formação entendida como pesquisa também é sugerida, pelos assessores do programa, a anotação da distância do ponto de colheita, das horas investidas na tarefa e a destinação da palha, quantas palheiras foram manejadas, entre outros dados. O objetivo é documentar e avaliar o manejo florestal. Dentro da discussão do manejo de floresta, nos cursos de formação e nas viagens de assessoria, ampliou-se o conceito do manejo das palmeiras. Por exemplo, o manejo de palha deu subsídio para discutir tecnologias tradicionais em relação a outros manejos, outros recursos não-madeireiros como o das frutíferas. Essas ações foram depois estendidas ao manejo de outras espécies de palmeira, utilizadas na construção de casa e que estão escasseando em algumas comunidades indígenas, como por exemplo, paxiubinha e paxiubão. Tal conceito de manejo também se estendeu para as palmeiras produtoras de frutas como: açaí, bacaba, buriti e outras espécies produtoras como: pama, bacuri, jenipapo, etc., que antes eram derrubadas para a retirada das frutas e à realização de experimentos com plantio de palmeiras como o paxiubão e a paxiubinha, além do manejo da regeneração natural de outras espécies usadas na construção de casas de moradia.

5.8. Os AAFIs e suas articulações

“Nós estamos pensando em vários manejos e várias idéias que tem que fazer com as nossas comunidades, tem que conscientizar eles nesse nosso trabalho. Quando a gente faz reunião em nossa comunidade é propriamente comunitário, a gente tem que fazer reunião junto para fortalecer o nosso trabalho, para eles entenderem bem e explicar bem o que tem de vários manejos em nossa terra indígena para nós não destruir mais esses recursos naturais de nossa Terra Indígena” (Do diário de trabalho do AAFI Aldemir Paulino Kaxinawá – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

Figura 27 - Diário do AAFI Aldenir Paulino – TI Kaxinawá do Rio Jordão

Os AAFIs estão dando uma importante contribuição à construção coletiva de alternativas para enfrentar os desafios da gestão territorial e ambiental das terras indígenas do Acre e à implementação dos modelos da agrofloresta, é parte de um amplo leque de ações de gestão de seus territórios. Em seus registros, nos diários de trabalho, nota-se, como eles vêm gradualmente assumindo o papel de liderança na organização social e política de suas aldeias. Outra característica interessante nos registros dos diários de trabalho é o modo como os AAFIs estão exercitando a liderança em suas comunidades, bem como a participação do governo local em seus municípios, estados e a nível nacional.

“15/05/08 Município de do Jordão – Eu fui participar da reunião no Centro da Florestania na presença de toda autoridade, FUANI, assessor do governo, Antonio Macedo, prefeito e todas as lideranças indígenas do Jordão, professor, agente de saúde, AAFI, vereador, secretários para fazer um projeto para o governo do Estado pedindo apoio para fortalecimento do povo Huni Kuĩ no ano de 2008” (Do diário de trabalho do AAFI Josias Mana Kaxinawá – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

As reuniões comunitárias, organizadas pelos AAFIs em suas comunidades, ocorrem muitas vezes em seus terreiros, em frente as suas casas, nas escolas ou nos

kupixawas. Os assuntos discutidos nas reuniões são pautados, basicamente, nas questões voltadas às atividades do trabalho do AAFI. Nessas reuniões, os AAFIs registram em seus diários, lista de presença com nome e função dos participantes e as várias pautas discutidas nas reuniões. Os temas discutidos estão mais relacionados ao uso, ao manejo e a conservação dos recursos naturais. Alguns AAFIs chamam os acordos comunitários⁴², relacionados ao uso dos recursos naturais, de lei do AAFI. Também se discute os planos de gestão, os projetos comunitários, as questões pertinentes as associações indígenas, o uso de bebida alcoólica, a saúde indígena entre outros assuntos.

Figura 28 - Diário de trabalho do AAFI José Rodrigues - TI Kaxinawá

Registro sobre a reunião comunitária – Aldeia Verde Floresta TI Kaxinawá do Rio Jordão

“31 de maio de 2003, Sábado - Aqui na aldeia Goiânia era reunião sobre o dinheiro da associação, os membros que não estão cumprindo o acordo, não pagaram a mensalidade ou não são contratados. O que fazer com eles, suspender ele da comunidade, fazer ele pagar? Sebastião Rodrigues, Elivaldo Sérgio Kaxinawá, José Carlos da Silva. 14 pessoas tinham curso, para discutir o trabalho do José Carlos da Silva Tesoureiro. A pauta da reunião da diretoria foi o regimento interno da associação ASKAPA⁴³ como vem funcionando os materiais da ASKAPA. Para que não deixe de pagar a taxa, essa taxa deve ficar a onde? Na comunidade ou na associação. O recurso deve ficar na taxa de R\$ 10,00 do uso da roçadeira. Qual o nome da aldeia que se realizou com o projeto? Em que aldeia se realizou o projeto? Qual a população da aldeia que se realizou o projeto? Qual o objetivo do projeto? Qual a justificativa do projeto? Quantas pessoas serão beneficiadas com o projeto e o seu nome? Em quanto tempo realizarão o projeto? Quais os materiais que os parentes

⁴² Atualmente 16 Terras Indígenas do Acre tem os seus acordos comunitários incorporados nos seus Planos de Gestão Territorial e Ambiental.

⁴³ Associação Kaxinawá da Terra Indígena Praia do Carapanã.

utilizaram? Quem é responsável pelo projeto?” (Do diário de trabalho do AAFI Valdo Kaxinawá – TI Kaxinawá da Praia do Carapanã).

“Diário de reunião – dia 19 de agosto de 2006 – sábado. Meu relatório de reunião junto com a minha comunidade. Hoje sábado das 7:00 até 10:00 horas da noite nós discutimos sobre a avaliação da minha organização do trabalho e do trabalho dos mirins na colheita de lixo ao redor da casa no terreiro e no porto do rio. Outra coisa que falou foi sobre a lei que eu já repassei a comunidade. Muitas deles se lembravam como viajar para outra aldeia bem direitinho, para não mexer nas plantas das outras aldeias, como melancia, amendoim e outras plantas. A professora Maria Vanilda Buni, também falou sobre essas leis do AAFI. Quando ela está dando aula, ela sempre explica essa lei para os alunos. Essa reunião na nossa central de encontro do povo no terreiro na frente da minha casa” (Do diário de trabalho do AAFI José Rodrigues Kaxinawá – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

“16 de novembro de 2002 - Reunião na Terra Indígena do Carapanã, nós estamos fazendo uma pequena palestra na aldeia Goiânia na comunidade de 5 aldeias. Nós estamos discutindo sobre pagamento e sobre associação ASKAPA, quem já pagou que não pagou, procuramos saber o porque não foi pago, estão achando dificuldades. Outro assunto sobre a bebida alcoólica em toda a comunidade indígena, quem frequenta para não frequentar mais. Outro assunto é sobre saúde no caso de doença que acontece na aldeia, por causa do medicamento que passou por um enfermeiro da comunidade” (Do diário de trabalho do AAFI Francisco Edinilson Ferreira – TI Kaxinawá Praia do Carapanã).

Nas reuniões existe sempre uma preocupação em fortalecer o trabalho dos AAFIs junto à comunidade, em avaliar o seu trabalho e dos mirins que estão mais envolvidos nas atividades simples como a de coleta de lixo ao redor da aldeia. Discutem as obrigações dos AAFIs e criam maneiras de cobrar responsabilidades. Em alguns casos, as comunidades chegam a criar outra categoria, como a dos “fiscais” para observar e controlar o seu trabalho. Utilizam muito o termo “organização dos AAFIs”, que está relacionado ao trabalho de manejo dos recursos naturais, mas também na articulação social e política do grupo através das reuniões organizadas por eles e no trabalho que envolve as comunidades, as lideranças, as mulheres, os mirins, os professores, os agentes de saúde, os pajés e os AAFIs. Procuram saber quais são as aldeias mais organizadas com o trabalho de plantio dos safes, quintais e quais são os moradores com mais quintais diversificados. Debatem modos de realizar assessorias nas aldeias para observar o safes, além de realizar o censo populacional dos safes e quintais, o levantamento das espécies e a quantidade do que foi plantada nos roçados.

Observa-se, em seus registros, que a maneira de exercitar a liderança, não é repressiva, mas por intermédio de exemplos e conselhos.

“2001 Hoje na parte da manhã às 8:30 horas, nós fizemos reunião junto com a minha comunidade na minha aldeia Nova Aliança, sobre organização de nossa atividade junto com a nossa comunidade. Eu, o professor João Valdivino Txanu, o agente de saúde Antônio Pedro Caxambu Bina e a liderança Dorneles Biló Busê. Nós saímos em quatro pessoas trabalhadoras na nossa aldeia para fortalecer o nosso trabalho junto com a nossa comunidade. Está reunião que nós fizemos é a respeito do nosso trabalho, para assegurar o nosso meio ambiente do Acre, para manejar vários tipos de frutíferas no nosso território, também na nossa floresta. Terminamos a nossa reunião a cerca de 12:30 horas”.(Do diário de trabalho do AAFI Aldenir Paulino Pinheiro Mana Kaxinawá – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

“Meu relatório de reunião – Hoje domingo dia 11 de fevereiro do ano de 2007. Das 7 às 9 horas da manhã eu chamei toda a comunidade pra fazer a minha reunião. Primeiro eu buzinei 5 vezes com a comunicação de rabo de tatu “yaix hinas”. A comunidade chegou todo mundo na sala de nossa escola Coração de Jesus. Quando as pessoas estavam todas juntas fiz a abertura de “banewe betxexti” pra aprender a ler e a escrever. Quando a gente canta essa música, tem remédio pra colocar no olho. Depois da música escrevi sobre essas pautas. 1 Avaliação de meu trabalho o que falta pra fazer esse ano de 2007 em cada casa. 2 Os mirins precisam caprichar mais no trabalho de coleta do lixo. 3 Quando o AAFI convida a comunidade na hora de trabalho tem que acompanhar. Quando o AAFI viaja a comunidade fica com a responsabilidade. 4 As comunidade tem que cumprir a lei do AAFI. 5 Os caçadores precisam pesquisar as caças dentro da floresta pra trabalhar no monitoramento” (Do diário de trabalho do AAFI José Rodrigues Kaxinawá – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

“No dia 03/11/2006 – Sexta feira, meu diário de atividade de hoje reunião junto com a comunidade na escola. Início da reunião das 8 horas da manhã finalizou às 11 horas. Às 3:00 horas de discussão sobre organização de nossa aldeia. Discutimos 12 pautas. 1 – Fazer assessoria em cada aldeia para observar o saf de cada AAFI. 2 – Fazer o levantamento de qual aldeia está sendo mais organizado o trabalho do plantio de saf e quintais de cada morador. 3 - Não é mais permitido fazer safes e abandonar para fazer outra aldeia, porque se não a gente acaba perdendo muitas sementes. 4 - Temos que ter respeito dentro do nosso trabalho diante da nossa comunidade para nós saber usar os nossos recursos naturais do meio ambiente. 5 - Todos os AAFIs têm que fazer os seus trabalhos de plantio junto com a sua comunidade, junto da liderança, mirim, professor, agente de saúde, pajé, etc. 6 - Todos os AAFIs tem que fazer reunião com a sua comunidade todo o final de mês ou após todos os trabalhos realizados. 7 - Cada aldeia tem que ter 2 fiscais para fiscalizar o trabalho de cada AAFI e de outros responsáveis da aldeia. 8 - Cada AAFI tem que escrever o seu

relatório de trabalho todo final de mês e apresentar para o coordenador. 9 - O AAFI de cada aldeia tem que fazer o levantamento de cada espécie de planta e também dos roçados de roça que foram plantado este ano de 2006. 10 - De 2 em 2 meses o coordenador (dos AAFIs) tem que visitar as aldeias para fazer reunião com toda a comunidade. 11- Depois de o coordenador ter visitado cada aldeia fazer uma reunião geral com as 10 aldeias para discutir o projeto dos AAFIs. 12 - O coordenador tem que acompanhar todas as reuniões que estiver acontecendo no município para falar sobre o AAFI e do projeto que querem fazer” (Do diário de trabalho do AAFI Jose Rodrigues Kaxinawá – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

“Diário 15/11/2006 Domingo Atividade de hoje reunião junto com a comunidade na nossa escola de Coração de Jesus. Começamos às 8:00 horas da manhã, finalizamos às 11:00 horas, essas três horas de discussão foi sobre a avaliação de nosso trabalho de AAFI, AIS, professora, pajé, liderança e mirim, essa avaliação como esta sendo cada organização de nosso trabalho. O Francisco Buretana pajé de medicinas tradicionais falou assim. Eu estou ouvindo o seu trabalho, o AAFI é bom para nós, vive como nós vivendo. Agora o seu trabalho é plantar as sementes, fazer muda, fazer viveiro. Outra coisa e os nossos recursos naturais que nós estamos fazendo o manejo de nossas madeiras de lei, palheira, paxiubão, nossas caças, peixe dentro da nossa floresta. Também os mirins estão trabalhando na colheita de lixo que lixo não tem mais nos nossos terreiros” (Do diário de trabalho do AAFI Jose Rodrigues Kaxinawá).

“Aldeia Verde Floresta – escola Coração de Jesus – dia 11/03.2007 – domingo. Relatório de minha reunião junto da comunidade com 35 pessoas na sala de nossa escola. A reunião iniciou às 8:00 horas da manhã e finalizou às 12:00 horas. O assunto sobre informação e avaliação da lei do AAFI que já repassou pra comunidade como esta cumprindo a lei do AAFI. Pauta: 1) Lixo – a comunidade mulheres, homens e crianças vocês já fizeram queimadura do lixo alguma vez? 2) A comunidade como está ouvindo o trabalho dos mirins? A parteira Maria Santana falou que os mirins não estavam trabalhando. Precisam continuar o trabalho de juntar o lixo. 3) Quantas frutas a comunidade fizeram a colheita? 4) Quantas sementes trouxeram pro AAFI? Vocês plantaram? 5) Quantas pessoas da comunidade pegaram filhote de animais, esta criando ou mato? 6) Você da comunidade está ouvindo o AAFI? Estão usando e comprando mascara (mascar de mergulho), a comunidade está usando depois da lei do AAFI? 7) Os caçadores quando foram caçar mata, alguma caça precisa falar com o AAFI para colocar (ficha) no monitoramento. 8) Vocês já viram a invasão da aldeia ou da outra aldeia depois que o AAFI fez a lei? 9) O que plantou no roçado de mata virgem pra recuperar a madeira de lei? 10) Nós da comunidade fizemos roçado na mata ciliar e pra plantar os filhotes de banana? 11) Repassar para os membros dos mirins entre as três TIs. Quando eu finalizei essa informação a minha professora Maria Buni falou também um pouco para a comunidade. Precisamos aprender a entender a lei e o trabalho do nosso AAFI. Nós temos que dar conselho para os nossos filhos. O agente de saúde José Bina também falou que ele e os filhos dele não fizeram a colheita de frutas dentro da floresta, porque ele já está entendendo a lei, diz que ficava comendo do AAFI. A

Maria Conceição falou que ele sempre ajudava e queimava o lixo, só que os filhos dela estão entendendo pouco” (Do diário de trabalho do AAFI José Rodrigues Kaxinawá – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

Os diários registram as articulações dos AAFIs fora de suas comunidades, nos espaços de poder local, como por exemplo, no município, onde se encontram com representantes da FUNAI, secretários municipais, assessor do governo do estado, vereadores e representantes de partidos políticos, para discutir questões relacionadas ao seu trabalho e de interesse das comunidades. Os registros mostram que também se articulam, a nível estadual e federal nas reuniões que acontecem na capital e nos municípios do estado; nos encontros em Brasília e nas reuniões para discutir as problemáticas relacionadas às dinâmicas transfronteiras Brasil-Acre/Peru-Ucayali que muitas vezes, acontecem em território brasileiro e outras em território peruano.

“Data 16 de janeiro de 2008, quarta feira – município do Jordão Ac. Estamos reunidos os Agentes agroflorestais das três Terras Indígenas na casa do Siã vice-prefeito, junto com todas as autoridades do município, presidente do PV, José da Silva e Silvia vice para o José Osair Siã, vereador Pedro Barbosa e etc. Dois encontros gerais dos Agentes Agroflorestais Indígenas reunidos no município a respeito do trabalho da agrofloresta. Avaliação do trabalho de 2007 e do plano de trabalho para 2008. Analisando o trabalho mensal e anual na nossa cidade do Jordão para fortalecer a nossa preservação do meio ambiente na área branca e na área indígena. Fechamos o novo diretório, o novo coordenador no município para coordenar os trabalhos da agrofloresta dentro da Terra Indígena e fora da Terra Indígena. Falamos também para nos esforçarmos mais e organizar os sistemas agroflorestais para abastecer o mercado indígena no município do Jordão e regionalizar a merenda na escola indígena nas aldeias” (Do diário de trabalho do AAFI José Edson Ixã Kaxinawá – TI Kaxinawá do Seringal Independência).

“Brasília 08.05.08 – quinta feira na manhã – Depois do café fomos direto ao Centro de Convenções, deve reunião de cada grupo fazendo um grande debate da III Convenção Nacional do Meio Ambiente. Também teve uma grande participação dos indígenas, escolhemos delegados titulares para cada município nosso, para fortalecer cada vez mais o nosso futuro, apoio nas esferas do nosso governo municipal, estadual e federal do Brasil. Eu fiquei no meu grupo floresta GT na primeira sala, participamos 2 dias nos grupos. Depois aprovação na plenária geral. Destaque e aprovação da ministra do governo federal. Teve combinação nós indígenas. Também vamos garantir as formas de troca de experiência por cada estado e município. Encontramos todas as pessoas que estavam garantindo apoio para podermos trabalhar na continuação de nosso objetivo. Também um grande apoio que estão prometendo para fazer com o ministério do meio ambiente (...)” (Do diário de trabalho do AAFI Josias Mana Kaxinawá – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

“Rio Amônia aldeia Sawawo - Peru – terça feira 26/02/2008. Estou participando do encontro transfronteiriço Brasil/Peru. Acho muito importante as experiências debatidas como as organizações que estão fazendo destruindo os próprios recursos deles, sobre a exploração da madeira na terra deles. Estão contratando pela empresa peruana, tudo tem certificado entre as autoridades e a própria comunidade na aldeia. Os recursos de vivencia eram retirados a matéria prima todas as madeiras de lei já estão acabando. É isso que estou vendo na minha observação, como eles estão fazendo e falando eles próprios. Também às 6:30 horas da noite chegou a comunidade Ashaninka do Tawaya, eram 10 pessoas. A palestra foi até às 11:00 horas da noite discutindo sobre isso” (Do diário de trabalho do AAFI Josias Mana Kaxinawá – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

Capítulo III

A Cartografia Indígena do Acre

1. Antecedentes

Segundo o depoimento de alguns índios do Acre, antes mesmo de conhecerem o significado da palavra mapa, faziam desenho na terra ou na areia usando a ponta do dedo ou um pedaço de graveto para localizar lugares significativos relacionados à vida na floresta. Podemos dizer que os índios já usavam uma “cartografia dos sentidos”, desenhando mapa na terra para representar parte do seu território. Essa prática parece ser comum a muitos outros indígenas, como mostra nesse relato:

“O médico naturalista alemão Karl Von den Steinen, por exemplo, conta que um capitão da etnia Suiá desenhava na areia parte do curso do Alto Xingu, com numerosos afluentes, indicando treze tribos ribeirinhas. Esboços minuciosos da localização de tribos dos Tapirapé, desenhados por um carajá, foram utilizados pelo etnólogo Fritz Krause como fonte para a localização de tribos do sertão do Mato Grosso. Enviado pela Metrópole para explorar a Amazônia e o Alto Paraguai de 1783 a 1792, o doutor Alexandre Rodrigues Ferreira conta que um índio morador no Rio Branco usou uma corda de piaçá para formar o tronco do rio principal com os seus tributários e, com nós, sinalizou as aldeias de índios. Na mesma região, um índio macuxi desenhava o mesmo rio na areia com um bastão. O naturalista convidou-o a repetir o traçado no papel, ao que ele se prestou, riscando um mapa, "onde as cordilheiras eram marcadas por sucessivas séries de ângulos mais ou menos agudos e as malocas dos gentios, por círculos maiores ou menores", convenções semelhantes às utilizadas atualmente” (Kok, 2009, p. 93-94).

Para tratar dos mapas indígenas, na formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas, e para compreender como o mapa começa a fazer parte da realidade de alguns povos indígenas do Acre, é necessário voltarmos um pouco na história de mais de três décadas de atividades da Comissão Pró-Índio do Acre - CPI/AC. Essa instituição se constituiu ao longo dos anos na formação de recursos humanos indígenas, na área da educação escolar, da saúde e da gestão territorial e ambiental. A CPI/AC estruturou-se no começo de 1979, como primeira ONG de características civis no indigenismo acreano. Sua luta inicial se deu na reconquista dos territórios indígenas, em uma época na qual os índios desconheciam seus direitos sobre seus territórios.

Os primeiros estudos que visavam à identificação e a delimitação das terras indígenas no Acre iniciaram-se no período entre 1976 a 1979⁴⁴, continuaram nos anos seguintes e perduram até os dias atuais. Os mapas em papel começaram a ser manipulados e usados pelos índios logo no começo da luta pela conquista de seus territórios. Terri Aquino, antropólogo acreano e um dos fundadores da CPI/AC, relata que no início de 1979, quando começou a trabalhar na CPI/AC, achou importante distribuir aos índios os documentos⁴⁵ dos primeiros estudos visando à identificação de suas terras indígenas que, ficando engavetados na burocracia da FUNAI, não conseguiam retornar para as comunidades (CPI/AC, 2001). Entre os documentos de identificação e delimitação, enviados às terras indígenas, os mapas compunham tais documentos que veiculavam importantes informações: eles foram um dos primeiros mapas que os índios tiveram contato.

Quando as terras indígenas começaram a ser delimitadas⁴⁶ pela FUNAI, um dos trabalhos iniciais da CPI/AC foi o de implementação das cooperativas indígenas (Aquino 1982; Iglesias, 1993), pois quem mandava de fato na terra era quem dominava a esfera da comercialização. *“Se os indígenas não tivessem uma alternativa econômica e política aos padrões de seringais que estavam mandando nas áreas identificadas, eles não conseguiriam ter autodeterminação em seus territórios”* (Aquino, 2001, p. 39). Os projetos de cooperativas tinham como objetivo reunir os índios que viviam dispersos pelos seringais, totalmente subjugados pelos padrões seringalistas (Aquino 1982) e o de dar autonomia política e econômica, para que os povos indígenas pudessem se (re)organizar dentro das áreas que começavam a ser identificadas. Entretanto, para administrar as cooperativas indígenas, era necessário ter o conhecimento básico da matemática e da escrita. O motivo que levou a CPI/AC a iniciar uma proposta de construção da escola indígena acreana e do seu currículo, foi justamente a partir de uma demanda, inicialmente, formulada por algumas lideranças indígenas Kaxinawá, dirigida ao presidente da FUNAI, encaminhada à CPI/AC e publicada no Jornal da Gazeta do Acre em 1982.

Os índios denunciavam as péssimas condições de saúde e ensino nas suas áreas, solicitavam ajuda para que pudessem aprender a ler, a escrever e saber fazer contas para poderem administrar as cooperativas que estavam sendo criadas.

⁴⁴ Foi Terri Valle de Aquino, ainda estudante de antropologia, que começou esses estudos no Acre.

⁴⁵ Relatórios de identificação, mapas, memoriais descritivos, relatórios socioeconômicos e culturais.

⁴⁶ A delimitação é uma das etapas do processo para se chegar ao reconhecimento legal da terra indígena. O processo administrativo era constituído por quatro etapas: identificação, delimitação, demarcação e homologação.

“(…) Nós queremos aprender a fazer conta, tirar nossos saldos, não queremos mais trabalhar para os patrões dos seringais. Queremos ler os nossos talões de mercadorias para saber o valor de nossa produção de borracha (...)” (Aquino, 1987, p. 9).

Dessa demanda resultou a organização do I Curso de Formação de Professores e Agentes de Saúde Indígena, projeto intitulado *Uma Experiência de Autoria*. O curso aconteceu na cidade de Rio Branco em fevereiro de 1983, na Fundação Cultural do Estado, durante o período de três meses. Reuniu 25 jovens bilíngues das etnias Kaxinawá, Katukina, Manchineri, Apurinã, Yawanawá e Yaminawá que passaram a estudar com a nascente equipe de educação da CPI/AC (Monte, 1986).

Foi no programa de formação de Professores e Agentes de Saúde Indígena que os mapas começaram a ser trabalhados com os índios. No início do programa, os mapas estavam inseridos em algumas disciplinas, como: história, línguas (português e indígena) e alfabetização, sem muita orientação. Eram desenhos livres das bacias hidrográficas, dos seringais, das estradas de seringa, dos caminhos, das terras indígenas, das aldeias e do estado do Acre e do Brasil.

Figura 29 – Mapa de roçado e estrada de seringa

Figura 30 – Mapa – Estrada de seringa

Mapa da colocação com o roçado e estrada de seringa – cartilha, O Jacaré serviu de ponte (CPI/AC 1984) e mapa da estrada de seringal – cartilha, Fábrica do Índio – (CPI/AC 1985).

Os mapas desenhados pelos indígenas naquela época ilustravam os primeiros materiais didáticos produzidos pela CPI/AC⁴⁷. Porém, no início da década de 1990, ao trabalhar a disciplina de geografia, no programa de formação, com o objetivo de construir junto aos professores indígenas, um programa curricular para as escolas indígenas do Acre, que se começou a trabalhar de forma mais sistemática a geografia e, conseqüentemente, a cartografia indígena. Foi justamente nessa época que a instituição começou a produzir um grande número de materiais didáticos de autoria indígena, correspondentes a disciplina de geografia para as escolas indígenas⁴⁸.

O trabalho da disciplina de geografia, junto aos professores, se dava a partir dos cursos de formação realizados na cidade de Rio Branco e nas viagens de assessorias às escolas indígenas que faziam parte do programa de formação. Os professores eram solicitados a pensar, falar, escrever, desenhar e ler sobre a geografia. Os conhecimentos geográficos dos professores indígenas eram sucessivamente sistematizados e organizados em materiais didáticos, em língua portuguesa e indígena, e retornavam para as escolas indígenas em forma de cartilhas. Assim, os alunos indígenas começam a ter uma nova disciplina em suas escolas a “geografia indígena”.

O mapa foi um dos elementos centrais no trabalho da geografia para a formação dos professores indígenas, começou a ser trabalhando a partir de uma demanda dos próprios professores, num contexto educacional e político. Uma das dificuldades encontradas no início do trabalho era de que, grande parte dos professores, não conseguia ler as informações que os mapas continham e, sobretudo, não conseguia compreender a potencialidade do seu uso. Muitos deles perguntavam: *“para que serve o mapa? Como compreender os mapas de nossas terras indígenas? Como entender os mapas dos nawa?”*.

Para superar essa dificuldade, foi introduzida a cartografia na produção de mapas. Foram realizadas várias atividades de mapeamento: os professores desenhavam os espaços das aldeias, das colocações, das estradas de seringa, das bacias hidrográficas, das terras indígenas, das cidades, do estado do Acre e do Brasil. Os professores, a princípio, trabalhavam de modo livre. Da nossa parte não havia nenhuma preocupação em usar as representações cartográficas, o objetivo era de que cada professor representasse, em papel, a

⁴⁷ Cartilha de alfabetização Piaba (1983), Jacaré Serviu de Ponte (1984), Estória de Hoje e Antigamente dos Índios do Acre (1984), Fábrica do Índio (1985), Escolas da Floresta (1986).

⁴⁸ Geografia Indígena (1992), Geografia Katukina (1994), Geografia Jaminawá (1994), Geografia Manchinéri (1994), Geografia Apurinã (1994), Geografia Yawanawá (1994), Geografia Kaxinawá (1994), Atlas Geográfico Indígena do Acre (1996/98).

sua visão de mundo, do espaço vivido, do seu lugar ou mesmo do espaço desconhecido ou do espaço imaginário.

Num segundo momento, o processo de construção dos mapas indígenas envolvia os professores na criação das convenções para construir as legendas de seus mapas. Para representar os rios e os igarapés, que são sedimentares na região, foi eleito o amarelo. Já no caso da escala, para identificar a distância, foi utilizada a medida em tempo: por exemplo, um centímetro pode representar duas horas de caminhada pela mata, ou já em outras terras, um centímetro representava um dia de caminhada. Todo o processo de construção dos mapas, com a legenda e a escala, foi acompanhado de muitas discussões entre os professores antes de chegar a um consenso. Isso contribuiu para que eles comessem a compreender o uso dos símbolos e das convenções cartográficas.

Um primeiro texto coletivo, realizado pelos professores e publicado no primeiro material didático da disciplina de geografia intitulado *Geografia Indígena*, publicado em 1992, pela CPI/AC, demonstra como os professores indígenas naquela época refletiam sobre o conceito de mapa:

“Mapa é um desenho que fazemos para representar a parte de geografia. É tipo um desenho que mostra tudo que existe dentro da terra. Mostra rio, mata, aldeia, cidade, petróleo. Nele, a gente vê as divisas, as fronteiras, onde as águas estão localizadas. Mostra se a terra é demarcada, ou não, em um mapa também a gente se orienta, se é norte, sul, leste ou oeste.

Mapa é um desenho que existe no mundo do branco há muito tempo. É um tipo de documento que o branco tem. Serve para muitas coisas: para demarcar terra, saber onde fica um rio, apresentar os climas, para onde vai um caminho, onde é a fronteira do Brasil.

Um mapa pode também marca onde ficam as cidades e o lugar onde moramos dentro do Brasil. Nele, a gente vê as partes da terra no mundo, o que eles chamam de países. É a foto do mundo de vários tamanhos em desenho.

Um mapa tem escala, que é a medida que se usa para representar o desenho de uma maneira correta. Por exemplo: em alguns mapas de nossa terra indígena, cada centímetro é igual a duas horas de caminhada na mata.

Um mapa pode ser amarelo, verde, marrom ou de muitas cores juntas. Depende do que quer desenhar e mostrar para quem vai ler ou estudar. Nos mapas de nossa cartilha, usamos a cor amarela para pintar nossos rios e igarapés.

Dentro de um mapa encontramos também muitos outros desenhos pequeninos, que são chamados de símbolos. Por exemplo, para simbolizar no mapa da nossa aldeia a escola, usamos o desenho de uma casinha vermelha. Com isso, a gente pode ler ou fazer mapa grande, mapa pequeno, muitos tipos de mapas. E com as cores e os símbolos, criamos a legenda que ajuda a ler as informações que um mapa tem.” (Resende e Gavazzi, 1992, p. 28)

Para o professor Isaac Pianko *“os cursos de cartografia indígena contribuíram muito nas discussões coletivas sobre o território. A gente criava nas nossas discussões o mapa do território, como a gente queria um território”* (Gavazzi, 2012, p. 9). A cartografia representou uma ocasião para os professores discutirem as diferentes maneiras de como as sociedades podem interagir com o meio ambiente, identificando as diferentes formas de ocupação e construção do espaço geográfico em relação à própria cultura e ao tipo de trabalho.

Uma abordagem importante ao espaço visto e representado em seus múltiplos ângulos é a do *Atlas Geográfico Indígena do Acre* de 1996. Trata-se de um material didático produzido nos cursos de formação dos professores, onde os professores representam os vários aspectos do espaço local em sua inter-relação com o espaço nacional, mundial e planetário: o Acre é representado cartograficamente em relação a Amazônia, no Brasil, na América, no Mundo e no Universo. Essas são algumas das formas de abordagem sobre o estado.

Também é tratado o espaço geográfico dos territórios tradicionais indígenas, as invasões sofridas, a configuração e a situação das atuais terras indígenas; os aspectos linguísticos, hidrográficos, do relevo, da caça, da pesca, do extrativismo, da agricultura de subsistência, da pecuária, do transporte e do comércio. Esse material foi resultado de quatro cursos de formação, realizados nos anos 90, e foi produzido pelo conjunto de professores indígenas na sua reflexão sobre a ocupação do espaço geográfico na região. O trabalho resultou numa visão mais ampla do território, na valorização e no registro de sua história como parte da história do Brasil.

“Eu acredito que esses mapas e esse trabalho de cartografia podem ajudar muito as pessoas a pensar, a se planejar para ter um futuro melhor, fazendo o manejo de acordo com a região, com as pessoas, com a cultura. A gente pode mostrar também esses mapas para as entidades de apoio, para as entidades que também estão contra nós. Até mesmo para a prefeitura, para a secretaria que muitas vezes ajudam a gente, e muita vezes a secretaria fala da gente não tem uma visão, que não é capaz

de ter um desenvolvimento para colaborar com o desenvolvimento do país. Não é que a gente não quer colaborar com o desenvolvimento do país. A gente tem a nossa cultura própria, mas nós podemos através do nosso conhecimento que nós temos com a natureza, com o meio ambiente repassar esse conhecimento, e quem sabe pode ser um meio para o país, ou para as pessoas que estão por aí sofrendo e não sabem por que estão sofrendo. Quem sabe começa a pensar a nossa maneira de viver, nossa maneira de ver o mundo, outra maneira de se relacionar com a floresta, com os pássaros, com os animais, porque a gente é totalmente diferente do mundo do “uirakutxa”. A gente não pensa em fabricar ou construir coisas que podem prejudicar a nossa própria vida. A gente não tem fábricas, não constrói nada, mas a gente tem também o mundo e ele está além das fábricas” (Prof. Isaac Pianko, in: Gavazzi, 1999).

2. A cartografia na formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas

“Já é hora de trabalhar com mapa da terra indígena” (AAFI José Bane Kaxinawá, 1999).

Os AAFIs formados pelos professores indígenas, a partir das novas escolas em funcionamento nas suas aldeias, representam uma nova geração de jovens indígenas do Acre que são a expressão dos processos escolares de aquisição da escrita e da segunda língua e de outros bens; técnicas e demandas surgidas no contato com a sociedade nacional. Os AAFIs receberam uma formação escolar bilíngue e intercultural relacionada à aquisição e ao desenvolvimento linguístico em língua indígena e portuguesa, em suas modalidades oral e escrita, noções básicas de matemática para enfrentamento das relações de contato, alguns conceitos e técnicas de geografia, de história e das ciências naturais (Monte, 2003). Nesse sentido, muitos deles quando começaram a participar do programa de formação, eram alfabetizados, tinham noções de mapa e muitos já usavam algumas legendas convencionadas pelos professores indígenas.

“O conceito de legenda e o sistema de cores foram sendo trabalhados na construção do mapa da aldeia. Utilizamos apenas três cores para trabalhar com a legenda, azul para simbolizar água de cacimba e lagos, amarelo para rios e igarapés e vermelho, para caminhos. As cores trabalhadas são resultados das convenções criadas pelos professores indígenas nas aulas de geografia em seus cursos de formação; tais cores vêm sendo utilizadas nos trabalhos dos professores indígenas nas escolas da floresta junto a seus alunos. A linguagem cartográfica não é tema novo nas discussões escolares indígenas. Nas aulas de geografia, a cartografia indígena vem sendo trabalhada com a grande maioria dos AAFIs, alunos e ex-alunos das escolas da floresta” (Gavazzi, 1997, p. 3).

O programa de formação de AAFIs iniciou as atividades de mapeamento desde o primeiro curso de formação, em 1996. A disciplina intitulada *cartografia indígena*, tinha como objetivo favorecer uma visão mais ampla do território, habilitando os AAFIs a fazer mapas de suas terras e do uso do território para poder afirmar a legitimidade das reivindicações de direito tradicionais sobre aos recursos (Acselrad, 2008). O objetivo de trabalhar com a linguagem cartográfica era, basicamente, o de discutir as questões relacionadas à gestão territorial e ambiental de suas terras indígenas e de seu entorno. Nesse sentido, a cartografia foi introduzida a fim de se tornar um instrumento para a gestão dos territórios indígenas.

A cartografia indígena, disciplina importante nos cursos de formação, possibilitou o registro de novas formas de sistematização da relação tempo espaço e vem produzindo, ao longo dos anos, grande quantidade de mapas, entre os quais também os chamados de mentais (Tuan, 1975; Petchenik, 1995; Pinheiro, 1998; Nogueira, 2002; Kozel, 2005, 2008; Seemann, 2003). Nesse trabalho, os mapas mentais são entendidos como representações gráficas dos lugares vividos, conhecidos ou imaginados que transformam, em imagens, os saberes que cada pessoa detém dos lugares. São mapas feitos a mão livre e podem conter título, legenda e escala. “*Os mapas mentais podem ser elaborados com objetivos variados, com o intuito de desvendar trajetos, lugares, conceitos e ideais*” (Kozel, 2005, p. 145).

Nos primeiros sete anos do programa de formação, trabalhou-se apenas com os mapas mentais⁴⁹. Os AAFIs realizavam, a partir dos mapeamentos, diagnósticos socioambientais de suas terras indígenas e do entorno, das suas aldeias, da área de trabalho, das bacias hidrográficas, dos roçados e dos modelos de desenvolvimento comunitário da agrofloresta como o dos safes, dos quintais agrofloretais, da criação e do manejo de animais silvestre/doméstico. Os mapas elaborados pelos AAFIs propiciavam debates sobre aos temas que o curso tratava, relacionados ao uso, ao manejo e a conservação dos recursos naturais e agrofloretais; a vigilância e a fiscalização contextualizada a problemática das invasões nas TIs. Os mapas produzidos pelos AAFIs nesse programa foram tratados como um meio para gestão e proteção de seus territórios.

“O mapa serve para a sistematização de toda informação da terra indígena e torna um instrumento de registro para a comunidade daquela área. Também serve para identificar os pontos mais fracos e os pontos mais fortes de uma terra indígena. O mapa também serve de orientação para a população da terra indígena, ajuda a descobrir os problemas de invasão e outras necessidades da terra indígena para se pensarem nos projetos alternativos e sustentáveis para a comunidade. O mapa ajuda nos projetos de gestão territorial, no plano de gestão, na vigilância e fiscalização, também ajuda no mapeamento da terra e contribui no monitoramento das atividades das comunidades” (Depoimento, AAFI José Guilherme Ferreira, 2008).

⁴⁹ A partir de 2004 o programa começou também a trabalhar com mapa georreferenciado.

2.1. A construção dos mapas e a estética da cartografia indígena

Figura 31 – Mapa de modelos demonstrativos

Mapa do modelo demonstrativo de piscicultura do Centro de Formação dos Povos da Floresta
AAFI Ademir Mateus Bina, 2010.

Na confecção dos mapas, nas aulas da cartografia indígena, foram utilizados diversos tipos de papéis, *canson*, *arches*, madeira, sulfite e cartolina de diferentes medidas, dando assim, maior possibilidade ao AAFI de materializar seu conhecimento geográfico. O uso de folhas grandes era sempre valorizado para que se pudesse trabalhar melhor as informações representadas no mapa. Desde o começo dessa experiência os índios demonstraram prazer em desenhar, usando sempre muitas cores. Mapas e imagens podem ser vistas como pinturas, pois no percurso da “*história da Cartografia podem ser encontradas muitas ligações entre a arte e a Cartografia*” (Seemann, 2003, p. 56).

Foram dadas orientações e incentivos para que os mapas fossem direcionados a um “trabalho artístico”. “*A arte permeia toda a vida dessas sociedades. A arte indígena é*

encontrada em várias produções como a pintura e ornamentos corporais, máscaras, e atualmente também em desenhos sobre o papel e imagens audiovisuais (vídeos)” (Gomide e Gavazzi, 2008, p. 58). O papel “abriu novas fronteiras e foi facilmente assimilado pelos povos indígenas” (Vidal, Lopes da Silva, 1992, p. 291); no entanto, essas inovações não descaracterizaram os estilos próprios dessas sociedades (Gallois, 1992, p. 210).

Figura 32 - Mapa de trabalho

Terra Indígena Campina – AAFI Marcelino Metsa Katukina, 2010

A arte teve um espaço privilegiado no programa curricular dos AAFIs e nas aulas da cartografia, buscava-se valorizar o aspecto artístico nas atividades de produção de mapa, oferecendo diferentes materiais para pintá-los, como lápis de cor, giz de cera, óleos vegetais para dissolver a tinta da cera no papel, guache, aquarela e nanquim. O material mais utilizado, devido a sua facilidade e economia, eram as canetinhas de hidrocor de 12 cores. No manejo de determinados materiais e tintas, foram necessárias as orientações técnicas de como usá-las, para obter melhores resultados na composição dos mapas.

Antes de iniciar o trabalho da confecção dos mapas, discutia-se como trabalhar na carta. Era escolhido o papel para colocar o título e a legenda, procurando organizar os espaços para inserir todas as informações de que o mapa necessita, sem que as representações ficassem muito concentradas, dificultando, posteriormente, a leitura. Buscava-se organizar o desenho na carta, mas alguns AAFIs faziam do seu modo. Iniciava-se a construção do mapa usando apenas lápis e borracha e, em alguns casos, finalizava-se o desenho realizando o contorno das figuras usando caneta preta de nanquim ou caneta preta de ponta fina, dando assim, mais destaque e plasticidade às figuras representativas que compunham o mapa. Quando o mapa estava todo desenhado, começava-se a pintá-lo trabalhando, primeiramente, com as cores estipuladas pela legenda indígena, para depois deixar todo o processo de criação livre.

Figura 33 - Mapa de Sistema Agroflorestal

Desenho do AAFI Marcelo Metsa Katukina – 1997

Figura 34 - Mapa de Monitoramento de Quelônio

Mapa desenhado pelos AAFIs Valdo Kaxinawá e Sabino KaxinawáTI Kaxinawá da Praia do Carapanã

Nas atividades de mapeamento o planejamento do tempo foi um aspecto muito importante a ser levado em consideração. No caso dos AAFIs, que procuram fazer tudo muito bem feito e bem acabado, com muitos detalhes e informações, os mapas levavam muito tempo para ser finalizados. Esse esmero em produzir os mapas, concluía-se que eram os mesmos cuidados e beleza que eles davam ao trabalhar na produção dos artefatos da cultura material. Para finalizar um mapa mental, de uma terra indígena, feito em cartolina, era sempre necessário mais de um dia de trabalho. Muitas vezes, os AAFIs continuavam após o final da aula e trabalhavam até altas horas da noite. Em outros casos, os mapas levavam mais de dois dias para ser finalizados, dependendo do seu tamanho (alguns usavam três cartolinas ou outro tipo de folha grande) e o número de AAFIs que o confeccionavam. Sabendo que o tempo é algo necessário para a realização dos mapas, liberava-se o tempo para que ficassem tranquilos e pudessem finalizar o trabalho.

Figura 35 - Legenda criada pelo agente agroflorestal

José Francisco - Kaxinawá dos safs, 1997

Os AAFIs eram orientados, nas atividades de mapeamento, a nomear os mapas produzidos. O título se dava em língua indígena ou portuguesa. Discutiam-se os conceitos da legenda indígena, as cores convencionadas pelos professores indígenas usada nos materiais didáticos da geografia, pensados para trabalhar com os alunos indígenas. A criação das próprias legendas era livre. Debatia-se a necessidade de identificar nos mapas, os meios de orientações indígenas como: poente, nascente e os caminhos das águas, mas o projeto também trabalhou com os conhecimentos convencionais da geografia, utilizando os pontos

cardeais e a rosa dos ventos de modo que os AAFIs compreendessem os significados dos mapas oficiais.

Os mapas indígenas são bilíngues, confeccionados em língua portuguesa e língua indígena. Os novos termos criados em língua indígena sempre passaram por discussões entre os AAFIs, até se chegar a um consenso. Os Kaxinawá chamam “mapa” em sua língua “hãtxa kuĩ” de “mae dami” que significa, “desenho da terra”. Também usam “maewã tanati”, ou seja, “espaço grande com muitas informações”. No caso dos AAFIs Kaxinawá, exemplo de neologismo em sua língua indígena, se deu para o primeiro termo referente a sistema agroflorestal em seus mapas foi, “bai hanu mibã tibi husia”, quer dizer, “caminho das plantas misturadas”. Depois, recriaram novamente outro termo para sistema agroflorestal, utilizado até hoje: “mibã haya txakama”, exprime a existência de “muitas plantas diferentes”. Já para se referir à legenda, usam a palavra “unãti”, que significa sinal, marca, relógio que marca a hora. *“Nenhum elemento de um vocabulário é de fato intraduzível de uma língua para outra. Na falta de outra coisa, sempre é possível recorrer a neologismos ou a circunlóquios na língua vernácula”* (Cunha, 2009, p. 369).

Figura 36 - AAFI em atividade de mapeamento

Figura 37 – Mapa de manejo de Quelônio

Fotos: Acervo da CPI/AC - Produção de mapas em atividade de curso de formação

No início das atividades da disciplina da cartografia, trabalhou-se muito com o neologismo em língua indígena para a criação dos novos termos para compor os mapas indígenas, ajudando assim, na própria construção do conceito. O mapa em língua indígena, não só facilita a compreensão, por parte de quem o faz, mas também a leitura para outros índios que podem entender o que se quer mostrar.

Além de valorizar, ampliar e fortalecer uma política linguística, esses sujeitos podem marcar com suas grafias, o fato de interferir nas representações que eles têm do espaço geográfico e não deixar que apenas o Estado, determine a interpretação da organização desse espaço. Hoje é visível a grande desenvoltura dos AAFIs na elaboração de mapas em língua indígena, resultado das atividades da cartografia em sua formação.

“As novas palavras em língua indígena criadas pelos AAFIs para substituir os termos em português, não estão concluídas ou fechadas. São necessárias discussões mais profundas junto aos professores indígenas, que tem mais bagagem de conhecimento nessa área da reflexão linguística. Porém como atividade na formação dos AAFI é bastante válida, pois o curso deve proporcionar discussões pertinentes relacionadas às questões das dinâmicas das línguas, nesse caso das línguas minoritárias indígenas” (Gavazzi, 1997, p. 18).

Os mapas indígenas chamam atenção pela composição de cores, plasticidade e em geral pela sua estética. Acredita-se que esse aspecto significativo, da beleza dos mapas indígenas, se deve ao fato do prazer que os AAFIs sentem ao desenhá-los. Essa “arte” de fazer mapas é *“marcada pela espontaneidade, liberdade e ainda pela informalidade, por estarem ausentes técnicas acadêmicas como perspectiva, composição e uso das cores, registrando com beleza e vitalidade uma visão de mundo, em que se evidenciou o conhecimento e a habilidade indígena tanto em relação às artes plásticas como a biodiversidade.”* (Gomide e Gavazzi, 2008, p. 60).

A cartografia indígena é criativa, leve, tem ousadia e coragem. Apresenta uma visão e uma criação nova, uma originalidade e uma eficiência dentro do contexto que aplicada, ou seja, no âmbito da gestão das terras indígenas.

Figura 38 – Mapa de Saf

Mapa *Mibã haya Txakama* (sistema agroflorestal) da aldeia Natal, AAFI Raimundo Ixá Kaxinawá

Os mapas indígenas raramente são meras representações geográficas, muitas vezes são acompanhados de toda uma série de emblemas decorativos (Harley, 2009). O papel simbólico da decoração é encontrado em boa parte dos mapas indígenas. Por exemplo, nas molduras, os Kaxinawá marcam todos os seus mapas com os “kene kuĩ”, desenhos geométricos tradicionais, grafismos que “*representam elementos da natureza, como animais e plantas, e fazem parte tanto das pinturais corporais como das tecelagens e cerâmicas, e ainda cestarias*”(Gomide, Gavazzi, 2008, p. 59). Muitos AAFIs utilizam em seus mapas as letras desenhadas em forma de corpo de animais, pessoas e vegetais e decoram as bordas dos mapas usando arcos e flechas, outros usam desenhos de seus trajes tradicionais, como no caso dos Ashaninka.

[illegible]

Mapa de pesca da aldeia Mae Bena TI

Kaxinawá Seringal Independência – mapeamento coletivo – 2010

Figura 40 - Mapa de trabalho - AAFI Acelino Kaxinawá

Figura 41 - Mapa de trabalho

Aldeia Mibayã - Terra Indígena Kaxinawá Praia do Carapanã

Uma observação interessante, sobre os mapas indígenas, foi registrado por um assessor da CPI/AC em suas observações em trabalho de campo na Terra Indígena Kaxinawá do Baixo Rio Jordão:

“no trabalho de produção dos dois mapas procurei sempre conjugar o prazer visível que as comunidades sentiam ao trabalharem com o mapa mental, com a seriedade que este trabalho exige de modo a manter sua confiabilidade como ferramenta a ser utilizada num diálogo político. Ao final do trabalho, entretanto, muitas vezes tinha dificuldade de enxergar o mapa como instrumento político, mas sim como obra de arte devido à beleza estética dos mapas produzidos” (Reyes, 2011, p. 39).

Os mapas feitos pelos os AAFIs apresentam uma peculiaridade de reunir o estético ao político. O político está na questão linguística, quando as legendas e os títulos encontram-se nas línguas indígenas. Está também em solicitações para que o Estado responda aos problemas, entrando como diálogo político com a sociedade nacional e nas reivindicações relativas a terra, a saúde, a proteção e naquelas referentes ao reconhecimento da própria identidade cultural.

Um exemplo aparece nos mapas Kaxinawá que desenham as bordas de seus mapas com o “kene”, motivos tradicionais. Esse uso pode ser lido como vontade de marcar a própria cultura. A cultura reificando-se no “kene” desenhada nos mapas se transforma em “cultura”, segundo Manuela Carneiro da Cunha, “tem a propriedade de uma metalinguagem: é uma noção reflexiva que de certo modo fala de si mesmo” (Cunha 2009 p. 356) e que se oferece para o uso “num sistema interétnico” (ibidem), como pode ser considerado o da “comunicação dos mapas”. Os mapas feitos pelos índios veiculam significados, conhecimentos, reivindicações e além de ser destinado ao “uso interno” são instrumentos de relação com a sociedade nacional.

Figura 42 - Mapa de trabalho de uso de recursos

Mapa de trabalho de uso de recursos da aldeia Belo Monte T.I Kaxinawa do Rio Jordão – AAFI Arlindo Tene Maia. 2010

2.2. O mapa na sala de aula

“O mapa é o espelho da nossa comunidade, serve para mostrar o que aprendemos, ajuda na compreensão do território”. AAFI Raimundo Kaxinawá 2008.

As aulas de cartografia, no programa de formação dos AAFIs, possibilitaram e contribuíram para que os agentes pudessem refletir e elaborar estratégias na gestão territorial e ambiental de seus territórios localizados em diferentes municípios do estado⁵⁰. Nas atividades de mapeamento os AAFIs construíram mapas individuais e coletivos. Os temas eram sempre relacionados aos aspectos voltados à função profissional do AAFIs. A linguagem cartográfica, trabalhada nas aulas, proporcionou a realização do diagnóstico socioambiental de suas terras e de seu entorno. A representação cartográfica vem facilitando a “*compreensão espacial das coisas, dos conceitos, condições, processos ou acontecimentos do mundo humano.*” (Woodward and Lewis, apud Seemann 2010, p. 118). As aulas também possibilitaram a comunicação entre os AAFIs que puderam explicar e transmitir através de seus mapas, as informações relacionadas ao espaço aonde os fenômenos sociais e ambientais vêm ocorrendo.

As terras indígenas que fazem parte do programa estão inseridas em diferentes contextos históricos e geográficos, sofrendo distintas intervenções humanas internas e externas (entorno). Muitas terras indígenas estão sendo sistematicamente invadidas por pequenos e grandes madeireiros, caçadores e pescadores profissionais dos municípios e, ainda, por moradores situados em suas vizinhanças (Terri e Iglesias, 1999).

Comumente as aulas de cartografia indígena, encerram-se, com a apresentação dos mapas elaborados pelos AAFIs em uma plenária para apresentar e discutir as informações. Os mapas são fixados na lousa e com o auxílio de uma varinha, cada AAFI faz a sua exposição, com um tempo estipulado. Após cada apresentação os participantes fazem suas perguntas relativas ao que foi apresentado. As exposições concernentes às problemáticas de cada terra despertam muito interesse em todos os AAFIs. Quando o tema aborda vigilância e fiscalização, eles percebem o quanto as invasões se mostram presentes, em quase todas as outras terras indígenas do estado e, muitas vezes, as estratégias utilizadas para a proteção das terras indígenas são comuns as outras terras.

⁵⁰ Sena Madureira, Santa Rosa, Tarauacá, Jordão, Cruzeiro do Sul, Marechal Thaumaturgo, Assis Brasil, Mancio Lima, Feijó e Porto Valter.

Quando o mapa é de uso da terra e ou dos recursos naturais, se discutem as questões referentes à situação de abundância ou escassez dos recursos naturais e, conseqüentemente, o seu uso, manejo e conservação. Quando o mapa é de trabalho, os AAFIs têm a possibilidade de mostrar todas as áreas nas quais atua em sua aldeia ou em sua terra, mostrando suas intervenções e resultados. O mesmo acontece com os mapas dos modelos agroecológicos de desenvolvimento comunitário, com os safes, quintais agroflorestais, açudes manuais para criar quelônio ou peixe, ou mesmo com os mapas dos sistemas tradicionais de produção (roçados).

As apresentações dos mapas contam com a participação de todos, o que propicia animadas discussões relativas às questões da gestão territorial e ambiental das terras indígenas. Nas atividades de mapeamento, os AAFIs são orientados a produzir textos referentes ao tema tratado no mapa, com o objetivo de complementar as informações mais detalhadas dos mapas elaborados, além de provocar reflexões teóricas sobre os mapas e o processo de mapeamento.

“Mapa é um instrumento de estudo é um registro identificando muitas coisas que tem na terra. Mostra o tamanho da Terra Indígena, onde ficam os limites, onde localizam as aldeias, quantos igarapés têm dentro da Terra Indígena, quantos poços (de pesca) têm, quanto lagos têm, quantas praias produtivas, quantos pique de caçada, nomes dos igarapés, nome dos lagos, nome dos poços, acampamento, barreiro, área campestre, área de refúgio de caça e pesca, enfim com isso você consegue trabalhar com o plano de gestão, tanto com a fauna, e flora. Ajuda a conscientizar a comunidade, trabalhando em cima do mapa, em cima dos acordos feito nas oficinas, unindo em busca de conhecimento, fortalece a cultura tradicional, localiza as sementes tradicionais, ajuda no monitoramento ambiental e nas pesquisas. O mapa também pode unir com as pessoas do entorno para fazer fiscalização na época da piracema, cuidar do lixo. Mapa focaliza várias atividades que a gente vem fazendo, ajuda a entender o nosso trabalho com sabedoria em relação a gestão territorial e ambiental. Mapa ajuda muito os alunos a conhecer melhor a nossa realidade de acordo como a gente esta articulando junto para fazer a gestão do nosso território para a nossa sobrevivência, como por exemplo, o plantio de sementes nativas, madeira de lei, Safes comunitários, criação de animais domésticos e silvestres todas as dicas que o no mapa mostra é muito importante para todos.” (AAFI Flaviano Medeiros Ixã Kaxinawá, 2011).

A cartografia indígena tem favorecido os AAFIs (re)pensarem aspectos sociais, ambientais, culturais, territoriais e econômicos de sua terra e de seu entorno. Nos módulos de cartografia, os AAFIs exercitam a atividade de mapear, confeccionado mapas, registrando, dividindo e classificando o espaço geográfico de seus territórios. Nessas atividades realizam o diagnóstico socioambiental de cada terra: o AAFI vai desenhando e identificando tanto os problemas, como procurando alternativas para o seu futuro. Na cartografia indígena, o AAFI

identifica e registra os lugares com abundância ou escassez de caça e pesca; áreas de refúgio, sítios arqueológicos e paleontológicos, os caminhos de comunicação, as áreas de invasão, os seringais, as áreas de uso dos recursos naturais, a área de perambulação de “índio bravo”⁵¹, locais dos roçados de terra firme e de praia, as aldeias, os rios, os igarapés, os lagos etc. Mapear é primeiro identificar e categorizar para poder interferir positivamente na gestão territorial e ambiental de suas terras.

Os mapas são vistos por muitos olhares diferentes, segundo Woodward e Lewis (1998, p.1), *“o estudo histórico dos mapas tem ampliado e amadurecido ao longo das duas últimas décadas se estendeu, além de ideias de mapas, as representações do mundo geográfico, ao menos três abordagens têm sido desenvolvidas e defendidas: o mapa como sistema cognitivo, o mapa como cultura material e o mapa como construção social”*. Os processos de mapeamento têm contribuído significativamente para a formação dos AAFIs no sentido de estarem produzindo, refletindo e (re)discutindo seus territórios, fazendo do mapa um importante instrumento pedagógico, político e de planejamento (Chapin e Threlkeld, 2001; Almeida, 2005, 2007; Correia 2007; Gomide e Gavazzi 2009, Gavazzi e Almeida, 2010; Correia e Pimenta, 2012).

A cartografia indígena, no programa de formação, tem como principal finalidade identificar, mapear, refletir e discutir sobre as diferentes áreas de uso dos recursos naturais e agroflorestais, sobre aquelas de conflitos, de refúgios e sobre os aspectos culturais. Preocupa-se em classificar, na concepção indígena, os diferentes ecossistemas que compõem seus atuais territórios, nomeando em língua indígena os lugares. A cartografia indígena elabora diagnósticos socioambientais, constrói Plano de Gestão Territorial e Ambiental, além de influenciar, de maneira positiva, nas políticas públicas voltadas para a gestão, para a proteção e ampliação de seus territórios.

Dentro dos vários registros produzidos, os mapas indígenas são materiais etnográficos bastante significativos em termos de qualidade, quantidade e variedade. A produção de mapas mentais e georreferenciados, criados a partir desse projeto, incorporam o profundo conhecimento que os povos indígenas têm de suas terras. A cartografia indígena, na sua atividade de mapeamento, contribui para que os agentes agroflorestais utilizem os mapas produzidos por eles, como um dos instrumentos necessários para o planejamento e a gestão de suas terras, transformando o uso de uma ferramenta que, historicamente, foi usada contra eles.

⁵¹ Termo regional usado para os índios isolados, voluntariamente, sem contato com brancos e outros índios.

“No passado os mapas foram utilizados somente pelos governos e as elites, para esses fins a cartografia foi conhecida como a “ciência dos príncipes”. Porém, atualmente “os povos indígenas e tradicionais já utilizam os mapas para proteger e legalizar as suas próprias terras. Isso tem sido uma verdadeira revolução pelo qual os mapas vêm sendo usados” (Chapin, 2006, p. 93).

Figura 43 - Mapa de diagnóstico - AAFI José Samuel Shane Kaxinawá

TI Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu

A importância dos mapas para as populações indígenas do Acre se faz presente na declaração do AAFI Zezinho Yube Kaxinawá, a saber:

“Eu acho que da primeira geração vem à luta da demarcação dos velhos, dos nossos primeiros velhos que lutaram pela demarcação das nossas terras. Naquela época a gente tinha o conhecimento prático da nossa terra, e a gente não tinha esse conhecimento que a gente está tendo agora, o conhecimento teórico através das imagens de satélites. O povo naquela época não tinha acesso a mapa da sua terra, sempre quem fazia os mapas eram só aquelas pessoas que vinham de fora, já traziam o mapa pronto, não era um mapa participativo, era o mapa de alguns igarapés principais e dos limites da terra. Hoje, das três participações que eu faço da oficina de etnomapeamento, eu acho que a gente está conhecendo melhor o que é a nossa terra, onde é que fica a nossa terra, que tamanho que é a nossa terra, o que é que tem dentro da nossa terra” (AAFI Zezinho Yube Kaxinawá, 2005).

A cartografia indígena proporciona condições para que os AAFIs, e também as populações indígenas, elaborem os zoneamentos socioambientais de suas terras, a partir de diagnósticos das atuais formas de uso (individuais e coletivas) da terra e dos recursos naturais e de potencialidades identificadas. As ações de mapeamento são processos que contribuíram na consolidação de planos de gestão territorial para as terras indígenas do Acre. O mapeamento é um instrumento voltado para planificar o uso do território indígena, as atividades produtivas, para ordenar e estabelecer os assentamentos humanos e o desenvolvimento das sociedades indígenas em harmonia com o potencial natural de suas terras (Salinas, 2006).

“A partir do mapeamento, a gente começou a usar os nossos mapas feitos por nós mesmos, isso já diz muita coisa. Antes, a gente usava o mapa no quadro, desenhava, fazia na cabeça ou no papel, ou então, durante a conversa, mapeava o território: 'aqui é área de manejo, aqui é invasão, aqui está tendo isso'. A gente já tinha, na nossa cabeça, o mapa do território. Com a sistematização dos mapas, isso se amplia, porque a gente passa a ter um instrumento aonde vai guardando as informações sistematizadas” (Prof. Isaac Pianko Ashaninka, 2010).

3. As oficinas de etnomapeamento nas terras indígenas do Acre: o conhecimento tradicional e as novas tecnologias digitais na produção de mapas

3.1. O histórico das oficinas

“O etnomapeamento é o nome desse trabalho, mas é um processo da continuação da formação dos AAFIs, o que a gente estuda é falando no etnomapeamento. Sendo realizado na comunidade, ele dá a possibilidade de todos participarem, conhecendo mais de perto o território e entendendo mais o trabalho dos AAFIs. Fazendo esses planejamentos, a gente conhece coisas novas que a gente não esperava. (...). Um dos meus sonhos era trazer toda comunidade, mas eu não conseguia levar todos. Eu fiquei feliz quando levamos (a oficina) pra lá. Isso é um instrumento de trabalho pra comunidade se organizar mais” (AAFI Nilson Tuwe Kaxinawá, in: Gavazzi et all, 2005, p. 3).

Em de 2004, a CPI/AC iniciou uma nova etapa na formação dos AAFIs nas atividades da cartografia, começou a trabalhar com as imagens de satélites e com os mapas georreferenciados. O programa de formação sentiu a necessidade de ampliar o leque com a capacitação de outros representantes indígenas para as atividades de mapeamento. Era também necessário ampliar as discussões aos processos comunitários de gestão territorial e ambiental das terras indígenas no Acre, em andamento há mais de 30 anos. Como uma das estratégias para envolver as comunidades indígenas junto aos trabalhos dos AAFIs, a CPI/AC organizou oficinas de mapeamento participativo que passou a acontecer nas terras indígenas, intituladas *Oficina de Etnomapeamento*.

“Etnomapeamento” é utilizado para se referir às oficinas de mapeamento participativo em terras indígenas, é um termo problemático. Pois tanto a geografia, como a cartografia são práticas do mundo ocidental, que com muito sucesso, as populações indígenas incorporaram de maneira interessante, mas não são práticas de seus conhecimentos tradicionais. A ciência, historicamente situada, é um modo de organizar e sistematizar o conhecimento, diferente do modo de conhecimento tradicional indígena. O termo “etno” foi adotado no âmbito da CPI/AC, numa perspectiva política, para evidenciar o protagonismo indígena.

Os mapas indígenas vieram juntos com o processo de aquisição da língua escrita, e podemos considerá-los como um novo conhecimento que se caracteriza por ser um “produto

híbrido”. O conceito de culturas híbridas serve para pensar tudo que não cabe mais sob os rótulos de culto, popular e massivo, isto é, praticamente tudo que se produz atualmente, pois o processo de globalização, que abarca todos os setores da sociedade contemporânea, não deixaria de fora justamente as manifestações culturais, tão sensíveis à dinâmica social (Canclini, 2002). Foi usado o termo “etnomapeamento”, por ser difuso no Brasil e em outras partes do mundo para se referir a esse tipo de trabalho que se caracteriza pela dimensão híbrida dos mapas (Bromberger 1996; Chapin e Threlkeld 2001; Chapin 2006; Ataíde e Martins 2005; Sletto 2004; Sztutman 2006; TNC, 2006; Correa 2007).

As primeiras oficinas de etnomapeamento eram contextualizadas em um projeto mais amplo, intitulado *Projeto de Conservação Transfronteiriça da Região da Serra do Divisor (Acre/Ucayali/)* que envolveu um consórcio de instituições da sociedade civil dos países Brasil e Peru⁵², e tinha como objetivo principal, a proteção dos Povos indígenas e a conservação da biodiversidade do Alto Rio Juruá e Serra do Divisor. O Projeto “*compreendia ações voltadas à conservação de áreas protegidas no Brasil e no Peru, ao longo da região da Serra do Divisor, no Alto Rio Juruá. Por meio de estratégias de conservação ambiental e de articulação política de ambos os lados da fronteira internacional, apoiava instituições indígenas, indigenistas e ambientalistas da sociedade civil organizada e do poder público, atuantes na região*”⁵³ (Freschi e Gavazzi, 2012, p. 126).

A CPI/AC, por intermédio do ex-Setor de Agricultura e Meio Ambiente⁵⁴ e da Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC), coordenou e realizou doze oficinas de etnomapeamento em oito terras indígenas, localizadas em faixa de fronteira⁵⁵. O projeto contou com parceiros indígenas, das associações das oito terras indígenas⁵⁶, situadas no vale do alto Juruá: além da Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) e da Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (OPIRJ).

⁵² Contou com o apoio da ONG. The Nature Conservancy (TNC) e Gordon and Betty Moore Foundation.

Os parceiros peruanos foram a Fundacion Peruana Para La Conservacion de La Naturaleza (Pro Naturaleza); a Sociedad Peruana de Derecho Ambiental (SPDA); a Universidade La Molina e o Instituto Del Bien Comum (IBC). Já do lado brasileiro os parceiros desse projeto foram CPI/AC junto da AMAAIAC e a SOS Amazônia.

⁵³ Também duas unidades de conservação brasileiras (Reserva Extrativista do Alto Juruá e Parque Nacional da Serra do Divisor) atuaram no projeto, sob coordenação da ONG SOS Amazônia (<http://www.sosamazonia.org.br>).

⁵⁴ A partir de 2008 nas reformulações institucionais da CPI/AC, o Setor de Agricultura e Meio Ambiente, passa a ser um programa intitulado de Programa de Gestão Territorial e Ambiental.

⁵⁵ Terras Indígenas, Kampa do Rio Amônia, Kaxinawá e Ashaninka do Rio Breu, Kaxinawá do Seringal Independência, Kaxinawá do Baixo Jordão, Kaxinawá do Rio Jordão, Kaxinawá do Rio Humaitá, Nukini e Poyanawá.

⁵⁶ Associação Apiwtxa, Associação Kaxinawá do Rio Breu (AKARIB), Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Jordão (ASKARJ), Associação dos Povos Indígenas do Rio Humaitá (ASPIRH), Associação da Cultura Indígena do Humaitá (ACIH), Associação Indígena Nukini (AIN), Associação Agroextrativista Poyanawá do Barão e Ipiranga (AAPBI).

Foram três anos de projeto (2004 a 2006) e a cada ano, duas terras indígenas receberam duas oficinas de etnomapeamento cada uma. Após a finalização desse projeto, a CPI/AC continuou realizando outras oficinas de etnomapeamento participativo e seus desdobramentos perduram até hoje. As oficinas centradas na formação de indígenas, para a gestão de seus territórios, são processos dinâmicos que não terminam com a produção de mapas. Esses mapas, por sua vez, se desdobram em outros, com finalidades variadas e, cada vez mais específicas.

Nas oficinas foram elaborados, coletivamente, mapas temáticos (hidrografia, vegetação, pesca, caça, fluxo de caça, áreas de uso, linguístico, ocupação histórica, invasões e ampliação de territórios), as escalas variavam⁵⁷ a partir de bases hidrográficas georreferenciadas de imagens de satélite⁵⁸ e também foram criados, elaborados e sistematizados os primeiros Planos de Gestão Territorial e Ambiental para as terras indígenas. As oficinas contribuíram no aprofundamento das práticas de manejo e da conservação dos recursos naturais, além do aprimoramento dos estudos dos AAFIs. As oficinas de etnomapeamento possibilitaram, aos povos indígenas do Acre, mapear seus territórios e contribuíram nas discussões e nas reflexões relacionadas às práticas e as estratégias de gestão territorial.

⁵⁷ 1:50.000, 1:80 000, 1:60 000, 1:40 000, 1:37 000, 1:45 000.

⁵⁸ Landsat ETM 5 – 2003 - Landsat ETM+ 7 - (2001-2002) Mosaico - Cbers (Ano 2005).

3.2. Metodologia do etnomapeamento

A metodologia do etnomapeamento nasceu a partir dos diálogos com os agentes agroflorestais e professores indígenas ao longo dos cursos de formação. Com os processos de elaboração curricular, especialmente na geografia e da cartografia indígena, diversos mapas mentais foram produzidos a fim de influenciar na apropriação do espaço geográfico indígena, sua prática se deu por intermédio de ações políticas e educacionais em oficinas itinerantes, que aconteceram nas terras indígenas, envolvendo um grande número de indígenas com o intuito de reunir informações, dispersas por várias pessoas na comunidade, e contribuir com os processos iniciados de gestão territorial e ambiental nas terras indígenas do Acre.

As atividades do etnomapeamento eram compreendidas como continuidade do processo de formação de agentes agroflorestais e professores, porém ampliando as discussões da gestão territorial com outros indígenas de terras indígenas aonde a CPI/AC atua ao longo das últimas três décadas. A importância da cartografia indígena e da confecção dos mapas sempre esteve presentes nos processos de formação, e se acentuou com o trabalho coletivo do etnomapeamento. As novidades nesse trabalho foram o uso de imagens de satélites e de uma base cartográfica para a produção de mapas georreferenciados; pois o método de mapeamento participativo e individual, que a instituição utilizava para discutir os aspectos do espaço geográfico junto aos povos indígenas, se dava por meio de mapas mentais. É explícito, na fala dos próprios índios, que nada era novo, a não ser o uso de novas tecnologias e que as atividades de mapeamento foram um aprimoramento nas suas próprias formações.

“Anteriormente à Oficina de Etnomapeamento que aconteceu na minha terra, buscamos, na formação de professores, uma discussão sobre a questão de território, sobre o uso, o manejo e a conservação dos recursos naturais. Entendíamos que esta formação seria um preparo para fazer a gestão não só da escola, mas que seria um projeto mais amplo da comunidade, que deveria ser discutido pelos professores junto com as assessorias. Os nossos cursos de formação de professores direcionavam para uma visão mais ampla do território. Os cursos de cartografia indígena contribuíram muito nas discussões coletivas sobre o território. A gente criava, nas nossas discussões, o mapa do território, como a gente queria um território. Isso também se deu nas discussões para a sistematização do etnomapeamento. Como a comunidade já tinha essa discussão com muita força, unimos as ideias e isso ajudou muito a fortalecer a comunidade” (Isaac Pianko, in: Gavazzi, 2012, p. 9).

“Talvez, esse trabalho do etnomapeamento seja um outro estágio, um outro momento que os agroflorestais podem entender melhor, compreender melhor todo esse processo, poder está trabalhando isso com suas comunidades e os agroflorestais. O trabalho que está sendo feito de

estar envolvendo desde a escola, os professores, os agentes de saúde e as lideranças, porque é um jeito muito assim de articular (...)” (Francisco Pianko, 2004).

Os mapas produzidos, coletivamente, nas atividades de cursos e oficinas eram resultados de discussões e reflexões indígenas que foram materializadas em papel, todavia, tais mapas, não se tratavam um mero produto, mas do resultado de um processo que envolve a comunidade e não eram algo definitivo, acabado, “*tem coisas que não são fixas, que cada um pode readequar conforme o seu pensamento, o seu trabalho*”(Pianko, in: Gavazzi, 2012, p. 9).

As oficinas itinerantes eram uma das modalidades de formação dos AAFIs, e começaram a ser trabalhada nesse programa a partir de 1998 através das solicitações das comunidades indígenas, com a finalidade de possibilitar a formação de um número maior de AAFIs em suas próprias terras indígenas. As Oficinas ocorriam com o consentimento prévio, informado, das principais lideranças indígenas e tinham toda uma metodologia acumulada pela CPI/AC. No caso das oficinas do etnomapeamento, mesmo a instituição tendo um conhecimento processual na realização e organização de oficinas em terras indígenas, sua logística era relativamente complexa, devido a vários fatores como: programar as atividades, organizar as viagens, realizar as compras, contratar serviços, convidar outras lideranças de outras terras indígenas para participar do processo (rede de intercâmbio), organizar a participação de outras instituições que acompanhariam as atividades⁵⁹, organizar e planejar a oficina com a equipe de assessores da CPI/AC, organizar as imagens de satélites, os mapas e etc.

As oficinas de etnomapeamento eram centradas, basicamente, na realização de duas oficinas anuais em cada terra indígena⁶⁰. O tempo de duração das oficinas era relacionado à situação linguística de cada povo: quando bilíngues, dominantes da língua indígena, as oficinas duravam de 10 a 13 dias, quando monolíngües, em língua portuguesa, como o caso dos Poyanawá e Nukini, as oficinas duravam de sete a cinco dias. As oficinas também tinham a intenção de fortalecer a rede de intercâmbio entre os povos indígenas e tornar o evento um ocasião para difundir e ampliar os conhecimentos socioambientais indígenas. Nesse sentido, sempre eram convidados vários representantes indígenas (lideranças tradicionais, professores, agentes de saúde, agentes agroflorestais, presidentes de associações indígenas,

⁵⁹ AMAAIAC, OPIRJ, Organização dos Professores Indígenas do Acre - OPIAC, Secretária dos Povos Indígenas - SEPI, Instituto do Meio Ambiente do Acre – IMAC – Fundação Nacional do Índio - FUNAI

⁶⁰ Terras Indígenas Kampa do Rio Amônia e Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu 2004 – Kaxinawá do Seringal Independência, Kaxinawá do Baixo Rio Jordão, Kaxinawá do Rio Jordão e Kaxinawá do Rio Humaitá – 2005 – Nukini e Poyanawa 2006.

pajés e organizações regionais) de outras terras para participaram das oficinas. Esses encontros, além de ser um importante acontecimento político na região, contribuíam para consolidar uma política regional que integrasse a educação e a gestão territorial nas terras indígenas do Acre. As oficinas de etnomapeamento possibilitavam a reunião de um grande número de indígenas, para mapear, pesquisar, discutir aspectos relacionados à gestão territorial e ambiental, sendo os próprios índios agentes desses processos. A participação indígena era geralmente entre 35 a 45 pessoas, entretanto, algumas oficinas chegavam a reunir 85 pessoas, como no caso da primeira oficina de etnomapeamento, realizada em 2005, nas Terras Indígenas Kaxinawá do município do Jordão⁶¹.

Nas oficinas o processo de mapeamento utilizava imagens de satélite de uma determinada terra indígena. Os representantes indígenas interpretavam as imagens de satélite para a produção dos mapas temáticos. Sobre as imagens de satélite e dos mapas hidrográficos das terras indígenas era fixada uma folha de plástico transparente (acetato) que permitia uma ótima visualização do que estava embaixo. Divididos em grupos, os participantes indígenas localizavam, marcavam, desenhavam e inseriam as informações com canetas de retroprojeter, ou lápis quando se trabalhava diretamente sobre o mapa em papel. Quando os índios são falantes de língua indígena, os itens, os títulos e as legendas dos mapas eram pensados, sempre que possível, em língua indígena, com traduções ou não para o português. Dessa maneira, os mapas preliminares eram elaborados pelos próprios indígenas, reunindo diversas informações representadas cartograficamente a partir de temas previamente definidos com eles: a ocupação humana, a classificação dos cursos hídricos na língua indígena e portuguesa; a classificação indígena dos tipos de vegetação; o uso e a ocupação do território, a distribuição e fluxo da caça, da pesca; os usos dos recursos naturais, a história da ocupação, as áreas sob ameaças (invasões para caça, pesca e extração de madeira), além de sítios culturais e espirituais. Os registros eram desta maneira, as feições espaciais extraídas a partir da imagem de satélite e do mapa hidrográfico produzido para tal finalidade, gerando discussões e reflexões relacionadas à gestão de seu território (Silva, 2006). “*Os mapas de autorias indígenas têm história de ocupação, indicam locais sagrados e mostram que as populações indígenas têm suas próprias formas de classificar e nomear, que não estão submetidas à ciência ocidental nem à língua portuguesa*” (Fresqui, 2004, p. 56).

A cada mapa finalizado, um representante fazia a apresentação numa plenária no qual se discutiam as informações entre todos os participantes. No momento da apresentação, eram

⁶¹ As Terras Indígenas Kaxinawá do Rio Jordão, Kaxinawá do Baixo Jordão e Kaxinawá do Seringal Independência, são terras contínuas, resultados dos processos de ampliação territorial Kaxinawá.

feitas perguntas e questionamentos que geravam um aprofundamento dos conhecimentos relacionados às informações localizadas nos mapas. É também neste momento que acontecia a discussão sobre as problemáticas socioambientais enfrentadas e sobre as alternativas utilizadas ou planejadas para dar soluções. No caso dos Kaxinawá e dos Ashaninka as apresentações e discussões eram realizadas nas línguas indígenas e depois traduzidas para o português, facilitando a compreensão dos não falantes da língua indígena. Já no caso dos Poyanawa e Nukini, todas as apresentações eram feitas em da língua portuguesa, sendo ela a primeira língua desses povos. Todas as discussões, conversas, apresentações e entrevistas realizadas eram gravadas e, posteriormente, transcritas. Algumas oficinas foram filmadas pelos próprios indígenas. Encerradas as atividades de elaboração dos mapas temáticos preliminares, iniciava-se outra etapa fundamental: o desenvolvimento do Plano de Gestão Territorial e Ambiental.

Figura 44 - Oficina de Etnomapeamento 2004 - Figura 45 - Oficina de etnomapeamento 2010

Foto Gavazzi, 2004
Oficina de Etnomapeamento - TI Kampa do
Rio Amônia

Foto Gavazzi, 2010
Oficina de etnomapeamento - TI Kaxinawá
Praia do Carapanã

3.3. A metodologia do Plano de Gestão Territorial e Ambiental

A metodologia utilizada para a construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental das terras indígenas está intrinsecamente contextualizada com as atividades das oficinas de etnomapeamento. A gestão dos territórios indígenas envolve assuntos referentes ao uso dos recursos naturais, as políticas do entorno, as vantagens e os problemas encontrados, para resoluções e que possam traçar estratégias que norteiam um trabalho de caráter político e socioambiental. As oficinas têm um papel fundamental para o debate dessas questões, pois nelas são elaborados e sistematizados os Planos de Gestão Territorial e Ambiental de cada terra indígena.

Os Planos de Gestão ou cartas de intenções ou, ainda acordos coletivos no uso da terra e dos recursos naturais, não apenas orientam e planejam as atividades dos projetos de desenvolvimento comunitário, como também articulam políticas ambientais do entorno (Gavazzi, 2008). O tempo para elaboração dos planos de gestão é, na sua grande maioria, de três dias de trabalho, sendo que na Terra Indígena Poyanawa foram necessários apenas dois dias. Os convidados indígenas de outras terras que receberiam oficinas similares, também participaram das discussões, da sistematização e da construção do plano, como exercício para assimilar o conceito e discutir, posteriormente, com suas comunidades. Uma versão preliminar dos planos de gestão foi elaborada e redigida ao final da oficina, sendo em seguida apresentada a todos os participantes. Nas oficinas também se realizava um diagnóstico, com a participação indígena, através de levantamento e sistematização da situação de abundância de determinados recursos naturais utilizados por cada população.

Concluído o processo de mapeamento nas aldeias, iniciava-se a digitalização das informações preliminares em laboratório de geoprocessamento. Com a utilização da tecnologia de geoprocessamento, os mapas produzidos eram transformados em formato digital, por técnicos do Setor de Geoprocessamento da CPI/AC. As correções dos mapas e a complementação de outras informações aconteciam, geralmente, na segunda oficina e, eventualmente, entre as viagens de assessorias às terras indígenas e nos cursos de formação realizados no Centro de formação CPI/AC na cidade de Rio Branco, onde os indígenas eram consultados sobre algumas falhas nas informações, elevando a propriedade do trabalho.

As atividades de elaboração dos mapas e do plano de gestão seguiam a metodologia adotada anteriormente, corrigindo e complementando os mapas com acetado sobre imagens de satélite ou diretamente nos mapas preliminares, com a apresentação e discussão dos resultados em plenária. Na segunda oficina, os indígenas elaboraram os desenhos, que

comporiam as legendas dos mapas finais, e trabalharam na correção e na tradução dos mapas para língua indígena. Os planos de gestão, também foram aperfeiçoados e corrigidos pelos participantes e, posteriormente, apresentados a todos.

Após a finalização das oficinas, os trabalhos finais prosseguiram na organização, na sistematização e na correção das informações levantadas. Trabalhou-se na tradução dos planos de gestão territorial e ambiental para as línguas Kaxinawá e Ashaninka e os mapas, na sua grande maioria, eram produções bilíngues. Sendo apenas duas terras indígenas (Poyanawá e Nukini) onde a língua portuguesa é a primeira língua, esses não tiveram seus mapas temáticos em língua indígena, porém a Terra Indígena Poyanawá realizou o mapa hidrográfico em língua indígena através de pesquisa com um dos últimos falantes da língua. Também ocorria a organização, a edição e a devolução dos documentos aos indígenas com a reflexão dos resultados dos estudos do etnomapeamento realizados em suas terras, o que culminava com a edição bilíngue de dois planos de gestão territorial e ambiental⁶², além de um grande número de mapas bilíngues.

O programa também organizou alguns cursos de ilustração em aquarela para os AAFIs, com habilidades em desenho, para trabalhar na produção de ilustrações para compor os livros de manejo e criação de quelônio e o plano de gestão da Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu.

Figura 46 – Ilustração científica

Figura 47 – AAFI Aldemir Kaxinawá

Foto: Gavazzi, 2006 - Curso de ilustração em aquarela para AAFIs

⁶² Terras Indígenas Kampa do Rio Amônia e Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu.

4. Os mapas temáticos produzidos nas oficinas de etnomapeamento

4.1. Mapas Históricos

“A gente está aqui falando um pouco e demonstrando sobre o nosso trabalho histórico da terra indígena, vamos falar um pouco sobre o nosso mapeamento e o tempo do nosso povo mais antigo que moraram e trabalharam com o Felizardo Cerqueira. Os povos que vieram no tempo que eles moravam no Simpátia. O Felizardo foi pegar o pessoal de lá e trouxe eles para morar e trabalhar aqui no Breu. No tempo não tinha nenhum branco aqui no Breu, no tempo em que eles vieram, na década de 30. Então o Felizardo com os velhinhos achavam muito bom porque no Breu tinha muita caça, muito peixe, os recursos eram muito vivos no Breu. O trabalho deles era trabalhar na seringa, tinha um bocado que cortavam seringa. A colocação que eles vieram morar, a gente já falou um pouco de cada uma, primeiro quando o índio começou a morar aqui dentro do Breu, cada família começaram a espalhar um bocado dentro dessas colocações” (Prof. José Paulo Kaxinawá, 2004).

O mapa histórico registra alguns fatos significativos na história de cada povo indígena e, conta sempre, com a participação dos mais velhos, atores fundamentais no registro cartográfico da história. Interessante no processo de construção desses mapas são os ricos depoimentos dos mais velhos que fornecem informações sempre detalhadas, de uma história oral pouco conhecida e, muitas vezes, renegada pela própria historiografia oficial. Os mapas históricos dão visibilidade às narrativas das diferentes sociedades indígenas que *“compreende a História de modo diverso e constrói concepções de tempo que precisam ser respeitados”* (MEC, 1998, p. 198).

A atividade de construção do mapa histórico objetivava contextualizar as discussões e as reflexões tratadas em todo o percurso das oficinas.

“Eu acho que a gente vai poder usar muito esse mapa. Assim, tanto pra reforçar esses conhecimentos, ou esse trabalho que a gente tá fazendo com as pessoas jovens que vêm trabalhando junto com os alunos, como também na parte de história, teve muitas informações aí. Eu acredito que foi tudo anotado, mas teve muitas informações. Se você olhar no mapa histórico você vê muitas informações, como eu mesmo não sabia daquelas informações. Pra mim é uma coisa muito importante, pra eu tá conhecendo a história do próprio povo, da origem, de onde veio, como veio, por que veio, esse caminho todo de chegar até aqui, os nossos antepassados que foram, agora tem uma outra geração e outra geração que vem aí. Pra esse lado vai ser muito importante tá discutindo com os alunos, botar esse material pra ser trabalhado dentro da escola com os alunos. Isso vai ser muito importante” (Prof. Bebeto Pianko, 2004).

“Nesse tempo nem se falava em aldeia. Então, nós ficamos mesmo de frente com o barracão do patrão, do outro lado. O barracão era desse lado assim e nós moramos do outro lado assim” (Agostinho Manduca Kaxinawá, 2005).

No mapa histórico eram identificados os antigos caminhos, a ocupação dos territórios, os deslocamentos dos indígenas para outros lugares, as antigas moradias com as datas de ocupação, os vestígios de ocupação, os nomes dos primeiros patrões, as sedes dos seringais, as colocações, as aldeias antigas e os locais sagrados. O mapa histórico remete a um tempo que, para a maioria dos grupos indígenas, nem sequer existiam aldeias, mas colocações seringais e malocas. Isso pode ser entendido como um exemplo claro de como outra dimensão espacial e temporal, da realidade indígena, pode ser trabalhada numa carta (Freschi, 2004).

Devido a limitação da própria cartografia, em transcrever a história em carta, esse mapas registravam apenas fragmentos de uma narrativa “*sob a perspectiva histórica de membros de sociedades indígenas contemporâneas*” (Ôchoa, et al, p. 12) da Amazônia ocidental brasileira. Mas esses fragmentos alçavam o próprio sentido quando acompanhados dos depoimentos dos índios. A seguir, o depoimento Nukini e Ashaninka e a complementação dos mapas históricos.

“Quem amansou este pessoal (os Nukini) foi um patrão chamado Raimundo Viriço. Ele morava na boca do igarapé Zumia, porque de primeiro os Poyanawa vieram e botaram fogo na maloca deles, tocaram lá no Zumira que é o lugar do Zé Maria, que é conhecido como Maloca Queimada. De lá ele trouxe tudinho e foi fazer roupas para eles, só que ele era um patrãozinho pequeno e os daqui que eram mais forte trouxe os Nukini para cá. Porque aqui nunca existiu índio morando, não tinha nenhuma maloca, até esse lugar que chamam de Maloquinha foi depois deles mansos. Esses índios aqui vieram de dentro do Zumira na Maloca Queimada, queimada pelos Poyanawa e de lá eles vieram para cá. Os Nukini brigavam com os Poyanawa, com os Capacho do Peru, e para lá no Amazonas com os Mariuna e Marubo. Toda a vida existiu a guerra e daí foi indo e o derradeiro patrão foi o Bolota antes de virar Área Indígena” (Jose Ribamar Nukini, 2006).

Figura 48 - Mapa histórico Nukini
Mapa Histórico da da Terra Indígena Nukini

Fonte: CPI/AC, 2006

Olhando o mapa histórico dos Ashaninka do rio Amônia, identificam-se as moradias, os vestígios, os caminhos antigos, os cemitérios e os locais sagrados.

Figura 49 – Mapa histórico do Rio Amônia

Fonte: CPI/AC

“Esse varador aí, esse varador aqui, não lá no Brasil, a parte do Ashaninka vinham do Breu aí faziam essa passagem aí, que foi, esse varador aí. Não tinha outro varador não, só tinha esse daqui da cabeceira, porque aí eles vinham da boca do Breu, vinham 40 ou 50 Ashaninka, sempre cheia, sempre cheia a canoada. Eu me lembro, eu era pequenininha, eles vinham aí, eles encostavam na beira, na boca do Morador da dona Rosa, diziam ir pro Peru visitar o povo deles no Sheshea, por aqui varavam as cabeceiras. Passavam dois meses, três meses, a gente vinha no verão, já noutro verão, já vinha todo mundo. Depois eles pegaram esse caminho da cabeceira do rio, atravessava nas cabeceiras do Dourado, pras cabeceiras do Conduchara, eles atravessava. A Mariquinha disse que saia no Vacapistea esse aí é o varador mais perto que tem é do Vacapistea” (Dona Piti, 2004).

“A gente colocou um caminho aqui do Amoninha que vara para o Tamaya, do Tamaya segue e vara para o Sheshea, e outro aqui que vara do Tawaya, vara para as cabeceiras do Mashante, e do Mashante vara para o Tamaya também. Era caminho tanto de Ashaninka, como também de madeireiros, caucheiros peruanos que vinham aqui no Amônia comprar farinha, alguns mantimentos para os trabalhos deles aqui nessa região de fronteiras Brasil e Peru. Eles faziam essa varação e vinham comprar alguns materiais que faltavam, ao invés de descer o rio Tamaya e ir lá para Pucallpa que era muito distante. Eles faziam essa rota aqui que ficava mais perto. Aqui já existia patrão. Então era mais fácil eles virem para cá do que descer para Pucallpa. Tem outro caminho que a gente fez. Um caminho de invasão dos peruanos também nessa época do caucho, das madeiras, de carne, de peles de animais. Eles passavam entre a fronteira Brasil e Peru, desciam no Tawaya e descia o Amônia” (Prof. Bebito Pianko 2004).

Mapa Histórico dos Kaxinawá

O mapa histórico dos Kaxinawá do Rio Jordão ficou muito concentrado no tempo dos seringais. Nesse mapa, foram identificadas e localizadas as áreas dos seis antigos seringais no rio Jordão, formados no início do século XX, auge do ciclo da borracha e, que após sua demarcação no começo da década 1980, passou para o controle dos Kaxinawá. A história de contato dos Kaxinawá com a sociedade brasileira se deu através do vínculo *“como trabalhadores dos seringais que se estabeleceram em seu antigo habitat”* (Aquino, 1987, p. 8), da incorporação ao sistema de trabalho nos seringais e da matriz da organização espacial, econômica e política do seringal condicionou as propostas dos Kaxinawá na redefinição territorial estabelecida na identificação de sua terra pela FUNAI. *“Essa territorialidade particular, tendo o seringal como matriz, embasou também os processos de reorganização política e econômica protagonizados pelos Kaxinawá na gradual construção de uma nova situação histórica, por eles denominado “tempo dos direitos”* (Iglesias, 1999, p. 85).

“Então, o passado a gente já vem vendo. Então, tem o passado, o presente e o futuro. Pra gente pensar no futuro é um trabalho de cura esse nosso trabalho de etnomapeamento. Cura pra todas as gentes da nossa região. Tanto os brancos como os índios, porque índio já viveu muito doente. De

primeiro quem era mais escravo era o índio. E tanto os seringueiros, os brancos como os índios seringueiros. A gente começou a lutar pelo nosso direito em 1975, os índios viviam tudo espalhado, fora das suas famílias. Se tiver a sua família, morava só com sua esposa e seus filhos, com o tempo o patrão expulsava e saía. Então, a gente lutou tanto pelo nosso direito de querer esse pedaço de terra. Até que chegamos concluir e demarcar, nessa época o índio era tudo analfabeto também, não entendia nada. O patrão roubava, tomava o lote do pobre dos índios e dava pros seringueiros. Não era só o índio que era analfabeto, tanto os brancos como os índios eram todos analfabetos, quem sabia era só os seringalistas e fazia o que queria com seus povos. Então, viemos começar a voltar até chegar à conclusão de ter nosso direito da nossa terra, também entender a educação e a saúde, foi o tempo do direito. É o único meio de vida que a gente pode viver em sociedade tanto com a nossa comunidade, como com os nossos vizinhos brancos. Entendendo a parte de educação e saúde, tendo união com sua comunidade, liderança, professores, agente de saúde, agente agroflorestal e pajé, é continuar, sentir a maneira que a gente já tem passado. A gente já teve muita dúvida, hoje vamos acabar com essa dúvida, não só pra mim, pra nós todos. Pra que nós podemos mudar pra outra geração, pra nova vida nessa nova geração de 2005, que a gente já vem sofrendo de muitos tempos atrás. Será que nós vamos botar os nossos filhos e os nossos netos na mesma escravidão que a gente vem? Tem que mudar de vida. A gente sempre tem esperança de melhoria, não piorar. (...) nós temos o nosso direito de mostrar o que temos pra valorizar com a nossa comunidade, já que foi tomando o que era nosso por todos os brancos. Eles diziam que o índio não tinha interesse em nenhum pedaço de terra, não tinha quem fizesse, ele expulsava não tinha pra onde ir, ficava rodando. Hoje nós temos essa oportunidade pra poder voltar a nossa vida dos nossos povos antepassados. Tem nosso kupixawa, nossa cultura, tem nosso pajé, a nossa reunião, tem as nossas áreas de refugio, tem nossos igarapés, valorizando os nossos igarapés, que caça existe na nossa floresta” (Agostinho Manduca Kaxinawá, 2005).

“Esse mapa histórico, levamos dois dias de trabalho com os três velhos, o Valmar, Pinheiro e Augustinho, a gente acompanhou essas histórias deles. Cada um deles ficaram com um tempo diferente dos trabalhos e a luta diferente também que eles encontraram durante o tempo que eles acompanharam os trabalhos dos cativos, também sobre a ocupação de terras indígenas, a época que eles chegaram aqui. Outra coisa importante que nós achamos foi o local onde eles nasceram. Depois nós nascemos também, e de lá pra cá é onde foi a ocupação das colocações. Depois chegou os tempos do direito. Até hoje nós jovens estamos localizados no local que nós estamos e daí que chegou todas as tarefas da gente. Todo o professor tem que refletir mais na pesquisa, aprofundar mais os conhecimentos. Temos que aproveitar enquanto os velhos estão aí, fazer as pesquisas onde foi a ocupada a terra pelos brancos, depois que elas foram ocupadas por nós, porque essas histórias nós acompanhamos dos dois tempos do cativo e do direito: um que os brancos ocuparam, depois os indígenas reocuparam., e aí qual o fulano que foi lá e a data também. A data também a gente acompanha através dos filhos, são os mais velhos. Alguns tempos que já tão esquecendo, depois pegamos a idade dos filhos e a época que eles estavam

naquela história, a gente conseguiu pelo menos rascunhada. Acho que tá por aí, a gente tem que melhorar encontrar data certa, com as pesquisas.” (Prof. Itsairu Mateus Kaxinawá, 2005).

No mapa histórico da TI Kaxinawá, do Rio Jordão, foram identificadas as 68 colocações que existiram nos seringais extensos e 256 estradas de seringa, espalhadas em cada uma das colocações, sendo que, a maioria das estradas foi desativada, pois atualmente, os Kaxinawá não exercem mais as atividades de seringueiro com o corte de seringa desde quando o preço da borracha caiu na década de 1990. Com a queda da borracha, as famílias migraram de suas colocações de centro (dentro da floresta) para se estabelecerem nas aldeias, que hoje são 22, localizadas as margens do rio Jordão. Essa drástica mudança, nas últimas décadas, decorrente da queda do preço da borracha, alterou a dinâmica de uso da terra, pois os Kaxinawá deixaram as atividades da seringa e passaram a se dedicar mais às atividades agrícolas e de criação de animais domésticos.

“(…) em 1968 no final do ano, o velho foi atrás de nós. Não podia morar fora da área, que o meu pai e minha mãe tinham nascidos aqui no Jordão, eu tinha que voltar pro Jordão. Que era junto com as famílias mesmo daqui do Jordão. Em 1969 eu entrei diretamente aqui pro Jordão, fui bater no seringal do Fortaleza. Quando eu cheguei no Fortaleza, como o seringal era pequeno, ele alugou, arrendou a colocação como era o sistema de pedir o patrão pra poder passar um tempo na colocação, pra pagar aluguel, arrendar. Então, nós fomos pro Paraíba, essa colocação que eu falei trabalhei 1969 até 25 de agosto. Ai eu sai, fui passar uns tempos no Juruá. Do Juruá quando eu voltei, o meu sogro foi atrás pra eu casar com essa dita mulher que eu vivo hoje com ela. Ai eu fiquei definitivamente aqui no Jordão. Trabalhei no Cocal, depois vim pro Bagaça, do Bagaça eu entrei pro Alto Jardim pela luta da terra, primeira luta que eu tive pra conquistar a terra. Trabalhei quatro anos no Jardim. Ai começou a saírem os patrões, daí reuniu o povo (Kaxinawá), perguntou alguém que tinha coragem pra ir pro Revisão. Ninguém não queria, tinha muito índio brabo. Ai mandaram me chamar quando eu tava no centro, olhei pra ele e perguntei, quero saber se você é homem mesmo e quero a resposta certa. Nós estamos de reunião aqui pra decidir quem é que tem coragem de ir pro Revisão. Se for pro Revisão, a turma que for pro Revisão, vai tudo de espingarda nova, ai eu disse eu tenho coragem, só se alguém não quiser me acompanhar. Tu tem coragem mesmo? Eu tenho. Ai o Sales entrou, eu também tenho. Esses meninos também nesse tempo eles eram pequenos e queriam espingardas, eles e o Adauto, disse eu também vou, embora que o pai não for eu vou, nós queremos espingarda também, nós vamos também. Ai parece que nós fomos oito seringueiros, levamos oito espingardas novas. Subimos em 1979. Eu lembro bem que 31 de dezembro de 1979 quando chegamos no Revisão. Ai trabalhei 16 anos lá no Revisão (...)” (Agostinho Manduca Kaxinawá, 2005).

**Tabela 6 – Nome dos antigos seringais, atuais aldeias, colocações e número de estradas da
TI Kaxinawá do Rio Jordão**

Seringal	Nº	Nome da Colocação	Estradas
Revisão Aldeia Novo Segredo	1A	Sede do Seringal Revisão	
	1B	Depósito Jacaré	
	01	Fortaleza	3
	02	Floresta	3
	03	Novo Acre	3
	04	Seis Meses	3
	05	Seringueira	4
	06	Cipó	4
	07	Paraná	5
	08	Boca de Pedra	6
	09	Macedo	4
	10	Fortaleza	3
	11	Morada Nova	3
	12	Paraíso	4
	13	Boa Viagem	3
TRANSUAL Aldeia Bondoso	2ª	Antiga sede do seringal Transual	
	14	Queimadas	9
	15	Paraíba	5
	16	Cruzeiro	4
	17	Caboclo Luiz	4
	18	Xoró	6
	19	Maquisapá	3
	20	Centrinho	3
	21	Araçá	2
	22	Bruxelas (Campo Verde)	3
	23	Diabela	5
SOROCABA Aldeia Belo Monte	3ª	Antiga sede do seringal Belo Monte	
	24	Mulateiro	3
	25	Cachorro Grande	4
	26	Cabeça de Macaco	5
FORTALEZA Aldeia Três Fazendas	4ª	Sede do antigo seringal Fortaleza	
	27	Aracati	3
	28	Falta nome ?	
	29	Cocal	4
	30	Buraco	5
	31	Vai Quem Quer	4
	32	Rançoso	8
	33	Caroçal	4
	34	Depósito Papagaio	5
	35	Duas Bocas	4
	36	Alto Jardim	2
	37	Boca de Pedra	4
	38	Divisão	4
	39	Sacado (estradas de margem)	3
	40	Índio	2
	41	Sede (estradas de margem)	2
	42	Bagaço (estradas de margem)	2

Continuação da Tabela 6

BOM JARDIM Aldeia Alto do Bode	5ª	Sede do antigo seringal Bom Jardim	
	43	Dispensa	4
	44	Pau Furado	5
	45	Alto dos Ventos	4
	46	Duas Nações	4
	47	Centro do Meio	7
	48	Centrinho da Encrenca	2
	49	Cocão	2
	50	Patoá	4
	51	Margem (estradas de margem)	1
	52	Natal (estradas de margem)	2
	53	Margem (estradas de margem)	3
	54	Boca do Aracuã	1
	6ª	Sede do antigo seringal Bonfim	
BONFIM Aldeia Boa Esperança	55	Sede (estradas de margem)	6
	56	Centrinho	3
	57	Centro do Meio	3
	59	Cajazeiras	1
	59	Terra Firme (margem)	3
	60	Cauchero	2
	61	Água Fria	5
	62	Capoeira (margem)	1
	63	Extrema	4
	64	Doureiro	2
	65	Centrinho	3
	66	Sede do Astro Luminoso (estradas de margem)	4
	67	Sede da Aldeia Morada Nova (estradas de margem)	3
	68	Sede da aldeia Bela Vista (estradas de margem)	2

Fonte: CPI/AC

Tabela 7- Antigos seringais e atuais aldeias – com colocações de centro e margem - número de estradas – TI Kaxinawá do Rio Jordão

Antigos Seringais	Aldeias Atuais	Centro		Margem		Total	
		Colocações	Estradas	Colocações	Estradas	Colocações	Estradas
Novo Segredo (1 aldeia)	Novo Segredo	13	48	0	0	13	48
Bondoso (1 aldeia)	Paz do Senhor	8	39	2	5	10	44
Belo Monte (1 aldeia)	Belo Monte	3	12	1	3	4	15
Três Fazendas (4 aldeias)	Três Fazendas	9	33	1	2	10	35
	Flor da Floresta	0	0	1	3	1	3
	Pão Sagrado	1	4	2	4	3	8
	Verde Floresta	1	8	1	1	2	9
Alto do Bode (5 aldeias)	Bom Jesus	0	0	1	3	1	3
	Chico Curumim	5	24	0	0	5	24
	Bari	2	6	1	1	3	7
	Canafista	0	0	0	0	0	0
	Novo Natal	1	2	1	2	2	4

Continuação da Tabela 7

Boa Esperança (8 aldeias)	Nova Aliança	3	9	0	0	3	9
	Nova Fortaleza	0	0	0	0	0	0
	Boa Vista	2	7	1	1	3	8
	Sacado	1	1	1	3	2	4
	Bela Vista	1	3	1	2	2	5
	Boa Esperança	1	3	1	6	2	9
	Astro Luminoso	0	0	1	4	1	4
	Morada Nova	0	0	1	3	1	3
TOTAIS 6	20	51	199	17	43	68	242

Fonte: CPI/AC

Tabela 8 - Colocações e estradas por seringal – TI Kaxinawá do Rio Jordão

Nº	Seringal	Colocações	Estrada
1	Novo Segredo	13	48
2	Bondoso	10	44
3	Belo Monte	4	15
4	Três Fazendas	16	63
5	Chico Curumim	11	38
6	Boa Esperança	14	43
Total		68	251

Fonte: CPI/AC

Mapa histórico dos Nukini

“O meu avô contava que tava ruim de rancho eles se mudavam, por exemplo, desta maloca aqui do Napoli eles iam para a cabeceira do Novo Recreio, passava aquela outra temporada lá e por acaso ficava alguém doente o pajé sabia se tinha cura se não tinha se era doença contagiosa. Ai ficava só um para cuidar daquele enquanto ele não morria, daí ficava se ele ficasse bom ele ia, se morresse onde dava fim nas coisas dele tudo, porque senão contaminava os outros tudinho. Assim eles faziam a vida deles era essa, daí iam para a cabeceira do Ramon chamado motor, vinham para o Kapanawa, do Kapanawa viam para esta maloca do Napoli. Era assim os índios não moravam permanentes só num canto não, porque se fosse assim, eles morriam de fome. Hoje com espingarda já é difícil achar a alimentação, era muito índio, não era só dois ou três não. Mas só que os Nukini foram se acabando porque viviam o tempo todo de guerra, brigava com os Poyanawa, brigava com os Capacho Peruanos, brigava com o Mairuna. A minha avó era Mairuna, foi carregada do Jaquerana (no Javari estado do Amazonas), para cá, eu não conhecia ela não. Mas me falaram que carregaram muito mulher Nukini para o Jaquerana. Também carregaram Nukini daqui para os Poyanawa e Poyanawa para cá também e assim foi se misturando... Daí que a brigas deles era essa daí quando queimaram a malocas deles ai do Zumira que eles vieram a ter

contato com os brancos, até aí eles não tinham contato com os brancos não. Daí que queimaram as malocas deles que foram sair na casa do João Viriço, cansei de ver o meu avô contar e a minha mãe contava que a mulher do João Viriço via a bananeira balançar e daí a tarde ela falou para o velho. “Velho a bananeira balança aí a tarde toda e não vejo nada”. Daí o velho foi lá quando chegou o caboclo agarrou ele e levava e ele voltava e daí o caboclo queria levar ele de todo jeito. Daí ele se despediu da mulher e foi lá quando chegou na sapopemba estavam todos eles lá só esperando, daí ele pensou “Agora eu morro fui fazer um favor para eles e vou morrer”. Daí eles largaram as flechas e se agarram com ele e foram três dias de festa. Quando ele voltou de lá trouxe eles tudinho, tudo nu, não tinha ninguém vestido nesta época. Daí a mulher foi fazer roupa para um bocado, e de lá que os Oliveira trouxeram ele para cá onde é a República. Os Oliveira eram mais forte do que o João Viriço. Daqui que fizeram outra maloca aí que eles não se acostumaram, que não se acostuma mesmo, que colocaram o nome de Maloquinha” (José Ribamar Nukini, 2006).

Os Nukini indicaram, no mapa histórico, dois momentos de sua história, um antes do contato com os seringalistas, quando eram considerados “brabos” ou estavam sendo “amansados” e outro, quando foram incorporados à empresa seringalista nas primeiras décadas do século XX. *“Os Nukini foram “pacificados” aproximadamente em 1904. Nesta ocasião localizavam-se na serra do Moa, na fronteira com o Peru. Foram atraídos pelo então dono do seringal República, Raimundo Luzeiro, pois roubavam ferramentas e painéis, além de matarem seringueiros. Em 1910 foram levados para o seringal República”* (Gonçalves, 1991 p. 272). No mapa histórico foram localizados e identificados os vestígios de ocupação através das cerâmicas, encontradas na floresta; as antigas malocas; as pupunhas plantadas ao redor da antiga maloca, localizada próximo ao igarapé Napoli; os antigos caminhos percorridos pelos Nukini; os contatos com os primeiros patrões seringalistas; os seringais e as colocações. O mapa mostrava as 15 malocas antigas, habitadas por eles e outros povos, sendo algumas localizadas no pé da serra, na região do igarapé Brucness, outras na cabeceira do igarapé Kapanawa. Foram também registrados, aproximadamente, os anos que essas malocas foram habitadas pelos índios.

“O meu avô falava muito que a maloca era no Napoli, depois que eu cresci e ainda quando era garotinho na base de 10, 11 anos, meu pai me levou lá várias vezes, tiramos caminho aí do pé da serra, da foz do Brucness. Este caminho ia direto para a cabeceira para uma afluentes do Zumira, chamado Cedro e aí era antes de chegar no Cedro, no Napoli que era a maloca dos Nukini. Lá nós tiramos pupunha várias vezes, eu meus irmão tudinho com meu pai. Não foi só nós índio que morava lá, vários brancos como tinha o meu padrinho Moreira que andava nesta maloca. Lá eles diziam que a maloca era deles (Nukini), porque lá tinha esta maloca e outras no Kapanawa. Lá eles batiam num tambor que tinham e escutava no Kapanawa, deste lado daqui do rio eles se comunicavam. Daí sabiam se tinha alguém doente, se era para beber massato, o que fosse de lá

eles entendiam. Pela porrada, eles sabiam o que era, se era doença, o que fosse qualquer evento que tivesse na maloca eles entendiam. E o tocador deste tambor só podia comer capelão, não podia comer outra coisa, que era para roncar bem forte. Daí o meu avô cansou de contar isto. Eu me lembro como se fosse hoje, tinha as provas que eles moraram lá. A gente via casca de pote, tiramos várias vezes e ainda tem lá, e hoje se for preciso levo qualquer um lá para ver, não sei se a pupunha ainda existe porque pode morrer, mas tá lá a capoeira, cascas de potes com certeza pode procurar que ainda encontra” (José Ribamar Nukini, 2006).

Já no registro histórico do tempo da empresa seringalista, foram registrados os dois seringais mais importantes, Redenção e República, estabelecidos em suas terras e as 20 colocações localizadas no rio Moa e nos igarapés Timbaúba e Meia Dúzia. Nesse mapa, os participantes registraram como marco histórico, a casa da família do Paulo Nukini, queimada pelo IBAMA e pela polícia federal, em meados de 2005, no pé da Serra do Divisor, área reivindicada pelos Nukini para a ampliação dos limites norte e oeste de sua terra, sobrepondo esse último a uma parte do Parque Nacional da Serra do Divisor - PNSD⁶³.

“Pedro Antônio, que era dono do seringal e o Bolota, que era quem cuidava dos índios daqui, e foi quem mais amanso. “Quem amansou os índios daqui foi um fulano de tal Raimundo Veríssimo, que morava na boca do Zulmira, num local chamado maloca queimada, e de lá ele trouxe tudinho os índios pra essa área daqui. Nessa área onde é a TI Nukini nunca teve uma maloca, só depois dos índios amansados, em uma maloca que o pessoal chama maloquinha, que era aqui pertinho. (...) Os Nukini brigavam com o Poyanawá aqui, brigava com os Tapaxo no Peru, com os Mayuruna aqui e brigava com os Marubo no Batã. Sempre teve guerra, a guerra nunca acabou” (José Ribamar Nukini, 2006).

“Tive uma dificuldade, tem um velho também do nosso lado e o velho o meu pai ele é pajé, o Agostinho, o velho também que o meu avô, que é o Francisco Pinheiro, também outros velhos que o Abdias que é uma grande liderança, e outro velho também, que é o Severino, ajudou bastante pra nós. Nós estamos junto com os velhos aqui, temos um pouco de dificuldade, mas nós estamos caminhando bem. Dá de fazer” (Prof. Tadeu Mateus, 2005).

⁶³ “O conflito entre Nukini, IBAMA e FUNAI foi referenciado neste mapa com a indicação do local onde esse conflito culminou com a queima da casa da ex-liderança Paulo Nukini, dentro do PNSD, no Pé da Serra. Ainda de acordo com os participantes, durante o processo de demarcação da TI Nukini os técnicos da FUNAI indicaram que os Nukini moradores do Pé da Serra se mudassem para o igarapé Paraná dos Batistas, combinando um posterior retorno após a ampliação da TI. Entretanto, antes de uma ampliação acontecer, foi criado o Parque Nacional da Serra do Divisor englobando a área do Pé da Serra (...)” (Constantino, 2006, p. 2).

Em vários momentos nas oficinas os participantes comentavam sobre a importância da participação das pessoas mais velhas na construção do mapa histórico, momento interessante para compreender melhor parte da história de cada povo. Também relatavam a importância do mapa histórico e a possibilidade de uso múltiplo. Os professores indígenas salientaram o valor de se poder trabalhar o mapa histórico, como material didático nas escolas indígenas, dando possibilidade aos alunos de visualizar os lugares significativos da história de cada povo indígena e de cada terra indígena.

“Queria dizer que o uso desse mapa histórico vai ser muito importante. A gente está fazendo para apresentar para algumas pessoas que queiram saber da nossa história, do nosso território, de algum acontecimento. É importante para os jovens que estão estudando sobre a história do nosso território. Eu mesmo não tinha muita noção de como que foi antigamente a exploração, a habitação do rio. Agora, fazendo esse mapa, descobri muitas coisas. É importante para a minha formação, para o meu conhecimento. A gente vai poder usar esse mapa na escola, com trabalho para os alunos. Vai ser muito interessante, muito produtivo, usar esse mapa na escola como material didático para ensinar os alunos, para que eles fiquem sabendo da história do território, de onde vieram os nossos antepassados. Isso está sendo muito legal e acho que isso vai ser muito bem usado” (Prof. Bebito Pianko, 2004).

“Também a gente pode facilitar mais dentro do nosso trabalho, como a parte da educação, trabalhando com os alunos, com a comunidade e usar todos os registros que a gente fez durante o etnomapeamento” (Prof. Itsairu Mateus Kaxinawá, 2005).

“O trabalho de pesquisa é procurar entender o caminho dos velhos, a origem deles, de onde eles vieram. Esse é um trabalho importante, porque a gente vai começar a entender o caminho, a luta, o que foi percorrido por essas pessoas e pelos nossos antepassados. Eu acho que vai ser uma coisa importante até para os velhos. Fazer eles mesmos refletirem e pensarem sobre o seu passado e começar a passar para os jovens as histórias. Eu vejo que hoje, eu já tenho muito mais informação sobre os meus avôs e as pessoas mais velhas, pessoas que têm mais de quarenta, cinquenta anos na aldeia. Isso é importante para eu estar incentivando ou buscando pessoas que têm esse conhecimento para contarem para os jovens. É uma forma de promover encontros para contar essas histórias do passado. Como o que aconteceu quando estávamos discutindo hoje. Vimos que não foi só o caucho. Muitos pesquisadores falam que só foi o caucho que trouxe os Ashaninka para cá. Mas atrás disso tem outras coisas. Eu acho importante estar registrando essas coisas que marcam a vida da gente. É muito interessante, muito rico, saber como nossos antepassados vieram, de onde eles vieram, por que e como estamos aqui hoje. Eu senti que as pessoas começaram a viver as histórias passadas. Os velhos estavam contando um pedaço de uma história do seu pai, de seu avô, outros contavam de outras pessoas, e todos atentos para ouvir, para entender o porquê de tudo isso. Eu acho que isso é muito importante para as pessoas. Elas se sentem como parte dessa história, parte desse processo que aconteceu no passado. Acho que as pessoas se sentem muito curiosas para saber mais fatos, mais coisas que aconteceram. É

interessante estar registrando. Ficar ouvindo várias versões, vários velhos contando, tentando juntar as partes que conhecem para contar uma história do passado. Os jovens gostam muito de ouvir isso (...). Acho que o conhecimento de um velho, o que ele tem acumulado é muito importante. Estou tentando buscar aquilo que é mais importante para as crianças, para os jovens avançar mais nesses conhecimentos. Tentar enriquecer nossa cultura buscando aprender com os velhos. Esses encontros, essas palestras são muito importantes. Eles se reúnem e começam a discutir sobre os problemas e soluções dos problemas, aí a gente começa a ver a cultura mesmo, a forma de interpretar o mundo, entender e conduzir a sociedade. Os velhos são muito importantes. Eles ajudam muito na experiência de interpretar o mundo, de entender. Eles têm esse conhecimento, temos que reconhecer sua importância” (Prof. Isaac Pianko 2004).

4.2. Mapa das águas – Hidrografia

“Uma coisa muito bonita que eu achei, foi a gente escrever os nomes dos igarapés todos na língua indígena. A gente já tinha identificado alguns, mas agora a gente identificou que todos têm nomes. Só que esses nomes não vinham sendo praticados pelas pessoas mais jovens, que depois da chegada dos brancos aqui, os brancos deram os nomes dos igarapés em sua língua, aí ficaram assim, as pessoas usavam alguns, mas as pessoas mais jovens não ficavam sabendo. Agora todas as pessoas estão sabendo, uma coisa mais nova que a gente vai colocar na escola” (Prof. Bebito Pianko, 2004).

A água, fonte de vida, é um assunto muito importante para as comunidades indígenas. *“Na Amazônia, tudo é feito ou pensado de acordo com as águas, as distâncias, as localizações, o tempo, tudo é contato rio abaixo, rio acima”* (MEC, 1998, p. 230). Para os Povos indígenas do Acre, os *“recursos hídricos são de extrema importância, pois propicia o transporte e o abastecimento da aldeia com água potável para diversos usos: alimentação, higiene corporal, limpeza de utensílios, etc. Eles também ocupam um lugar importante na cosmologia e mitologia indígena”* (Correa e Pimenta, 2012, p. 51).

A ocupação humana, a malha hidrográfica e os territórios do entorno da terra indígena eram a base de todos os mapas. Sendo a malha hidrográfica, essencial para a orientação geográfica. As atividades de mapeamento começavam sempre pelo mapa hidrográfico, porque os rios e os igarapés eram a principal referência para a localização dos diversos outros recursos que seriam mapeados na sequência.

“(…) como o Nascente e o Poente, também na direção da correnteza e contra correnteza são pontos cardeais *êmicos* utilizados, (...), sobretudo para a orientação no macro-espço. Tais pontos, se colocados em relação à quantidade d’água, criam um sistema de coordenadas espaço-temporal que fornece informações sobre o “tempo transcorrido a partir da fonte”. Tal sistema, comparável aquele baseado no

sol, fornece (...) informações suficientemente precisas para poder orientar-se” (Marchese, 2005 p. 70).

As atividades de mapeamento começavam pelos caminhos das águas, localizando os principais rios, igarapés, lagos, nomeados na língua indígena e portuguesa. Um atributo desse trabalho era nomear todos os rios, igarapés, lagos e poços de pescas em língua indígena, atividade muito valorizada e apreciada pelos grupos indígenas. Em quase todas as oficinas era visível a preocupação, por parte dos participantes, de que os jovens conhecessem os nomes tradicionais em língua indígena dos vários recursos hídricos. Nomeá-los no mapa, com seus “verdadeiros nomes”, iria de certa forma, contribuir para a divulgação desse conhecimento entre os mais jovens.

“Por exemplo, o mapeamento dos rios. Aqui a maior parte dos jovens não sabe o nome de cada rio, de cada igarapé; e hoje os velhos estavam dando uma aula para eles, mostrando cada rio, cada nome para eles que tem, porque tem uma parte que conhece pelos nomes que os brancos deram, mas o nome tradicional eles não conhecem. E hoje cada aluno sabe, está vendo, perguntando que nome é esse, e os velhos vem e falam para eles. Então isso é uma descoberta para os jovens, um exemplo, para os alunos que estão na escola; aquelas pessoas que menos saem para andar na área” (Liderança Moisés Pianko, 2004).

No mapeamento da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia os Ashaninka identificaram e levantaram 43 poços de pesca e 59 igarapés mais significativos, que compõem parte da bacia hidrográfica do rio Amônia. Rio que corta todo o território Ashaninka. Desses 59 igarapés, 26 não tinham nomes em língua portuguesa. Foram localizados e nomeados 15 igarapés mais importantes que compunham parte da sub-bacia do igarapé Arara, marco divisório entre terra indígena e a Reserva Extrativista do Alto Juruá. Também foram localizados e identificados, 11 lagos, entre os mais usados para a pesca, os mais ricos em quantidade de peixe; os menos usados tendo em vista sua distância da aldeia; os que não são usados por estarem fechados pela vegetação e todos foram nomeados em língua indígena.

“Os nomes dos igarapés a gente sabe, português é que fica muito misturado. Foi uma coisa que a gente colocou todos os nomes, tudo que a gente sabe na língua indígena, que as pessoas antigas sabem aqui. Então esses nomes que foram dados são os nomes que foram dados pelo nosso povo mesmo. Que as pessoas mais jovens estavam perdendo isso aí. Aqui é o “kapiro” que em português é taboca. Vocês devem ter visto o Revoltoso, é um rio, um igarapé grande, mas que na língua não é Revoltoso, é “Asoyane”. O nome do Amoninha, em português, na língua Ashaninka é “Tawayane”. Então todos esses nomes que eram na língua, estão pegando mais em português esses jovens. Então isso é um diagnóstico muito importante pra gente, que a gente está fazendo,

que todas as pessoas vão passar a saber o nome tradicional mesmo, o nome que o nosso povo vinha mesmo antigamente reconhecido com esses nomes, e que agora a gente vai ter todos os nomes dos nossos rios com esses mesmos nomes” (AAFI Benki Pianko, 2004).

“A gente anda em toda parte da nossa terra, mas a gente ainda não sabe o nome dos igarapés. Tem muito nomes ainda na língua do branco. Tem uns que chamam na língua do branco, outros que falam e a gente fica até meio confuso. Então, esse trabalho que a gente está fazendo agora, esse diagnóstico geral que a gente está fazendo, é uma coisa muito importante pra gente, porque a gente vai poder identificar cada ponta da nossa terra. Onde que tem as reservas, onde estão sendo feitas as invasões, onde a gente está caçando, onde a gente está hoje deixando uma área de refúgio para os animais. A gente vai ter todo um diagnóstico bem feito para que a gente possa ter tudo isso com uma legenda completa de tudo que a gente está fazendo aqui. Por quê? Porque a gente precisa trabalhar hoje com a fiscalização da nossa terra, onde que está sendo feita a invasão. Se a gente passar hoje por aqui, identificando tal igarapé, indicando o que está acontecendo. Então a gente está colocando o nome em língua indígena, mas tem também o seu nome em português alguns outros não têm. Então esse foi à coisa que a gente fez aqui desse mapa dessa identificação dos igarapés. A gente tem sentido uma dificuldade muito grande, que quando a gente sai para esses lugares, a gente não sabe até onde a gente foi ainda. Mas hoje a gente tem uma facilidade de saber o nome desses rios. Então a comunidade toda, todas essas crianças vão ter um mapa que as pessoas mais velhas vão estar passando pra as pessoas mais novas. E a gente vai está colocando dentro da sala de aula, a gente vai está trabalhando esse conhecimento. Para que seja passado das pessoas mais velhas, para as pessoas mais novas, estarem sabendo o que é um diagnóstico, o que é um mapa, qual o significado disso, para que serve isso aqui. Então esse que é o nosso trabalho hoje aqui. Porque hoje a nossa aldeia está sendo invadida por esse lado, os igarapés que vem do lado de lá, que afetam a nossa terra, que está sendo afetada através dos madeireiros, olha de onde eles vem ó. Vem nessa caminhada de lá pra cá. E a nossa aldeia, como aqui era uma área de refúgio muito grande, já está se acabando por esse lado aqui. Pra gente hoje, a gente tem sofrido esse impacto muito grande e coisa que a gente vai poder identificar essas coisas muito mais rápido dentro do nosso trabalho que a gente vem fazendo. Então é isso aí que a gente está fazendo, e isso é uma coisa que a gente está fazendo aqui e a gente vai fazer em outras terras indígenas também pra gente poder trabalhar em outras terras indígenas também. Cada parente daqui da região vai ficar por dentro do trabalho que a gente tem desenvolvendo aqui” (AAFI Benki Pianko, 2004).

Nas atividades de mapeamento das oficinas⁶⁴, a nomeação de rios, igarapés e lagos na língua indígena, acontecia a partir de muitas discussões e contava sempre com a participação das pessoas mais velhas, que detentoras de um maior conhecimento do território, ministravam verdadeiras aulas sobre a territorialidade indígena. Eram os idosos que forneciam as informações sobre os cursos d’água e seus nomes e o contextualizavam com as

⁶⁴ A Terra Indígena Nukini por seus falantes serem monolíngües, em língua portuguesa, foi a única terra que não fez os recursos hídricos em nome indígena.

áreas de caça, pesca e de outros recursos naturais; contavam a história de determinados nomes de rios, igarapés e lagos. Quando os mais velhos compartilhavam os nomes de lugares e as histórias tradicionais com outros membros da comunidade, por meio do processo cartográfico, surgia o interesse pelos conhecimentos locais, especialmente, entre os jovens da comunidade, o que ajudava a comunidade a manter o sentimento de pertencer a um lugar que, por sua vez, ajuda no reforço do sentimento de identidade (Alcorn, 2000).

“O igarapé tem esse nome de “Nawakuya” é porque tem os nossos parentes brabos⁶⁵ que moram dentro nas cabeceiras, que eles moram toda vida, como eles estão morando agora, que estão começando a aumentar e já estão aparecendo meio perto, por isso que significa isso “Nawakuya”. Até antigamente eles moravam lá, começavam a brigar com os mansos, nós Kaxinawá começavam fazer a guerra. Os Kaxinawá era muito e diminuíram eles e correram e tal, ficaram só um bocadinho, pequenininho. Começaram a formar e estão aumentando de novo, é por isso que tem esse nome. O igarapé “Tsatsapuinya” é porque lá tem um parente no nome indígena chamado “Tsatsani”. Ele foi arrancar um pé de mudubim (amendoim) e escapuliu e caiu dentro d’água e os parentes colocaram o nome de “Tsasapuinya”. “Inupisia” é porque duas onças brigaram uma com outra, a onça preta matou a onça vermelha e apodreceu dentro desse igarapé e é por isso chama “Inupisia”, porque era onça demais. Sólon, “Seneya” é porque ele tinha muito pavão dentro, muitos “sene”. Tem até aquele, o nambu preto que chama-se “sene” na nossa língua, nós chamamos de “meshu kuma”, tinha era muito nesse tempo. Então, na beira de fato que todo mundo sabe, tem aqueles nambus preto gostam de tomar banho da beira. “Kushunawayá”, isso aí é porque era outra tribo também que vivia aqui e faziam guerra com os Kaxinawá e rastejavam os Kaxinawá para fazer uma guerra. Aí os Kaxinawá faziam uma guerra com eles, e eles também sumiram porque os Kaxinawá eram muitos e nesse tempo também que eles faziam grandes guerras e por isso ficou com esse nome o igarapé” (Vicente Sabóia Kaxinawá, 2005).

Na oficina de etnomapeamento, com os Kaxinawá do município do Jordão, quando se trabalhou o mapa hidrográfico, os índios já tinham em mãos uma grande lista com todos os nomes dos igarapés, lagos e poços em língua indígena. Como eles já sabiam que uma das atividades da oficina seria registrar os nomes dos cursos hídricos em língua indígenas, eles já haviam se organizados esse reunido, anteriormente, com as pessoas mais velhas das aldeias e com eles registraram os nomes indígenas dos igarapés e dos lagos.

⁶⁵ Refere-se aos índios isolados.

“Os nomes tem uma transparência e consequentemente os seus por que: evocá-los significa atingir um saber mais ramificado e também a fragmentos de experiências vividas nos quais aqueles nomes foram particularmente falantes ou se prestam as gracejos e sagacidades, ou sugerem associações de outras maneiras inesperadas” (Cardona, 1985, p. 131).

Existem várias maneiras de nomear os rios, os igarapés e os lagos, na maioria das vezes, estão apontam para uma característica do lugar ou para alguma história marcante ocorrida na localidade: a captura de um grande peixe, a ferroada de uma arraia, o abate de uma caça (Freschi, 2004). Outras vezes, os nomes estão relacionados com as características físicas do local, como pedra, barreiro, cachoeira, etc. Também os nomes estão associados a alguma pessoa, outros relacionados ao conhecimento indígena, de acordo com a quantidade de recursos naturais existente em suas proximidades.

“Antigamente se o igarapé já tinha nome ficou o nome. Mas aquele igarapé que não tem nome a gente sempre que andava no igarapé, às vezes nós íamos caçar, nós vamos matar dentro do igarapé, aí nós chamávamos o igarapé de veado, jabuti, igarapé de anta, de macaco. O cara que andava ia matando aí colocava o nome. E os nomes que a comunidade aprende a gente já tá colocando o nome, já tão nomeados” (AAFI Francisco Roseno, 2005).

“O “Kapeya” (igarapé) que nós chamamos, foi porque a gente foi fazer uma pescaria e lá abaixo dos Três Cantos, tem uma ressaquinha, e o jacaré preto, nós chamamos de “kapetawa”, saiu do lago cerrado, caiu no rio e ficou lá. Foram começar a mergulhar e começaram a beliscar o bicho querendo pegar com bicheiro. Aí o casco do bicho era duro, e o bicho começou a se zangar. Com cinco mergulhadas que ele deu, botaram bicheira e topou com o jacaré, e lá o jacaré pegou ele na cabeça dele, na cara dele, e parte da venta dele. Quem costurou ele foi até o irmão do Antônio, foi até com uma agulha torta” (AAFI Paulo Macambira, 2005).

Os nomes dos cursos d’água, em língua indígena, muitas vezes, indicam característica ou referência geográfica do local, como por exemplo, se no igarapé existe grande quantidade de determinada espécie de um peixe; se a água do igarapé corre dentro de uma área rica de determinada espécies de recursos vegetais; se a água é fria, preta, grande, ou profunda. Em muitos depoimentos observa-se que os nomes dos igarapés estão relacionados às colocações, à caça, à pesca, às pessoas, e muitas vezes, dão informações iniciais sobre a origem dos nomes dos cursos d’água. No depoimento abaixo, logo após a finalização do mapa hidrográfico pelos indígenas da Terra Indígena Kaxinawá/ Ashaninka do Rio Breu, uma jovem liderança Kaxinawá, mostrou no mapa construído, os nomes de alguns lagos e igarapés mais significativos de sua terra.

“Chegando aqui na aldeia Japinim, no lado do Peru temos três lagos. Vou citar aqui os nomes dos lagos, Meshuyã (preto), Meshkuyã (traíra) e Takuyã (saracura). Ao lado do lago temos um igarapé que faz a divisão de dois lagos de um igarapé para o outro, o nome do igarapé de Praia. Aqui na aldeia Japinim, temos também o igarapé Transual, o antigo nome da aldeia, quando habitou esse povo. Quando chegou ao ponto de uma aldeia, foi dado o nome de aldeia Japinim. Aqui é uma aldeia que também se compara com a aldeia Jacobina, que é uma aldeia muito antiga. Aqui temos um igarapé Pupunha, “Banyã”, na língua. Temos alguns poços também, acima da aldeia Japinim. Temos um igarapé também, ao lado do Peru, que dá o nome de Marsenal, “Ameya”, que língua que dizer muita capivara. Também temos o “Sheshaya”, que não foi escrito em português. Pra cá temos o igarapé Nascente, “Hene Beruyã”. Temos o igarapé Siri, “Shakaya”. Todos afluentes do “Busnã”. Temos o igarapé Titica, “Sheuya”. Temos aqui também uma colocação dentro do afluente do “Busnã”, aliás, uma colocação Reforma. Temos também na colocação Reforma, um outro afluente do “Busnã”, o “Banuya”. Temos aqui um outro afluente, “Teneya”, em homenagem ao “shanibu” do Jordão, Getúlio Sales. Temos aqui um outro afluente “Kubuya”. “Kubu” é jacu, com certeza nesse igarapé tem muito jacu. Aqui continua o “Busnã”. Subindo o Breu, temos o igarapé “Bateya”. Continuando subindo aqui o rio Breu, temos o igarapé “Mapuya”, o nome do nosso rio, que é o rio Breu. Temos o primeiro igarapé, Fernando, “Beshnãya”. Temos um outro igarapé que dá o nome de Anta, “Awaya”. Seguindo em frente temos um poço, temos outro bem distante. Temos um outro igarapé Santo Antônio, do lado do Brasil, “Kuxipaya”. Atrás do poço temos o igarapé São João, “Isuya”, do lado do Peru. Atrás temos um poço, logo após temos o outro igarapé, São Pedro, “Kushuya”. Logo após o São Pedro, temos o igarapé Jabuti, que é “Shaweya”, seguindo em frente ao lado do Peru, temos o igarapé Cazuzza, “Mushuya”. Entrando no igarapé, afluente do Cazuzza, temos o “Shaeshauya” (osso do tamanduá), significa que tá dominando aqui tamanduá bandeira. Me parece que nesse lugar, o meu tio Galdêncio Sereno Kaxinawá, irmão do Felipe Cerqueira, me falou, parece que foi morto um animal desses bem grande. Aqui na frente temos um outro igarapé, que é afluente do Cazuzza, que é o Português. Esse é afluente com a colocação com o mesmo nome. É a última colocação, já termina fazendo um pouco parte do rio Jordão. Subindo o Breu temos Jitubarana, “Shawã wãya”. Temos um outro igarapé, Traíra, logo acima, “Meshkuya”. Ao lado do Brasil, logo após ao lado do Peru, o igarapé Ingá, “Shenãya”. Seguindo em frente, ao lado do Brasil temos o igarapé Arraia, “Iya”, ao lado do Brasil. Logo após ao lado do Peru, o igarapé Veado, “Txashuya”. Seguindo em frente ao lado do Brasil, igarapé Onça, “Inuya”, também do lado do Brasil, do mesmo lado o igarapé Jacaré, “Tapuya”. E aqui chega ao final da terra indígena, fazendo divisa com as águas do rio Jordão, do igarapé Papavô. É mais ou menos onde termina a terra indígena, é onde a gente registrou a nossa Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu, onde chega o fim da nossa terra indígena” (João Carlos Kaxinawá, 2004).

“Os rios são dados os nomes de acordo com as espécies que tem, se tem muita espécie de fruta, se tem muito pássaro, muito peixe. Taboca é porque tem taboca, então chama “kapiromashi”. aí assim vai, quando tem muita planta daquela espécie” (AAFI Benki, 2004).

“A gente colocou o nome dos igarapés na língua, colocou no português e traduziu na língua indígena todos os igarapés principais que foram registrados no nome do nosso povo que morava aqui primeiro, antes de nós. Até eu mesmo não conhecia esse igarapé que foi de grande importância que vi que aconteciam muitas coisas importantes dentro do igarapé. Eu como professor dessa idade ainda não tinha conhecido, então para mim isso é uma nova coisa que está surgindo agora. Até já tinha visto o mapa, mapa do Brasil, mapa de outras coisas, mas não o mapa de nossos rios, porque isso aqui é uma coisa que a gente mora dentro. O que vai valer para nós aqui é que com isso a gente vai saber o nome de cada igarapé. E qual a importância, que hoje nós colocamos na cabeça de nossos filhos e de nossos alunos, principalmente nós que somos professores. Então para isso que nós estamos registrando nesse mapa, tem tudo isso escrito, até a cabeceira. Eu andei até a Boa Esperança, mas eu não conhecia nome de igarapé por igarapé. E realmente a gente pensa que não tem nome, e o nome que a gente coloca no igarapé é o que acontece sempre dentro dele, que foi registrado pelo nosso povo. Por que colocaram “Kashahene”? Porque lá, pelo que o pai me disse, esse igarapé antigamente não tinha nome. Começaram andar por dentro desse igarapé, tinha muito peixe e tinha muita arraia. Então todas as pessoas que iam pescar dentro desse igarapé saíam esporadas de arraia, só viviam chorando. “kasha” quer dizer chorar. “hene” é água. Então, é “Kashahene”. Por isso registraram os parentes. E os nawá quando foram traduzir no português não souberam falar como a gente fala na língua. Falaram nome de Kaxane e até hoje a gente fala como Kaxane”. Assim, “Täkuinya”, aí vai, o Pau Furado, Yapaya. Aí Macaco Preto, “Ysuya”. Arregaçado, “Pupusya, Buniya”. “Nawa Shaweya”, que é muito osso de cariú que ficava por lá. Tempo que o parente matava branco, tempo da guerra” (Prof. Manoel Sabóia, 2005).

Os povos indígenas vivem em lugares diferentes, criam diferentes modos de entender, dar nome e se relacionar com seu lugar e sua paisagem. Nomear os cursos d’água em língua indígena foi uma novidade para muitos. A atividade contribuiu para discutir a importância de se marcar os espaços geográficos com os nomes em língua indígena. Também colaborou para socializar, entre os participantes, os nomes tradicionais e a história da origem dos nomes dos rios e igarapés para aqueles que não sabiam. Muitos participantes, inclusive os professores relataram que não conheciam os nomes de determinados igarapés, *“isso é uma nova coisa que está surgindo agora”*. Também relataram que nunca haviam visto um mapa hidrográfico da terra indígena com os nomes indígenas. O mapa hidrográfico mostra que rios, igarapés e lagos possuem nomes tradicionais. O trabalho fez com que esses cursos d’água, que na sua grande maioria estavam em branco nos mapas oficiais, nos mapas da FUNAI saíssem de certa forma, do anonimato, dando-lhe visibilidade nas atividades do mapeamento. Muitas vezes, quando os igarapés significativos não tinham nomes, os índios após muitas discussões, os batizavam dando um nome em língua indígena e só depois, um nome em língua portuguesa que era, geralmente, uma tradução na língua indígena. Alguns professores

preferiam que o nome ficasse só em língua indígena, como atitude de autodeterminação, como um modo de marcar sua própria presença no espaço.

“Foi feito esse trabalho de etnomapeamento, a respeito dos nomes dos igarapés. Igarapés grandes, igarapés pequenos. Sobre a tradução: tem igarapés que somente sabemos na língua indígena, “hãtxa kuĩ”, não tem em português. Acho que não tem problema pra gente traduzir, acho que ficaria mesmo só na língua indígena. E em português é a mesma coisa. Se a gente começar a traduzir, vai ficar feio pra mim. Pra mim, pessoalmente, penso isso, já to percebendo isso. Por exemplo, tem igarapé “Yawaya”, nome que antigamente o nosso povo já colocou esse nome já há muito tempo. Pegou esse nome de Porco. Aí a pessoa traduz igarapé de Porco. Eu pessoalmente sinto isso. Pra mim, “Yawaya” é mais bonito. Eu sinto assim. Por exemplo, igarapé Fortaleza é reconhecido desde quando os nordestinos chegaram e antes de chegarem os nordestinos o nosso povo conhecia por “Inuya”. Então, continua” Inuya” (Prof. Edson Ixã, 2005).

“Bom, a gente iniciou a nossa oficina do etnomapeamento, trabalhando no mapa hidrográfico. A gente conhece por dentro da nossa Terra Indígena os igarapés principais e o rio. Eu acho que é muito importante para a gente, todos os igarapés terem nome na nossa língua e na língua portuguesa, pra gente conhecer bem o igarapé. Principalmente onde dentro do igarapé tem peixe, onde tem caça, barreiro, sobre nossas colocações e a variações pra sair colocação. Acho que todo trabalho que nós fizemos é importante registrar o que tem dentro da nossa terra, pra gente registrar onde tem mais recursos naturais, pra saber qual é a quantidade de igarapé dentro da Terra Indígena, pra gente conhecer bem e organizar nosso conhecimento. A gente teve dificuldade só no igarapé Veadão, pela cabeceira a gente não conhece bem, tem nossos parentes do igarapé Veado, mas a liderança informou pra gente lá, nós escrevemos sobre o igarapé lá língua português e na nossa própria língua” (Prof. Rufino Sales Kaxinawá, 2005).

A seguir, uma tabela com os nomes dos igarapés em língua “hãtxa kuĩ” (kaxinawá) da Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu de acordo com o conhecimento dos indígenas e com as características de alguns cursos d’ água.

Tabela 9 - Características da Hidrografia da TI Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu

N	Nome em Kaxinawá	Significado em Português	N	Nome em Kaxinawá	Significado em Português
1	Isâyã	Patoá	11	Nutxuya	Muito caramujo aruá
2	Isaya	Passarinho	12	Tawaya	Muita cana braba
3	Ipayã	Muita piaba	13	Matshiya	Água fria
4	Batuyã	Muito piau	14	Tamaya	Tem praia boa para amendoim
5	Masaya	Muito rato	15	Pakaya	Muita taboca
6	Kapeya	Igarapé do jacaré	16	Iãya	Igarapé que cai no lago
7	Inuyã	Onde Felipe matou a onça	17	Duya	Lugar que comeu muito capelão
8	Shaweyã	Igarapé que encontraram muito jabuti	18	Tuaya	Igarapé do sapo canoeiro
9	Txashuya	Muito veado	19	Nuaya	Igarapé fundo
10	Hene mushura	Igarapé da água preta	20	Awaya	Tem bastante anta

Fonte: CPI/AC

Nas oficinas de mapeamento muitos professores e AAFIs afirmaram a importância de mapear e nomear os recursos hídricos em língua indígena, ressaltando o interesse em trabalhar com os alunos nas atividades didáticas, os conhecimentos geográficos locais da terra indígena, fazendo do mapa um importante instrumento pedagógico.

“Estudar os territórios a partir das águas não significa que não se vão estudar os outros aspectos, mas é um dos caminhos pelo qual se pode avançar nesse estudo” (MEC, 1998, p. 230).

“Outra coisa é que os igarapés foram desvalorizados por nós mesmo. Nós passávamos pelos igarapés e não dávamos atenção e nem perguntávamos pros mais velhos. Porque os velhos têm muita sabedoria. Mas hoje em dia os jovens desvalorizam os velhos, só que os velhos têm muito conhecimento. Então do mesmo jeito são os igarapés: porque eles têm um histórico do por que receberam esses nomes, e deram esses nomes (...). Só que de hoje pra frente à gente vai dar continuidade, e era isso que era pra gente ter estudado, porque a gente vem de uma escola diferenciada, e era isso que era pra ser feito, mas onde a gente deixava de estudar o mapa da terra indígena mesmo a gente estudava o mapa do Brasil que é uma coisa que ninguém tem conhecimento. Só que isso aqui é uma coisa que é nossa mesmo, a gente tem como trabalhar com ela (geografia)” (Prof. Valdecir Kaxinawá, 2005).

Nomear igarapés, rios e lagos, em língua indígena é *“impregná-los de cultura e de poder”* (Claval, 2007, p. 202) e, nesse sentido, podemos falar da domesticação do espaço. Com o termo domesticação do espaço entende-se, nesse contexto, o *“processo que transforma o espaço em lugar através da atribuição de nomes”* (Marchese, 2012, p. 263). *“Os lugares são ‘criados’ a partir de espaços indefinidos através a presença do discurso humano”* (Gnerre, 2003, p. 82). Os índios dão nomes aos igarapés por onde andam ou utilizam, pois os mais distantes, localizados nas cabeceiras aonde são muito

pouco visitados, muitas vezes não são nomeados, como se não fosse “*necessário nomear lugares que não servem ao uso, ou seja, lugares que não são domesticáveis*” (Marchese, 2012, p. 263).

Usando os nomes dados por seus antepassados aos rios, os índios mantêm vivo o conhecimento ancestral sobre os lugares. Assim, o mapa de recursos hídricos pode auxiliá-los a manter o conhecimento indígena e a fortalecer sua identidade. (Correa e Pimenta, 2012).

“Também está relacionada à parte cultural, porque cada igarapé desses tem o seu nome tradicional e a gente a partir do momento que está anotando a gente vai está conhecendo, vai está entendendo e também tem suas histórias como o meu pai falou (...)” (AAFI Nilson Sabóia, 2005).

4.3. Mapa de vegetação

(...) “yushibu” mais poderosos são as árvores. As árvores são filhos de “yushibu”, que chamamos “iube mǎwa aĩbu. Iube mǎwa aĩbu” foi o primeiro no tempo do primeiro gênero de seres vivos desse planeta, o segundo os seres humanos. Ela nasceu primeiro que a terra, primeiro “yushibu” de todos. Então, seus filhos têm os netos. O que tem esse poder aonde tem árvores grandes. Maior parte assim do baixo, tem samaúma, que chamamos “shunu”. Árvore muito poderosa que tem muito “yushĩ”. Pra mexer com ela tem uma canção que é pra pedir permissão, que é onde a gente tira a sapopema dele pra fazer o banco pra quando for batizar criança sentar encima dele, pra se batizar ali. Ele vai ser batizado pelo poder do “yushibu” também, mas só com canção. Então, na canção vai pedindo todas as proteções de forças do “yushibu”. Primeiro lugar é o rei dos baixos do rio, são os “shunu yushibu”. No shunu yushibu tem “iubã”. Um lugar bom pra cerrado tem cobra jibóia também que fica assumindo. Ali que são o segundo “yushibu”, que o primeiro filho da terra. pra mostrar bem que ele é filho, ele nem pé não tem. Ele anda arrastando pela superfície mesmo. Ele é filho legítimo do “yushibu”. Então, pra se preparar com aquele pra quando você for mexer aqui você tem que preparar, porque ele é “yushibu” verdadeiro que assume ali aquela região. Tanto igarapé, como rio, mata está tudo ligado com todo aquele “yubã” (Agostinho Manduca Mateus, 2005).

O mapa de vegetação objetivava identificar e mapear as características vegetacionais, colocando em evidência as formas de classificação linguística e cultural, de acordo com a classificação de cada grupo indígena. Após todos os participantes estarem de acordo com as denominações, foram identificadas - na folha de acetato sobreposta à imagem de satélite, as ocorrências de cada tipo de mata na área da terra indígena. Porém, apenas observando as cores e delimitando as variações na vegetação

Figura 50 - Mapa de Vegetação em língua Ashaninka da Terra Kampa do Rio Amônia

O mapa de vegetação segundo os Ashaninka

“Aqui é a nossa terra, uma foto de satélite, tirada de cima, aí a gente vê diferentes cores. Cada cor diferente, é uma vegetação diferente. É o tipo de mata diferente, pode ser só taboca morta, pode ser só um tabocal, pode ser só um tipo de açai com buriti, várias espécies de palmeira... Então a foto do satélite dá uma cor para cada tipo de mata, aí nós vamos contornamos de acordo com o foto do satélite que tirou. Agora nós estamos contornados, circulando os tipos de vegetação que o satélite acusou. Nós estamos marcando o tabocal, que nós chamamos na nossa língua de “kapiromashi”. Você observa aqui que vem nessa área toda, que só nós andando, a gente podia entender. A gente sabe onde que tem taboca. Nós sabemos na nossa terra, quando alguém vai caçar, a gente avisa: aí tem taboca, não vai porque você não passa, você vai se perde. A gente já sabe. Mas esse mapa aqui é mais para gente ter um controle do nosso território fisicamente, como o branco tem o dele, a gente tem o nosso. Só que o do branco não mostra o detalhe do nosso que nós temos. Vai servir para nós mesmos, ensinar os nossos alunos, sobre o nosso território. Assim como vai garantir, vai dar mais força. E onde é a restinga, a gente considera isso aqui, que a gente conhece também. São áreas de restinga, mata limpa, onde tem aguano, cedro, cumaru, copaíba, inharé, só essas árvores grandes e por baixo, tem ‘canela-de-velho’, que branco conhece. Então para nós é mata limpa, onde fica muito embiara, nambu, aves pequenas. E tem também isso aqui, nós identificamos como taboca morta, que é coisa que já morreu, e tem até uma cor diferente, tipo um roçado, uma coisa tipo muito antiga, que só tem a mata alta e pouca árvores baixa, que tem mais é cipó. Então, nós fizemos isso, já ontem, e aqui é onde tem um tipo de vegetação que é imbaúba, a cana- braba, que a gente contornou também. Então nessa mata aqui é separando um pouco de vegetação, e aqui é onde tem o “eiriposhi” que é um resto de palmeira, cocão, jaci. Então são essas espécies, e a gente pode identificar, porque a gente conhece, porque aqui tem muita dessas palmeiras, e são altas. Então elas podem dar um tipo de coloração que pode ser essa daqui, que tem nessa região aqui. Tem pouco, mas tem. Então é isso, nós trabalhamos e vamos continuar o trabalho. E o objetivo é ter mesmo o mapa da nossa terra. A gente saber em que lugar a gente está” (Prof. Isaac Pianko, 2004).

Os Ashaninka classificaram, em seus mapas, oito tipos de vegetação: “Ātamiitxi” (floresta densa), “Kapiromashi” (floresta aberta com bambu), “Eeriposhi” (floresta aberta com cipó), “Tsitamanashi” (floresta aberta com palmeira), “Okônamashi” (floresta de várzea), Anaporimashi (bambuzal), Toniromashi (buritizal) e tsirêtsimashi (acaizal). Para os Ashaninka a *“percepção e relação com estas áreas se faz muito pelos tipos de animais que são encontrados em cada uma delas e quanto aos recursos vegetais que são preferencialmente coletados”* (Freschi, 2004 p. 30).

1) **Ātamiitxi**: área de florestas densa ou floresta de restinga, local de muitas madeiras de lei. Essa característica de vegetação se apresenta em três estratos: mata alta (atawo itxatomashi), mata média (ewôkiri) e mata baixa (opesheypi). Ātamiitxi é um ambiente de terra alta, com muitas árvores de grande porte. Por ser uma área limpa é local onde se encontra muitos animais para caçar.

2) **Kapiromashi:** florestas formadas de tabocal, equivale à floresta aberta com cipó, o qual invade a área quando a taboca morre⁶⁶. Existe a presença de árvores isoladas umas das outras. O Kapiromaschi é um ambiente muito difícil de caminhar devido à grande quantidade de espinho do tabocal, é um lugar onde ficam muitos animais. Segundo os Ashaninka por ser um local com muita taboca, fica até difícil de ver uma manada de queixada e quando se vê, fica muito difícil de caçar, porque não dá para acompanhar a caça. Por ser um lugar com muito broto de taboca é um lugar muito frequentado pelo queixada. Esse ambiente de tabocal é onde os Ashaninka recolhem recursos para fazer as flechas, as flautas e os apitos, utilizados na caça para chamar os animais. Também a taboca é utilizada no preparo de um prato típico da culinária Ashaninka, onde o peixe é cozido dentro da taboca “*como fosse uma panela de pressão*”.

3) **Eeriposhi:** tipo de mata onde a taboca já morreu, essa vegetação nasce logo após a morte do tabocal e as poucas tabocas que existem não são grandes. Não há uma classificação para esse tipo de mata em língua portuguesa. Nessa área nasce grande quantidade de ingá (6 variedades) e outras árvores baixas. Segundo os Ashaninka, as poucas árvores grandes que existem nessa área, servem de esconderijo durante o dia para os animais como o veado, o jabuti e a anta; animais que caminham mais durante a noite e durante o dia procuram descansar nesse ambiente. Esse tipo de mata é considerado um lugar onde existem muitas cobras como a jararaca, o bico de jaca e a cobra papagaio que gostam mais da área de restinga.

4) **Tsitamanashi:** tipo de mata formada por muitas variedades de palmeiras como o urucuri, o cocão, o jaci, o patoá e outras. Esse tipo de mata não é tão fechado quanto o Eeriposhi e o Kapiromashi: é uma mata mais limpa. Uma área onde se encontra muita caça, recursos para a produção de artesanato, frutas para coletar e palha para cobertura de casa de moradia. Também se encontra algumas árvores de cedro e mogno.

5) **Okônamashi:** mata de várzea, apresenta-se ao longo do rio Amônia, numa faixa aproximada de 100 metros de largura e nos igarapés ocorre em cerca de 50 metros. Essa área é local de espécies como embaúba, cana brava, mutamba, jitó, orfe (gameleira) e pau dárco.

6) **Anaporimashi:** lugar com alta incidência de taboca grossa e alta (com muito espinho), utilizada para o artesanato. Nessa mata existem outras espécies de plantas que gostam de

⁶⁶ Nas florestas de bambu ocorre a morte sincronizada de populações inteiras de bambus em um curto intervalo de tempo, geralmente, em ciclos médios de 30 anos (Nelson, 1994).

ficar junto com a taboca como: o patoá, o cacau e o açaí solteiro, espécies muito utilizadas na alimentação dos Ashaninka e dos animais da mata.

7) **Toniromashi:** única área de buritizal na terra indígena.

8) **Tsirêsimashi:** área de açaizal, porém sempre se encontra bacaba e patoá misturado com o açaí.

“Outro tipo de mata que nós acabamos identificando e que não estava no mapa é “anaporimashi”. É um tipo de taboca, bambu que a gente usa para fazer artesanato. Nele tem outras plantas como o açaí, patoá, cacau e outros tipos que gostam de ficar junto deste tipo de taboca. Nós complementamos a região que tinha açaí e não estava localizada no mapa e nós acabamos colocando alguns pontos de açaizal... Isso são tipos de comida para os animais e para a gente, e tem também o palmito. Agora mesmo estamos fazendo um plano de manejo de como tirar e usar para não derrubarmos os pés e só derrubar aqueles que não têm como subir para tirar. Identificamos no mapa uma região onde se encontra o buriti, porque no Amônia (só tem um) único pedaço que tem buriti, depois desta área só vai encontrar na parte da Reserva Extrativista. Em outros lugares aqui para cima não tem, a não ser nas capoeiras onde moravam pessoas e elas mesmas plantaram. Isto foi o que nós achamos que estava faltando nós colocarmos ” (Prof. Bebeto Pianko, 2004).

Tabela 10 - Distribuição das principais espécies botânicas por classe de vegetação

Classes		Espécies predominantes
3 estrados - floresta densa	Alto	kotsimi, samaúma, mogno, cedro, copaíba, cumaru, uimba, mata-matá, sova, pau d'arco, inharé, aricurana, apuí de terra firme, olho de cabra, carapanaúba, sucupira, biorana, sapota, cajarana da mata, figo.
	Médio	Hayriki, pama, murici, tsitaki, manitsipotaki, etsiki (espécie de pama ou mão de onça), mapotxaniro, mamãozinho, jaraçatiá, owatisipariki (fruta comestível), mapitisiki, palmeiras (açaí, bacaba, paxiúba, etc.), o bacuri pequeno, bacuri grande, cacau grande, baunilha da vagem grande e baunilha pequena.
	Baixo	Folha rainha (chacrona), Jarina, canela de velha, baunilha pequena, matsikiposhi, kotsiweykiri, marajá, kākawoshil, anaxikiri, sawiro, tsipana, kaawo, katsiweriki, txekopiki.
Floresta Aberta com bambu		Ingá, inharé, txashana, sapotirana, sapota, cajá, mogno, cedro, cumaru, murmurú, paxiúba, açaí (sempre espalhado), pivaia, pupunha nativa e maniki.
Floresta aberta com cipó		Ingá (nativo, enroladinho, txoritomotsiki, ãpitharetsipa, kasākapawa, nawiriripa, cumaru, bálsamo, pifaia, maniki, mogno (pouco), 2 espécies de pupunha brava.
Floresta aberta com palmeiras		Cocão, paxiubão, paxiubinha, murmurú, jaci, bacaba, patoá, paxiúba de macaco, coco inajá, bacabinha, cedro, mogno, bálsamo, copaíba, assacú, pau d'arco, samaúma, inharé, pama e mão de onça.
Floresta de Várzea		Embaúba, mutamba, jitó, manil, inharé, orfe, gameleira, pau d' arco, loro, bálsamo (pouco), pau d'arco, topa, mulateiro, jarina, mulungu, banana nativa roxa, banana nativa amarela, ingá, cajá, murmurú, maracujá, paxiubão, paxiubinha, açaí, abiuzinho, cocão, inharé e manixi.
Bambuzal		Muito açaí. Outras espécies presentes: cocão, patoá, murmurú, cedro, mogno, cumaru e pau d'arco.

O mapa da vegetação segundo os Kaxinawá

“(…) na terra alta, nós chamamos “manã shaba”, aí que a gente pode colocar roçado, é por isso que nós marcamos a zona. Cada zona tem cada mata diferente, onde tem muita jarina, onde tem muita taboca também, onde existem muitas palmeiras, principalmente ouricuri, patoá, bacaba. Ali onde tem muito patoá nós não podemos colocar roçado, porque ali é nosso alimento. Bacaba e patoá são alimentos pra gente. E também onde tem muitas palheiras, ali nós não podemos colocar roçado, porque ali tem alimento dos animais, cutia, quatipuru. E também a gente precisa da palha, pra cobertura das casas. Também onde tem muito paxiubão e “manã taushaba”, ali existe paxiubão, que chama “taushaba”. Ali nós podemos colocar roçado. Ali quando a gente for construir a casa, pra facilitar mais perto” (AAFI Josimar Txuã Kaxinawá, 2005).

Para a construção do mapa de vegetação das Terras Indígenas Kaxinawá do Rio Jordão, Baixo Rio Jordão e Seringal Independência, primeiramente, foram identificadas às formações vegetais conhecidas hoje, pelos Kaxinawá. Esse processo foi muito debatido, houve muitas discussões, entretanto, apenas as duas TIs, Baixo Jordão e Seringal Independência, chegaram a um consenso dos tipos de floresta. Já o grupo da TI Rio Jordão apresentou muita dificuldade em realizar a classificação dos tipos de florestas na primeira oficina. As TIs Baixo Jordão e Seringal Independência também apresentaram algumas dificuldades para identificar os tipos de mata localizada nas áreas mais distantes das aldeias. Observou-se que algumas formas de vegetação eram mais frequentes em algumas aldeias e, inexistentes em outras. Essa dificuldade pode estar relacionada ao fato de não haver um consenso entre os Kaxinawá sobre as classificações. Algumas referências lembravam mais uma classificação do relevo do que, propriamente, da vegetação. Também houve dificuldade em localizar pequenas manchas de vegetação, na imagem de satélite, em uma base de escala de 1/50.000. Apenas na segunda oficina, houve a possibilidade de organizar melhor a classificação da vegetação das TIs. Na primeira oficina, os Kaxinawá das TIs Baixo Jordão e Seringal Independência chegaram a identificar 16 características de vegetação apresentadas na tabela a seguir.

Tabela 11 – Características da vegetação Kaxinawá

N	Nome em Língua Indígena	Nome em Português e Características
01	Manã paka shukua	Tabocal de terra alta
02	Mana shaba	Mata de terra alta, limpa, onde tem madeira de lei.
03	Manã mabu nixi	Cipoal de terra alta
04	Manã teshaba (	Mata do pé da terra
05	Hepe shaba	Mata com muita jarina
06	Hi tenamanua	Mata da encosta
07	Hi napāpa	Mata da baixada perto dos rios
08	Mabu nixi	Cipoal de terra baixa
09	Hi hene kheshanua	Tacanal da beira do rio
10	Hi pasku keshanua	Tacanal da beira do igarapé
11	Xinitaka	Cerrado da terra baixa
12	Nispu shaba	Mata na baixada onde predomina a pimenta longa
13	Kuta shaba	Vegetação onde predomina o cocão
14	Niana hay uma	Mata da beira dos igarapés
15	Napāpa taka	Mata de terra baixa
16	Isã shaba	Ilha de açai

Fonte: CPI/AC

Num segundo momento, observando os depoimentos dos Kaxinawá nas oficinas, foi possível identificar as informações, 14 tipos de matas. Entretanto, acredita-se que existam mais variedades para ser classificadas, o que seria necessário rediscutir com os Kaxinawá para se chegar a uma classificação melhor do que a realizada nas oficinas.

- 1) **Ni kuĩ:** mata bruta, tem tabocal, jarinal, paxiubal. No derretido (erosão) do rio e na capoeira não tem “ni kuĩ”.
- 2) **Paka txakama:** local onde tem muita taboca. Quando secam as tabocas, o cipó cresce e toma conta, deixando muito cerrado, impossibilitando a entrada de qualquer pessoa, só mesmo a caça consegue entrar. Quando a taboca começa a crescer, mata o cipoal e volta a ser uma mata de taboca.
- 3) **Paka txaka:** mata de cerrado, lugar de muito cipó, sororoca, tiririca. Ambiente de difícil acesso por ser muito fechado. No “paka txaka” encontra-se muitos macacos, quatipuru, anta, jabuti e pouco remédio tradicional.
- 4) **Manã paka shukua:** Literalmente, em cima da terra, no lombo da terra. Um partido pequeno de taboca, pode se chamar também de ilha de taboca.
- 5) **Paka shanani:** área da floresta que quando morrem as tabocas, tudo fica limpo por uns dois anos. Não é muito cerrado. Nesse local, nasce muito ingá e tem muito macaco de cheiro.
- 6) **Paka txaka shanani:** tabocal mais cerrado, dentro do tabocal maior e que também morre junto.

7) Mabu nixi txakama: mata com muito cipó - cipoal. Os macacos e quatipuru gostam muito desse ambiente. Nessa mata também tem muito embiara é o *habitat* do porquinho. Alguns animais andam dentro, outros só rodeiam esse tipo de mapa.

8) Manã mabu nixi: mata de cipoal, localizada no lombo da terra, área que não se coloca roçado por ter muito cipó. Esse ambiente tem muito quatipuru e muito porquinho. Por ser uma área com muita paxiúba, o veado frequenta para se alimentar do seu fruto. Também é área onde os macacos gostam de andar.

10) Manã shaba: mata de restinga ou mata limpa, pode ser na parte baixa ou alta, não tem cipoal, nem tabocal. Pode chegar até beira do rio, mata sempre limpa, muito boa para andar dentro. Dentro não há sub-bosque, sempre tem aguano, seringa, e muitas palheiras como uricuri, bacaba, patoá, cocão, jarina. Nessa mata há poucas espécies de ervas medicinais tradicionais. No tempo de fruteira é uma mata que sempre o porquinho e a cutia gostam de andar. Nessa mata é boa para “botar” roçado.

11) Manã txaka: mata cerrada de terra firme, dentro dessa mata pode ter cipoal e tabocal cerrados, indo até a beira do igarapé.

12) Manã tenamã: mata de pé de terra onde tem muita jarina.

13) Ni Napãpa: mata de terra baixa; área que sofre alagação. Nesse tipo de mata tem muita gameleira, jító, arará, mulateiro, sororoca e marajá. Ambiente onde as caças como: veado, nambu, tucano, kujubim, papagaio, arara, gostam de andar pela grande quantidade de alimentos; frutas que as árvores oferecem em determinada época do ano. Nesse tipo de mata se encontra um grande número de remédio tradicional.

14) Tawa napãpa: mata baixa de beira de igarapé, local com muita sororoca⁶⁷ que se chama “shikū” e cana brava, é considerada a primeira mata de onde fica o “tawa napãpa”. Entrando no “shikū” vem o “mabu nixi”, que é o cipoal. Dentro do cipoal, no baixo, tem os igapós que chama “yã”, que tanto pode ser igapó como lago. Tem muito “yã” que fica ao seu redor “shini txaka”, que são as marajás, vegetação muito perigosa por ser cheia de espinho. Nessa área anda muito tatu, pois ele gosta de comer a semente da sororoca. Outras caças como o porquinho e a paca gostam desses baixos, onde existe mais igapó, onde é mais fácil de fazer o barreiro para se lamear, tomar banho e comer. O veado gosta de andar muito no “tawa napãpa”, mas não fica no baixo, ele prefere ficar na ponta da terra ou, então para as cabeceiras das grotas. Às vezes, o porco também faz isso, mas a maioria gosta mais de ficar

⁶⁷ Planta que os Kaxinawá chamam de “shikū”, sua folha é utilizada para embrulhar o peixe e moquear.

pela parte do baixo, porque tem mais fartura de rancho, come os brotos e os filhotes de cana brava e de taboca, vai para o barreiro e têm outras frutas muito apreciadas como: a pamá, inharé e ouricuri. Essa área é fácil de andar, pois a mata é bem aberta, existe a paxiubinha e algumas madeiras. Os Kaxinawá consideram esse ambiente o habitat dos japinim, japó, maracanã e graúna.

“(…) é por isso que nós marcamos assim, pra saber onde que já tem essa nosso recurso e também pra ensinar os alunos pra não mexer ali onde tem palheira, onde tem jarina, onde tem madeira de lei também. “Shepã shaba” e o ambiente onde tem muitas palheiras Ali que é o macaco anda muito, porque come, fruta ouricuri e coquinho. Também quatiupuru vai atrás onde tem muito ouricuri é lá que é o roçado do quatiupuru. É como nós temos roçado, os animais é a mesma coisa também, os quatiupurus vão comer lá, onde tem muito ouricuri. Agora a gente pode fazer, colocar o roçado no “manã shaba”, se ali não existir tipo de paxiubão, nem palheira, nem muita madeira de lei. É por isso que nós estamos marcando essa nossa terra pra ensinar as crianças e os professores. Nós agentes agroflorestais nós somos educadores ambientais. É por isso que nós estamos fazendo esse mapa de vegetação, pra nós ensinar a nossa população, conscientizando a nossa comunidade, que ali tem a nossa riqueza” (Josimar Kaxinawá, 2005).

Durante um curso realizado no Centro de Formação da CPI/AC, foram reunidos vários AAFIs Kaxinawá de dez terras indígenas do Acre, para rediscutir as formas como eles classificavam as diferentes formações vegetacionais em suas terras. Sendo que cada terra possui característica diferente das outras, achou-se relevante organizar uma tabela das diferentes classificações apresentada por cada participante. Todavia, como mencionado nesse trabalho, esse estudo deverá ser mais bem conduzido, podendo revelar uma maior complexidade, pelo vasto conhecimento que os povos indígenas têm sobre a vegetação.

Tabela 12 - Classificação da vegetação Kaxinawá

Nº	NOME - LI	NOME – LP	CARACTERÍSTICA
1	Ni mapapa	Mata da terra baixa	Mata que sofre alagação – Obs.: ocorre em todos os lugares.
2	Tawa napapa	Tacanal	Onde tem tacana na beira do rio e igarapé
3	Ia napapa	Mata da beira do lago	Mata cerrada com espinho e sororoca
4	Manipei shaba	Sororocal	Mata com muita sororoca, nesse tipo de mata tem muita caba (um tipo de vespa).
5	Nixpu shaba	Mata do baixo	Mata com muita pimenta longa, murmuru e paxiubinha.
6	Tau shaba	Paxiubal	Mata com muita paxiubão, na maioria das vezes se localiza no baixo.
7	Kuta shaba	Mata de cocão	Mata de cocão na terra alta
8	Shepã shaba	Palheiral	Mata com muita palheira no baixo
9	Hepe shaba	Jarinal	Mata com muita jarina onde tem muita cutia
10	panã isa shaba	Açaizal	Mata de açaí no baixo – Obs. não tem na TIs do município do Jordão
10	Peri isã shaba	Bacabal	Mata com muita bacaba (no baixo e no alto) – não tem no Jordão
11	Isã shaba	Patoazal	Mata com muito patoá (tem muito tatu)
12	Kākã shaba	Abacaxizal	Mata com muito abacaxi bravo e cerrado
13	Shumani nawani	Campestre	Mata na terra alta com muito tachi e limpo embaixo
14	Mashadakani	Erosão da terra	Fica capoeira com embaúba (mora jibóia).
15	Xini txaka	Marajazal	Mata com muito marajá no igapó
16	Bumewã shaba	Buritizal	Partido de buriti no baixo – Obs. não tem nas TIs do Jordão

Fonte: CPI/AC, 2005

O mapa de vegetação segundo os Poyanawá

“A área de campina, pra quem conhece, é uma área exclusivazinha, é pequena, só tem uns tipos de madeira, um abacate... Aquele pedaço de terra que não serve pra explorar. Em campina, se plantar, não dá nada. É uma área que nós fizemos questão de marcar, pra dizer que com o pedaço de Terra que tem, também não tem um muito significativo, não tem uma área que nós podemos esperar alguma coisa, que um dia nós vai preparar ela pra plantar. Essa outra que entra pra dentro, quem conhece o Baixo da Cobras, quem caçou, conhece. Que no Baixo das Cobras só anda cobra, não tem serventia também pra nada, é uma área alagada de inverno a verão. Quem nem o Zé Rodrigues, o Baixo das Cobras é uma várzea separada. As pessoas que ajudaram a desenhar esse mapa foram os mais velhos que conhecem e nós pudemos fazer essa legenda” (Joel Poyanawa, 2006).

Os Poyanawa classificaram quatro tipos principais de vegetação: **mata de várzea**, área baixa e alagada e, três tipos de mata de terra alta; **canaraí**, ambiente onde existe um grande número de palmeiras de canaraí; **mata solta** uma transição entre a mata de canaraí e uma vegetação denominada de seringal e a **mata de seringal** uma área de vegetação mais aberta e possui um maior número de árvores de lei. Dentro desses quatro tipos de mata, foram classificadas quatro subdivisões de vegetação: **buritizal**, área de grande concentração de buriti; **campina**, área de mata baixa e terra de muita areia; **babocal**, área que sempre está alagada e **bacabal** área que se concentra um grande número de bacaba.

A **mata de várzea**: área baixa localizada em áreas alagadas, “varjada”, como chamam os Poyanawa, próxima as confluências dos igarapés. Nestas áreas existem uma presença grande de buritis, açai, paxiubão, maraja, murmuru, aboca, seringa, pau d’arco, massaranduba, jacareúba, andiroba, apuí, samaúma (é onde tem mais), tamanquaré, aucuuba, maparajuba, cedro branco, copaíba, gameleira. A caça mais encontrada dentro dessa mata é representada por grandes bandos de macaco cairara, macaco uacari, macaco guariba, macaco de cheiro, paca, tatu, capivara, jabuti, veado, cotia (pouco), pato-do-mato, garça, carão, carará, socó de muitas qualidades, muito jacaré (jacareaçu-preto e maior / jacaretinga – amarelo) e de vez em quando o jaburu.

A **mata canaraí**: ambiente no qual existe um número muito grande de palmeiras de canaraí, espécie de palmeira baixa e fina; suas folhas, no passado, foram muito utilizadas para a cobertura de casa de moradia. Hoje, essas folhas são utiliza para cobrir algumas cozinhas que ficam foram das casas ou para cobrir galinheiros. A mata de canaraí é cerrada e seu solo arenoso, muito boa para a agricultura da macaxeira. Na mata de canaraí os igarapés são de água preta. O buritizal só existe no canaraí e as aldeias ficam em área de canaraí. As

madeiras mais comuns são: angelim, pitiarana, jacareúba, toari, louro-abacate, louro-caboclo, louro-rosa, paxiúba, sapucaia, violeta, jacarandá, jatobá, sucupira-preta e amarela, marfim, corrimboque, tarumã, cedro-branco e cedro-água, intaúba (usada para barrote e mourão), aucuba (das que mais tem). Também é uma área com muitas palmeiras produtoras de frutas como: açaí, patoá, buriti que são utilizadas pelos índios. As caças mais encontradas nessa mata são porquinhos, veado, paca, tatu, macaco, nambu (só não o nambu galinha).

A **mata solta** ou cipoal é uma área de transição entre a mata de canaraí e a mata de seringal. Essa mata não tem seringa mansa, só intaúba e muito cipoal. Apresenta uma grande diversidade de madeira como: toari, intaúba, angelim, sapucaia, cedro-água, guariuba, merda-de-gato (tem pouco), copaíba (tem pouco), três qualidades de louro (abacate, rosa e chumbo). As caças encontradas nesse tipo de mata são: porquinho, veado, queixada, tatu, macaco, nambu (todo tipo, só não o nambu-azul, que é muito difícil), jacu, jacamim. Também se encontra o gato e a onça. Na mata solta os igarapés são de águas pretas e brancas. No mapa de vegetação do Poyanawa ela divide a mata do canaraí com a mata do seringal.

O **seringal** é uma área de vegetação mais aberta. Possui grande número de árvores de lei e é o tipo de mata que se caça mais, por ser mais fácil de avistar a caça. O solo do seringal é mais argiloso e, conseqüentemente, mais fértil, os roçados e o plantio de frutíferas nesta terra se desenvolvem muito bem, mas a mata denominada de seringal fica muito longe da aldeia, impossibilitando o manejo de roça nestas áreas. Essa mata é considerada uma área muito rica de recursos naturais, com muita madeira, caça e as seringas mansas que não dão leite. A mata de seringal possui seus igarapés de água branca (barrenta) e as madeiras encontradas nessa mata são aguano, cedro-vermelho, cumaru, amarelinho, cumaru-de-ferro, cumaru-cheiroso, bálsamo, massaranduba, quariquara, jacareúba, choaca, tanimbuca, quari-quari, angelim, paxiubão, açaí, bacaba (só não tem onde alaga, é espalhado), jarina, piaçaba, xila, ouricuri, jaci, cocão (este pertencendo fora da reserva), tucumã. As caças encontradas nessa mata são: veado, porco, queixada, paca, jabuti, tatu é onde tem mais; tatu-canastra, rabo-de-couro, verdadeiro e xina. As aves são jacu, nambu (nambu-galinha é onde tem muito), jacamim, arara, papagaio e tucano.

O **buritizal** é uma área onde se concentra uma grande quantidade de buriti, esse tipo de vegetação está associado a rios, igarapés e solos saturados. Essa mata está localizada na várzea e no canaraí. Os Poyanawa chamam de “tiradores” as pessoas que tiram a fruta do buriti que é vendida nas cidades de Mâncio Lima e Cruzeiro do Sul.

O **Babocal** nasce sempre na beira da várzea, uma área alagada de inverno a verão. Apresenta pouco bicho nessa mata, porém cobra tem muito. Porquinho só aparece nessa mata no tempo das frutas. O babocal tem algumas aves como o jacu e nambu. Para entrar nessa mata é só arroteando, porque tem muito espinho e tiririca. Os Poyanawa dizem que nessa mata tem “toda qualidade de coisa que não presta”.

A **campina** é um tipo de áreas de terra com uma mata que não é alta, é mais baixa, cheia de bucha e capim rasteiro. Parte que é cerrado, parte que é de areia meio solta, fofa, bem branca e cheia d’água. É uma área que não serve para agricultura, pois nada cresce. Na TI Poyanawá é encontrada em dois locais: Campina do Zé Rodrigues e Campina da aldeia do Barão. As madeiras da campina são: louro-abacate, patoá, louro-bosta, louro-caboclo, louro-nosa, cedro-água (vermelho); patoá, partido maior só na campina. As caças são quati, paca, veado capoeiro e roxo, o porquinho frequenta e só ele faz dormida na campina.

A mata de **bacabal** é uma área (manchas) onde se concentra um grande número de bacaba, palmeira fina que produz uma fruta gordurosa da qual se extrai um vinho muito utilizado pelos os índios, que o consomem bebendo ou comendo misturada com a farinha. Os Poyanawa não comercializam a bacaba, utilizada apenas para o uso interno das comunidades. No bacabal se encontram outras duas espécies de palmeiras o açaí e o patoá. Essa mata está próxima das duas únicas aldeias, o resto fica espalhada pela terra indígena.

Nas atividades da oficina foi elaborado, junto dos participantes, o diagnóstico da situação de determinados recursos naturais que a comunidade utiliza. Segue abaixo, uma tabela demonstrativa da distribuição das palmeiras na TI Poyanawa.

Tabela 13 - Diagnóstico da situação das palmeiras na TI Poyanawa

N	Palheira	Situação	N	Palheira	Situação
1	Buriti	muito	12	Aricuri	mais no seringal
2	açaí	muito	13	Anaja	raro
3	Patoa	muito	14	murmuru	muito
4	bacaba	muito	15	Jarina	muito
5	bacabão	pouco	16	piacava	muito
6	canarai	muito	17	Juari	muito
7	xila	mais ou menos	18	Tucumã	muito
8	Marajá	muito	19	Buritirana	mais ou menos
9	Paxiubão (serinhal)	muito	20	Paxiubina de macaco	muito
10	Pupunha (plantada)	pouco	21	Paxiubinha de raiz	muito
11	ubim	muito			

Fonte: CPI/AC

No depoimento abaixo, o AAFI Marconde ilustra a relação de intervenção e acesso a espaços de uso comum que os Poyanawa possuem em diferentes ambientes que compõem a terra indígena.

“O açai, a gente tira na várzea, chega lá, se trepa, a gente vai por água pra chegar lá na várzea. Mas quando é na beira do igarapé, a gente vai por terra. Quando é na beira do Moa, a gente vai por água. A gente tira, traz, chega e aquece. É pro consumo e quando a gente tira pra vender é só pro parente mesmo, só pra uso interno. O tipo de madeira que nós tira é nesse período agora, mês de março foi tirado várias madeira. A gente utiliza muito o angelim, merda-de-gato, toari, louro-abacate, pó amargoso. Essas é as madeiras que a gente mais utiliza pra construção de casa. A tiração do buriti, o local que a gente tira é na várzea, pra chegar até o local aonde tira o buriti é através de chegar lá com canoa. A gente vai por água, como o igapó agora tá cheio os tiradores vão até lá, chega lá, vê o pé, se tiver um pau encostado sobe pelo pau, se trepa até chegar o cacho lá, derruba, que é pra não derrubar o pé. Tem uma lei e essa lei tá sendo cumprida por não derrubar o pé. Porque se derrubar o pé, só tira uma vez e no próximo ano não vai ter mais. Então tá essa ordem, essa lei e graças a Deus tá se cumprindo. Caso só tira aqueles que pode, aqueles que não pode deixa lá pros macaco. A parte que planta da roça é no canaraí, é o local que dá roça melhor, parte de areia, canaraí é areia. Só no mato solto, mato seringal, a gente não utiliza roça porque no seringal só dá mais assim tipo bananeira, essas coisas assim, pupunheira, que ele fica mais no barro, e dá esse tipo de planta, e na areia somente a roça” (AAFI Marconde Poyanawa, 2006).

4.4. Mapa dos recursos

“(…) esse etnomapeamento é pra vocês tomarem conhecimento do que é que nós estamos querendo, o que é que tem dentro da nossa área indígena, o que é que nós vamos dar valor, e pra que é que nós estamos aqui unidos, ver o que, pensar o que, falar o que, cada qual de nós estamos falando o que tá vendo na nossa necessidade, o que estamos querendo fazer. Nós já temos a terra demarcada. Nós não temos que esperar mais ninguém, quem pode organizar somos nós junto com a nossa comunidade, unindo com os professores, agentes de saúde, agentes agroflorestais, educação, liderança, combinar com seus povos, pra poder organizar a nossa aldeia também, dar valor na nossa floresta, no nosso igarapé, nosso poço. (...) Então, nós temos que organizar agora, que ninguém não cuida pra nós. A natureza é da natureza, mas tem o dono, nós estamos vivendo sobre ela. Nós temos que cuidar do que pertence ao redor da nossa aldeia, dentro da nossa área de Terra Indígena. Temos que dar valor do que é de valor. Pra não desvalorizar o que é de valor. O que nós vamos dar valor? Nós temos que entender o que é que tem na natureza, pra ajudar a comunidade, também pra nós ajudar, como pode melhorar mais” (Augustinho Manduca Kaxinawá, 2005).

O objetivo da construção do mapa de uso dos recursos era levantar as áreas de exploração e outros dados que permitiam uma ampla visualização da distribuição e das

características dos diferentes recursos naturais que os povos indígenas utilizavam em seus territórios. O mapeamento fomentou o diálogo entre todos os participantes que contribuíam no planejamento de ações de gestão dos recursos naturais de uso comum e individual. Em alguns casos, a ação de gestão já vem sendo realizada, outras serão empreendidas por eles. No momento em que os índios começam a construir os mapas observa-se, entre os participantes, discussões, reflexões e acordos em torno do território e dos recursos naturais (Ofen, 2003). A construção do mapa de uso do recurso é um dos pressupostos para se chegar à sistematização do plano de gestão territorial e ambiental da terra indígena e a “*perspectiva do saber local é a preciosa matriz da gestão de todos esses processos*” (Ribeiro, et all, 2004, p. 14).

“Nós estamos aqui na aldeia Boa Vista, todos reunidos com todos os agentes agroflorestais fazendo um trabalho nosso, pra fazer uma identificação, um documento do nosso território, identificando no nosso documento os nossos recursos naturais. Estamos fazendo um plano de uso, a gente está trabalhando, modificando o uso dos recursos naturais no nosso território Estamos vendo todos os recursos naturais que nós temos, que nós mais usamos, e que já estão acabando. Estamos discutindo sobre o plano de gestão pra poder fazer aqui junto com todos os agentes agroflorestais, com as lideranças, com os pajés, com os aposentados, com os alunos, com os participantes que já estão aqui. Nós estamos discutindo isso, fazendo um plano de uso dos recursos naturais, agroflorestais, fazendo um plano de gestão territorial e ambiental da nossa terra e entorno. Então a oficina de etnomapeamento é um bom trabalho pra nós, todos aqueles mapas que nós estamos trabalhando, identificando, a gente já está vendo e sabendo aonde não tem aquele recurso, e isso pode trazer, fortalecer aquele recurso que já esta pouco e podemos resolver com o manejo do recurso, num planejamento onde todos estão junto discutindo e pensando nesses novos problemas” (AAFI Roseno Txanu Kaxinawá, 2005).

Para a construção do mapa de uso de recurso optou-se por selecionar os recursos mais utilizados pelas comunidades. No caso das TIs Kaxinawá do município do Jordão por se tratar de terras, com grande número de aldeias, localizadas na beira do rio e pela grande quantidade de recursos selecionados pelos índios, foi necessário construir quatro diferentes mapas de uso de recurso. Um dos mapas se referia as praias produtivas, selecionada pela sua importância e por ser um recurso que começa a escassear para algumas famílias. Os grupos familiares Kaxinawá, na estação do verão amazônico, cultivam as praias formadas pela vazante das águas. Nessas praias, cultivam mudubim (amendoim), milho, feijão de praia, jerimum, melancia e “*eventualmente a banana e a macaxeira, (...). Mas cada um deles é cultivado em distintos espaços apropriados das praias*” (Aquino e Iglesias, 1994, p. 87).

“O principal legume plantado na praia é o amendoim, ou mudubim. O cultivo de amendoim é uma prática cultural que diferencia os Kaxinawá da população regional, bem como de outras populações indígenas do estado do Acre. O

amendoim é tão importante na dieta e na cultura Kaxinawá que quando se referem aos roçados da praia usam também a expressão “tama bai”, literalmente roçado de mudubim. No plantio e na colheita do amendoim, os homens e as mulheres trabalham juntos, sob forte clima de alegria e jocosidade. Na primeira atividade, o homem utiliza um espeque para cavar uma cova na qual a mulher, preferencialmente sua cunhada, coloca e cobre os caroços de amendoim” (Iglesias, 1995, p. 163).

Nas atividades de mapeamento da TI Kaxinawá do Rio Jordão das 20 aldeias, 19 identificaram e levantaram 139 praias produtivas e os nomes de seus respectivos proprietários. Todas as praias foram registradas com o seu nome. Aquelas que não tinham nomes foram “batizadas” pelos Kaxinawá e cada uma recebeu um nome próprio.

Figura 51 - Mapa das praias produtivas da TI Kaxinawá do Rio Jordão

Fonte: CPI/AC

Tabela 14 - Praias produtivas na Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão

Números de praias produtivas na Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão - 2005					
Nº	Aldeia	Nº de praia	Nº	Aldeia	Nº de praia
1	Mora Nova	-	11	Bari	6
2	Astro Luminoso	5	12	Chico Curumim	4
3	Boa Esperança	7	13	Bom Jesus	5
4	Bela Vista	8	14	Verde Floresta	4
5	Sacada	6	15	Pão Sagrado de Jesus	5
6	Boa Vista	10	16	3 Fazendas	8
7	Nova Fortaleza	5	17	Flor da Floresta	8
8	Nova Aliança	8	18	Belo Monte	13
9	Canafista	3	19	Paz do Senhor	8
10	Natal	4	20	Novo Segredo	15
Total de praias produtivas					139

Fonte: CPI/AC

A falta de praia é uma realidade nova para algumas aldeias, consequência da grande concentração humana que hoje se registra nas margens do rio. A crise da borracha, na metade dos anos 1990, fez com que as famílias Kaxinawá abandonassem suas colocações de centro⁶⁸ e migrassem para as margens do rio. Uma das consequências dessa migração foi a escassez das praias para os cultivos agrícolas e o aumento dos conflitos se deu em virtude das invasões de animais de criações domésticos nos roçados de praia.

“Na minha aldeia, temos oito praias grandes, para realizar o manejo da praia nós estamos levantando e identificando no mapa. Na nossa praia tem fartura, e o manejo de praia sempre a gente usa na época de verão. Na época de verão plantamos algumas coisas como, melancia, feijão, amendoim, fazemos isso para organizar e desenvolver a nossa alimentação, a nossa proteção. Nos próximos anos, no futuro a população vai aumentar, e temos que estar discutindo antes pra cuidar dela. Estamos orientando, e cada vez estamos entendendo pra melhorar a nossa situação de manejo que esta sendo assim de nossas praias” (AAFI Josias Mana Kaxinawá, 2005).

Os processos de construção dos mapas despertaram para uma reflexão acerca da gestão dos recursos naturais, a partir da qual se buscou alternativas para a resolução dos conflitos ou a planificação territorial (Ofen, 2003). Nas atividades do etnomapeamento, na tentativa de minimizar os conflitos e ordenar o uso do território, os Kaxinawá decidiram que no plano de gestão esse tema seria tratado da seguinte maneira:

Roçados de praia – as pessoas que estão de passagem, viajando pelo rio e têm fome e vontade de comer o legume da praia, devem antes de pegar, pedir autorização para o dono do plantio. O dono pode dar ou vender. As aldeias que estão criando porco e gado, os seus proprietários não podem deixar os seus animais invadirem as roças das praias. Se a criação está invadindo os plantios da roça, o dono do plantio vai avisar três vezes. Se isso não resolver, vai falar com a justiça da aldeia. Vão se reunir para decidir como resolver este problema.

⁶⁸ Distingue-se a colocação de centro da colocação de margem, a primeira fica localizada nas margens dos rios principais de onde saia a borracha. A colocação de centro era situada dentro da floresta, longe do rio principal.

O plano de gestão desenvolvido pelos povos indígenas, nas oficinas de etnomapeamento, não deixa de ser uma estratégia para o ordenamento territorial, pois possibilita a otimização do uso atual do território, consolida a forma de uso compatível com o potencial e amplitude do território indígena e busca alternativas para as atividades que sejam impróprias. Neste contexto, os mapas feitos pelos índios podem dar uma ideia de como estes povos vêm gerenciando suas terras (Chapin,1998).

“Eu acho que o etnomapeamento é basicamente isso de ajudar a mobilizar, como já temos um território agora é pensar como vai ser o futuro, planejar o uso dos recursos naturais que a gente vem usando. Até discutir a questão das praias, (...)” (Zezinho Yube Kaxinawá, 2005).

Outro mapa de uso dos recursos, construído pelos Kaxinawá, se refere ao mapeamento de palha para cobertura de moradias localizadas no entorno de cada aldeia. Trata-se de um recurso muito importante que vem se escasseando no entorno de algumas aldeias. Outros recursos mapeados foram duas espécies de palmeiras muito utilizadas para a construção de casa: o paxiubão (*Socratea exorrhiza*) e a paxiubinha (*Stenocarpa iriatella*), utilizados para a construção de assoalhos e paredes. Também foram mapeadas as áreas onde se localizam as madeiras roliças, também empregadas na construção de casa. Mais um recurso mapeado foi o cocão: castanha de uma palmeira utilizada para a produção de óleo e uso alimentar.

Tabela 15 - Situação da distribuição dos recursos naturais

N	Aldeia	Tempo de caminhada			
		Palha	Paxiubão/paxiubinha	Madeira roliça	Cocão
		3 minutos	8 minutos	5 minutos	-
2	Boa Esperança	15 minutos	15 minutos	15 minutos	
3	Bela Vista	2 minutos	2 minutos	3 minutos	
4	Sacada	5 minutos	10 minutos	10 minutos	
5	Boa Vista	5 minutos	2 minutos	3 minutos	-
6	Nova Fortaleza	2 minutos e 10 minutos (tem nos dois lugares)	na curva 2 minutos – 10 minutos e no rio de barco 15 minutos (três lugares)	5 minutos e no rio 15 de barco. (dois lugares)	2 horas
7	Nova Aliança	10 minutos	10 minutos	10 minutos	30 minutos
8	Canafista	-	-	-	-
9	Natal	10 minutos	10 minutos	30 minutos	2h30 minutos
10	Bari	10 minutos	10 minutos	15 minutos	10 minutos
11	Chico Curumim	10 minutos	10 minutos	15 minutos	10 minutos
12	Bom Jesus	5 minutos	10 minutos	10 minutos	10 minutos
13	Verde Floresta	2 minutos	Paxiúbão 3 minutos Paxiubinha 5 minutos	3 minutos	1 hora

Continuação da Tabela 15

14	Pão Sagrado de Je	5 minutos	5 minutos	10 minutos	1 hora
16	3 Fazendas	12 minutos	Paxiúbão 15 minutos Paxiubinha 8 minutos	20 minutos	-
17	Flor da Floresta	10 minutos	10 minutos	30 minutos	Muito longe não ut
18	Belo Monte	15 minutos	15 minutos	30 minutos	Lado esquerdo 3 minutos – lado dir de 20 minutos a 1
19	Paz do Senhor	3 minutos	3 minutos	4 minutos	-
20	Novo Segredo	20 minutos	25 minutos	15 minutos	15 minutos

Fonte: CPI/AC. Situação da distribuição dos recursos naturais (palmeiras e madeira roliça) no entorno da aldeia da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão

No mapeamento dos recursos naturais as discussões entre os participantes eram referentes à localização, a facilidade de coleta, a situação de abundância ou de escassez, a estratégia de uso de manejo e de conservação. O mapeamento também não deixou de ser um diagnóstico da quantidade de recursos existentes, mapeados em relação a distância calculada em tempo de caminhada de cada aldeia. No processo de construção do mapa os diálogos, entre as comunidades, eram muito relacionados com as práticas de manejo de cada recurso, com o plantio e com a regeneração das espécies mapeadas, numa perspectiva de não faltar no futuro.

“Sobre plano de uso, a gente tem que ter uma criatividade e pensar área de regeneração, um lugar, uma capoeira, um bananal, um roçado, no SAF, tem que pensar em deixar uma área de regeneração. Deixar como palha ou jarina, às vezes madeira, a semente de paxiubão, paxiubinha. E é difícil de nascer na capoeira, tem que pegar semente e jogar na capoeira e no SAF, aí germina. E tem uma área de regeneração pra gente usar pra construção de casa, pega perto a madeira, perto de carregar. Não pode deixar só a capoeira, que vem atrás de antigamente. Tem que pensar nisso também a comunidade, a população que tá aumentando. Um lugar onde a gente usa, também no pasto, tem que deixar, não pode destruir toda a mata, tem que deixar árvores grandes, como cumaru, mulateiro, que tem tipo de árvore que existe na floresta, que às vezes o gado quer uma sombra, não pode pegar muito sol” (AAFI Antonio Domingos, 2005).

Outro mapa de uso de recursos foi o mapeamento dos roçados novos e velhos, capoeira, bananal, sistema agroflorestal e pasto. Os Kaxinawá, sendo um povo de tradição agrícola reconhecida por sua diversidade e variedade de plantas em seus roçados, resolveram mapear essa importante atividade econômica. Eles investiram grande parte do seu tempo, durante o ano, nas atividades dos roçados de terra firme, chamada por eles de “bai kuí”. Segundo Aquino e Iglesias (1994, p. 69) “*cada grupo doméstico maneja um conjunto de dois a três roçados de terra firme simultaneamente.*” Sendo seus roçados relativamente grandes,

as aldeias têm amplas áreas de seu entorno de roçados manejados. O grande número de roçado, que anualmente vem sendo implementado em cada comunidade e o aumento populacional, preocupa os Kaxinawá que estão repensando uma forma de melhor uso da terra, dos recursos naturais e de práticas agrícolas. Questão amplamente debatida.

“Só no rio Jordão tem 222 famílias, se nós fizermos em cada 222 roçados, daqui uns dias a nossa mata não existe mais, só existe essa capoeira. Então, por isso que nós temos que pensar isso, pra nós definir e controlar a nossa mata. E se a nossa Terra Indígena não aumenta mais, só a população, nós temos que pensar para não fazer mais isso, como esse pessoal que tão fazendo antes de nós, desmatando mata ciliar. Hoje em dia esse nosso rio tem dificuldade de mata ciliar, só tem em alguns cantos, lá pra cima tem, agora mais pra baixo é meio difícil de mata ciliar. Tem só capoeira. (...) o nosso costume, o nosso conhecimento, eu acho que abrir um roçado é o costume do nosso povo, não é abrir roçado assim na beira do rio, assim na terra baixa, sempre tivemos o costume de abrir na terra firme, onde tem a terra areosa. E hoje todo mundo pegou esse costume dos seringueiros, seringalistas, dos patrões. E todo mundo tão colocando na beira do rio” (Prof. Edson Ixã Kaxinawá, 2005).

As discussões sobre os roçados eram centralizadas no modo em como aproveitar as capoeiras com sabedoria e com os cuidados no seu manejo. Suas preocupações eram de evitar derrubar áreas com mata “bruta” e conservá-las para ser usada num futuro. Os agricultores Kaxinawá lembraram os cuidados que devem ser tomados, desde a escolha da área, no tipo de manejo e reconheceram que é preciso convidar os velhos e os AAFIs em época de “botar” o roçado, porque eles contribuem na conservação de recursos importantes, evitando o desperdício de plantas medicinais consideradas difíceis de encontrar, evitam colocar os roçados em área rica em recursos que, futuramente, possa ser utilizada. A problemática de “botar” roçado na beira do rio está relacionada à destruição da mata ciliar que gera consequência negativa com o assoreamento dos poços de pescas, os salões e todo o leito do rio. Novamente, no processo de construção dos mapas, as discussões eram voltadas para o manejo do território e para o cuidado com o uso da terra, preocupações frequentes em todo o processo da oficina. *“Conhecer e habitar seu território, é a qualidade requerida para estabelecer normas, para originar sistemas produtivos e buscar soluções. (...) conhecer é fazer parte, é ter legitimidade para criar e gerir, é a base necessária para conservar”* (Ataide e Martins, 2005, p. 5).

“(...) Quando tá chegando época do roçado, aquela comunidade, tem que tá todo mundo reunido, discutir que dia vai começar, quantas pessoas vão reabrir a capoeira, e quantas pessoas que vão reabrir na mata virgem. Cada pessoa, cada família vai escolher o lugar que vai colocar roçado. E depois têm que levar os velhos, os agroflorestais, os velhos conhecedores de medicina tradicional, pra eles identificarem também se tiver uma medicina tradicional, que é difícil de achar, nós temos

que mudar essas espécies de lugar. E o agente agroflorestal pode ver também as palhas, principalmente as palmeiras e as madeiras boas, como é que vai ser aproveitado. Então, tudo isso antes de começar a brocar o roçado, tem que ser bem discutido. (...) abrir um roçado assim na mata ciliar pra fazer bananal, não é muito bom também, porque eu já cansei de ver isso na beira do rio Jordão, todo roçado que tem na beira do rio o bananal não é muito bom. Porque dá repiquete, passa e dá doença. Então, a produção não vai dar muito boa. Então, tudo isso nós temos essa experiência. Tem que ter pelo menos como eles falaram, têm que ter uma distância uns 40, 50 metros de mata ciliar” (Prof. Edson Ixã, 2005).

Figura 52 - Mapa de Uso dos Recursos Naturais da TI Kaxinawá do Rio Jordão

Fonte: CPI/AC

Figura 53 - Legenda do mapa de Uso de Recursos Naturais da TI Kaxinawá do Rio Jordão

LEGENDA	Tipo de Uso
Hidrografia	Sistema Agroflorestal
Limites Internacionais	Bananal
Aldeia	Capoeira
Moradias individuais	Pasto
	Roçado
	Roçado Novo

Fonte: CPI/AC

Em outro mapa de uso dos recursos os Kaxinawá identificaram grande parte das frutíferas nativas (12 espécies); área de extração de barro para produção de cerâmica; as plantas sagradas (rainha e cipó) utilizadas nas sessões de ayahuasca⁶⁹ e duas espécies de vegetais, utilizadas para tingir os fios de algodão usado na produção da tecelagem. A discussão, referente às frutíferas nativas, era relacionada ao seu plantio, próximo das aldeias e o uso do manejo para não derrubar as árvores, o que é uma prática ainda muito empregada por algumas famílias. Os plantios das frutíferas estão relacionados com a produção de alimento para a população das comunidades e, também, da produção de alimentos para as caças, pois a caças circulam pelas árvores de frutas, em busca de comida. Até a questão referente à dispersão das espécies de frutas pelos animais, foi tema das discussões:

“(…) Esse uso de recursos naturais, como frutíferas como pitomba, cacau e biorana. Pra comer, não é só pra derrubar pra comer não, a gente tem que pensar no futuro, a gente tem que manejar as frutas. É importante a gente não derrubar as árvores, derruba aquelas frutas muito alta, a gente tem que derrubar pra pegar as sementes, comer e plantar também perto da aldeia. E também é importante pra dar alimentação para as caças, alimentação para as comunidades também. E às vezes, as frutas onde não tem os animais plantam também e come o que dá de come a tudo. O que não dá de comer a tudo, tem que deixar a semente e também como uricuri e a cotia e cotiara, traz a semente e onde vai dormir leva a semente pra comer. Por isso que tá espalhado a semente. Os animais têm que ajudar a gente pra espalhar. Papagaio, tucano, come patoá, bacaba aí quando voa noutros lugares jogam essas sementes, nascem e produzem também. (...)” (AAFI Antonio Domingos Keã, 2005).

As atividades de mapeados dos Kaxinawá tinham a preocupação a realização de formas de gerenciamento dos recursos naturais de usufruto comum. O tema discutido nas atividades de mapeamento era a necessidade de trazer as plantas medicinais e as frutas para perto dos espaços próximos das aldeias, nos quintais das moradias e para dentro dos safes. Identificaram recursos que vem se escasseando próximas as comunidades, como o caso do cipó. Trataram de técnica de manejo para extração da casca do aguano para a produção de tinta; discutiram a questão do jenipapo utilizado para pintura corporal e viram a questão da quantidade de frutas relacionada com a presença da caça.

“Então, o que nós identificamos dentro do nosso mapa é que nós usamos aqui dentro da nossa aldeia, nós utilizamos o nosso recurso. É como cipó. Cipó é “kawa”, antigamente tinha muito cipó nativo, hoje em dia tá acabando o nosso cipó nativo. Tem cinco aldeias que tá existindo esse cipó nativo. O resto da aldeia já acabou tudo. Agora, a nossa medicina, nós temos que cuidar também,

⁶⁹ A ayahuasca ou “nixe pae”, bebida ritual preparada da mistura do caule do cipó e outras folhas da floresta, e é para os Kaxinawá um elemento cultural dos mais fortes.

cuidar porque é a nossa medicina, é a nossa cultura. Não adianta perder, porque tem que plantar perto da nossa aldeia e plantar porque o nosso agente de saúde é responsável pela medicina. Se nós não cuidarmos da nossa medicina, a gente fazia roçado e derrubava toda medicina que nós temos aqui dentro da nossa área. Então, deu prejuízo pra nós. Fica difícil pra nós, pra gente buscar a nossa medicina. Então, tem que escolher o local certo pra plantar ou perto da casa ou dentro do SAF. Aqui na minha aldeia, meu agente de saúde tem o próprio local escolhido pra plantar a medicina dele. Perto da casa dele. Qualquer pessoa, nós temos que pensar e plantar perto da nossa aldeia. A gente tem que cuidar do nosso recurso. A tinta natural é que sempre nós usamos. A mulher que faz a pintura de algodão a gente faz com intensidade, fica mais bonito, o aguano, “mukahimia” e “nuxua”. A gente tem que cuidar e não destruir o nosso mogno. Mogno é uma madeira boa, tem que cuidar. Não adianta tirar a casca toda, porque se tirar a casca toda aí depois morre e dá prejuízo pra nós. Tem que fazer um plano de uso, pra nós usar pra incentivar as comunidades pra tirar as cascas de mogno. (...) O jenipapo aqui dentro da nossa terra é meio difícil. Tem algumas aldeias que tinha muito jenipapo perto da casa, no quintal, ou no SAF ou no campo mesmo. Então, algumas coisas têm que cuidar. Cuidar porque é a nossa pintura, pintura de nosso corpo, pintura que tempera com algumas coisas pra pintar com agulha na mão, aí nunca acaba. Então, outras coisas que nós pegamos como as frutas nativas como patoá, bacaba, pitomba, biorana, nós temos que cuidar dentro da floresta, porque se nós acabar as frutas nativas perto da nossa aldeia deu prejuízo pra nossa caça. A caça não existe perto da nossa casa porque falta comida dele e ele vai embora pra onde tem muita fruta. Porque algumas frutas que não tem na nossa aldeia, tem que buscar aonde tem bacaba, por causa do último seringal do Roseno no Novo Segredo, não tem bacaba, nem patoá. Nós temos que pensar no futuro, temos que plantar perto da casa pra não acabarem as nossas frutas” (AAFI Abel Paulino Kaxinawá, 2005).

Figura 54 - Mapa de Uso dos Recursos Naturais da TI. Kaxinawá do Rio Jordão

Fonte: CPI/AC

Figura 55 - Legenda do mapa de Uso de Recursos Naturais

Tipos de uso

	Barro		Abiu		Patoá
	Cipó		Ingá		Bacaba
	Folha rainha		Anelina		
	Medicinais		Biorana		
	Inu Shua		Cacau		
	Aguano		Cajá		
	Jenipapo		Pitomba		
	Ouricuri		Sapota		
	Pama				

Fonte: CPI/AC

“A carne da mata é considerado por todos os grupos da floresta parte essencial da alimentação. É o que na região se chama de “rancho”, isto é, farto em animais da mata. Quem não tem rancho, diz-se, passa fome, mesmo que os roçados ofereçam muita mandioca, banana e milho. Nesse sentido, os Kaxinawá usam a expressão *pinsi*, que significa literalmente “fome de carne”. Só quando falha a caçada, utiliza-se a carne da criação – porco, galinhas, patos” (Almeida, et all, 2002, p. 311).

A caça não deixa de ser uma arte, um conjunto de várias técnicas e conhecimentos necessários para se tornar um bom caçador. Ela começa a ser praticada bem cedo, entre os índios. Geralmente, quando os meninos têm entre 9 a 12 anos já começam a realizar pequenas caças no entorno da aldeia. No Acre, alguns povos índios utilizam o arco e flecha para realizar as caçadas, mas a espingarda é o instrumento mais utilizado, também se usa armadilha e cachorro para as atividades de caça.

Nas oficinas de etnomapeamento os índios relataram o conhecimento minucioso do comportamento dos bichos da mata; como utilizam diferentes estratégias de caçada, o que é necessário para ser tornar um bom caçador; o uso de determinadas plantas e objetos que trazem sorte para o caçador; os cuidados necessários em relação à dieta, e os resguardos relacionados com a carne de caça.

“Depois dele ficar caçador, adulto (a criança), aí tem plantas. Ervas para matar tal bicho, para atrair para os animais não ficarem cismado com você, para você conseguir chegar perto, umas coisas assim. Tem ervas para quando o cara está com panema, enrascado. Então, ele toma um banho e faz uma defumação. Quando sua espingarda não está conseguindo matar, você usa um remédio para a sua espingarda para que ela volte a matar. Com a flecha, é a mesma coisa. Tem tudo isso. A gente tem a parte da caça, a parte da pesca também. Para pescar curimatã, por exemplo, temos um remédio. Nem todas as pessoas sabem disso. Muitas coisas são secretas e cada um guarda os segredos. Existem remédios como o “piripiri”, o “iwenki”. No lago, por exemplo, o pescador tem o seu canto. Ele sopra, joga o “iwenki” dele lá e fica esperando. Então, toda vez que ele vai para o lago, ele fica naquele canto dele e os curimatãs bóiam. Então, tem esses tipos de plantas. Quando você forma uma tocaia, é a mesma coisa. Você forma a tocaia, você sopra. Então toda vez que você vai nessa tocaia, você imita o bicho e ele chega. Outros podem ir lá e não conseguir matar. Agora, tem esses segredos, se você conta para os outros, o poder mágico acaba. É por isso que é guardado em segredo” (Moisés Pianko, 2004).

Há indícios de que o estoque de caça está declinando em muitas terras indígenas, principalmente para as denominadas caças grandes. Uma das consequências do declínio da caça está relacionada ao aumento da população indígena (Aquino e Iglesias, 1994).

“A caça de primeiro não era assim. De primeiro, os Kaxinawá, nós somos um povo que tinha muito caça, existia muito. E nós estamos aumentando a população, as caças tudo tá diminuindo, diminuiu um pouco. É difícil, hoje em dia tá tudo brabo, os animais, as caças, tá tudo afastado. Por que ele ouviu tiro, ele cheira a fumaça. E também a gente mata, e acaba. Jabuti tá difícil, e anta também tá tudo longe, dá uma distância de duas horas, três horas de viagem. E o macaco também é por isso” (Agente de saúde Vitor Pereira Kaxinawá, 2005).

Em algumas terras a pressão exercida nas caças grandes também está relacionada com os problemas do entorno, impactado com o aumento de áreas desmatadas para a criação de gado, o que diminui consequentemente as áreas de florestas. Em outros casos, como dos Ashaninka do rio Amônia, a pressão da caça também está relacionada com a invasão de peruanos em suas terras para a exploração ilegal de madeira, atividade que espanta as caças mandando-as para refúgios cada vez mais distantes.

“(…) então pelo conhecimento que eu cheguei do Jordão, (...) era uma fartura de caça, dentro da casa a gente escutava macaco preto gritar, a gente escutava muita esturrada, a gente via guariba passando assim do outro lado do rio. Hoje em dia ninguém vê mais isso, ninguém vê mais isso porque vocês estão vendo, naquele tempo era pouca gente por isso que tinha mais caça, muita embiara, muito macaco. Também, a gente vai matando, vai ficando pouco, fica diminuindo, a pessoa que matou vai diminuí, aquilo não vai volta mais” (Paulino Cerqueira Sereno Kaxinawá, 2004).

Em muitos depoimentos os índios relataram que num certo tempo, havia muita caça, era um tempo de fartura, rico em rancho. Em outros depoimentos que relataram do tempo dos seringais, quando suas terras não eram ainda demarcadas, explicaram que encontrar caça era mais difícil do que nos dias atuais, pois toda a floresta era ocupada com colocações e a prática da caça era comum a todos. Além disso, os patrões e os seringueiros não índios caçavam grande quantidade, utilizavam muito o cachorro e, em alguns casos, a caça era para fins comerciais. Com a queda dos preços da borracha que provocou o esvaziamento das colocações, muitos grupos familiares decidiram ocupar as novas aldeias que surgiam nas margens dos rios. O resultado do esvaziamento da ocupação humana, no centro da mata, possibilitou o aumento das caças.

“De primeiro a caçada era difícil. Porque de primeiro os parentes viviam nas colocações. Tava tudo cheio de colocação que todo mundo caçava. E andava com cachorros e os brancos também, que existiu esse tempo. E na época que saíram tudo, que os parentes saíram da colocação e vieram tudo pra margem, aí as caças tão se chegando perto. Aí não ficou mais muito difícil. Mas de primeiro não, todos os parentes tavam dentro da colocação, cortavam (seringa) e a caça afastou.

Depois que os parentes vieram tudo na margem, as caças vêm acompanhando” (Agente de Saúde Vitor Pereira, 2005).

“Antigamente quando nós chegamos foi mais pior do que nós estamos vendo ainda agora. Não tinha quase nada. Porque os nawá tinham ocupado as colocações todas, e também lá eles caçavam. Todos eram seringueiros, nesse tempo só viviam lá nos igarapés pra onde tem a seringa. Nesse tempo eles davam valor na seringa. Então, nesse tempo tava ocupada todas as colocações que tem. Então, quando nós chegamos tava mais difícil a caça” (AAFI Lucas Sales Kaxinawá, 2005).

As distribuições das caças nas TIs não são homogêneas, a caça, geralmente, se concentra em lugares de baixa densidade populacional. As aldeias mais isoladas, localizadas nas cabeceiras dos rios, são áreas fartas de rancho, como o caso de algumas aldeias da TI Kaxinawá do Rio Jordão. Todavia, as aldeias localizadas próximas da cidade e onde se concentra um número grande de aldeias, como o caso da TI Kaxinawá do Baixo Rio Jordão, a caça fica mais difícil de ser encontrada.

“Mas não são todas aldeias. Por exemplo, aqui as aldeias no Baixo Jordão, as aldeias tão tudo junto, as comunidades tão tudo junto, é pouca caça. Mas não são todas que não tem a caça. Na cabeceira tem, tem algumas aldeias que tem muito, tem aldeia que tem menos. Mais difícil é perto da casa. Uma distância de duas horas de viagem, aí tem mais. E na cabeceira tem mais porque ninguém mora muito. Mora mais é abaixo. Tem anta na cabeceira, macaco tem na cabeceira. Aqui embaixo é porco, é macaco e a queixada também que existe em várias aldeias” (Vitor Pereira Kaxinawá, 2005).

O programa de formação de AAFI vem discutindo o assunto da pressão de caça e procurando, junto aos índios, soluções e alternativas para esse problema. Uma delas é o monitoramento ambiental de caças abatidas realizadas pelos próprios índios.

“A gente também vem controlando, contando quantos animais a gente está matando por ano. Estamos fazendo esse controle por ano, botando no papel. Começamos o ano passado. Algumas famílias já começaram a anotar os animais que estão matando, se era macho, se era fêmea, onde matou, como matou” (Prof. Bebito, 2004).

Outra é a atividade prática demonstrativa para o manejo e a criação de quelônios em cativeiro.

“O caso do tracajá: (...) antigamente eu cheguei aqui em 69, eu nunca vi tracajá de vantagem. Acho que nem existia que eu não via. De lá pra cá, depois que esses agroflorestais conseguiram trabalhar e conseguiram fazer a lei pro pessoal, tá surgindo mais um pouco, tá subindo, aqui e acolá nós estamos vendo tracajá agora. Mas eu nunca vi um ninho de tracajá aqui dentro desse Jordão, desde 69” (Genésio Kaxinawá, 2004).

“A questão do repovoamento é exatamente porque estava escasso e as crianças tinham que compreender esse novo momento que nem conhecia mais o tracajá. Com esse trabalho começaram a conhecer e ano passado a gente fez uma festa onde a culinária a alimentação foi o tracajá. Nem eu mais sabia que gosto tinha um tracajá e pude fazer, e isso é cultura do povo que já tinha deixado de fazer que a gente fez reviver” (Depoimento de Prof. Isaac Pianko, 2010).

Outra estratégia, devido à circunstância atual da escassez da caça, foi sistematizar nas atividades das oficinas do etnomapeamento junto com as comunidades, normas regulamentadoras para atividade de caça a partir do plano de gestão territorial e ambiental. Muitas normas que compõem esses planos eram praticadas pelos grupos indígenas e outras foram introduzidas devido à atual conjuntura de cada terra indígena. Porém, em todas as terras indígenas a venda de caça é proibida.

Na TI Poyanawa quando um caçador consegue uma caça grande, não deve repetir o mesmo tipo de caçada naquela semana, para garantir a prosperidade na terra indígena e fica proibido de caçar com armadilha por ser considerada uma técnica muito perigosa para os moradores da comunidade. Na TI Nukini a armadilha de caça só pode ser armada nos roçados entre às 17h e às 6h horas da manhã e não devem ser colocadas nos piques de caçadas, nem nos roçados, só pode ser colocada em locais certos e sinalizados, no roçado próprio ou com o consentimento do dono do roçado. Porém, uma norma comum às terras indígenas para as atividades de caça é o não uso de cachorro paulista, americano (cachorros mestiços com a raça de perdigueiro). Em outras terras se identificou áreas de caça onde se pode usar apenas o “cachorro pé duro”⁷⁰, como na beira do rio na distância máxima de 30 minutos da aldeia e no aceiro do roçado, no entorno da aldeia, manejando os predadores dos plantios dos roçados, como paca, cutia e porquinho.

“Caçar com cachorro antes a gente fazia isso, o meu sogro caçava com cachorro ele matava veado, matava porquinho, aí nós criamos essa lei e o velho deixou. Eu também sempre fazia reunião com eles no final de semana, e falava que se nós não caçarmos mais com cachorro a caça pode vim até mais perto, (...) agora se nós continuarmos a matar com cachorro nós vamos continuar espantando mais” (Galdêncio Sereno Kaxinawá, 2004).

Nos mapas de caças, também são identificadas e marcadas, as áreas de caça, tendo como base os caminhos de caçadas, denominados de piques e o tempo de percurso até seu final. São localizados e identificados os pontos estratégicos de caça e registrados os barreiros considerados principais (segundo informações dos participantes há ainda um significativo número de barreiros nas terras indígenas), os acampamentos

⁷⁰ Cachorro pequeno sem ser de raça - vira-lata

utilizados, esporadicamente e geralmente, para caçadas coletivas motivadas por festas ou viagens e a distribuição das caças, os locais com muita caça e em alguns casos, as caças mais raras ou de valor significativo para os índios, o que ajuda a entender as interações entre as comunidades e seus recursos naturais.

Nas três TIs Kaxinawá do município do Jordão os índios resolveram levantar também o número de caçadores, os cachorros, as espingardas e seu calibre.

Abaixo, uma tabela da TI Kaxinawá do Rio Jordão, que mostra as aldeias e os seus piques de caça com o tempo de caminhada.

Tabela 16 - Piques de caçada e tempo de caminhada da TI Kaxinawá do Rio Jordão

Nº	Aldeia	Tempo de caminhada margem direita	Tempo de caminhada margem esquerda
1	Morada Nova	-	-
2	Astro Luminoso	1h30 horas	2 horas
3	Boa Esperança	1 hora	2 horas
4	Bela Vista	2 horas	2 horas
5	Sacada	1h30 horas	2 horas
6	Boa Vista	2h30 horas	2 horas
7	Nova Fortaleza -	2 horas	2 horas
8	Nova Aliança	2 horas	2 horas
9	Canafista	-	-
10	Natal	1 hora	3h30
11	Bari	2h10 horas	3h30
12	Chico Curumim	3 horas	1 hora
13	Bom Jesus	3 horas	4 horas
14	Verde Floresta	2 horas	2 horas
15	Pão Sagrado de Jesus	2 horas	4 horas
16	3 Fazendas	2 horas	4 horas
17	Flor da Floresta	-	-
18	Belo Monte	3 horas	3 horas
19	Paz do Senhor	1h30 horas	2 horas
20	Novo Segredo	1h15 horas	1h30

Fonte: CPI/AC

Nas atividades de mapeamento foi realizado o mapeamento das áreas de refúgio para as caças, áreas que algumas terras já tinham. Também foram criadas novas áreas de refúgio de acordo com a mobilização e a necessidade de cada terra. As áreas de refúgio, que foram criadas e identificadas nos mapas de caça, eram consideradas áreas nas quais os caçadores não deveriam entrar, a não ser por alguma ocasião especial de festas culturais, de adjuntos, reuniões ou outros eventos comunitários. Nas TIs Kaxinawá do município do Jordão, a área de refúgio também era considerada um lugar de pesquisas.

“(...) nós identificamos e discutimos junto entre agente agroflorestais, lideranças, professores e maiores participantes, nós definimos área de refúgio. Área de refugio que nós deixamos, nós Kaxinawá definimos. Nós deixamos a cabeceira do rio Jordão, até Parana, até cabeceira. Não só lá na cabeceira, tem que pensar também na nossa aldeia, de área de refugio e nós deixamos também no meio da área, duas áreas de refúgio, na cabeceira do igarapé Jardim. E próprio nós definimos nas aldeias. Nós definimos pra deixar essas áreas de refúgio na aldeia Bari e aldeia Sacado” (Agente de Saúde Vitor Pereira Kaxinawá, 2005).

“Uma área de refúgio é uma área que você reserva, onde você não caça. Você a protege para ninguém caçar lá também. Dentro da sua comunidade você faz uma reunião para explicar que na área tal não se pode caçar. Vamos guardá-la para os animais se reproduzirem. A comunidade concorda. Foi assim que nós fizemos nessas áreas, por exemplo, no Tawaya, Asoyane e no Sawawo. Essas áreas são os lugares onde nós caçamos menos. No Tawaya e no Asoyane, só caçamos quando nós queremos fazer um rancho para um trabalho da comunidade, porque é mais rápido. Nesses lugares não se pode fazer moradia” (Moisés Pianko, 2004).

As terras indígenas, nos últimos anos, vêm criando novas táticas para o manejo e a conservação dos recursos naturais, Como a caça é uma das principais formas de obtenção de alimento de origem animal, ela faz parte de suas estratégias de futuro. A construção do mapa de caça foi uma maneira de refletir, criticamente e coletivamente, junto com as comunidades indígenas, a respeito da atual situação de pressão sobre a caça em cada terra, e (re)pensar e planejar estratégias para o seu uso, manejo e conservação. Através do mapeamento de caça e das discussões sobre esse tema, se observa como cada terra indígena vem criando alternativas para o manejo da caça.

“(...) acho muito bonito que nós estamos identificando a nossa terra indígena aqui trabalhando no mapa de imagem de satélite, tudo que tem por dentro da nossa terra pra conhecer mais pra poder funcionar os recursos dentro da terra indígena, pra saber mais, pra organizar cada aldeia. Nós estamos trabalhando com manejo dos recursos naturais. (...) E também a gente trabalhando pensando no futuro pra gente elaborar planejamento pra gente buscar, pra chegar mais perto do conhecimento de várias coisas, como tá registrando a pesca, as caças. E também a gente deixou uma área de refúgio, três áreas de refúgio, a gente aqui na aldeia, na cabeceira, aqui no baixo. A

gente escolheu o local pra gente manejar as caças, (...) quelônios, e piscicultura, tudo isso que a gente planejou pro futuro, organizar a aldeia pra gente aprender a comunidade pra abastecer as famílias. Importante é chegar mais conhecimento, achei muito importante que vocês trouxeram essa semente aqui do Alto Jordão” (AAFI Antonio Keã Kaxinawá, 2005).

Nesses debates os AAFIs têm o importante papel de auxiliar as suas comunidades a refletir em busca de alternativas que acrescentem seus conhecimentos sobre o manejo dos recursos naturais, para melhorar a qualidade de vida na floresta.

O manejo de caça é uma questão bem delicada, pois algumas práticas indígenas atuais são incompatíveis com a taxa de reprodução da fauna em suas terras demarcadas, cercadas por alguns entornos, já bastante impactados. *“Como as práticas de caça e pesca são partes dos modos de vida e muitas vezes conectadas às festas tradicionais, a discussão da sua sustentabilidade é uma tarefa difícil e diplomática por parte do AAFI, uma vez que ele deve ouvir lideranças, e idosos e outros membros das comunidades”* (Vivan et al, 2002, p. 33).

O trabalho do etnomapeamento nasceu da colaboração entre índio e não índio, sendo um diálogo intercultural, com visões diversas de mundo, sendo o modo de ver o mundo *“resultado da operação de uma determinada cultura”* (Laraia, 1986, p. 68) *“O conhecimento da natureza, no Alto Juruá como alhures. Depende de pressupostos e práticas, e essas duas dimensões do conhecimento não se separam, antes se informam e se enriquecem mutuamente. Pressupostos são verdades culturais, aquilo que não se discute quando se é membro de uma sociedade”* (Cunha, 2002, p. 12).

Para muitos índios, os animais se transformam em outros animais, eles também entendem a língua dos humanos (Viveiro de Castro, 2002). Para o AAFI Roseno as caças estão voltando porque estão escutando os AAFIs discutindo com as suas comunidades sobre a necessidade de trabalhar o manejo dos recursos naturais:

“Pela minha observação sobre a modificação dos nossos recursos, a parte do problema do tracajá, problema de animais, da anta, do macaco, todas aquelas caças... Eu acho que depois que nós começamos o plano de uso, pela minha pesquisa do tracajá, eu que estou sempre andava aqui direto, desde onde eu moro até o Jordão (...). Abaixo do Fortaleza eu vi um tracajá grande caindo na água, de primeiro eu não tinha visto, agora que já tá chegando. Então, pela minha pesquisa, na hora que eu trabalho o plano de manejo, os bichos sabem aquilo que nós estamos discutindo. Eles estão ouvindo, eles estão chegando (...) Aí eu senti: rapaz, o bicho sabe, estão chegando perto da casa, aqui e acolá na nossa casa. Jacaré, mesmo tipo. Jacaré de primeiro que tinha muito no porto. Maioria, os velhos falavam que tinha muito jacaré. Hoje em dia, até agora mesmo não tinha. E estamos começando a trabalhar e os jacarés estão chegando perto do porto,. Pela minha observação, onde nós mora, lá na minha aldeia, quando eu comecei a trabalhar do plano de

manejo, aí chegou 4 jacarés no porto, porto mesmo. Aí, tudo nós rapaz, será que tão vindo porque nós estamos falando? Então hoje em dia que estão chegando. (...) de primeiro não tinha, como professor Vitor Pereira falou, caçava com cachorro, nós caçava muito. Hoje em dia que paramos um pouco de caçar com cachorro” (AAFI - Francisco Rosenir Txuã Kaxinawá, 2005)

As discussões referentes à construção dos mapas de caças, de certo modo, contribuíram para fortalecer os trabalhos dos AAFIs em suas comunidades sobre o manejo de caça e essas discussões se refletem na sistematização dos planos de gestão para o tema da caça.

Mapa Fluxo de Caça

“Nós conversamos também sobre o fluxo da caça dentro da Terra Indígena, de onde ela vem. E nós vimos que ela sai do Brasil, vai para o Peru. Elas ficam andando, não existe fronteira para a caça. Vimos à arara. No caso, ela vai e volta, quase todo minuto ela está atravessando a fronteira. Estivemos olhando o entorno, por onde nós achamos que está mais ou menos, onde já está acabado. Aqui do lado do assentamento, pelo lado do parque, no lado do Peru, onde nós achamos que tem mais caça, é onde tem menos” (Moises Pianko, 2004).

O mapa de fluxo de caça está muito relacionado ao mapa de caça. É um complemento das informações sobre a perambulação de alguns animais dentro da terra indígena. Os Ashaninka, do rio Amônia, identificaram, no mapa de fluxo, seis tipos de animais. Duas caças grandes: a anta, mais frequente nos rios menores e nas áreas de refúgio e o queixada, caça mais fácil de encontrar em relação à anta. Caça pequena: o macaco preto, considerado pequena (embiara) bem afastado; dois tipos de aves, a arara e o mutum também estão afastados e um peixe de porte grande, o jundiáçu que já não é mais visto nas áreas de pesca. Os Ashaninka relacionaram os fluxos de caça mapeados, com os efeitos da pressão antrópica do entorno da terra indígena e também com a própria aldeia Apiwtxa, devido a presença humana. Quando se observa o mapa de fluxo dos Ashaninka *“é possível perceber que muitos desses animais deslocam-se de regiões do Peru para o interior da terra indígena e poucos fazem o percurso contrário, possivelmente devido à pressão madeireira existente do outro lado da fronteira brasileira”* (Correia e Pimenta, 2012, p. 67).

“Nós conversamos também sobre o fluxo da caça dentro da terra indígena, de onde ela vem. Elas ficam andando, não existe fronteira para a caça. Vimos à arara. No caso, ela vai e volta, quase todo minuto ela está atravessando a fronteira. Estivemos olhando o entorno por onde nós achamos que está mais ou menos, onde já está acabado. Aqui do lado do assentamento, pelo lado do parque, no lado do Peru, onde nós achamos que tem mais caça, onde tem menos” (Moisés Pianko, 2004).

“Fizemos os caminhos onde tem mais caça, tanto perto da aldeia como distante. Por exemplo, a queixada e o porquinho, esses se encontram na terra toda, estão perto de casa, ontem mesmo vimos na aldeia um veado, dois queixadas” (Bebito Pianko, 2004).

No mapa de fluxo de caça, os Ashaninka definiram as áreas de caçada e as áreas de refúgio. De modo geral, os índios caçam, essencialmente, nas áreas próximas da aldeia Apiwtxa, nas zonas de floresta ao longo do rio Amônia e na margem esquerda do rio Arara. A maior parte do território indígena é vista como zona de refúgio.

“O queixada se reproduz em qualquer lugar, mas de toda maneira ele precisa da área de refúgio dele nos momentos que são atacados. Como diz a nossa história, ele tem um chefe que domina todo o bando. Quando aquele bando está muito acabado, ele recua e passa um tempo para reproduzir novamente. Quando chega aquele tanto ele começa a sair. São vários bandos, vários chefes, e quando aquele bando está muito grande ele separa aquela parte e tem o seu frenteiro que vai dominar aquela parte. O porquinho se reproduz em qualquer canto, perto de casa, não tem essa não. O veado procura um lugar bem longe, dificilmente você vê um veado com filhote perto da casa. Essas espécies precisam do seu espaço para se reproduzir” (Moisés Pianko, 2004).

Nas atividades de mapeamento do fluxo de caça na Terra Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu, segundo os participantes, há a circulação de algumas espécies de animais vindas do Peru, que passam pela TI e seguem para a Resex do Alto Juruá; o sentido inverso também se verifica. Também mencionaram que as mudanças das colocações para as aldeias nas margens do rio Breu, ocasionaram maior presença da fauna nas áreas das antigas colocações usadas para as caçadas.

“No fluxo de caça tem mais onde tem caça, ela vai e volta, porque a anta circula aqui e ela passa e atravessa aqui e depois ela rodeia de novo e sai de novo, porque todas essas caças principalmente a queixada. A queixada ela não fica no mesmo canto, ela pode ir no outro rio como o rio Envira ou o rio Juruá ela pode ir só circulando nessa região e depois ela encontra o varadouro dela e ela pode caminhar de novo, encontra tudo para baixo e vai indo comendo tudo para lá. O veado é a mesma coisa, entra aqui e você vê do lado peruano e quando entra aqui já é Brasil” (Prof. Francisco Pextanka Wayo Ashaninka, 2004).

Os participantes Kaxinawá da TI do Rio Humaitá, na oficina para a construção do mapa de fluxo de caça, a partir das discussões entre membros de várias aldeias, identificaram e registraram os caminhos preferenciais de três tipos de queixadas. Esse é o único animal que os participantes reconhecem ter este comportamento. O fluxo do queixada foi classificando em três espécies: “yawa kuĩ” - queixada grande, “tana kuĩ” - queixada pequeno e o queixada viajante, que segundo os índios, é muito difícil de encontrar.

“Deu pra mim perceber também que a área de fluxo das caças que faz mais esse exemplo são as queixadas. A queixada o ano passado atravessou um bando, apareceu um bando e começou a

mexer lá e atravessou no meio do campo e esse ano já atravessou no mesmo lugar de novo. Não sei por onde que elas foram andar, mas esse ano continua atravessando no mesmo lugar. Ninguém sabe se é o mesmo bando, mas pode ser outro bando. Demorou um ano, e também dá pra perceber que sempre acontece isso com os porquinhos. Mas também é através dos frutos. No inverno pertinho de casa tem muito, tem muito lombo de terra que tem muito inharé, tem muito castanhola essas coisas assim e os porquinhos frequentam, todas as caças ali, pra comer. E quando é no verão não tem esse tipo de comida, aí eles vão pra cabeceira do igarapé pra tá fuçando na cabeceira do igarapé, nos baixos. E quando for no inverno eles frequentam de novo para ir comer esses tipos de fruta. Então eu acho que isso aí é mais ou menos uma área de fluxo. Também os mais velhos contam que é por lua também, pela fase da lua. E vamos dizer que no lombo de terra alguém for caçar. Que nem a lua agora tá minguante e você vai no lombo de terra e vê muito rastro de caça naquele lugar, quando for na fase de outra lua você não vê mais os rastros que você viu. Eles mudam de lugar e depois volta pra lá de novo” (AAFI Antonio Ferreira Kaxinawá, 2005).

“Tem queixada que permanece ali mesmo e tem queixada que são queixada grande que eles viajam muito e tem outro tipo de queixada que só vive correndo e só mata ali quando encontra mesmo na sua frente, mas correr atrás pra matar só uma pessoa forte mesmo. Eles são viajantes mesmo que eles chamam que durante o ano eles varam não sei quantos lugares e tem outros que ficam ali que são os queixadas pequenos, eles ficam ali na cabeceira e quando a gente encontra aí mata e eles vão e volta pro mesmo lugar, uma semana eles voltam de novo e tem outras queixadas que são difíceis, que no centro da mata mesmo que é difícil da gente andar e às vezes quando a gente vem pra beira do rio e volta pra lá passa é ano pra chegar de novo. O fluxo do animal que a gente conhece mesmo é esse tipo, principalmente queixada e outros tem, mas a gente não sabe explicar os outros animais” (Prof. Manoel Sabóia, 2005).

“O queixada talvez passa um mês, dois meses, três mês assim sabe e eu acho que daqui, eu falo que é do lado esquerdo que a gente tem a mata do Envira que é um espaço muito grande do Envira pro Humaitá e fica girando, passa pelo Envira aí vem e passa pela cabeceira aí passa pro Humaitá e já atravessa e faz essa circulação” (AAFI Antônio Ferreira Tuñ, 2005).

Mapa de pesca

“(…) tem esses pontinhos vermelhos que estão aqui, são os pontos de onde tem os remansos, que aonde tem também o jundiaçu que é o jaú está se acabando também. Então é uma das espécies que hoje está em fase de extinção, também nessa parte tem o caparari que tão nesses remansos são muito pouco também, até mesmo esse ano ninguém viu essa espécie de peixe, já sumiu. A pirapitinga já sumiu completamente daqui desse nosso rio, dessa parte da nossa terra, a piroaca também sumiu completamente ou já muito pouco tem também. Então algumas espécies estão sumindo do nosso rio, o motivo de ter bastante pessoas, e também não sobe mais piracema pra dentro do nosso rio. Se a gente não tiver cuidado de fazer esses manejos com essas espécies que hoje estão sumindo, pode ocorrer uma hora que a gente vai sofrer uma crise dessas espécies estarem sumindo da nossa terra. Então esses diagnósticos gerais que a gente está fazendo aqui, todos esses nomes de animais que tão aqui hoje, (...)” (AAFI Benki Pianko, 2004).

Diferentemente do que se observa para a caça, a atividade de pesca, entre os índios do Acre, é praticada por integrantes de ambos os sexos, adultos e crianças. A pesca pode ser

coletiva ou individual, dependendo da técnica que se utiliza. Nessa atividade empregam flecha, zagaia, arpão, tarrafa, bicheiro, máscara para o mergulho, linha de *nylon* com anzol e o uso de arma de fogo para a pesca a tiro, atualmente, pouco utilizada. Para a captura do peixe usam diversas substâncias tóxicas, extraídas de vegetais (folha, raiz ou seiva vegetal) conhecidas por “tingui” que deixam os peixes envenenados ou asfixiados, o que facilita a sua presa. A pesca é praticada o ano todo, porém, no verão é mais praticada, época em que os peixes estão mais gordos e saborosos.

“A pesca, chamada no Alto Juruá de “marisco”, é atividade principalmente de verão, quando as águas estão baixas, limpas e claras, e os peixes sobem os rios nas piracemas. O inverno, época das chuvas, é mais propício à caça, e o marisco torna-se difícil porque as águas estão altas e turvas” (Cunha, et al, 2002, p. 337) .

As discussões em torno do mapa de pesca eram centradas nas diversas técnicas de pesca, utilizadas por cada grupo, na distribuição e atual situação desse importante recurso em cada terra indígena, nos ambientes favoráveis para a pesca e nas normas de uso. Nos mapas de pesca são identificados os lugares onde se concentram os peixes e, conseqüentemente, os lugares apropriados para a prática da pesca: poços, salões, pausadas⁷¹, balseiros⁷², lagos, igarapés e parte dos rios mais piscosos, geralmente localizados em suas cabeceiras. Em quase todos os mapas de pescas foram mapeados os poços principais, localizados nos rios e igarapés. As duas únicas TIs onde os poços não foram mapeados, por serem inexistentes ou por não serem locais expressivos para a pesca, foram Poyanawa e Nukini.

Os poços são ambientes profundos, onde os peixes gostam de viver e são considerados bons lugares para mariscar. Nas atividades de mapear os poços os participantes também identificam o nome de cada poço. Geralmente, a identificação dos nomes ocorre em língua indígena e quando se faz em língua portuguesa comumente o nome é uma mera tradução. No mapa de pesca da TI Kaxinawá do Rio Jordão foram identificados e mapeados 179 poços, 14 balseiros, 35 pausadas, 90 salões. Na TI Kampa do Rio Amônia os Ashaninka identificaram apenas 31 poços, considerados os mais importantes.

Para os Kaxinawá quem faz e mantém os poços são os animais chamados de “fera do poço”, como o jacaré, a cobra grande e a arraia. A presença dessas “feras” nos poços é

⁷¹ As árvores que caem no rio, com suas raízes grandes que ficam presas no leito do rio, são chamadas de pausadas.

⁷² Balseiro são os troncos de árvores que descem os rios no período das chuvas e vão se engajando e, às vezes, são tantos que formam verdadeiras balsas. Esses troncos são arrastados pelas águas que erodem as margens dos rios ocupadas por floresta e, na época do verão, são lugares usados para a pesca.

entendida pelos Kaxinawá como um modo importante para eles não sejam assoreados, pois são elas que cuidam e realizam o manejo dos poços. A sua presença também é considerada como um indicador de abundância de peixes e das condições necessárias para manter os peixes. Nesse sentido, o manejo dos peixes também está relacionado com o manejo da cobra grande, do jacaré e da arraia.

“O que faz um poço é a presença de animais como a cobra grande, o jacaré, a arraia, que são as feras dos poços. Se a gente mata jacaré, se a gente mata cobra, mata arraia, como fazíamos antes não tem como manter o poço, não tinha nada bicho de fera. Nós já matamos umas cobras d’água, a gente se escondia no balseirinho e matava, por isso começou a acabar os poços e assim o peixe não tinha onde ficar e afastaram. Além disso, nós sempre colocávamos tingui, o que ajudou a acabar tanto com o peixe como o poço, matando a arraia e cobra” (Prof. João Carlos Kaxinawá, 2004).

“Quando nós viemos do Jordão aqui era uma fartura de peixe. Tanto tinha peixe como tinha jacaré, arraia, cobra, essas feras dos poços. Então o que nós fizemos: começamos a matar, começamos a pegar peixe. O que dava de comer nós comíamos. A arraia e a cobra ninguém come então nós matávamos e jogávamos porque podiam crescer e pegar alguma pessoa. Por isso quando chegamos aqui tudo era fundo, a gente não podia nem andar beirando o rio, só tinha naquelas prainhas e o pessoal só viajava de canoa. Devido a maneira que a gente usou o rio os poços que tinham foram diminuindo. Até que um dia nós percebemos que o nosso rio já não tinha mais fartura. Até a oaca⁷³ pra colocar no rio era só um bolinho e pegava muito peixe. Por causa do uso da oaca sem controle o peixe foi diminuindo e hoje em dia ninguém vê mais poço, ninguém vê mais peixe como a fartura que tinha aqui antes. O único poço onde tem é na aldeia Jacobina que diminuiu, mas não secou. Com ele nós já sabemos como que tem que fazer” (Mauricio Sereno Kaxinawá, 2004).

“Quando a gente quebra o jabuti, aquele casco, o resto a gente joga no poço. Aí com aquilo a cobra vai embora. Agora, esse negócio de pilha, isso é o costume dos brancos, que os índios acostumou também, porque os seringalistas que ensinaram pros índios. E agora os agentes agroflorestais estão estudando que essa pilha envenena muita coisa, essa química muito forte. Então, todo mundo estão decidindo que não deve fazer isso” (Prof. Edson Ixã, 2005).

“(…) como nós estamos manejando, nós estamos querendo que esses bichos voltem. Meu pai disse pra mim que um dia ainda vai chegar o que tinha antigamente. Às vezes quando a cobra chega ela já sabe onde ela morava. Disse que vai chegar e fazer os poços. Disse que é a cobra que faz poços, quando chega faz. Disse que abre o buraco onde morava. Ele já falou assim pra mim. Disse que acontecendo isso, vai chegar muito peixe, e o que ela volta tudo volta também. Ele

⁷³ Arbusto pequeno, com folhas grandes e largas usada para a pescaria, cultivada nos roçados e nos terreiros das casas. Seu uso se dá através das folhas pisadas dentro de um buraco feito na terra, com as folhas trituradas se fazem bolas para ser colocadas nas águas.

disse que cobra grande é meio yuxĩ⁷⁴, o meu pai conta isso. Onde tem cobra tem tudo, vem tudo. (...). Porque para esses peixes, a cobra é considerada o pai dos peixes. Ai os peixes vem que elas gostam, como nós estamos manejando, nós estamos querendo que esses bichos tem que voltar,(...) As vezes quando a cobra chegava ela já sabe onde ela morava. (...) Porque pra esses peixes, a cobra é considerada pai dos peixes, ai os peixes vem que elas gostam. (...) se você não mata aquela cobra, ela vai até pra onde elas moravam. (...) se nós não mexêssemos com esses peixes tudo que aqui está tendo, disse que vai voltar tudo, tracajá tudo, vai chegar. Ai é aqui nós tava falando, tá tendo tracajá já. Em todas as aldeias tão falando. Disse que tá tendo um já. Ai pelo que eu to vendo, só falta o peixe pra voltar nesse poço que tinha. Esse ainda não chegou. Agora tracajá tá começando (...)" (AAFI Lucas Sales, Kaxinawá).

O mapeamento facilita a comunicação de informações espaciais da terra indígena e é considerado pelos participantes como um momento de aprendizagem. Muitos aspectos relacionados a geografia e a história do território, que não são de conhecimento de todos, são compartilhados e auxiliam no nivelamento das informações referentes à terra indígena.

"Então, eu acho que pra mim esse é um momento de aprendizagem de levar esse conhecimento também pra minha comunidade, de começar a se preocupar com as coisas que a gente tem dentro da Terra Indígena, com os igarapés, com os poços, com as terras firmes, com cada coisa que tem nome, dentro da nossa Terra Indígena" (AAFI Zezinho Lima Kaxinawá, 2005).

Piracema: a viagem dos peixes

A piracema palavra de origem tupi significa "saída de peixes". Os Kaxinawá dizem que os peixes viajam na piracema, fenômeno que acontece todos os anos, coincidindo como o período do verão, quando os peixes sobem até as cabeceiras dos rios, nadando contra a correnteza para desovar e reproduzir. A piracema é um acontecimento considerado essencial para a preservação da piscosidade das águas dos rios, igarapés e lagos. Para os Kaxinawá nem todos os peixes fazem a piracema e quando acontece a piracema, cada espécie de peixe sobe separado.

"Mês de setembro é o mês da piracema, época que vem subindo o peixe. Nesse mês ainda é seco e o peixinho miudinho passa em qualquer canto, só não dá peixe grande. Os peixes só sobem de noite, todo dia de noite eles vêm subindo, vem ficando de cada pouquinho. Faz tempo que a gente só vê os peixes de couro como o muçum e o piau além do curimatã, mandim, pacu, bico de pato e cachorrão. O pessoal chega a mandar mensagem que tá subindo piracema. Na piracema cada espécie de peixe sobe separada, às vezes vem só o mandim, depois aparece bico de pato, ou piau, aí vêm alguns curimatãs" (Agente de saúde Gaudêncio Sereno Kaxinawá, 2011).

⁷⁴ Espírito dos seres animados e inanimados presentes na floresta

Um tema muito debatido na construção do mapa de pesca era a drástica redução do fenômeno da piracema devido às práticas de pesca realizadas fora das terras indígenas, muitas vezes de forma ilegal. Como os peixes são capturados pela população, que vive no entorno das terras indígenas e mesmo em toda a margem do rio, através da pesca predatória e por pescadores ao longo dos rios, inclusive para o comércio, os peixes não chegam às cabeceiras para se reproduzirem. Esse assunto foi referenciado em muitas das oficinas, como um grave problema que afeta a situação da pesca. Um modo encontrado pelos Ashaninka, Kaxinawá e Nukini controlar os rios e, conseqüentemente, as águas e os peixes, foi inserir, em seus planos de gestão, a criação de comitê de bacias hidrográficas.

“Na época da piracema, no baixo do Rio Jordão tem muitas pessoas que usam malhadeira e não sobem muitos peixes aqui na área, porque diminui muito. Lá tem muitos pescadores profissionais que moram embaixo do Jordão, embaixo do Tarauacá e não deixam pra subir muito também. Aparece no mês de setembro e no mês de outubro, só a piaba, o piau, alguns poucos surubins e poucos peixes de couro” (AAFI Josias Maná, 2005).

“Eu acho que foi em 2003 que começou a parar de subir piracema, até 2002 subia piracema de mandim. Junto com a piracema de mandim subia arraia também, piau, curimatã e peixe grande. Mas desse tempo pra cá, depois de 2003 não subiu mais nada, até os igarapés tanto verão como inverno estão sem peixe por esse motivo. A gente vai pescar e volta quase do mesmo jeito e não é por motivo da gente ter acabado não, o motivo é porque não subiu mais piracema. Até porque a gente ouviu falar, eu ouvi falar, que gente disse que não subiu mais piracema por causa que não tinha mais alagação e os peixes estavam tudo nos lagos aí pra baixo, nos rios grandes, nos lagos grandes e aí a alagação não atingia lá e os peixes grandes não saiam pro rio pra subir, então foi por esse motivo também. Até porque tem muita malhadeira também na boca do rio Muru e Tarauacá, não deixa passar. A gente via subindo, sentando mesmo em casa a gente via subir mesmo. Agora em 2004 a piracema mesmo que eu vi subir foi de saburuzinho, saboru e piaba, só era essas duas espécies que subiu que eu vi subir. Outros tipos de peixes eu não vi não” (Liderança Vicente Sabóia Kaxinawá, 2005).

“Os peixes que vem do Juruá, os moradores lá de baixo acabam por lá mesmo no município. Eles jogam malhadeira, jogam a tarrafa, pescam dia e noite na época da piracema e assim os peixes não têm como entrar no igarapé que é bem raso. É também por esse motivo que não tem mais peixe suficiente no rio Breu” (AAFI Flaviano Medeiros Kaxinawá, 2004).

“Agora nas nossas aldeias a gente já tem a idéia de como manejar, primeiro é o peixe, antigamente no meu rio tinha muito peixe, mas era muito mesmo, eu nunca pensava que iria ficar sem esse peixe. Mas quem acabou com esse peixe foi o mariscador e nesse tempo não tinha lei, só deles mesmos dos patrões e dos seringalistas. Nós vivíamos como qualquer um bicho, mandado pelos outros. Então nós aí começamos, o meu pai queria pegar um peixe de 70 kg, um jundiá. O que ele ganhava era só cachaça, ganhava cachaça, o que ele fazia com esse pescador que ia

pescar, ele levava muito peixe e vendia na cidade. Então eles iam enricando e nosso rio hoje está pobre, e para acabar de completar o município de Tarauacá tem mais de 360 pessoas financiadas de pescador, eles têm muita malhadeiras e é por isso que o peixe não sobe mais” (Vicente Sabóia Kaxinawá, 2005).

Com relação aos peixes de grande porte, foi registrado que algumas espécies estão escasseando, como o jundiáçu, o pirapitinga e o caparari os quais não são mais avistados na área de pesca na TI dos Ashaninka do rio Amônia. Os Kaxinawá do Jordão relataram que os peixes matrinxã, jundiá, jundiáçu, surubim, caparari e outros não parecem mais na terra indígena e o mesmo acontece como o tracajá e o jacaré.

“Peixe grande que a gente ainda encontra agora, é só o surubim e o jundiá, um curimatã. Mas é só alguns, não é muitos. Matrinxã não se encontra mais.. Caparari só alguns que o pescador deixou e que eles vêm subindo” (AAFI Josias Mana, 2005).

“Sobre a situação do jacaré grande comum, só no lago na minha aldeia que tinha, agora só no rio mesmo, eu acho que fica difícil nesse lugar. Você só vê o rastro de jacarezinho andando na praia. Eu tô com 23 anos e eu nunca achei um jacaré grande, jacaré ovado que tão botando ovos. Ainda tem na minha aldeia, num lago muito cerrado que ainda existe esse jacaré, esse jacaré não é muito grande, é normal. Aqui nós chamamos tarakape na nossa língua. É jacaré preto. Agora, grande não existe mais, não sei se lá encima existe” (AAFI Josias Mana, 2005).

“Quando eu comecei a trabalhar de AAFI, a gente que trabalha de manejo, eu não via jacaré aqui no nosso rio do Jordão até na aldeia Novo Segredo. Tava muito difícil, a gente só encontrava no igarapé. Tem algumas aldeias que já tão vendo que o jacaré já tão em alguns poços, alguns já tão esquentando no sol. Acima da aldeia Três Fazendas já têm bastante jacaré”. (AAFI Rosenir Sabino, 2005).

“Hoje, até a parte do Juruá está afetada. Surubim só tem até um certo ponto, chega até Cruzeiro do Sul. Pirapitinga nem chega a Cruzeiro. Os pescadores andam com frigorífico dentro da balsa, como o Orlei Cameli que vem pescando desde baixo e acaba com todo o peixe. Num ano desses, vi vários caminhões cheios de surubim que eles pegavam, cortavam o filé e mandavam para fora. Com isso, acaba tudo. Quando o cardume chegava no Juruá, os pescadores já vinham acompanhando até acabar. Depois voltavam para pegar outros. Em Cruzeiro do Sul, as pessoas vêm até Marechal Thaumaturgo acompanhando o cardume de mandim, que é o que tem em grande quantidade. Agora também está acabando. No Juruá, o cardume está ficando escasso. Em Cruzeiro, esse ano ninguém tem notícia de peixe. Antigamente nós víamos tantos cardumes de mandim, que fazia até medo pisar dentro da água. Tinha tudo isso e hoje acabou. O peixe que mais sobe é aqueles cascudos. Está ficando difícil e para manejar tudo isso precisa de muitas coisas. Se no Juruá está escasso, você imagina aqui, pois as pessoas tampam na foz e não deixam os peixes passarem” (Moisés Pianko, 2004).

Lago lugar que se pesca o ano todo

“O lago é uma coisa muito importante para a gente, porque no lago dá para pescar de flecha no inverno e no verão e a água sempre está limpa. Para as pessoas que são boas de flecha nunca falta comida. Os lagos que nós marcamos são os lagos que estão abertos, onde as pessoas frequentam mais.. No lago existem alguns tipos de peixes em que nos rios não tem, assim como tem alguns peixes que nós classificamos que não tem no lago e nem no rio, e só vai encontrar nos igarapés. O siri, que é muito procurado, só se encontra nos igarapés e nos rios não tem. Sabendo disso as pessoas já sabem onde encontrar determinado peixe. Se não cuidarmos dos igarapés, dos lagos e dos rios, como que nós vamos ter uma vida boa? Principalmente para os Ashaninka, que já é cultura esse negócio de caça e pesca. Por isso que estamos trabalhando com o plano de uso dos recursos naturais, não só discutindo, mas estamos agindo também. A discussão é levada para a prática” (Bebito Pianko, 2004).

Os lagos são ambientes nos quais se pesca o ano todo, tanto no inverno como no verão, pois suas águas são paradas e limpas. Muitos peixes mapeados pelos índios foram classificados como peixes que gostam de viver no rio, no igarapé e no lago. Alguns peixes de lago dificilmente se encontram nos rios.

No mapa de pesca foram identificados os lagos fechados pela vegetação e que não são utilizados para a pesca, devido a dificuldade de penetração; os lagos abertos e o lagos onde têm mais peixes. Todos os lagos foram registrados com seu nome e, na grande maioria, os nomes eram apenas em língua indígena. Em algumas terras foi identificado o tipo de manejo utilizado em cada lago. Os Ashaninka identificaram dez lagos abertos, onde é possível pescar. Também identificaram os tipos de manejos adotados para cada lago, onde se realiza a soltura de quelônios⁷⁵ em atividade de repovoamento, identificaram os lagos permitidos para o uso de tarrafa e aqueles permitidos para o uso de flecha.

⁷⁵ Os Ashaninka vêm desde 2001 realizando, com o apoio do AAFI Benki, o manejo e a criação de quelônios. Já realizaram diversas atividades com a soltura de filhotes de tracajá no lago, além de realizarem a criação de quelônios em vários açudes construídos na aldeia Apiwtxa.

Tabela 17 – Tipo de manejo nos lagos

Tipo de manejo nos lagos da TI Kampa do Rio Amônia	
lago	Tipos de manejos
Apiwtxa	Uso de tarrafa e soltura de quelônios
Ikirite Shawotekawo	Uso de tarrafa
Aatarike Soyana	
Ikirite Mapari	
Apiwtxa 2	Uso de flecha
Ikirite Ipetsi	
Ikirite Ketsi	
Ikirite Monishoki	
Samuel Pianko	
Shomôtsi	

Na Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão foram identificados 27 lagos, sendo que seis são cerrados, o que dificulta o seu uso e um que seca no verão. No Baixo Jordão foram identificado apenas seis lagos. Os Poyanawa identificaram os lagos cerrados, os lagos abertos e os lagos de pesca.

Tabela 18 - Lagos da TI Kaxinawá do Rio Jordão

N	Aldeia	Nome em Língua Indígena	Nome em Português
1	São Joaquim	Mibã Yã	Lago do plantio de frutas
2		Banai Yã	Lago do Cerrado
3		Nawei Yã	Sem nome em português
4		Peshu Yã	Lago da pasta
5	Nova Extrema	Yã Pakaia	Lago da taboca
6	Torre da Lua	Yã Bakaya	Lago de muito peixe

“Os lagos que tem mais peixe do nosso conhecimento é o Tartaruga. Aí tem o Varador, o lago Arrombado, o lago do Barracão, que ninguém marisca. Tem aquele lago lá de cima que a gente chama lago da Samaúma, onde nós mariscamos e pega peixe... O lago das Águas Pretas que é mais limpo. O lago da Tartaruga e os outros tudo são cerrados. Agora, se nós pega essa parte do Moa com esses lagos grandes lá de cima, nós temos lago suficiente e nós temos peixe. Mais aqui os peixes que tem não dá pra sustentar os Poyanawa, só os estudantes, a valer os que ainda vão nascer” (Demar Poyanawa, 2006).

Uso e manejo do tinguí

Outro assunto muito discutido, nas atividades de mapas de pesca, foi o uso de “*vários tipos de venenos conhecido regionalmente como tinguí, cultivados tanto nos roçados, quanto nos terreiros das casas ou ainda coletados na mata bruta*” (Aquino e Iglesias, 1994, p 121). A pesca com tinguí, prática tradicional realizada na época do verão quando as águas estão baixas e limpas, geralmente, é uma atividade coletiva, onde participam um grande número de pessoas, homens, mulheres e crianças. No caso dos Kaxinawá, quando reúnem um grande número de pessoas, a tinguizada é uma verdadeira festa, um acontecimento cultural e social que junta todos na beira do rio para pegar a comida. Depois, o resultado da pescaria vai ser partilhado e todos vão comer coletivamente, os homens de um lado, as mulheres de outro, como é hábito dos Kaxinawá.

Segundo os depoimentos dos índios, o uso indiscriminado do tinguí vem causando impactos negativos ao meio ambiente, pois ele espanta e mata grande quantidade de peixes. A partir desse problema, os participantes discutiram como as comunidades podiam organizar o uso do tinguí, evitando a falta de peixe para as comunidades e sem prejudicar aos seres d'água. Foi unanimidade, em todas as terras indígenas, a opção por não usar o tinguí em água parada, como por exemplo, nos lagos. Outras TIs chegaram a um acordo de não usar o tinguí em todos os poços e de diminuir o cultivo do tinguí, porém sem deixar perder as sementes.

“nós não estamos usando toda hora, nós só vamos mariscar naquele poço, nós jogamos uns dez bolinhos, uma coisa assim, e quando o peixe bebe, nós já vamos pegar. Pode ir no outro dia que o resto está bom, estão tudo lá, eles ficam meio tonto, mas depois ficam bom a maioria dos peixes que a gente faz. Nós temos muito igarapé que tem muitos peixes, nós só marisca nos dois. No rio mesmo é difícil nós colocarmos o tinguí, se nós formos mariscar no rio com tinguí espanta tudo, mata tudo, por isso nós nunca mariscamos e não vamos mariscar no rio com tinguí” (Vicente Sabóia Kaxinawá, 2005).

“A oaca, você faz e tipo, sei lá, é um truque, se engole, lá dentro tá o veneno, então aquele peixe maior engole, mil vezes melhor que você botar no rio pra matar todos, então é dessa forma que a gente está falando, a gente vai deixar uma semente pra não acabar em geral (a oaca), mas a maneira que pode utilizar é dessa forma, com esse truque aí, por assim não acaba com os peixes” (Isaac Pianko, 2004).

“Acabaram, o rio Amoninha revoltou-se, ficava só o lodo mesmo, era dia após dia, todo dia era oaca no rio, o Amoninha revoltou-se andava na cabeceira pouca, e o pessoal tá comentando que aqui era cheio de curimatã, mas então eles começam a bota na baixa do rio e espanta todos os peixes, é direto deles, e só pegam peixe de escama, eles botam até a noite, botavam em grandes lagos, mas ia a aldeia toda, juntava um pouco de oaca de um de outro, mas ia todo mundo. Hoje não, cada um começou a plantar só o seu e cada um planta e coloca, se a gente fizer o controle dessa forma cada um planta só três ou quatro, então não dá pra por no rio, mais então quando for bota uma pesca cada um junta o seu. Todo mundo tá sabendo, é uma coisa combinada, então fica uma coisa comunitária, mas cultural, dá pra fazer um controle também, você define o local que vai botar. Todo mundo traz o seu pouquinho e junta, então vão, mais se cada um fica com seu roçado lá e botar isso no rio, perde o controle, por isso é que se deve fazer o controle do roçado de cada um, deixa três ou quatro pés, dá um tempo de mergulho, peixe de bicheiro, pode praticar passa um ano ou dois sem fazer que é para os peixes voltarem” (Isaac Pianko, 2004).

“E então, é isso que nós fizemos pra saber mais, pra falar pra nossa comunidade que estão me ouvindo né, de vez em quando os peixes, no tempo de piracema, se a gente mariscasse e colocar tingui nós vamos acabar. Porque os peixes não vêm todos os anos né. Esse que só vem debaixo se nós pegar todos vai acabar uma hora. Então, é isso que nós queremos preservar nos nossos poços, deixar também pra não colocar o tingui, e outras coisas. Que às vezes nós temos esses poços, dois, três na aldeia, então, nós vamos deixar um reservado. Pra onde os peixes ficassem. Talvez nós podemos usar pelo menos um. Ai nos outros poços, você pegando outro, dos outros passa pro outro poço. Onde você já deixa reservado. Então, é assim que nós estamos pensando, que nós estamos fazendo esse trabalho. E no igarapé também é a mesma coisa. Porque tem poços que é difícil faltar peixe. Em todo igarapé, cada pessoa conhece bem. Até onde você chega tem piaba, e outros peixinhos miudinhos. E é isso que nós fizemos na marcação do mapa” (AAFI Lucas Sales Kaxinawá, 2005).

Manejo e norma de uso da pesca

“(…) que quem vai cuidar da nossa terra somos nós, não é ninguém não. Nós vamos cuidar da nossa caça, nós vamos cuidar da nossa madeira, nós vamos cuidar dos nossos peixes e vamos cuidar da nossa terra cada vez mais atento. No tempo que a FUNAI foi delimitar a nossa área, nós tínhamos 60 pessoas entre adulto e criança e só tinha sete famílias, hoje nós temos 290 pessoas, para você ver como é que está aumentando” (Vicente Sabóia Kaxinawá, 2004).

As áreas de refúgio, marcadas para os mapas de caça, são entendidas como áreas de proteção também para a fauna aquática. Em algumas terras, já existiam áreas de refúgio, antes mesmo das atividades de mapeamentos, outras foram criadas por intermédio das discussões entre os participantes. O consenso das comunidades através de acordos para a proteção da pesca e o do seu manejo, dentro das terras indígenas, se deu através da sistematização dos planos de gestão. O mapeamento da pesca auxiliou levantando discussões

referentes às preocupações, os problemas e as experiências positivas de manejo realizadas em cada terra indígena. O mapeamento contribuiu para reforçar as discussões existentes dentro das comunidades referentes à situação atual do recurso pesqueiro e auxiliou as comunidades na reflexão coletiva dos problemas locais e regionais, aumentando sua capacidade de proteger e gerir suas terras. A construção do mapa de pesca forneceu subsídios para que as comunidades indígenas avaliassem suas circunstâncias atuais para elaborar estratégias futuras para a gestão dos recursos pesqueiros. Nesse sentido, os planos de gestão apontaram vários caminhos no uso, no manejo e na conservação dos recursos naturais.

“Eu acho que todo mundo, daqui pra frente à gente vai se conscientizar, a gente vai deixar um tempo de uns anos sem pescar com tinguí muito no poço, pra gente pode ver o resultado” (Prof. Edson Ixã Kaxinawá, 2005).

“A gente tem deixado as áreas como descanso, como eu estava explicando, a gente viu que cada área aonde as pessoas não pescam, na parte do peixe, os peixes sempre vão pra ali e começa a morar. Nesse rio, por exemplo, teve uma era que ele era rasilho, criando lama no fundo do rio, porque o pessoal tinha acabado tudo mesmo (antes da demarcação), aí a gente deixou ele lá sem anda, pra vê o que era que ia acontecer. Na verdade a gente começou na parte da fauna, da caça, deixamos lá, aí depois quando a gente foi olhar depois de dois ou três anos, vamos olhar como é que está, aí a gente já viu o peixe, já que ninguém pescava nem nada, o peixe também entrou, morava, você via no rasilho. Hoje você vai lá você vê curimatã correndo assim no raso pra todo canto, pra matar de terçado, a gente viu que deixando essa parte, também os peixes aumentam da mesma forma. Porque se você está lá pescando, o peixe foge da mesma forma a caça, eles buscam também os lugares deles pra eles morarem, se reproduzirem. Os peixes pequenos que sobem o rio que chegam lá, eles ficam, já que os brancos não conseguem pegar os peixes pequenos. Então os peixes pequenos precisam também de espaço, quieto pra eles possam crescer e morarem ali. Então essa forma foi a forma que a gente encontrou e que tem dado resultado. Na parte de manejo que nós vem fazendo, e pra isso que a gente está querendo fazer o manejo também nessa parte, que hoje nós moramos aqui mesmo, apesar de ter muitas pessoas, que hoje está todo mundo concentrado aqui e marisca no rio direto. Qual é a forma que a gente está buscando, a gente está buscando meios pra fazer açude aqui, pra que a gente passe pelo menos nas épocas de verão em que o rio está seco, que é a época em que mais pessoas pegam peixe, épocas também de desova de alguma espécie como bode, fiquem descansando para que se reproduzam também, e tendo o açude você da condição para as famílias comerem o peixe tirando do açude, e essa parte ficar descansando pra que os peixes consigam crescerem mais” (Benki Pianko, 2004).

“O nosso plano de uso nós fizemos desde 2000, nós fizemos plano de uso pra não colocar mais tinguí no lago. Agora esse ano, dia sete de setembro, nós vamos pescar, vamos convidar as pessoas que tem vontade de participar, pode participar. Nós vamos fazer uma grande festa, é uma festa de tradição, katxa nawa” (AAFI Abel Paulino, 2005).

“O plano de gestão não é uma lei, mas é um acordo entre os grupos familiares, entre a comunidade, sobre como nós vamos organizar a nossa terra, como vamos usar os nossos recursos naturais, como nós vamos nos relacionar com os nossos vizinhos, como vamos trabalhar com o entorno, como vamos fazer um desenvolvimento que beneficie todos. Ele também não é uma proibição, mas um trabalho de conscientização, com todos, índios e não índios. Com o passar do tempo, ele pode ser modificado, mas sempre com a participação de todos, para se chegar a um consenso com o objetivo único de cuidar com zelo e carinho do que é nosso” (AAFI José Lima Yube Kaxinawá, 2005).

Conscientes do perigo das pescas predatórias, da relação que outros animais têm com os peixes e da problemática da contaminação das águas, que leva a escassez dos peixes, os grupos indígenas estão preocupados em realizar o manejo sustentável dos recursos naturais, entre os quais, os hídricos e os pesqueiros de suas terras e de seu entorno. Inseriram em seus planos de gestão normas sobre o uso desses recursos aquáticos.

Os diálogos e as reflexões nas oficinas para a construção do mapa de pesca contribuíram para sistematizar os acordos coletivos. Foram proibidos os apetrechos julgados predatórios e inserido o controle da arte do uso do tingui.

Seguem, abaixo, dois planos de gestão sistematizados nas atividades das oficinas de mapeamento, um dos Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu e o outro dos Kaxinawá do município do Jordão. São exemplos de povos indígenas que se organizaram, para tentar solucionar o atual de conflito de pesca em águas do Alto Juruá.

Plano de Gestão do TI Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu

Tarrafa: somente pode pescar com tarrafa de malha graúda (2 dedos para cima) nos poços limpos dos rios, igarapés e lagos.

Batção: não pode em nenhum lugar.

Flecha: Pode usar em todos os lugares.

Zagaia: Pode usar em todos os lugares, menos na época que o bode e outros peixes estão com ovas.

Anzol: Pode usar em todos os lugares.

Oaca: Não pode usar no lago. Só pode usar até 20 bolos nos balseiros do rio quando tiver festas, adjuntos e reuniões comunitárias. Nestes casos usar de preferência as caças, só em último caso usar a oaca. Não pode usar a oaca fora da área da aldeia. Cada aldeia pode plantar no máximo 30 pés de oaca. Não pode usar de jeito nenhum: assacú, sika, timbó, barbasco.

Máscara: Não pode usar a máscara nos balseiros do rio.

Bicheiro: Não pode usar o bicheiro nos balseiros, porões e pausadas do rio, dentro e fora da terra indígena.

Feras dos poços: Não pode matar os animais que cuidam dos poços: cobras grandes, jacaré grande, poraquê. Só pode matar a arraia porque é perigosa.

Não pode: pessoas de fora pescar dentro da terra indígena.

Lagos: evitar a pescar nos lagos na época da desova dos peixes, de outubro a dezembro. Neste tempo, fazer reunião para explicar para a comunidade.

Mata ciliar: não pode colocar roçado a menos de 100 metros da beira do rio, igarapés e lagos. Só pode derrubar na beira do rio para fazer aldeia ou colocação.

Piracema: Fazer articulação junto com o sub-prefeito da foz do Breu, com IMAC e IBAMA para fiscalização. Os AAFIs também devem acompanhar esse trabalho e fazer denúncias.

Tracajá e jacarétinga: não pode matar e nem pegar os ovos. As comunidades interessadas na criação em cativeiro e no repovoamento devem procurar o IBAMA e a SEATER pra aprender a fazer esses manejos.

Jacaré preto (jacaré de igarapé): Não matar na época da reprodução (abril e maio).

Área de refugio: respeitar as áreas de uso e de refúgio de pesca de cada aldeia.

Piscicultura: as comunidades interessadas devem procurar apoio e orientação para fazer criação de peixes” (Gavazzi, 2008, p, 23, 25, 26)

Plano de gestão das TIs Kaxinawá do Rio Jordão, Baixo Rio Jordão e Seringal Independência

“**Oaca:** a cultura Huni Kuĩ sempre usou muita oaca para fazer suas pescas tradicionais. Nos últimos anos, a gente vem observando que os peixes vêm diminuindo muito em nossos rios. Para resolver este problema decidimos que cada família pode plantar até quinze pés de oaca para usar nas pescarias comunitárias para festas, reuniões, etc. Podemos usar no máximo 15 bolos nos igarapés e balseiros. Nos meses da piracema (setembro / outubro) não será utilizada a oaca nas três terras indígenas Kaxinawá do município do Jordão.

Sika, coração de nego, barbasco, assacú, asha, nipiri: o uso destas espécies de veneno fica suspenso por tempo indeterminado. Mas é importante preservar as sementes de sika.

Máscara, malhadeira fina, tarrafa de malha miúda: estes instrumentos de pesca também causam muito prejuízo para os peixes. Por isto, devemos evitar o uso.

Zagaia, anzol, flecha, arpão, bicheiro, tarrafa de malha graúda (de 2 dedos acima): estes instrumentos podem ser usados pois são os preferidos para as pescarias.

Peixes ovados: evitar a pescaria durante o tempo de reprodução (outubro/setembro).

Piracema: hoje em dia os moradores do entorno vem impedindo a subida dos peixes durante a época da piracema, interrompendo o ciclo reprodutivo dos peixes na boca do Jordão e no rio Tarauacá. Para combater este crime ambiental, os agentes agroflorestais devem se articular com as instituições responsáveis (IBAMA, IMAC, e Secretaria Municipal de Meio Ambiente). Também é muito importante a articulação com outras instituições, como a ASKARJ, ASAREAT, Conselho Local de Meio Ambiente, Prefeitura e Parlamentares municipais.

Piscicultura: pesquisar os locais adequados para a construção de açudes manuais e iniciar atividades de criação de peixes na terra indígena. Identificar as instituições que vêm apoiando a piscicultura para fazer contatos e encaminhar projetos.

Repovoamento de peixes nativos: conseguir alevinos através da prefeitura, SEATER, IBAMA, para fazer o repovoamento dos lagos nativos da terra indígena.

Feras dos poços: cobra grande, jacaré grande, arraia grande, poraquê devemos evitar a matança destes animais, porque eles são os donos dos poços e não deixam os poços se acabarem.

Jacarés: não devemos matar os jacarés na época da reprodução (abril/maio) e nem fazer a coleta de seus ovos.

4.5. Mapa de Invasão – o caso dos Ashaninka do Rio Amônia

“Os limites de nossas terras não são respeitados, pois não podemos investir na construção de muro ou cerca. Temos que trabalhar com educação na sala de aula e cadeia para quem não quer ser educado” (Francisco Pianko, 1999).

Figura 57 - Mapa de Invasão da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia

Fonte: CPI/AC

Mesmo com a demarcação e a regularização as terras indígenas continuam sendo invadidas. Entretanto, não existe um levantamento sobre as formas e graus de invasão das terras indígenas (Oliveira, 1998). Porém, estima-se que cerca de 85% das terras indígenas no Brasil são invadidas por não indígenas (Indruinas, 2000).

Os mapas de invasões construídos pelos índios nas oficinas de etnomapeamento é um diagnostico da situação atual, de oito terras indígenas do Acre que participaram do projeto.

Apenas duas delas, Kaxinawá do Rio Jordão e Nukini⁷⁶ apontaram não haver problema de invasão. As outras terras indígenas, mostraram que são sistematicamente invadidas por madeireiros, traficantes, caçadores e pescadores profissionais e ainda, por moradores estabelecidos em suas vizinhanças.

“Conversando com o pajé daqui da nossa aldeia, o Aricemi, um dia ele falou assim pra mim: quando é que nós vamos viver a nossa vida como antes? Ter o nosso tempo pra a gente continuar a nossa ciência, como era antes? Porque a nossa ciência tá parada por questão das invasões, por todas as invasões que chegam aqui de certa maneira. Aí eu falei pra ele que a gente nunca ia voltar como era antes, porque antes nós tínhamos todo esse espaço aqui, onde tá esses pontos. E hoje a gente está preso aqui dentro e um preso sendo atacado por todos os lados. Então, você nunca vai voltar o normal como antes. Só se a gente voltar a tirar todo esse pessoal daqui, voltar pro lugar que eles não sabem nem o caminho de voltar pra cá. Mas aí iria apagar todos os mapas que têm no mundo” (Moises Pianko, 2004).

A Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, que faz fronteira direta com o Peru, é a que mais vem sofrendo, nos últimos anos, sérios problemas de invasões por madeireiros peruanos, devido ao atual contexto geopolítico da região de fronteira Brasil/Peru. “*Como a terra Ashaninka é uma ponta para dentro do Peru, toda essa área passou a ser pressionada pelos madeireiros*” (Francisco Pianko, 2004). “*No Peru, quase 4 milhões⁷⁷ de ha do departamento de Ucayali foram convertidos em “florestas de produção permanente” para concessões madeireiras e desses, aproximadamente 3 milhões, estão na faixa de fronteira direta com o Acre*” (Freschi e Gavazzi, 2011). O descontrole, por parte do governo peruano, das concessões madeireiras e de ações ilegais no corte de madeira, para a qual é empregado inclusive o trabalho forçado⁷⁸, extrapolou para o território brasileiro. Suas consequências são as invasões nas áreas de proteção ambiental, como aquela do Parque Nacional da Serra do Divisor e da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia.

A legislação peruana é muito menos rigorosa para crimes ambientais em relação à brasileira, sendo que o ato de desmate ilegal no Peru é considerado como um delito não grave. “*O interesse de atravessar as fronteiras para explorar estas madeiras no Brasil é*

⁷⁶ Na Oficina realizada, em abril de 2012, pela CPI/AC para revisão e atualização dos mapas e Plano de Gestão na TI Nukini, foram identificadas ameaças e conflitos no entorno da TI como a invasão de madeireiras peruanas, próxima a terra, além da invasão de caçadores e pescadores.

⁷⁷ Fonte INRENA 2003.

⁷⁸ Estudos revelam a existência de trabalho forçado ou não livre, principalmente nos trabalhos associados à extração ilegal de madeira, em diversas regiões da bacia amazônica peruana. Os dois departamentos mais intensamente afetados por essa relação de trabalho são Ucayali e Madre de Dios, podendo também incluir Loreto, entretanto, esse departamento não fez parte dos estudos. O número aproximado de pessoas afetadas pelo trabalho forçado seria de 33.000 na sua maioria pertencente a diversos grupos étnicos da Amazônia peruana. (Galard e Silva-Santisteban, 2005).

devido à escassez que já ocorre no Peru, uma vez que as empresas daquele país trabalharam sem uma visão de sustentabilidade buscando o lucro fácil pelo produto mais procurado - mogno e o cedro” (Martins e Freddo 2004, p. 2).

(...) o próprio governo peruano tem dificuldade de controlar, porque a pressão e a força das empresas lá é muito grande, muitos políticos estão no meio” (Francisco Pianko, 2004).

No início do projeto de etnomapeamento, o único grupo social que estava denunciando as invasões no território brasileiro por madeireiros peruanos eram os Ashaninka. Eles vinham sentido diretamente as consequências negativas das invasões, em vários pontos da sua terra, por causa da retirada de madeira, na grande maioria mogno e cedro de interesse para o mercado madeireiro mundial. Toda a madeira retirada do corte ilegal, realizado na terra indígena e em outra área de proteção brasileira, era posteriormente, transportada por estradas (abertas ilegalmente em território peruano) e por via fluvial para as serrarias, localizadas na cidade de Pucallpa e, vendidas na sua grande parte, para o exterior.

O mapa de invasão elaborado pelos Ashaninka contou a participação direta do AAFI Benki, que liderava, na época, as ações de fiscalização da TI. Os Ashaninka do rio Amônia têm uma longa história de invasões e saques de recursos naturais em seus territórios. Começou em meados do século XIX, com a exploração do caucho, a extração de pele de animais, a carne de caça, a madeiras e outros recursos naturais.

“O meu avô Samuel Pianko, contou para o meu pai que antes os peruanos chegaram. O primeiro trabalho era derrubar as árvores de caucho e tirava o leite, não sabia para que servia, trabalhou bastante vários anos, vários “urrão” como diz o meu povo. Depois chegou os brancos brasileiros e nós não sabíamos quem era o dono do Amônia. Aparecia peruano e brasileiro, trabalhando a extração de carne de caça, pele das mesmas e também pele de onça, gato, lontra. Algumas pessoas quando estavam distante do mercado de carne das caças, só aproveitava as peles. Acabaram praticamente tudo, nosso jabuti quase desapareceu. Era levado batelão cheio para as cidades. O nosso rio, prejuízo veio com a exploração do tracajá, que era levado como as pessoas carregam laranja, os barcos cheios” (Francisco Pianko 1999).

Nas atividades de mapeamento os Ashaninka identificaram três tipos de invasões consideradas por eles, como as mais recentes em seus territórios: **madeireiras antigas** que aconteceram na década de 1980, **madeireiras atuais** que iniciaram em 2000 pelos madeiros peruanos e invasões para o roubo de **caças**.

Invasões: madeiras antigas

“Esse rio (Amônia) era chamado “o rio da madeira”, porque foi um dos rios que tinha mais madeira aqui na região do Juruá” (Moisés Pianko, 2004).

Os Ashaninka classificaram as invasões de “**madeiras antigas**” aquelas que ocorreram em três locais diferentes de seus territórios, entre os anos de 1981 a 1987, por alguns empresários de Cruzeiro do Sul. Essas invasões causaram sérios problemas sociais e ambientais com a remoção de sedimentos para abertura de mais de 80 km de estradas, ramais e aterro de igarapés, passando com maquinários para o transporte das madeiras. O que causou sérios impactos ao meio ambiente e afetou, profundamente, a vida dos índios. Os peões, que trabalhavam na exploração da madeira, derrubaram e retiraram grande quantidade de espécies de madeira nobres, grande quantidade de caça. Outro agravante foi a contaminação dos rios e dos igarapés, com a nódia da casca do mogno, substância tóxica que se solta quando a madeira está depositada na água, impossibilitando o uso das águas pelos Ashaninka e causando grande mortalidade de peixes.

“(…) tanto era tirada a madeira como era tirada a caça, o jabuti todas as coisas que iam vendo eles iam tirando. (…). Então aqui chegou uma época que acabou a caça, estava acabando tudo com a nossa terra, e a preocupação da gente cresceu bastante, porque a gente não pensa só em nós, a gente pensa nos filhos da gente também. (…) chegou uma época que foi na época do verão que a água desse rio ficou escura preta, preta porque o aguano tem uma nódia, então prejudicou todo o nosso rio, a água ficou podre, você sentia o cheiro da água de aguano. Deu um problema muito sério para a gente aqui, foi um impacto ambiental muito grande” (AAFI Benki Pianko, 2004).

A primeira invasão aconteceu por volta do ano de 1981, nos igarapés Amoninha e Revoltoso, por um empresário forte de Cruzeiro do Sul, Orleir Cameli. Nessa invasão, foram retiradas, principalmente, as espécies de mogno, cedro, cerejeira e copaíba. Entraram com maquinários pesados, utilizaram um trator de esteira, dois tratores CBT e um caminhão. Tiveram que derrubar muitas matas para abrir estradas no centro da TI, ligando ramais secundários, que seguiam para os igarapés, e explorando ambas as margens. Na cheia, as madeiras desciam para o rio Amônia e eram retiradas na confluência com o rio Juruá, no município de Marechal Thaumaturgo. Calcula-se que na época foram retiradas mais de 500 árvores.

“(…) essa empresa entrou aqui dentro tirando toda a madeira, fazendo aterro em igarapé em tudo, a madeira preferida deles foram o mogno, o cedro, a cerejeira e a copaíba, foram as madeiras preferidas que eles tiraram aqui nessa região. Para você ver o tamanho da extensão aqui que eles

invadiram. Hoje a gente está vendo isso aqui no mapa pequenino, mas se for andar no mato, você durante dois dias talvez chegue no final desse tamanho aqui. Então isso é muito grande é uma coisa grande, andando a pé, e a gente tem isso conhecendo como na palma da mão (...) foi retirada madeira de quase 10 mil hectares de terra, foram invadidas nessa época” (AAFI Benki Pianko, 2004).

A segunda invasão ocorreu na área que vai da margem esquerda do igarapé Tabocal até o igarapé Revoltoso. Essa invasão aconteceu em fevereiro de 1985, pelo comerciante, seringalista e madeireiro, Abrahão Cândido e a sua empresa a *Big-Bran*, que opera através da filial *Madebran* que invadiu e derrubou cerca de 530 árvores de mogno e cedro. O Nanci Freitas da Costa e a empresa *Marmud Cameli* ajudaram na derrubada. Nessa invasão foram utilizados três tratores e três caminhões e foram abertos ramais de acesso entre os dois igarapés. Nesta época a TI já estava identificada e, nesse mesmo ano, a equipe de delimitação da FUNAI denunciou esses fatos e se dirigiu até o local, acompanhada por fiscais do antigo IBDF e agentes da Secretaria de Segurança Pública e as madeiras foram apreendidas. Houve interdição e a madeira ficou no local da derrubada.

A terceira invasão aconteceu em 1987, dois anos após a apreensão das madeiras. Novamente a empresa *Marmude Cameli & Cia Ltda.*, dirigida por uns de seus sócios Orleir Mameli, invadiu novamente a TI e de lá, retirou toda a madeira, anteriormente, apreendida pela PF/IBDF. Derrubou, ainda, outras quantidades de árvores de madeira nobre no início da Terra Indígena. “*Abriu uma estrada dentro da TI, paralela ao igarapé Revoltoso, invadindo inclusive as matas do outro lado da fronteira peruana para derrubar novas madeiras de lei*” (Aquino, 1985). Abriu outra estrada no entorno da TI descendo o rio Amônia até a cidade de Marechal Thaumaturgo. Nessa invasão, foram utilizados seis tratores *Skinner* e *Walmet* super tatu, com esteiras e pneus. “*Além da utilização dos tratores e máquinas pesadas, a madeireira Marmude Cameli implantou uma grande infraestrutura de apoio dentro da área do rio Amônia: uma oficina mecânica bem equipada, um rádio transistor SSB, um gerador de luz com capacidade de 30 KVA com motor de 52 HP, dois rebocadores de grande porte, dois pequenos barcos motorizados, dois tanques de combustíveis de 5 mil litros cada um, e ainda levou 22 peões para invadir as terras dos índios Kampa*” (Aquino, 1985).

“Eles desceram para cá, e o que eles fizeram aqui acabaram com essa ponta da nossa terra, entraram no Peru ainda aqui e voltaram para cá e foram até abaixo de Marechal Thaumaturgo. Então daqui até abaixo de Marechal Thaumaturgo foi tudo acabado por essa empresa. Eles passaram um ano trabalhando aqui, e aí quando acabaram tudo eles foram embora e não aconteceu nada com eles e estão aí até agora numa boa, e a gente pensa será que existe justiça na terra?”(AAFI Benki Pianko, 2004).

Invasões: madeireiras atuais

“Na ida que a gente deu aqui na nossa área nós pegamos três peruanos no acampamento. E era mais, o resto tinha ido buscar comida. Era perto do Anania. Nesse local tinha uma quantidade grande de madeira derrubada. O acampamento deles estava com quase três quilômetros dentro da nossa área. A gente andou com eles por aqui até sair no Asoyane. A gente atravessou o Kapiroshari e saímos no Asoyane. Quando a gente chegou aqui, comunicamos a polícia federal e o exército, eles vieram e sobrevoaram” (Moisés Piyanko, 2004).

As invasões atuais, para a exploração de madeira na TI dos Ashaninka, estão, de certa forma, relacionadas à política econômica do governo peruano que entregou diversas regiões da bacia amazônica peruana para as concessões madeireiras. A TI que faz fronteira direta com o departamento do Ucayali/Peru, começou a sofrer intensas invasões a partir de 2000, apesar dos Ashaninka lutarem, de maneira incansável, contra essa situação, as invasões persistem até os dias de hoje.

“A gente sabe que é do lado do Peru e a gente não pode fazer nada sem ter um acordo entre Brasil e Peru para fazer essa situação ter pelo menos um controle. Organizar, entrar em acordo o governo do Brasil e o governo do Peru para a gente ver uma maneira de como fazer essa estrada que está sendo aberta. Eu não sei como que (a estrada) está sendo pensada. Qual é o projeto para essa empresa varar o Juruá, o Ucayali e o Purus? Mas pelo menos ter um controle de uns quilômetros de área para que não seja afetada a fronteira inteira, pelo menos ter uma distância de vinte ou trinta quilômetros para ver se tenha um controle” (Prof. Bebito Pianko, 2004).

As principais espécies exploradas são o cedro rosa e o mogno. São utilizados diferentes equipamentos e procedimentos para o corte e a extração da madeira, motosserra, tração animal, transporte manual, guincho e cabo de aço. As madeiras após serem cortadas ou são jogadas nos igarapés ou levadas por ramais construídos para este fim.

“A madeira que eles tiram daqui é levada pelos igarapés, Putaya, Kayaia e daí eles descem para o Tamaya até chegar no local onde eles vendem a madeira que é em Pucallpa. A madeira quando chega lá ela é toda beneficiada. Esses rios Putaya, Kayaia e seus afluentes que eles utilizam, esses rios fazem fronteira com o limite da nossa área. Eles entram na nossa área pelo motivo que por dentro da área deles não tem mais madeira grossa, só madeira fina, onde eles passam não tem madeira boa, só tem madeira fina com média de trinta centímetro de diâmetro. Quando eu era pequeno eu cansei de ver eles carregando madeira nas costas, eles derrubavam as árvores e carregavam nas costas de tão fina que era a madeira; na nossa área vale a pena correr o risco de entrar aqui, porque tem muita madeira grossa, eles tiram daqui e levam para o Peru através desses igarapés e vão até Pucallpa” (Moisés Pianko, 2004).

“(…) eles atravessaram pelo rio Sheshea e de lá a balsa pega as madeiras que afundam, eles pegam toda e colocam em cima da balsa, e essas outras aqui como o mogno eles pegam e

rebocam toda com o rebocador pelo rio Tamaya. Então é o que eles fazem e aí, eles pegam com o trator daqui eles atravessam todas essas cabeceiras de rio daqui e desce para o Tamaya, e daqui todas essas madeiras que são levadas vão todas para o rio Tamaya e do rio Tamaya é levado até o Ucayali e do Ucayali é levado para a primeira capital que é no Peru que é beneficiada essa madeira, de lá eles fazem importações para outros países de onde eles recebem dinheiro para fazer esses tipos de coisas, e de lá eles levam por balsas e por caminhão para chegar até o mar para poder fazer exportação” (AAFI Benki Pianko, 2004).

No mapa elaborado pelos Ashaninka foram registrados os pontos das invasões realizadas pelos peruanos, para o roubo de madeira, os largos varadouros construídos, para o escoamento da madeira (alguns chegam a medir 10 metros de largura e alguns quilômetros de distância), a contaminação do igarapé Amoninha (Tawayane, marcado em vermelho), as árvores abatidas e os acampamentos encontrados nas operações conjuntas de fiscalização (IBAMA/PF/Exército Brasileiro e APIWTXA). No entorno do lado peruano, identificou-se áreas que já foram exploradas e áreas onde estão marcadas as madeiras para o início de exploração. Segundo informações dos Ashaninka, a exploração madeireira conta com o apoio de algumas comunidades indígenas Ashaninka do Peru, como é o caso da comunidade Ashaninka do Sawawo (aldeia peruana no limite da área), sendo essa a atividade principal dessa comunidade. *“De acordo com a legislação peruana, o território reservado para as populações indígenas (Comunidades Nativas) pode ser objeto de exploração madeireira mediante acordo entre empresas e comunidades”* (Correia e Pimenta, 2012, p. 123).

“Essa parte que eles fizeram onde tem esses afluentes aqui eles tiraram tudo. A área que dava para eles tirarem pelos igarapés foi toda derrubada e agora a máquina está vindo aqui por cima, por onde não tem igarapé o que tem é o rio Amônia, mas não pode ser utilizado porque ele sai no Brasil e a máquina está invadindo esses rios e jogam a madeira para o Pucallpa. A função da máquina é puxar a madeira que vai jogar nesses igarapés lá na frente e desce para o Pucallpa, de certa maneira até com o trator eles utilizam o rio. O trator só é utilizado para carregar a madeira que está longe, que não dá para tirar mais braçal” (Moisés Pianko, 2004).

Invasão para o roubo de caças

“Agora eu vou contar o que eu vi no Amônia na cidade de Marechal Thaumaturgo: os produtos que tinham nos anos de 1975 a 1990, carne de caça, jabuti, tracajá, madeira, borracha e pele de caça. Eu vi fardos enormes de pele de animal, bolsas de borracha e de madeira, peneiras de tala de jarina, cheio de carne de caça salgada, batelão cheio de tracajá e jabuti” (Francisco Pianko, 1999).

Os Ashaninka identificaram as áreas aonde vêm ocorrendo as invasões para o roubo de caça. Essas áreas encontram-se, principalmente, nas divisas com o assentamento do rio Amônia, que faz limite com a TI dos Ashaninka, área atualmente reivindicada pelos índios

Apolima-Arara, no igarapé Arara, que faz divisa da TI com a RESEX do Alto Juruá, igarapé e que dá acesso ao rio Juruá, cuja foz se localiza próximo da cidade de Marechal Thaumaturgo e na parte sul, onde a TI faz divisa com o Peru. Estas áreas localizadas na divisa da TI facilitam o ingresso de caçadores. Em decorrência da grande problemática das atuais invasões madeireiras em suas terras, os Ashaninka consideraram as invasões para roubo de caça um problema secundário.

Na oficina do etnomapeamento foi também discutido o fato de que as invasões madeireiras afetam grandemente as caças, devido ao barulho das motosserras e ao movimento intenso de pessoas para a extração da madeira. Os mesmos que executam as derrubadas das árvores, também se provêm das caças para alimentação, além de comercializar a carne e a peles dos animais na cidade de Pucallpa, já que no Peru não existe restrição legal para este comércio.

“Eles carregavam caminhões de jabuti, chiqueiros grandes, enchia e levava tudo quanto é de carne. Porque lá no Peru é liberada essa parte. Você chega no mercado, por exemplo, em Pucallpa, é carne de caça, carne de caça salgada, é congelada, é moqueada, é do jeito que você quiser” (Moises Pianko, 2004).

Utilidade do mapa para a proteção da terra indígena o caso dos Ashaninka

“Essa parte é um caminho que vai para o Peru, já é uma invasão que eles estão fazendo aqui dentro do nosso Brasil, isso não é uma providência que nós vamos tomar, isso é da soberania nacional, isso é do governo Brasileiro é do poder judiciário. As autoridades competentes, devem ver essas coisas que estão acontecendo em nossa fronteira. Esse mapa é como um levantamento para a gente saber o que está acontecendo em nossas terras, e como a gente vai poder mostrar cada coisa que está acontecendo em nossas terras” (AAFI Benki Pianko, 2004).

Para os Ashaninka está claro que a natureza política dos mapas se manifesta quando eles são postos em uso. Nesse sentido, o mapa de invasões adquiriu uma importância fundamental, como instrumento político de comunicação com a sociedade envolvente, para divulgar as dinâmicas das invasões das madeireiras em suas terras.

“Então essa foi a coisa que a gente fez explicando no nosso mapa por onde estão as invasões, o que aconteceu no passado, o que está acontecendo no presente e o que pode acontecer para frente pro futuro, se a gente não tomar uma providência mais efetiva. Como a gente está trabalhando nesse mapa, vai ser uma coisa que as pessoas vão passar a conhecer mais as coisas que eles não conheceram ainda (Prof. Bebito Pianko, 2004).

O mapa, como imagem simbolizada da realidade geográfica, favorece um levantamento mais minucioso da situação em relação às invasões na terra indígena. Ele foi utilizado pelos Ashaninka em vários encontros e reuniões com autoridades brasileiras e peruanas, para denunciar e cobrar soluções dos problemas de conflitos socioambientais na faixa de fronteira Brasil/Peru. Em 2004, o mapa de invasões foi uma importante ferramenta nas denúncias realizadas pelas lideranças Ashaninka em Brasília, com a ministra do meio ambiente, com o presidente da FUNAI e com o presidente do IBAMA, levantando discussões sobre a problemática relacionada às invasões de madeiros peruanos em sua terra e no Parque Nacional da Serra do Divisor.

A partir do mapa os Ashaninka mostraram os pontos de estradas, as árvores abatidas, os acampamentos, a pista de pouso e os ramais por onde os peruanos retiravam as madeiras. Tal denuncia, com o apoio do mapa, desencadeou uma série de ações públicas de vigilância e fiscalização por parte do exército brasileiro, da polícia federal e do IBAMA na fronteira Brasil/Acre e Peru/Ucayali. Como o resultado de tais operações foram realizadas, entre os anos de 2004 a 2006, dezessete grandes ações de vigilância e fiscalização na faixa de fronteira, especificamente, na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia e no Parque Nacional da Serra do Divisor. Essas ações resultaram na apreensão de grande quantidade de madeiras (955 toras e 2.565 pranchas), de equipamentos para a comunicação, para o corte de madeira e para o transporte das toras e pranchas. Foram destruídos os acampamentos, uma grande quantidade de pele de animais silvestres e, a Polícia Federal prendeu um número significativo de madeireiros (73 pessoas) em sua grande maioria peruanos.

“A gente tá realizando esse trabalho é pra ver como a gente vai fazer com o nosso território, o nosso território que a gente pensava que era imenso, mas agora vendo no mapa, é um território pequeno, a gente dividiu os espaços aí... A gente vê o que a gente vai fazer depois que tiver feito esse mapa aí, o trabalho que vamos fazer daqui pra frente. Esse mapa não vai resolver o problema, mas é um instrumento que vai ajudar a gente nesses novos trabalhos, novos projetos, e como os outros parentes que vieram estão vendo o nosso trabalho, a nossa luta, os problemas que a gente tá enfrentando, tanto de fronteira, como nos outros lados, com os vizinhos. Então a gente tá fazendo isso e espero que possa sair esse trabalho pra gente ver, que a gente realizou, fez” (Moises Pianko, 2004).

Os Ashaninka compreendem claramente, quais são as potencialidades e os limites do mapa. Eles percebem o mapa como importante instrumento político que pode contribuir nas realizações dos seus trabalhos, projetos e na luta que eles enfrentam contra as invasões dos madeireiros em sua terra. Os mapas, além de ser “*documentos poderosos para vários*

propósitos políticos” (Chapin, 2006, p. 94), vêm contribuindo para (re)pensar o território e ajudar na planificação de estratégias para a vigilância e a fiscalização, com o intuito de proteger a terra indígena. Nesse sentido, o mapa vem sendo usado para esse propósito, tanto pelos índios como para as instituições responsáveis pela proteção de sua terra e do território brasileiro.

“O mapa não deixa de ser um sistema para guardar informações, que se torna um instrumento para ser usado tanto politicamente, como no planejamento das ações. Ele é um papel que tem o nosso território desenhado que guarda todas as informações. Quem consegue fazer a leitura, consegue compreender o território e suas necessidades, e com isso, vai facilitando o andamento dos processos de gestão territorial e ambiental” (Isaac Pianko, in: Gavazzi, 2012, p. 10).

5. Os desdobramentos do etnomapeamento: o processo de formação dos AAFIs para a gestão territorial

“Essa carta-imagem e esse mapa mental é uma atividade de produção da própria comunidade, é um instrumento importante, através da escola, através da comunidade, onde a gente pode buscar alternativa, através do nosso plano de gestão territorial e ambiental das terras indígenas Kaxinawá do Seringal Independência, Baixo Jordão e Alto Rio Jordão. Facilita o trabalho dos professores e de outros atores sociais, socializando os trabalhos dentro da comunidade. Até os próprios professores dão aula de geografia através do mapa, mostrando onde estão localizados todos os recursos dentro do nosso território. Então, tudo isso é um instrumento importante, e através de nossa melhoria para termos melhores condições de vida da população Huni Kuĩ das terras indígenas, da saúde ambiental, da soberania alimentar. Geograficamente a gente produziu com as comunidades (...) com os alunos interessados, fizemos esse documento (mapa) registrando como se fosse uma identidade de qualquer ser humano. (...) Dentro do mapa, tem um documento, sobre o plano de gestão territorial e ambiental das terras indígenas. Como tem relação dentro do documento como se fosse o mapa que a gente tá mostrando agora, onde tá localizado todos os recursos que tem (...) se tem alguma dificuldade, pode vir aqui na frente e ver na legenda. A legenda tem tudo explicando do que foi marcado aqui, o uso dos recursos do povo Kaxinawá, como a aldeia, a hidrografia colorido de amarelo que significa todos os rios, lagos, poço, olho d’água, o pasto de verde que tá aqui (...) tudo isso pode clarear um pouco a experiência que a gente vem lutando desde o tempo da maloca, o tempo do cativo, o tempo da correria. Então no tempo do direito, nós mesmos registramos o nosso território, onde está localizado o nosso povo Kaxinawá” (AAFI Vanderlon Shane Kaxinawá, in: Reyes, 2011).

As atividades de mapeamento se compreendem como processo contínuo de aprimoramento na formação dos AAFIs e no diálogo com as comunidades indígenas. Nesse sentido, parte das ações da cartografia indígena, resultado do desdobramento do etnomapeamento, está atualmente direcionado para um enfoque mais localizado, o mapeamento do uso da terra e dos recursos naturais das aldeias e do seu entorno. O programa está desenvolvendo essa atividade em 38 aldeias de 4 terras indígenas⁷⁹ e os AAFIs que têm coordenado ações práticas voltadas para a gestão de seus territórios, são pessoas fundamentais para levar as discussões junto as suas comunidades. As atividades de mapeamento das comunidades indígenas ocorrem por meio de pequenas oficinas, realizadas nas aldeias em períodos mais curtos do que as oficinas de etnomapeamento, pois duram entre 2 a 3 dias e contam com grande participação das comunidades.

Figura 58 – Oficina em aldeia

Figura 59 – Mapeamento na carta-imagem

À esquerda AAFI explicando às mulheres da comunidade o trabalho de mapeamento. Aldeia Nova Empresa 2011. À direita, AAFIs e a comunidade durante mapeamento sobre carta-imagem, identificando as áreas de uso. Aldeia Nova Empresa, julho de 2011. Fotos: Víctor Reyes.

O mapeamento do uso da terra e dos recursos naturais das aldeias pelos seus moradores ocorre a partir da metodologia que utiliza a própria carta-imagem, na elaboração de mapa mental, no uso de GPS pelos AAFIs e nos levantamentos dos safes e quintais agroflorestais. A carta-imagem apresenta, em detalhes, todas as áreas de uso da aldeia e do seu entorno, o que possibilita aos participantes a identificação dos seus espaços de uso coletivo e individual como, roçados (terra alta e praia), quintais agroflorestais, bananais, pastos, capoeiras, casas, safes, cacimba, área de coleta de recursos, caça, pesca, etc. Nessas oficinas, como parte de sua formação, os AAFIs realizam práticas no manejo do GPS, mapeando várias áreas de uso para complementar as informações obtidas nos dois mapas

⁷⁹ Terras Indígenas Kaxinawá do Seringal Independência, Baixo Rio Jordão, Rio Jordão e Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu.

produzidos pela comunidade. Nas oficinas os AAFIs são orientados pelos assessores do programa para conduzir as discussões com as suas comunidades. Refletirem como cada comunidade vem se organizando na implementação do plano de gestão territorial e ambiental, discutirem os seus avanços e suas dificuldades. A participação dos AAFIs, como facilitadores nas atividades das oficinas, também fortalece o seu papel de liderança na organização social e políticas de suas aldeias.

Figura 60 – Oficina em aldeia

Figura 61 – Mapeamento na carta-imagem

Figura 62 – Uso de GPS

Figura 63 – Mapa de uso da terra

Esquerda embaixo AAFI Nonato Rodrigues durante prática com GPS em uma das cacimbas da aldeia. Aldeia Astro Luminoso, setembro de 2010 fotos - José Frankneile. Direita embaixo e alto AAFI Aldemir (em amarelo) e moradores da colocação Julião fazendo mapa mental da área de uso e que não estava contida na carta-imagem. Aldeia Vida Nova, março 2011. Fotos: Víctor Reyes. Fotos a cima oficinas de mapeamento na aldeia Bari e Canafista, novembro de 2011. Fotos José Frankneile.

As oficinas de mapeamento, geralmente, contam com um bom número de participantes, lideranças, professores, agente de saúde, alunos das escolas indígenas. Em algumas aldeias também a participação das mulheres é significativa. Os AAFIs de outras aldeias são convidados para compartilhar das oficinas, pois, além de eles estarem participando de uma atividade voltada para a sua formação, sua participação enriquece muito as discussões, tornando o trabalho mais compreensível e acessível às comunidades, devido as suas experiências ricas de exemplos concretos no manejo sustentável dos recursos naturais.

Figura 64 – Apresentação do mapa

Figura 65 – Mapeamento em cima da carta-imagem

Apresentação final das atividades da oficina a comunidade, 2011 – na foto, Dias - AAFI Aldemir Mateus auxiliando a comunidade na elaboração do mapa sobre base de carta-imagem. Aldeia Cruzeirinho, março 2011. Foto: Reyes

Figura 66 – Carta-imagem mapeada

Figura 67 – Identificação dos igarapés

Carta-imagem da Aldeia Morada Nova mapeada pela comunidade, na foto Ramalho, 2011. AAFI Adelino identificando os igarapés na carta-imagem da aldeia Nova Mina. Foto: Melo. Silva, 2011.

"Eu acho que esse mapa está servindo para a comunidade saber o tamanho e o limite que nós temos. É importante saber qual a importância do que tem dentro da terra indígena e dentro do plano de gestão. As áreas que nós podemos deixar, por exemplo, ali, como nós estamos colocando área de coleta de madeira de lei, isso daí nós pode facilitar nas atividades, na prática pra se coletar a semente pra fortalecer o trabalho dos AAFI. Também a outra área que nós deixemos, a área de palha, não

pode destruir mais pra fazer roçado, isso daí que nós estamos mapeando agora e identificando nesse mapa. Então, o plano de gestão, também esta fazendo o benefício para a comunidade. Como a gente está aproveitando as madeiras pra construir casa e saber também aonde pode ficar o espaço de cada área. Nós já estamos entendendo mais um pouco, assim fazendo esse trabalho, essa atividade é pra mostrar pra comunidade onde é que fica, é fazendo um trabalho junto com a comunidade. Acho que esse trabalho do mapa está servindo pra nós" (AAFI Valdenir Domingos Kaxinawá, in: Ramalho, 2011, p. 36).

Para realizar o trabalho, comumente, criam-se dois grupos que se trabalham concomitantemente. Um grupo trabalha no mapeamento em cima da própria carta-imagem, identificando todas as áreas de uso; outro trabalha numa cartolina na construção do mapa mental da aldeia e do entorno. Nos dois mapas, os temas trabalhados são os mesmos: uso dos recursos e uso da terra. O que é mais importante no processo de construção dos mapas é o exercício coletivo de reflexão e discussão referente à situação do uso dos recursos e dos espaços na aldeia e de seu entorno. Finaliza-se a oficina com a apresentação dos mapas, acompanhada sempre de muitos debates, questionamentos e reflexões por parte dos membros das comunidades referente aos seus planejamentos no uso dos recursos e dos espaços comuns. Olhar a aldeia de “cima” através dos mapas, com todos seus elementos e poder ter a real dimensão dos espaços utilizados, permite as comunidades aprofundar discussões sobre o estoque dos recursos naturais e dos impactos gerados por práticas não sustentáveis, como a da implementação de pastos para a pecuária, da derrubadas da mata ciliar ou da mata rica em recursos florestais para “botar” roçado ou ainda, a derrubadas das palheiras e de árvores de frutas silvestres para a sua coleta, etc.

“Fiquei admirado, admirei mesmo foi no pasto, porque era grande, o pasto estava grande. Eu imaginava que o nosso pasto era menor e na imagem (carta-imagem) eu achei que estava grande” (Edivaldo Sales Kaxinawá, In: Reyes, 2011, p. 39).

A construção do mapa mental, o mapeamento com carta-imagem, as práticas de mapeamento com GPS, o exercício de reflexão sobre o planejamento e os usos que se dão aos espaços de cada aldeia, possibilita uma visão mais ampla, por parte da comunidade e uma análise mais crítica do uso da terra, o que contribui para uma melhor compreensão de como as comunidades estão utilizando o seu território e como vêm trabalhando na implementação do PGTA. Contemplar, observar, discutir sobre os espaços de uso através dos mapas, faz com que os participantes analisem melhor a configuração espacial de suas aldeias para pensar o território e nele, se organizar e agir mais eficientemente. E, assim, contribui para o melhor planejamento do uso da terra como uma exploração racional de seus recursos naturais, “além

de valorizar, conservar e aperfeiçoar conhecimentos e as técnicas de manejo do ambiente desenvolvido por estas populações”(Acselrad, et al, 2008, p. 34).

“Esse mapa serve para todos (...) onde tem nossa casa, rio, pesca, terra, onde nós moramos. Esse mapa serve também pro agente agroflorestal, porque nós estamos aqui trabalhando (...). Então ele (mapa) ajuda a pensar nossa terra, ele não cresce, o povo vem crescendo. Serve também pra ver o que tem de recurso pro povo Kaxinawá. Temos que pensar bem a nossa vivencia. Ajuda também a planejar o que nós usamos, caça, pesca, a floresta, o barro de cerâmica. O mapa serve pra nossa comunidade e para melhor entender os trabalhos dos agentes agroflorestais.” (AAFI Adelino Kaxinawá, in: Melo, 2011, p. 65).

“O mapa pode ajudar sim, porque na foto a gente pode ver o limite da aldeia qual que é o limite total que é pra ser usado pra aquela aldeia. Se, por exemplo, não vendo isso, a gente não sabe qual é o espaço que ainda tem e quais são os espaços que já tão sendo usado. Então se a gente vendo pro desenho, a gente pode ver o espaço que ainda tem pro nosso futuro e o que a gente já usou. Então, isso ajuda a pessoa a ter uma idéia de planejar para o futuro, qual é o tipo que a gente pode planejar pra poder fazer aquilo. No meu ponto de vista, o mapa pode ajudar nessa parte” (Agente de Saúde Gildo Sales, in: Reyes, 2011, p. 41).

O agrupamento de todas as informações, levantadas nas atividades de mapeamento nas comunidades indígenas, são depois reunidas e sistematizadas em um único mapa elaborado pelo Setor de Geoprocessamento da CPI/AC. Os mapas prontos, com os resultados finais, são enviados para as comunidades onde serão utilizados pelos seus moradores nas atividades de planejamento de uso do território, nas atividades dos AAFIs e nas atividades pedagógicas dos professores indígenas.

Vale à pena frisar que os índios são os verdadeiros donos desses mapas. A CPI/AC através do Programa de Formação dos AAFIs auxilia nas discussões e nas práticas de gestão territorial e ambiental. Nesse capítulo, se descreveu a importância da cartografia indígena na formação dos AAFIs e na socialização com outros indígenas, dando muitas outras utilidades aos mapas e fazendo dele um instrumento acessível a todos.

Figura 68 – Mapa de uso da terra

Fonte: CPI/AC

Capítulo IV

Os Agentes Agroflorestais Indígenas: resultados e avanços nos processos de gestão territorial e ambiental das terras indígenas do Acre

1. O “tempo do governo do índio”

Depois de três décadas da “Funai ter iniciado os primeiros processos de reconhecimento de terras indígenas no Acre, a maior parte dessas terras está hoje plenamente regularizada, apesar de ainda perdurarem importantes pendências, fruto de novas demandas surgidas nos últimos anos. Com o significativo avanço da demarcação e da regularização das terras indígenas, ganharam renovada importância, nos últimos anos, as questões relacionadas à gestão desses territórios” (Aquino e Iglesias, 2006, p. 95).

“Já foi o tempo da conquista de território, agora é o tempo de cuidar do território e dos recursos que nele têm. Esse envolvimento é dos AAFIs, dos professores, dos alunos de todos. Não importa que seja velho, ou que seja novo, mas que todo mundo esteja envolvido. Essa responsabilidade todo mundo tem que ter, desde o pajé, a mulher, o homem. Eu sempre tenho buscado envolver todos, a nova geração, a velha geração, toda geração está envolvida com o processo de desenvolvimento do território” (Prof. Isaac Pianko, 2004).

O surgimento da categoria dos AAFIs no Acre marca uma nova fase no movimento indígena acreano, pois eles vêm portando significativas contribuições aos processos de gestão territorial e ambiental das terras indígenas. Eles vêm assumindo crescentemente seu papel social e político como lideranças dentro de suas terras e fora delas. Hoje, no Acre, o AAFI é um importante sujeito social que discute, argumenta, elabora juízos de valor, apresenta e propõe a partir de seus trabalhos, interessantes modelos de desenvolvimento comunitário, faz escolhas e toma posições acerca das mais variadas questões socioambientais, econômicas e culturais.

Os AAFIs, com a sua capacidade de deliberação e influência, podem intervir, discutir e mostrar soluções viáveis ao complexo desafio da gestão territorial e ambiental das terras indígenas e, por meio de suas práticas, vêm se destacando e se consolidando como um “movimento” socioambiental que trabalha e luta pela melhoria da qualidade de vida de sua população. Dentro de suas várias estratégias para o fortalecimento de sua

categoria profissional e para a conquista de melhores políticas públicas, direcionadas a gestão de suas terras, ocupam importantes funções dentro do governo do estado e fora dele. Atualmente, alguns AAFIs⁸⁰ de diferentes municípios estão trabalhando na SEPROF como técnicos da ATER⁸¹ indígena, contribuindo na construção de um novo conceito de ATER indígena diferenciada. Um cargo, bastante significativo, que um AAFI⁸² vem assumindo é o de assessor especial do gabinete civil para os povos indígenas do Acre, tendo assim, relação direta com o governador do estado. Como exemplo, pode-se citar o AAFI Benki Ashaninka, um dos fundadores e coordenador do Centro de Formação Saberes da Floresta, “Yorenka Ātame”, a primeira escola indígena no Brasil, voltada para a difusão de práticas de manejo sustentável dos recursos naturais da região do Alto Juruá. O Centro pertence aos Ashaninka do rio Amônia e possui uma área de 86 hectares, localizado na cidade de Marechal Thaumaturgo, oferece cursos gratuitos para as populações indígenas e não indígenas do Alto Juruá.

Não se pode deixar de dizer que os AAFIs representam o resultado dos processos educacionais, pois evidentemente a educação, frente ao desafio socioambiental, deve procurar novas perspectivas, sensibilidades e novas práticas. As quatro modalidades de formação⁸³ dos AAFIs desempenham um papel importante que favorece o desenvolvimento de novos comportamentos individuais e coletivos. Essas ações educacionais são fundamentais no trabalho das transformações locais esperadas e necessárias com relação à proteção territorial, ao manejo, à conservação dos recursos naturais e agroflorestais, à implantação dos modelos de desenvolvimento comunitários da agrofloresta e às demais temáticas referentes às discussões ligadas à sua área de trabalho. Nesse caso, a gestão das terras indígenas no Acre está intimamente relacionada a um processo de aprendizagem.

A existência dos AAFIs consiste em uma grande realização, pois eles são facilitadores de um percurso já trilhado na direção da busca da tão almejada autonomia indígena. Além dos AAFIs saberem discutir e gerenciar as questões socioambientais, eles vêm mostrando concretamente os resultados positivos de seus trabalhos na proteção de suas terras, do meio ambiente, da produção de alimentos e de outros recursos

⁸⁰ AAFI Nilson Kaxinawá responsável pela região do Tarauacá; AAFI Zezinho Manchineri responsável pela região de Assis Brasil; AAFI Guilherme Kaxinawá responsável pela região de Feijó; AAFI Aldemir Kaxinawá responsável pela região de Marechal Thaumaturgo e AAFI Josimar Kaxinawá pela região do Jordão.

⁸¹ Assistência Técnica e Extensão Rural

⁸² Zezinho Kaxinawá Yube da TI Kaxinawá da Praia do Carapanã.

⁸³ Curso presencial, oficina itinerante, viagem de assessoria e viagem de intercâmbio.

necessários para a sua sobrevivência e manutenção de suas práticas culturais. Vários exemplos mostram os resultados de seus trabalhos voltados à gestão de suas terras e a agrofloresta é um deles.

2. As contribuições dos modelos de desenvolvimento comunitário da agrofloresta no contexto da gestão territorial e ambiental

“Sistema agroflorestal é um conjunto de plantas em um lugar só onde tem agricultura anual, perene, plantas nativas, legumes, frutíferas, madeira de lei e outras madeiras utilitárias para o nosso povo, para a nossa sobrevivência. Têm as plantas medicinais, as frutíferas nativas, as frutíferas exóticas, como a gente vem introduzindo tudo isso dentro do sistema agroflorestal, onde tem o trabalho dos Agentes agroflorestais Indígenas é isso aí que trás o nome de sistema agroflorestal”. (Depoimento de AAFI Zezinho Yube Kaxinawá, 2005).

Como comentado, os AAFIs estão tendo bastante sucesso nas atividades de implementação e manejo dos modelos da agroflorestas⁸⁴ em suas comunidades, práticas essas, que assinalam com grande relevância, a contribuição no desenvolvimento das comunidades indígenas no Acre. Esses modelos oferecem diversidades de produtos e contribuem na segurança alimentar e nutricional da população indígena, pois apresentam uma grande quantidade de espécies e variedades de frutas. Além da produção de frutas que, na sua grande maioria, compõe os modelos agroflorestais, oferecem suprimento de materiais como lenha, palha, madeira para construção e outros recursos necessários para a manutenção da vida cultural dos povos indígenas; como as plantas sagradas, medicinais, ornamentais, de uso nas pescarias e etc. Além de oferecerem melhoria na alimentação, recurso para a cultura material e imaterial, esse modelos também contribuem na recuperação e na recomposição de áreas degradadas, na aproximação da caça no entorno das aldeias, na fertilidade natural do solo, na restauração de serviços ambientais, como da proteção de nascente, da recuperação de matas ciliares, da captação de carbono, etc.

⁸⁴ Safs, quintais agroflorestais, plantio nas trilhas, enriquecimento de roçados e de capoeiras.

Figura 69 – Produção dos Safs

Figura 70 – Quintal agroflorestal

Foto à esquerda aldeia Belo Monte, TI Kaxinawá do Rio Jordão com produção agroflorestal dos quintais, SAFs e outras áreas de produção agroflorestal Foto Reyes, 2011. Foto à direita AAFI José Edson orientando o uso do GPS ao fundo, quintal agroflorestal - aldeia Altamira. Foto: Dias, 2011

Como resultado dos modelos da agrofloresta, implementados nas terras indígenas é apresentado o exemplo de três Terras Indígenas Kaxinawá do Seringal Independência, do Baixo Rio Jordão e do Rio Jordão, terras contínuas, localizadas no município do Jordão. Essas terras possuem uma área agregada de 110.769 hectares, uma população de aproximadamente 1.991 Kaxinawá, distribuídas em 32 aldeias, cada aldeia possui o seu o AAFI que no total são 32 e cada um tem o seu suplente. Os números aqui mostrados são os resultados das atividades dos trabalhos dos AAFIs junto as suas comunidades na implementação e no manejo dos modelos de agrofloresta em suas comunidades.

Os números relativos à composição dos modelos da agrofloresta se referem ao censo populacional das plantas que a CPI/AC, junto com os AAFIs, realizou entre os anos de 2010 a 2011. O total de plantas levantadas foi de 74. 611. Esses números indicam apenas o que está plantado nos quintais agroflorestais, nos safes e num pequeno número de roçados enriquecidos, de fato no contexto existe um número grande de roçados enriquecidos, mas não foram todos levantados. Nesse levantamento não foram calculadas as plantas que compõem os parques medicinais, os antigos roçados enriquecidos e os plantios em trilhas. O número de plantas, que compõem esses modelos, foi classificado do seguinte modo: frutífera, florestal, sagrada, medicinal, anual/legume, ornamental, para pesca e outro uso.

Figura 71 – Composições do modelo da agrofloresta

Fonte: CPI/AC

Esses modelos enfatizam às frutíferas e elas são excelentes opções para uma alimentação saudável e rica em vitaminas, sais minerais, fibra alimentares e demais substâncias importantes que ajudam a prevenir as doenças. Essas frutas são exóticas e nativas. Na sua grande maioria são perenes e algumas semi-perenes, como o abacaxi e o mamão. Algumas espécies, que fazem parte dos cultivos tradicionais dos Kaxinawá e que completam parte desses modelos (o mamão, a cana, o abacaxi, a melancia e a banana), também foram levantadas. Entretanto, não foram calculados, nesses levantamentos os bananais⁸⁵, que com certeza dariam um número muito maior de plantas. O objetivo desse levantamento era identificar apenas o que estava sendo plantado nos chamados modelos da agrofloresta, para se ter uma ideia de como esses modelos vêm sendo desenhados em suas composições. Os modelos são uma mistura de espécies tradicionais da cultura agrícola Kaxinawá, com as frutas trazidas de “fora”, além das frutas nativas que são coletadas na floresta.

As espécies tradicionais que fazem parte dos roçados indígenas, como o milho e a macaxeira e, que também, são plantadas nesses sistemas, não foram computadas. O total de frutíferas plantadas nos 406 modelos levantados foi de 48.584 pés de frutas, sendo de 53 espécies, todavia, não foram identificadas as variedades das espécies. No levantamento das frutíferas, foram incluídas algumas palmeiras⁸⁶, que além do uso de suas palhas, seus frutos como o ouricuri e a jarina, são consumidos pelos Kaxinawá.

⁸⁵ A banana é um produto muito importante na dieta alimenta dos Kaxinawá é cultivada nos roçados, próximos das casas e em grandes bananais nas beiras dos igarapés e rio.

⁸⁶ Essas palmeiras (palmeiras) também são utilizadas para a cobertura de casa, confecção de cestas, vestimentas para as brincadeiras de mariri, produção de óleo, etc.

Muitas frutas que compõem esses modelos são de espécies de origem nativas como: bacaba, cajá, jarina, murmuru, murici, patoá, pitomba, pama, sapota, ouricuri, cacau, goiaba e maracujá, porém as frutas de maior número são as que fazem parte do plantio tradicional Kaxinawá, por exemplo, o abacaxi, a banana, a cana e o mamão e as frutas exóticas⁸⁷ como o açaí⁸⁸, o abacate, a manga, o jambo, o ingá e a graviola. Para dar uma noção das espécies plantadas nos modelos, segue abaixo um quadro com o número das frutas plantadas nas 22 aldeias da TI Kaxinawá do Rio Jordão.

Tabela 19 – Quantidade de frutas plantadas nas 22 aldeias

Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão								
Frutífera								
Nº	Espécie	Quantidade	Nº	Espécie	Quantidade	Nº	Espécie	Quantidade
1	Açaí	2.995	19	Coco	379	37	Lima	781
2	Abacaxi	5.163	20	Cana	3.116	38	Limão	227
3	Abacate	2.344	21	Cajá	25	39	Manga	2.438
4	Azeitona	44	22	Cacau	968	40	Melancia	10
5	Acerola	34	23	Cajarana	99	41	Mamão	943
6	Araçá-boi	30	24	Cupuaçu	407	42	Murmuru	84
7	Abiu	62	25	Castanha	100	43	Maracujá	995
8	Amora	410	26	Caju	822	44	Murici	2
9	Araticum	14	27	Café	104	45	Ouricuri	2.022
10	Ata	16	28	Dendê	31	46	Patoá	101
11	Apurui	670	29	Fruta pão	34	47	Pitanga	10
12	Banana	10.352	30	Goiaba	3.097	48	Pupunha	95
13	Bacaba	1.237	31	Graviola	1000	49	Pitomba	5
14	Beribá	365	32	Jaca	5	50	Pama	15
15	Bacuri	6	33	Jambo	879	51	Sapotinho	2
16	Buriti	26	34	Jarina	784	52	Tangerina	923
17	Carambola	49	35	Ingá	3.593	53	Tamarindo	8
18	Cereja	14	36	Laranja	640			
Total					48.584			

Fonte: Programa de Gestão Territorial e Ambiental – CPI/AC - 2012

As plantas classificadas como florestais são compostas, basicamente, pelas espécies nativas da floresta que são plantadas ou regeneradas e são as que apresentam o maior número de espécies depois das frutíferas. Essas espécies, na sua grande maioria, são de madeiras utilizadas para vários tipos de construção (casa de moradia, viveiro, galinheiro, etc.), lenha, cabo de ferramenta (enxada, machado, etc.), ou para outros fins. O levantamento das espécies florestais que compõem os modelos totalizou 6.037 árvores de 34 espécies. A maior quantidade de árvores florestais que compõem os modelos são o mulateiro, o mogno, o pau d'arco (ipê), o cedro e o paxiubão. O mulateiro por pertencer a uma espécie, de crescimento rápido e de boa madeira para o

⁸⁷ Algumas frutas foram classificadas como exótica como o açaí e o ingá de metro por não serem nativas do local, foram levadas pelos projetos.

⁸⁸ As TIs Kaxinawá do Jordão são área onde não existe o açaí nativo (solteiro) em suas matas.

uso na construção de casa é a espécie de maior número que compõem os modelos. O total de mulateiro, nas três terras indígenas, é de 4.093 árvores. Segue abaixo, uma tabela mostrando a situação das florestais nos modelos das três terras indígenas Kaxinawá.

Tabela 20 – Espécies florestais

Florestal					
Nº	Espécie	Quantidade	Nº	Espécie	Quantidade
1	Angelim	1	18	Jaci	12
2	Andiroba	3	19	Miratoá	1
3	Bálsamo	8	20	Marajá	1
4	Biorama	2	21	Murici	24
5	Copaíba	5	22	Mulungu	2
6	Calango seco	2	23	Mogno	184
7	Cama de viado	50	24	Mulateiro	4093
8	Carapaúba	4	25	Murici	24
9	Cedro	157	26	Mutamba	82
10	Cumarú	39	27	Paxiubão	359
11	Imbaúba	3	28	paxiubinha	136
12	Frejó	24	29	Pau d'arco	235
13	Gital	1	30	Pau Brasil	5
14	Itauba	12	31	Pau d'arco	5
15	Imburana	10	32	Samaúma	2
16	Intaúba	4	33	Tambuata	1
17	Jitó	203	34	Samaúma	1
Total			5.695		

Fonte: Programa de Gestão Territorial e Ambiental – CPI/AC – 2012

As plantas sagradas plantadas nos modelos são o cipó e a rainha (chacrona), principais espécies utilizadas no preparo da *ayahuasca*. Já as plantas medicinais foram identificadas apenas aquelas mais conhecidas como a hortelã, o boldo, o capim santo, o malvavisco, etc. As plantas medicinais Kaxinawá foram identificadas apenas como medicinais, sem citar o seu nome em língua indígena e a quantidade das espécies.

As plantas classificadas por “anual-legume” são aquelas que também são plantadas nos roçados como a taioba, o pimentão, o inhame, etc. ou aquelas que são plantadas nas hortas, como tomate, cenoura, cebolinha, pimenta, etc. Existem também as plantas ornamentais, utilizadas para as pinturas corporais, como o jenipapo e o urucum e as flores que são cultivadas, muitas vezes ao redor das casas, compondo também os quintais agroflorestais. Entre as plantas classificadas como “outro uso” se encontram a seringa, o bambu, aquelas utilizadas na confecção de utensílios domésticos como a cuia (coité), para uso na tecelagem como o algodão, etc. E por fim, as plantas usadas para as pescaria que foram identificadas como “para pesca”, sem citar seus

nomes em língua indígena. Abaixo, segue uma tabela referente às quantidades de espécies plantas nos modelos nas três Terras Kaxinawá.

Tabela 21 – Soma total das plantas

Soma total das plantas que compõem os modelos agroflorestais das Terras Indígenas Kaxinawá do Seringal Independência, Baixo Rio Jordão e Rio Jordão			
Sagrada	541	Anual - legume	596
Medicina	2.464	Outro uso	795
Ornamental	555	Frutífera	63.180
Florestal	6.283	Para pesca	197
Total		74.611	

O levantamento do censo das plantas que compõem esses diferentes modelos da agrofloresta mostra como os Kaxinawá trabalham esse “novo” conceito do uso da terra, dentro de uma estratégia de promoção do desenvolvimento local, orientado para a soberania alimentar. Os AAFIs desempenham um papel central nessas atividades. Além da produção de alimento com ênfase nas frutíferas, tais modelos contribuem no manejo e na conservação dos recursos naturais. O resultado desse trabalho é a possibilidade de se viver em um ambiente de abundância de recursos agroflorestais e naturais, onde todos são beneficiados: homens, mulheres, crianças e animais.

Os recursos necessários para a construção de casa, preparo de remédios, enfeite do corpo e realização de determinados rituais, ficam hoje mais próximos das comunidades, facilitando a vida de muitos índios, pois evita longas caminhadas na procura e no transporte até suas moradias. Além do consumo das frutas pelas famílias, os produtores indígenas comercializam parte desse excedente, no comércio local e nos municípios vizinhos. Outra parte da produção das frutas vai para o consumo dos alunos das escolas indígenas, com a merenda escolar regionalizada. Muitos municípios compram o produto dos próprios índios para serem consumidos nas escolas, beneficiando os alunos e os produtores indígenas. Esse modelo de agrofloresta é uma das estratégias para a gestão territorial e ambiental adotada em muitas terras indígenas do Acre e, segundo o depoimento do AAFI Zezinho Kaxinawá, esses modelos vieram para melhorar o futuro dos povos indígenas.

“(…) como resultado do trabalho que a gente vem desenvolvendo na gestão territorial e ambiental, temos os plantios agroflorestais que veio para a melhoria do nosso futuro. A gente tem vários trabalhos dentro da gestão territorial e ambiental, como uma das partes dele, temos o da agrofloresta. Eu acho que a expectativa é muito grande do trabalho que a gente vem fazendo. Falando primeiro no saf é ter um produto melhor, de qualidade, um produto natural, produzido pelos agentes e pela

comunidade e que isso tenha complementação no nosso alimento de cada dia a dia, além da agricultura anual que a gente já vem plantando desde há muito tempo. E pensando um pouco também na merenda escolar, na regionalização da merenda escolar que hoje a gente esta vendo na política do estado, na política da prefeitura que tem aquela história de trazer as merendas convencionais que são os enlatados cheia de produtos químicos, que a comunidade não tem o costume de se alimentar, com aquele tipo de produto que depois vira lixo como plásticos e latas. Nossa expectativa é que toda comunidade, cada família tenha o seu sistema agroflorestal com uma quantidade muito grande de produção para alimentar todas as famílias, com boa alimentação para toda comunidade” (Depoimento do AAFI Zezinho Lima Kaxinawá, 2005).

3. Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental: criação e implementação

Para as sociedades indígenas, as relações homem/ambiente e seus sistemas de representações simbólicas, são consagrados nos mitos que regulamentam o uso e o manejo de determinados recursos naturais. São várias as entidades míticas que habitam a floresta e que cuidam e penalizam os infratores que não cumprem suas normas. No tempo do seringal, era a Mãe da Seringa a protetora da seringa, que penalizava quem extraia o leite das seringueiras prejudicando-as, sem ter os devidos cuidados. Em outros casos é o Caboclinho da mata, que cuida das caças e que pune quem matar mais do que o necessário. Discutir as regras tradicionais de uso da terra e dos recursos naturais ajuda a criar e a entender as novas regras compatíveis com a cultura de cada povo. Atualmente, os povos indígenas do Acre vêm discutido outras práticas e estratégias para o uso, o manejo e a conservação da biodiversidade, acrescentando práticas de uso e manejo da terra e de determinados recursos naturais, com novas normas que complementam as tradicionais ditadas pelos mitos.

“A gente pesca muito, mas só leva os peixes graúdos. A gente não bota tinguí no rio e nem no igarapé, porque tem mãe d’água, é ela que não deixa matar muito peixe. Se a gente pega muito, ela fica muito com raiva. Por isso que nós não pegamos muito peixe, por isso que nós não pescamos muito. Porque mãe d’água não deixa matar os peixes” (AAFI Benjamim Txashu Manchineri, 2003).

A CPI/AC começou a discutir questões relacionadas ao uso, manejo e conservação dos recursos naturais de modo mais organizado, no início da década de 1990, nos cursos de formação de professores indígenas nas aulas de geografia. Tais discussões tinham como objetivo, criar estratégias para regulamentar o uso de

determinados recursos que naquela época, mostravam sinal de escassez e o surgimento de pequenos conflitos dentro de algumas terras indígenas. As discussões se davam através da construção dos planos de uso dos recursos naturais, *“para a tomada de consciência sobre a inadiável necessidade de preservar os recursos naturais existentes na terra indígena, através de sua utilização sustentada no curto, médio e longo prazo”* (Aquino e Iglesias, 1994, p. 192). Essas discussões foram mais bem debatidas e aprofundadas nos cursos de formação de AAFIs. Muitos planos de uso dos recursos naturais foram elaborados em atividades de curso e de oficina, como exercício para que os AAFIs refletissem as normas que assegurassem o uso sustentável dos recursos naturais e discutissem esses temas nas reuniões comunitárias e nas salas de aula junto aos alunos e professores.

Abaixo, segue, o registro de como essa atividade foi trabalhada, na oficina itinerante, realizada na aldeia Belo Monte da TI Kaxinawá do Rio Jordão no ano de 2000.

“Os AAFIs começaram a aula fazendo os textos das atividades práticas da aula passada. Zezinho leu seu texto da prática de plantio direto de açaí na capoeira. O professor Ibã Isaias chegou na sala de aula, escreveu uma cantiga Kaxinawá na lousa e solicitou a todos os participantes que cantassem a música escrita. Depois da cantoria, demos início a discussão do plano de uso dos recursos naturais em terras indígenas. Zezinho e Xipi fizeram a versão em “hãtxa ku” e houve muita discussão entre os participantes. Zezinho comentou da vontade de fazer o manejo de tracajá na TI. Praia do Carapanã. Josimar falou da necessidade de fazer a vigilância da terra indígena e contou sobre os cachorros dos caçadores que ele matou. A discussão de Josimar sobre caçar com cachorro puxou uma grande discussão entre os AAFIs do Jordão sobre o uso de cachorro nas caçadas. Comentei que no caso onde os próprios parentes usam o cachorro nas caçadas a única solução para resolver esse trabalho é a conscientização da população do não uso de cachorro para essa atividade e isso tem que ter muita discussão nas comunidades, nas reuniões comunitárias e na próxima assembléia da ASKARJ prevista para o ano de 2001 no mês de abril. Ficamos até às 18:00 horas na sala de aula discutindo o papel do AAFI na conscientização da comunidade. Orientamos que o plano de uso não é para gerar conflito entre eles, mas sim um instrumento para ajudar os povos indígenas que vivem em terras demarcadas possam de maneira racional utilizar seus recursos através de seu aproveitamento sustentado, não faltando no presente e nem para as próximas gerações. O plano de uso dos recursos é mais uma ferramenta de defesa dos territórios indígenas para esse próximo milênio” (Gavazzi, 2000, p. 25).

As discussões e as práticas na construção dos planos de uso dos recursos naturais, juntos aos professores e AAFIs, contribuíram no sentido de aperfeiçoar a construção dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Acre. O Plano de Gestão, diferentemente do plano de uso, que visa apenas o uso e o manejo sustentável dos recursos naturais, tem uma maior amplitude relacionada às questões sociais, ambientais, econômicas e culturais. O Plano de Gestão começou a ser construído e sistematizado nos últimos oito anos, nas atividades das oficinas de etnomapeamento que a Comissão Pró-Índio do Acre e a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre vêm realizando com as organizações indígenas locais.

“O etnomapeamento é uma questão que tem tudo haver com o Plano de Gestão, mas que ao mesmo instante é um instrumento político. Também é um instrumento que você começa a ter domínio do seu espaço e começa a projetar, a mostrar aquilo que é da comunidade e começa ter um instrumento em mãos para se apresentar, essas coisas são fundamentais” (Depoimento prof. Isaac Pianko, 2010).

As oficinas de etnomapeamento e suas discussões no processo do mapeamento participativo contribuíram de forma positiva, para que os povos indígenas refletissem sobre a construção e a sistematização dos primeiros Planos de Gestão no Acre.

“Para ser feito esse Plano de Gestão teve esse tempo, teve um tempo antes para que pudéssemos chegar agora e colocar ele no papel, colocar ele no mapa. Quando nós colocamos ele no mapa, também teve toda uma discussão de como colocar e se isso era importante. Todo mundo achou que era importante, então a gente colocou ele no mapa. Eu acho que é um trabalho que a gente tem que fazer, porque antes a gente pensava que nosso território era imenso, mas agora a gente viu que fazendo esse trabalho no mapa que não é tão grande assim. Agora no momento ele é grande para nós ainda, ao mesmo tempo ele se torna pequeno também, porque a gente vai além do que a gente fez ali. Também tem todo esse trabalho, todo esse entorno que está aí se aproximando da gente. Se a gente não se preocupar com isso a gente vai acabar perdendo tudo. Para a gente ter esse território garantido por mais tempo, a gente tem que fazer o Plano de Gestão Territorial e Ambiental. Planejar como tirar os recursos de maneira que não afete a natureza, porque o nosso povo Ashaninka é um povo que se acabar a floresta, se colocar o nosso povo só no campo, aqui, por exemplo, ele não consegue viver, para ele tem que ter a floresta. A nossa relação com a floresta é muito forte, com as águas, com as árvores, com os pássaros, com os outros seres. Tudo isso é muito importante para nós, isso veio das nossas raízes, da nossa origem, dessa convivência com a floresta. Então a gente tem que saber usar para que esse nosso território tenha sempre esses recursos dentro dele, para que não falte, para que não acabe, para que as outras gerações que vem aí possam ter também, possam participar desse trabalho, ou levar

esse trabalho que a gente vem fazendo aí para frente. Quem sabe daqui a muito tempo a gente possa estar nesse mundo realizando esse trabalho. Eu acho que isso é um trabalho que a gente tem que fazer mesmo, cada povo indígena tem que pensar sobre seu território, para planejar, para usar esse território. Porque eu vejo no momento de agora não tem mais para onde a gente fugir, não tem mais para onde a gente ir. Agora a gente tem que ficar mesmo nesse canto e saber mesmo usar e ficar ali, se conformar com o que o governo demarcou com que o cedeu para a gente, mesmo que a gente sabe que o território é da União, mas a gente está aqui e é do povo Ashaninka. Então a gente tem que dar valor a todas essas árvores, a todos esses pássaros, a todos os seres que vivem aqui nessa floresta” (Prof. Bebito Pianko, 2004).

Os Planos de Gestão devem partir do princípio que não se trata de listas de reivindicações de coisas, mas um registro dos processos que possibilitam a continuidade das ações que as comunidades vêm trabalhando para a gestão de suas terras. A construção e a sistematização dos planos são estratégias importantes se pensadas conjuntamente com a comunidade, que deve procurar meios para implementar determinados projetos ou, em outros casos, contribuir para o melhoramento dos que estão sendo implantados. Os planos ajudam a planejar e orientar a implementação de “sonhos” ou de aspiração em projetos que a comunidade pensa em realizar com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de todos os habitantes que vivem na terra indígena.

A construção e a sistematização dos planos de gestão acontecem com a participação de chefes de famílias e de um número significativo de representantes indígenas como: professores, agentes agroflorestais e de saúde, lideranças tradicionais, pajés, alunos das escolas, mulheres, anciãos, representantes de associações e de organizações de representação. Os Planos de Gestão constituem ferramentas importantes que subsidiam e garantem a sustentabilidade social e ambiental das populações que vivem em diversas terras indígenas no estado. Esses planos são compromissos que as próprias comunidades estabelecem como prioridade de ações a serem desenvolvidas nas suas terras, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, respeitando a cultura e a especificidade de cada povo. Eles são também produto “*de um processo participativo de identificação das necessidades, dos recursos potenciais e das maneiras de aproveitamento da biodiversidade como caminho para melhoria do nível de vida dos povos*” (Sachs, 2000, p. 75).

Muitos dos acordos estabelecidos nesses planos já estão sendo praticados pelos índios, especialmente os relacionados às formas de manejo e conservação de recursos naturais, como palheiras, madeiras, frutíferas, pesca, caça, implementação de modelos de desenvolvimento comunitários da agrofloresta, criações de animais silvestres e domésticos. Nesse sentido, é importante refletir sobre as diferentes formas de implementação dos planos de gestão de acordo com a realidade de cada aldeia, que é a unidade comunitária que decide e especifica como serão implementados os acordos coletivos.

Os Planos de Gestão são acordos coletivos no uso da terra e dos recursos naturais e agroflorestais, contribuem na orientação e na planificação dos projetos de desenvolvimento comunitário e na articulação com as políticas do entorno. Tais inovações são importantes instrumentos para a gestão do uso coletivo e individual dos recursos naturais em terras indígenas. Entre seus principais objetivos destacam-se: auxiliar as comunidades indígenas a organizar melhor as ações de uso, manejo e conservação dos recursos naturais e agroflorestais em suas terras; contribuir para as atividades de vigilância e fiscalização nas terras indígenas; implementar projetos de desenvolvimentos comunitários dentro de uma filosofia socioambiental; influenciar políticas socioambientais, mantendo diálogos profícuos e troca de ideias com vizinhos, autoridades locais e regionais; e, por fim, mas não menos importante, fortalecer iniciativas que as próprias comunidades indígenas vêm realizando em suas terras. Segundo o depoimento do AAFI Zezinho Yube Kaxinawá, o Plano de Gestão não é uma lei, não vem para punir ou penalizar, mas são acordos entre os próprios índios no sentido de contribuir com o desenvolvimento das comunidades:

“O Plano de Gestão não é uma lei, mas é um acordo entre os grupos familiares, entre a comunidade, sobre como nós vamos organizar a nossa terra, como vamos usar os nossos recursos naturais, como nós vamos nos relacionar com os nossos vizinhos, como vamos trabalhar com o entorno, como vamos fazer um desenvolvimento que beneficie todos. Ele também não é uma proibição, mas um trabalho de conscientização, com todos, índios e não índios. Com o passar do tempo, ele pode ser modificado, mas sempre com a participação de todos, para se chegar a um consenso com o objetivo único de cuidar com zelo e carinho do que é nosso.” (AAFI José Lima Yube Kaxinawá, in: Gavazzi, 2008, p. 8)

Os planos de gestão registram as discussões que estão sendo travadas nas comunidades indígenas e têm forte valor comunitário e político. Ressaltam demandas que as comunidades têm expectativas de programar e desenvolver, como a criação de animais silvestres (quelônios, peixes, abelhas nativas, etc.) e domésticos (ovelhas, aves, gado, etc.). São direcionados para resolver a questão de lixo e o saneamento básico nas aldeias, a beneficiar a produção ou a captação de água das chuvas, a vigilância e a fiscalização na proteção das terras indígenas, a questão referente a educação escolar, a conservação dos recursos genéticos de seus roçados, a proteção e conservação de seus recursos naturais, a ampliação de seus territórios, etc. Ajudam ainda, a orientar ações de apoio, canalizando esforços para demandas pré-existentes.

“As mudanças nos comportamentos ambientais propostas pelo plano de gestão não devem se restringir a proibições e sanções, e devem incluir novos projetos produtivos. Nenhuma norma social consegue ser executada efetivamente se não conta com o apoio consciente e legitimador dos membros da sociedade. Essa afirmação é válida tanto para a sociedade brasileira quanto para as sociedades indígenas. Resulta ser pouco eficaz, no médio e longo prazo, impor um conjunto de regras sobre sustentabilidade que não conte com o apoio real dos membros do grupo. Nesse caso, existe o perigo de terem planos e mapas que são socialmente vazios e, por tanto, inviáveis. O estabelecimento de normas de comportamento ambiental que sejam amplamente respeitadas pelos membros do grupo somente pode ser alcançado mediante a construção de um consenso social entre todos os membros do grupo” (Little, 2006, p. 46).

No mesmo sentido apontado acima pelo antropólogo Paul Little, o professor Isaac Pianko da comunidade Apiwtxa dos Ashaninka do rio Amônia, acrescenta:

“O Plano de Gestão Territorial e Ambiental do povo Ashaninka do rio Amônia vem se construindo a partir das discussões coletivas comunitárias. Ele foi criado a partir das conversas familiares, das conversas sobre a necessidade, sobre as invasões. Ele está sendo desenvolvido para fortalecer a nossa comunidade futuramente, para que futuramente não precisamos estar subordinado a uma política de entorno. Cada vez mais o Plano de Gestão está se aperfeiçoando a partir das nossas conversas, dos nossos enfrentamentos, das nossas necessidades. O Plano de Gestão Territorial e Ambiental não é um plano para fechar as ideias de uma sociedade, ou para eliminar qualquer ideia, ou qualquer forma de ser, mas é para fortalecer aquilo que está acontecendo na prática. O Plano de Gestão é basicamente isso, fortalecer aqui o que já existe e aquilo que ainda queremos fazer” (Gavazzi, 2007, p. 13, 14).

Outro fato bastante significativo, em relação aos desdobramentos dos processos do etnomapeamento, foi à incorporação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental como política pública no estado do Acre, por intermédio da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA). Atualmente, o estado do Acre conta com Planos de Gestão Territorial e Ambiental para mais de 20 terras indígenas⁸⁹ e dentro de suas políticas para os povos indígenas, disponibiliza recursos humanos e econômicos para que as comunidades, através de suas associações, possam implementar parte de seus planos em suas comunidades. Para outras terras indígenas que ainda não tem os seus próprios Planos de Gestão, o Governo do Acre vem disponibilizando profissionais e recursos financeiros para que as comunidades das terras indígenas possam organizá-los e sistematizá-los por meio de oficinas realizadas em suas aldeias. Posteriormente, esses planos sistematizados serão publicados em livros bilíngues.

O Programa de Formação de AAFI da CPI/AC, junto com a AMAAIAC e as associações das terras indígenas⁹⁰, publicou três livros sobre os Planos de Gestão alusivos a essas terras⁹¹. Trata-se das primeiras publicações bilíngues, contendo fotos, ilustrações, mapas e um conjunto de regras ambientais para a gestão das terras indígenas, resultados das oficinas de etnomapeamento que foram realizadas nos últimos anos. As publicações são organizadas como uma maneira respeitosa, de devolver aos índios os resultados dos estudos de etnomapeamento que foram realizados nas terras indígenas e como contribuição aos processos de gestão territorial.

Os temas tratados nos Planos de Gestão são de acordo com a realidade de cada terra indígena, mas no geral, são compostos de 11 a 14 temas constituídos de vários itens. Os temas principais tratados são: recursos florestais e florísticos, caça, pesca, roçado, plantios agroflorestais, manejo e criação de animais silvestres e domésticos, organização da aldeia, lixo e saneamento básico; saúde ambiental, recursos hídricos,

⁸⁹ Com recursos do Proacre, em 2010, foram beneficiadas seis entidades representativas das Terras Indígenas; Katukina-Kaxinawá (Feijó); Terra Indígena Rio Jordão; Baixo Rio Jordão e Seringal Independência (Jordão); Terra Indígena Rio Gregório e Kaxinawá do Igarapé do Caucho (Tarauacá); Terra Indígena Nukini (Mâncio Lima) e Terra Indígena Kampa do Rio Amônia (Marechal Thaumaturgo) onde foram investidos R\$ 1.391.785,92 (Jornal página 20, 2011).

⁹⁰ Associação APIWTXA da TI Kampa do Rio Amônia (2007) – AKARIB – Associação da Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu (2008) – ASKARJ Associação dos Seringueiros Kaxinawá da Terra Indígena do Rio Jordão (2012).

⁹¹ Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia – Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu e Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas Kaxinawá do Seringal Independência, Baixo Rio Jordão e Rio Jordão.

vigilância e fiscalização, relação com o entorno, cultura, educação escolar diferenciada, intercultural, bilíngue e ampliação de território.

4. Novos instrumentos para a gestão territorial e ambiental das terras indígenas do Acre

“Mapa é uma ferramenta para ajudar na articulação política e facilita, principalmente na gestão territorial” (AAFI Nilson Kaxinawá, 2008).

As discussões junto aos AAFIs e as comunidades de algumas terras indígenas para implementar as ações do PGTA, vêm sendo trabalhadas com o apoio dos mapas elaborados pelos próprios índios. O mapa está se tornando um instrumento extremamente importante na planificação das atividades de gestão territorial, pois é em cima dos mapas das aldeias e das terras indígenas que acontecem as reflexões, as discussões e a mobilização para se utilizar formas sustentáveis e mais organizadas no uso da terra, dos recursos naturais e na proteção do território. Nesse sentido, a cartografia indígena está presente em todo o processo, desde a criação e a sistematização, até a implementação dos PGTA, portanto os dois instrumentos andam juntos, um complementado o outro nas atividades de gestão das terras indígenas.

"(...) dentro do Plano de Gestão não é só documento, através do documento tem um projeto que é através do açude manual, da captação de água de chuva, do fortalecimento das experiências dos AAFIs, na coleta de semente, na medicina tradicional, nos óleos vegetais. Então dentro desse planejamento existem os projetos é através da comunidade que isso acontece. Se você deixar só ali guardado, não fazendo nada, então não está valendo também. O papel não fala, o papel não anda, quem dirige, quem faz funcionar somos nós, os representantes locais das comunidades, os atores sociais junto com as comunidades. As comunidades discutem quais são os trabalhos legais, aprofundados, esse é o nosso valor. Se nós não estamos valorizando o nosso papel dentro da comunidade, então não é culpa nem da CPI, nem do nosso documento, a culpa é apenas das próprias comunidades. O que nós estamos pesquisando também se dá através do nosso trabalho e do nosso plano que já está aprovado na Nova Cachoeira (aldeia), como o projeto de captação de água e de açude manual. Na aldeia Boa Esperança já foi implantado algumas estruturas para captação de água. Então tudo isso a gente já vem aprovando dentro do nosso Plano de Gestão. Tem comunidade que não está valorizando, não está discutindo, não está pesquisando esse nosso trabalho. Eles não estão acreditando também..." (AAFI Jaime Maia, in: Reyes, 2011).

Os PGTA são processos dinâmicos, interativos e participativos que auxiliam a definir os objetivos específicos, as metas e as atividades planejadas pela comunidade, entretanto, se a comunidade não estiver organizada nada acontece. Isso fica claro nos depoimentos de alguns AAFIs, “ *o papel não fala, o papel não anda, quem dirige, quem faz funcionar somos nós, os representantes locais das comunidades, os atores sociais junto com as comunidades*”. Sendo assim, sem a participação, a articulação e o envolvimento das pessoas das comunidades nada pode acontecer. A construção do plano é um momento importante de reunir vários membros da comunidade para refletir e discutir o que eles querem fazer e como querem agir no controle político e do manejo ambiental de seus territórios. Mas os planos devem fazer parte das discussões das reuniões comunitárias no sentido que ele seja incorporado nas atividades das comunidades e isso é o que vêm fazendo os AAFIs com suas comunidades.

“Eu acho que o plano de uso é um plano necessário para a gente saber como usar os recursos que tem na nossa flora, para saber usar esses recursos com sabedoria para não estar fazendo grandes danos à natureza, ou seja, aos nossos rios, lagos e tudo que tem na floresta. Eu acho que Plano de Gestão tem esse trabalho muito importante, é um trabalho que para ser feito foi um trabalho mais demorado, porque as pessoas precisavam entender o que era isso, o que significava Plano de Gestão, porque deveria ser feito, se era bom ou não. É um trabalho que a gente já vem fazendo, para a gente fazer esse plano teve que fazer na prática. A gente fez por um bom tempo ele na prática, participando mesmo, tendo reuniões e discussões. Botava isso na roda para as pessoas discutirem, para as pessoas poderem entender mesmo o que é Plano de Gestão, o que significava, porque a gente estava querendo esse plano” (Prof. Bebito Pianko, 2004).

“Eu acho que o povo está entendendo esse plano de gestão territorial é assim mesmo, o povo tem de entender o plano. Por exemplo, o AAFI e a liderança estão recebendo esse documento, então por ai mesmo faz reunião. Discutir não é só hoje, mas de mês em mês faz esse plano. Isso ai eu acho muito importante pra nós aprendermos e os meninos crescem e aprendem na escola, aqueles que crescem já sabem como é o plano. Então eu acho que isso ai é melhor pra nós sabermos como é o plano” (AAFI Adelino Kaxinawá, in: Reyes, 2011).

“O Plano de Gestão é um instrumento muito importante para os povos indígenas de cada aldeia, ele é um planejamento do uso dos recursos naturais dentro de nossa TI. Em 2005 nós iniciamos o trabalho sobre o Plano de Gestão, antes disso nós não tínhamos um planejamento pra utilizar os

conhecimentos da floresta, então é tudo isso que serve pra comunidade. Nós podemos usar a nossa floresta, a nossa madeira, a nossa pesca, a nossa caçada. A gente tem que discutir com a comunidade, com as lideranças, pra fazer um planejamento certo pra usar os nossos recursos, pra não faltar no futuro para o nosso povo, netos e filhos. Acho que é uma coisa importante pra nós. É importante também conhecer o que tem na floresta e o que serve para a comunidade. O Plano de Gestão também mostra as coisas importantes, como trabalhar com o plantio, como fazer o roçado, como fazer a parte da criação dos animais domésticos e tudo isso que já está mostrando pra nós, principalmente na minha aldeia. Através do Plano de Gestão fiz a organização do lago nativo, fiz muitas coisas pra nós. Pra quem estuda e quem lê o Plano de Gestão entende, mas quem não acompanho o Plano de Gestão, não acredita. Até o governo já mandou o material para nós, foi por causa do plano de gestão, se não fosse por isso, nós não tínhamos recebido nenhum material do governo. Então pra nós o Plano de Gestão é tudo isso" (AAFI Abel Paulino, in: Ramalho, 2011).

"(...) Ele trabalha com o agente de saúde, o AAFI, o pajé eles estão trabalhando juntos mesmo, mesmo na saúde. Cada vez que está aprendendo as práticas com a gente, ele também está entendendo o Plano de Gestão, como a gente deve usar as nossas coisas. Algumas coisas do plano eles já estão implementando, algumas coisas de caça, não vendem mais carne de caça no município, só para os povos indígenas mesmo. Então essa caça está indo certo como está no Plano de Gestão. Outra coisa os recursos de mata ciliar, cuidando dos rios, dos peixes, ele tá falando que algumas coisas eles já estão trabalhando nesse plano. Também na pescaria a gente está sempre cumprindo esse trabalho. Também a palheira que estamos trabalhando nisso, manejando, deixando a área de regeneração no roçado, nos quintais. Então falando tudo isso, acho que é muito importante pro trabalho do AAFI, trabalhando com todos os membros da comunidade, todos unidos pra organizar as aldeias" (AAFI Antônio Domingos, in: Ramalho, 2011).

O Plano de Gestão não é um instrumento “estático” ou “imutável”, ele deve, depois de algum tempo, ser revisto e atualizado. Só assim, contribuíra nos processos de gestão territorial e ambiental das terras indígenas. As atividades desenvolvidas na terra indígena, bem como em seu entorno, como o controle e a proteção da dimensão territorial (política e geográfica) de suas terras e do uso, do manejo e da conservação dos recursos naturais, são processos dinâmicos que estão em permanente transformação. As invasões nas TIs para o roubo dos recursos naturais têm uma dinâmica própria que muda de lugar e, é periódica. *“As áreas de roçados hoje, pode ter outra utilidade daqui*

a dois anos. A caça ou a pesca pode ter aumento, estabilização ou diminuição do recurso, conforme a pressão estabelecida sobre eles” (Silva, et all, 2012 p. 16) Os projetos indígenas têm as suas dinâmicas: alguns são voltados para a proteção do território, outros para o manejo e a criação de animais (silvestre ou doméstico) e outros para o enriquecimento de agrofloresta, a produção, etc. O mesmo acontece com a ocupação do entorno das terras indígenas, projetos de infraestruturas, ocupação com a pecuária, desmatamento, extração de madeira, etc. Com isso é necessário rever e atualizar periodicamente as informações que compõem os acordos comunitários contidos no Plano de Gestão.

“Trabalhamos no mapa, na carta-imagem que foi feito por satélite. Mapeamos dentro desse mapa quando nós estávamos morando aqui nesse local. Nós temos cada lote pra fazer roçado. O Importante nesse mapa é que mostra onde nós trabalhamos, onde nós caçamos, onde nós pescamos, onde é o nosso roçado, onde é a capoeira. Então esse mapa ajuda a gente a mostrar ao aluno e aprender como que é dentro da nossa terra. Discutir também dentro desse mapa o nosso projeto, o nosso PGTA. Então esse aí é pra nós mesmo, como o Vanderlon falou, esse nosso plano de gestão, ele nem fala, nem se movimenta. Então é nós mesmo daqui da comunidade que temos que planejar e fazer o trabalho dentro desse nosso local. Nós já trabalhamos bastante dentro dessa capoeira, estamos pensando pra plantar madeira de lei nessa capoeira que tínhamos aberta, pra recuperar o nosso mato que tinha derrubado, perdendo muitas madeiras. Então nós pensamos pra recuperar dentro dessa capoeira, foi isso que esse mapa ajuda a gente” (AAFI Adelino da Silva, in: Melo, 2011).

“Com toda essa luta da comunidade, vejo que o Plano de Gestão Territorial e Ambiental é uma forma da gente se organizar melhor, de planejar melhor o uso do nosso território e dos recursos naturais. (...) Hoje, a partir da formulação do Plano de Gestão, a gente refletiu sobre a nossa história e começamos a ter novas ideias sobre como fortalecer a nossa forma tradicional de se planejar”. (prof. Isaac Pianko, in: Gavazzi, 2007, p. 14).

O Plano de Gestão deve ser criativo e experimental, deve incorporar influências externas e inovações para atender as novas condições e demandas dos povos indígenas, mas ele deve ser concebido dentro da lógica indígena. Talvez isso seja uma das dificuldades na compreensão do que é o Plano de Gestão, pois o que se vê, muitas vezes; que depois que uma terra indígena sistematiza seu plano, imagina que tudo já está pronto. Geralmente é um erro pensar assim, pois o passo mais significativo é como

implementá-lo, dinamizá-lo e transformá-lo em suas atualizações. O Plano de Gestão não veio para resolver todos os problemas das terras indígenas, porém é um instrumento que os índios dispõem para a gestão de seus territórios. No depoimento abaixo, o professor Isaac relata a importância do Plano de Gestão para os povos indígenas e salienta que o plano pode mudar, “pode ser outro”, pois tem que ser dinâmico e contextualizado com os projetos e a realidade de cada terra indígena.

“Se nós usarmos o Plano de Gestão dentro da nossa concepção de mundo, a gente terá sucesso. Agora, não adianta ter o Plano de Gestão, mas seguir a orientação do mundo de fora, desse outro mundo que não cabe a nós planejar e pensar. Acho que o Plano de Gestão Territorial e Ambiental do povo Ashaninka está situado dentro da realidade das nossas práticas. Amanhã, o Plano de Gestão também pode ser outro, porque para nós ele é só um registro onde acrescentamos sonhos e marcamos o tempo, mas ele não determina nenhuma alteração que venha a desequilibrar o nosso jeito de viver. Se a gente pensar que antigamente nós vivíamos em territórios sem fronteiras e que hoje o nosso território tem limite, a nossa exploração também vai ter que ter limite”. (Prof. Isaac Pianko, in: Gavazzi 2007, p. 15).

Os Ashaninka, da TI Kampa do Rio Amônio, tiveram seu primeiro Plano de Gestão sistematizado em 2004, durante as oficinas de etnomapeamento. Atualmente, eles estão discutindo a necessidade de uma atualização de seu Plano de Gestão. Muitas orientações do plano já foram realizadas. Os temas que estão diretamente relacionadas ao uso e ao manejo dos recursos naturais, são práticas que cabe apenas as comunidades e devem ser constantemente discutidas, pois isso faz parte da conscientização e mobilização dos próprios índios. Outros temas do plano que não entraram na primeira sistematização, como o caso do *Txamayaro*⁹², começam a ser revisto. No depoimento seguinte, Isaac Pianko faz uma reflexão acerca da relevância do Plano de Gestão para os Ashaninka. Ressalta que ele está relacionado aos projetos da comunidade e que hoje é necessário “*fazer uma nova adequação*” para responder as temáticas atuais que eles estão vivendo.

“Quando a gente senta pra discutir a sistematização de todo o nosso projeto e um Plano de Gestão Territorial, a gente começa a incluir todo esse projeto da Apiwtxa dentro do projeto de gestão, da sistematização do projeto de gestão territorial, que é

⁹² O “*txamayro*” é uma espécie de cipó muito importante de uso na cultural Ashaninka. Ele é mascado tradicionalmente junto com as folhas de coca *koka* e um pó branco *ishico*. O *txamayro* só é encontrado dentro de Reserva Extrativista do Alto Juruá e os Ashaninka, de várias terras indígenas, realizam excursões até o seu local para conseguir esse recurso.

o Plano de Gestão que a gente começa a pensar. Então com essa discussão da sistematização do Plano de Gestão, começa também surgir novas coisas que são os detalhes dos detalhes. Ai você começa a olhar que tipo de vegetação que a gente tem no território, onde estão os rios, que rio que a gente tem, o fluxo de caça, como são essas caças. Começa a levantar essa discussão pra que a comunidade possa ter esse olhar do território limitado, mas no que está acontecendo e o que tem dentro do território. Os recursos que após a demarcação ficaram fora do nosso território prejudica totalmente a cultura milenar do povo, a cultura espiritual que é o centro do povo. Como é o caso do *Txamayaro* que ficou fora do nosso território, que é uma coisa do dia a dia, coisa que todo mundo usa. Porque esse recurso ficou fora? Se ficou fora a gente agora vai ter que se planejar pra ter uma alternativa pra ter esse produto dentro do nosso território. Então com a discussão do Plano de Gestão começa a discutir onde estão as invasões, onde tem mais riscos de invasão, trabalha as estratégias pra que a gente possa se planejar. O Plano de Gestão do nosso território foi muito bem pensado, participativo, tinha participação de professores, lideranças, alunos, de pessoas que puderam observar uma foto de satélite e dali saia pra ver o que estava acontecendo no seu território a partir do seu conhecimento de andança que cada um tinha. Então isso foi muito rico e hoje a gente vê que esse projeto tem que ter, é uma coisa a mais e a gente tem que fazer uma nova adequação, o que está acontecendo hoje, a partir desse momento, vê o que tem, o que foi feito, vê o que não foi feito é ter um outro mais atualizado. (...) Com a atualização a gente vai ver o que foi feito e analisar como foi feito, e quais são os resultados pra comunidade, quais são os impactos, e dali já projeta como a gente está pensando também para o futuro, o que precisa ser trabalhado. Eu acho que essa adequação a gente vai refletir sobre esse momento e também se vê o que a gente não conseguiu fazer. Por exemplo, nesse anterior a gente começou a discutir a nossa forma de habitar, a nossa forma de habitação como era antes e como a gente está fazendo hoje. A gente viu que estava indo de uma forma meio desorganizado. A gente tentou voltar como era de novo. As casas estavam ficando muito próximas umas das outras. Então a gente tentou de novo voltar a ter um espaço mais amplo pra que não ficasse como uma cidade. Isso foi discutido e hoje está sendo cumprido. A gente vê que ha mais liberdade das pessoas, tendo um maior espaço e ao mesmo instante está junto, está nas suas casas mais está junto. A forma de ocupação isso é fundamental pra qualquer sociedade, vejo isso como um grande problema para as grandes cidades. (...).Tem que está sempre em discussão principalmente pelas lideranças, por mais que tem formado geração através da escola, mas as lideranças têm que está consciente sobre o seu Plano de Gestão de seu território. Gestão no sentido relacionado ao meio ambiente, à proteção da terra, a produção, a escola, a saúde aos recursos, etc. Isso é importante a comunidade e as lideranças e todos estarem compreendendo, sempre olhando. Tenho certeza que sempre vai ter que ser

revisto, ser adequado, porque sempre a comunidade está mudando, ela está agregando assimilando novas coisas, ou resgatando coisas que não tinha mais, mas que fazia parte, de qualquer forma está fazendo parte novamente, porque tudo quando volta, volta diferente” (Depoimento, Isaac Pianko, 2010).

Os AAFIs, dentro do processo de gestão territorial e ambiental das terras indígenas do Acre, têm um papel fundamental, pois fazem a interlocução com suas comunidades. Eles se destacam para levar as “novas ideias” e os conhecimentos para a gestão territorial, mostrando na prática e discutindo com as suas comunidades os vários modos para se trabalhar na produção de alimentos, na proteção do território, do meio ambiente e no desenvolvimento comunitário. Eles mesmos se definem como “mensageiros”, pois estão sempre levando as informações e as novidades para dentro de suas comunidades, logo após a finalização de um curso, um seminário, uma viagem de intercâmbio ou de uma reunião realizada fora da terra indígena. Estão num constante movimento de reunir suas comunidades para reafirmar a relevância social de seus trabalhos para a gestão da terra indígena e o bem-estar das pessoas.

“Diário de trabalho do AAFI Acelino Sales Tuĩ “Huni Kuĩ, duabake” Aldeia Central Cruzeiroirinho – Terra Indígena do Rio Breu. Semana quinta feira no dia 18 de setembro do ano de 2008. Vou contar uma pequena história do meu trabalho de AAFI. Sobre as discussões do Plano de Gestão com a comunidade. Desde que primeiro aconteceu à oficina de etnomapeamento na nossa terra melhorou a compreensão através do nosso Plano de Gestão. Antes a gente não tinha um plano para trabalhar os nossos problemas. Esse plano não foi feito somente pelos AAFIs. Nós fizemos todos juntos, professores, agentes de saúde, lideranças e outras pessoas. Estamos realizando o que decidimos no plano e estamos vendo que está indo bem. O plano a gente discuti nas reuniões comunitárias, assim ajuda a comunidade entender melhor o nosso trabalho de gestão, as coisas ficam mais fácil pra todos nós. Antes não pensávamos no manejo, mas hoje estamos mais espertos” (Do diário do AAFI, Acelino Sales Tuĩ).

Todavia, o mais importante desse trabalho são os resultados de suas práticas sustentáveis no manejo do território, com a introdução dos modelos da agrofloresta, que já dizem muito. Junto às práticas de manejo do território indígena, o Programa de Formação dos AAFIs investiu na elaboração e no refinamento de instrumentos para a gestão dos territórios indígenas. Entre os atuais instrumentos que os AAFIs vêm utilizando e reinventado, junto as suas comunidades, os mapas e os Planos de Gestão representam um aprofundamento dos seus estudos, uma complementação no fortalecimento e no aprimoramento de seus trabalhos como gestores ambientais. Os

trabalhos possuem uma longa trajetória, exigem uma continuidade na formação dos AAFIs e esse modo de agir consequentemente, mostra os seus resultados.

“Esse trabalho não é um trabalho de hoje, nem de ontem é um trabalho mais antigo, já de anos, que a gente vem lutando é o que a gente sempre procurou juntar parcerias para poder ter um avanço nesse trabalho. Acho que hoje a gente está concluindo um pensamento da gente, ajuntando as pessoas que a gente poderia trabalhar junto. Conhecer melhor as formas de manejos sobre a nossa área e todo o potencial que tem nessa área. Conhecer o tamanho, o limite, tudo direitinho, através de mapas, e através disso a gente trabalhar melhor. Não só nós aqui, mas como até mesmo pessoas que podem também aproveitar na parte de integração a esse trabalho que a gente vem fazendo aqui, nessa área, no entorno da nossa área, dentro da nossa área. E também vai servir pra outras pessoas verem e também montar coisas iguais, parecidas ou até melhor do que essa. Eu vejo que isso é ainda o início de um longo trabalho, e esse trabalho, quero que dê muitos frutos para que todo mundo possa comer e plantar (...)” (Moisés Pianko, 2004).

Os processos de produção de mapas e dos Planos de Gestão estimulam as políticas internas dos povos indígenas e abrem outros espaços de interlocução com as autoridades. No Acre existe um bom diálogo entre os indígenas e os governantes, mas que ainda pode ser melhorado. Os projetos de desenvolvimento comunitários para os povos indígenas, dentro de uma filosofia socioambiental, o uso, o manejo dos recursos naturais e agroflorestais e a proteção de seus territórios são os principais temas desse diálogo. Os mapas e os Planos de Gestão demonstram ser utilizados pelos indígenas como instrumentos, capazes de mostrar às autoridades governamentais a preocupação com os seus territórios.

A incorporação nas políticas pública do Acre dos mapeamentos participativos e dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental, elaborados com a participação efetiva de representantes das comunidades e organizações indígenas, está sendo fundamental para que os povos indígenas alcancem uma melhor qualidade de vida em seus territórios tradicionais.

Mesmo com os significativos recentes avanços, ainda há inúmeras dificuldades que precisam ser superadas para que se efetive o direito constitucional de posse permanente e garantia do usufruto exclusivo aos povos indígenas de suas terras, inclusive aquelas já homologadas e registradas. A gestão territorial das terras indígenas deveria se tornar uma preocupação central nas políticas públicas indigenistas e ambientais do país.

Considerações finais

O surgimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas marca um momento importante e renovador no movimento indígena acreano. Essa nova categoria social veio para discutir e mostrar, por meio de suas práticas criativas e dinâmicas junto às suas comunidades uma maneira sustentável de manejar os recursos naturais e agroflorestais. A experiência relatada está contextualizada em um programa de formação e trata do trabalho da agrofloresta como uma parte significativa da gestão territorial e ambiental das terras indígenas do Acre. Os modelos de desenvolvimento comunitário, através da agrofloresta, variam muito de acordo com a realidade de cada aldeia e de cada terra indígena. Entretanto, esses diferentes modelos implantados são resultados da formação dos AAFIs. Essa formação, focada na gestão de seus territórios, baseia-se em cursos, oficinas, assessorias e ações de intercâmbio. O reconhecimento e a manutenção da diversidade de saberes ecológicos e agrícolas desses povos é o ponto de partida para a construção do diálogo intercultural e a avaliação que se possam fazer sobre o emprego de novos conhecimentos, tanto para o manejo dos recursos naturais e agroflorestais, como para gestão ambiental em seus territórios.

O objetivo desse trabalho foi mostrar uma experiência local de gestão territorial a partir do olhar do próprio índio, por meio dos registros escritos em seus diários de trabalho, na tentativa de mostrar como os AAFIs contribuíram na construção de novos modelos e novos espaços produtivos, adaptados às condições ecológicas da floresta tropical, com o aporte do conhecimento tradicional e de uma efetiva participação das comunidades indígenas na gestão de seus territórios. De um lado, as práticas tradicionais indígenas de outro, novas técnicas e saberes, que são integradas, adaptadas, mescladas, renovadas, reinventadas e incorporadas à dinâmica cultural indígena. Muitas práticas e técnicas discutidas e trabalhadas nos cursos de formação já faziam parte de seu repertório cultural e, por isso, tiveram rápida aceitação e incorporação nas terras indígenas.

Um dos aspectos relevantes desse trabalho consiste na riqueza dos registros escritos pelos AAFIs que ilustram suas atividades de manejar a terra e os diferentes modelos da agrofloresta implementados pelos próprios moradores. Os modelos agroflorestais, as paisagens manejadas constituem verdadeiros cenários construídos pelos índios, resultado do consórcio de uma grande diversidade de espécies nativas e

exóticas, onde se combinam as espécies perenes, anuais e plurianuais do roçado, com plantas medicinais, sagradas, ornamentais e outras de interesses variados para as comunidades. A gestão desses modelos da agrofloresta fornece grande quantidade e variedade de frutas, materiais para a edificação de casas, plantas para o tratamento de enfermidades, recursos para a manutenção de ritos e cerimônias, como a produção da *ayahuasca*, além de oferecer outros produtos úteis para a reprodução da cultura material e o bem-estar das comunidades indígenas.

Os atuais modelos de agrofloresta indígena trazem melhorias nas condições sociais, ambientais, culturais e econômicas e representam tanto as “inovações” trazidas de “fora”, quanto a circulação de conhecimentos tradicionais, que na verdade, são as bases culturais e ecológicas destes modelos implementados e manejados nas terras indígenas do Acre. Porém, a gestão territorial e ambiental das terras indígenas no Brasil, não deixa de ser um grande desafio para os povos indígenas e para as políticas oficiais do país, pois ao olhar para o entorno das terras indígenas, os modelos de ocupação e de desenvolvimento presentes em quase toda Amazônia estão centrados no desflorestamento para os agronegócios ou para a exploração de recursos naturais que, na sua grande maioria, estão centrados em forma insustentável.

Com relação a cartografia indígena, todas as atividades de mapeamento, relatadas neste trabalho, estão contextualizadas em ações educacionais para a formação de Agentes Agroflorestais Indígenas. O Programa, desde o seu início, teve a preocupação de incorporar a disciplina de cartografia indígena em sua proposta curricular, acreditando que a construção e o uso de mapas é um saber importante na formação dos agentes agroflorestais. De fato, para gerir é preciso conhecer. O mapeamento auxilia na reflexão e no entendimento do espaço geográfico, bem como, na organização do território, na identificação de aspectos positivos, nos obstáculos e na busca de soluções.

A cartografia indígena contribui para que os AAFIs, em seus trabalhos junto às suas comunidades, elaborem zoneamentos socioambientais, a partir de diagnósticos das situações nas quais se encontram as terras indígenas. As ações de mapeamento são processos que consolidam os Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas, importantes instrumentos que contribuem na planificação do uso e na proteção de seus territórios.

Os mapas indígenas são importantes recursos pedagógicos. Hoje estão presentes nas escolas das aldeias e são utilizados por um grande número de alunos nas aulas de

geografia, história, gestão territorial e outras disciplinas do currículo escolar indígena, estimulando os jovens a conhecer melhor o seu território e contribuindo para uma maior conscientização sobre as questões socioambientais.

A experiência mostrou que para utilizar a cartografia, como instrumento de gestão das terras indígenas, é necessário envolver outros atores indígenas, além dos AAFIs. Nesse sentido, o programa organizou as oficinas de mapeamento envolvendo grande parte da comunidade indígena que pesquisou, refletiu e discutiu as dinâmicas territoriais, criando estratégias de proteção e de gestão dos recursos naturais da própria terra e de seu entorno. A participação das mulheres é ainda pequena, e os mapas em geral, refletem uma visão masculina do espaço e dos saberes sobre ele.

Os mapas são elaborados em uma linguagem que todos podem entender, até aqueles que não dominam a língua escrita. Dessa forma, os mapas podem ser usados como base para discussão, negociação, gestão e resolução de conflitos com todos da comunidade. Entre as boas práticas de gestão territorial e ambiental, em curso nas terras indígenas do Acre, está a grande produção de mapas realizados e usados pelos indígenas. Esses mapas são a base dos Planos de Gestão, uma importante ferramenta política nas estratégias para a proteção territorial e ambiental das terras indígenas.

Os mapas indígenas preenchem o vazio de informações presentes nos mapas oficiais, expõem opiniões, ideias, preferências estéticas, além de ser um poderoso recurso que pode ser usado para vários propósitos políticos. Os mapas possuem o potencial de melhorar o diálogo entre os índios, com seus vizinhos e com os governantes e constituem-se em instrumentos de luta na reivindicação de direitos.

Um passo importante que o Programa de Formação precisará dar, para que a cartografia indígena se consolide na sua totalidade, será o de oferecer cursos especializados de geoprocessamento para os AAFIs, os professores indígenas e outros indígenas interessados no estudo da cartografia. É necessário que os povos indígenas se apropriem desses conhecimentos tecnológicos digitais para realizar seus próprios mapas georreferenciados, um passo a mais para a sua autonomia e no fortalecimento da gestão de suas terras.

O surgimento dos AAFIs no Acre trouxe grandes contribuições aos processos de gestão territorial e ambiental das terras indígenas acreanas. Ao longo de seus 16 anos de existência, eles, progressivamente, assumiram um importante papel de liderança na organização social e política das aldeias e foram os responsáveis pelas iniciativas de implementação e manejo dos diferentes modelos de agrofloresta em suas comunidades.

A gestão territorial e ambiental das terras indígenas é, hoje, facilitada e eficiente com o trabalho educativo e participativo desenvolvido pelo AAFI em suas aldeias e terras. Eles mostram, através de suas práticas e discursos, que é possível promover um modelo de desenvolvimento nas comunidades indígenas que possa produzir e conservar os recursos naturais, atendendo às necessidades locais, sem destruir a floresta e o meio ambiente.

O Agente Agroflorestal Indígena, com o acúmulo de conhecimento adquirido nas atividades de formação e pelo trabalho desenvolvido nas comunidades, tornou-se não apenas uma liderança, mas um estudioso e incentivador de práticas sustentáveis no manejo e na conservação da biodiversidade em seus territórios. É responsável pela consolidação, entre os povos indígenas do Acre, de um consenso na gestão territorial e ambiental.

Para consolidar esse trabalho, será necessário que o governo do Acre incorpore na política pública, o reconhecimento profissional dos AAFIs como gestores ambientais, estabelecendo um mecanismo permanente de contratação e remuneração pelos serviços sociais e ambientais prestados à sociedade, entre os quais está a manutenção da biodiversidade que é a base para um desenvolvimento sustentável e autônomo. A Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AMAAIAC) desde 2001, junto ao governo estadual, vem lutando para que seja reconhecida essa profissão, com o recrutamento de AAFIs por meio de concurso público específico para os povos indígenas. Seria necessário que os governos compreendessem a importância de profissionais indígenas que protagonizassem os trabalhos de gestão territorial das próprias terras. Esses profissionais, além de trabalhar desenvolvendo assistência técnica especializada e extensão rural e/ou educação ambiental, têm também o importante papel político de estimular a coesão social e de ser o elo de comunicação entre as comunidades e as instituições governamentais e não governamentais envolvidas nas políticas socioambientais. Talvez, por ser uma profissão nova, ainda exista certa resistência ou dificuldade em compreender as vantagens que a sua contratação levaria aos povos indígenas e, em geral, ao país.

Também é indispensável a ampliação da formação de AAFIs para outras terras indígenas que ainda não foram contempladas. Importante concluir a formação dos AAFIs, que estão no processo do ensino médio profissionalizante e, para os que já concluíram a formação, realizar pequenos cursos de formação continuada direcionados para temas mais específicos e aprofundados, com o intuito de atender as atuais demandas e suprir as carências sentidas pelos AAFIs. E por fim, dentro das

reivindicações dos AAFIs, é necessário implementar políticas públicas que contemplem e fortaleçam as ações dos AAFIs em suas terras e garantam a participação da AMAAIAC no planejamento e na execução de políticas estaduais destinadas às terras indígenas ou na aquelas que possam causar impactos socioambientais em seu entorno.

A experiência do Acre na formação de AAFIs para a gestão territorial e ambiental das terras indígenas é pioneira. Já mostrou resultados positivos e deixa entrever a sua potencialidade, ainda não totalmente expressa. Esse tipo de trabalho, que os AAFIs vêm realizando, pode tornar-se um modelo entre as boas práticas para a gestão territorial e ambiental nas terras indígenas do resto do país e pode ser a resposta a atual Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)⁹³ que recentemente a Presidenta da República instituiu em decreto.

⁹³ “O PNGATI tem como *“objetivo de garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente”* (Diário Oficial da União, 2012, p. 9-10).

Referências Bibliográficas

ACRE. *Zoneamento Ecológico-Econômico: Aspectos socioeconômicos e ocupação territorial*. ZEE. Governo do Estado do Acre, V. I, II e III. Rio Branco: SECTIMA, 2000.

_____. ZEE. *Etnozoneamento em Terra Indígena Programa de Etnozoneamento em Terra Indígena – Fase II Diretrizes Básicas*. Governo do Estado do Acre. Versão preliminar. Rio Branco, 2004. mimeo.

_____. *Acre Zoneamento Ecológico-Econômico. Fase II – Escala 1:250.000 – ZEE Documento Síntese*. Rio Branco, 2006.

_____. *A educação escolar indígena em números*. Secretaria de Educação do Estado do Acre. Rio Branco, 2011. mimeo.

ACSELRAD, Henri (Org.). *Cartografias Sociais e Território*. IPPU/UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

ALCORN, J. B. 2000. Keys to unleash mapping's good magic. http://www.iied.org/NR/agbioliv/pla_notes/documents/plan_03902.pdf. Página acessada 06 fevereiro de 2012.

ALMEIDA, Fabio Ribeiro de. Economia Ticuna e Monitoramento Ambiental no Alto Solimões. In: Magalhães Antonio Carlos (Org.) *Sociedades Indígenas e Transformações Ambientais*. Universidade Federal do Pará – Núcleo de meio Ambiente – Serie Universidade e Meio Ambiente, 6 – NUMA, Belém, 1993.

ALMEIDA Mauro B. et all. Caçar. In: CUNHA Manuela C. et all. (org.) *Enciclopédia da floresta – O Alto Juruá – práticas e conhecimentos das populações*. Companhia das letras, São Paulo, 2002.

ALMEIDA Regina Araujo. A cartografia na Agenda 21 das terras indígenas do estado do Acre. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. Universidade de São Paulo, SP, 2005.

ALMEIDA Regina Araujo. *Ensino de Cartografia para Populações Minoritárias – Boletim Paulista de Geografia – n. 87*, São Paulo, 2007.

ALMEIDA Regina Araujo. *Cartography and Indigenous Populations: A Case Study with Brazilian Indians from the Amazon Region*. Proceering, 20 th Internacional Cartography Conference – ICA. Beijin, China, 2001.

_____. A ethocartografy Applied to Environmental Issues. *Annals XXII Internacional Cartografic Conference – Mapping Approches into a Chanching Word*. La Coruña, 2005.

ALMEIDA, Regina Araujo e GAVAZZI, Renato A. Ethnocartography and native people in the Amazon Region – experiences with map production and use in Acre, Brazil. *Anais do 25th International - Cartographic Congress*. Paris, 2011.

ALMEIDA W. B. Alfredo. Ensino de Cartografia para Populações Minoritárias – *II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais* – IBGE, Rio de Janeiro, 2006.

_____. Mapeando vidas – Grupos sociais da Amazônia aprendem cartografia, retratam suas identidades e pressionam por políticas públicas. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 2009.

ANDERSON, A. B. 1988. Extrativism and Forest Manegement by Rural Inhabitants in the Amazon Estuary. In: *Simpósio sobre Alternativas ao Desmatamento*, Belém, 27 a 30 de Janeiro de 1988. Belém, PA, 1998.

AQUINO, Terri Vale de. *Índio Caxinauá de seringueiro caboclo e peão acreano*. Centro de Documentação e pesquisa Indígena – Comissão Pró-Índio do Acre. Rio Branco, 1982.

_____. Madeireiras Invadem Áreas Indígenas no Acre. *Jornal Gazeta do Acre*. Rio Branco. 29/12/85.

_____. Breve história do contato. In: (Org.) CABRAL, Ana Suelly; MONSERRAT, Ruth M. F. MONTE, Nietta L. *Projeto Interação Por Uma Educação Indígena Diferenciada*. Centro de Referência da Cultura. Fundação Nacional Pró-memória. Ministério da Cultura. Brasília, 1987.

_____. *Terras e populações indígenas do Estado do Acre*. Rio Branco, 2000. mimeo.

_____. Conflitos territoriais e relevância ambiental no Alto Juruá acreano. *Relatório de consultoria do projeto RESEX II – CNPT/IBAMA*. Brasília, 2004. mimeo.

AQUINO, Terri Valle de & IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. *Kaxinawá do Rio Jordão - História, Território, Economia e Desenvolvimento Sustentado*. Comissão Pró-Índio do Acre. Rio Branco, 1994.

_____. *Terras e Populações Indígenas no Estado do Acre*. Rio Branco, 1994. mimeo.

_____. *Povos e Terras Indígenas no Estado do Acre* (Relatório preliminar). Governo do Estado do Acre - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais - Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre - Fase II - Rio Branco, 2005. mimeo.

_____. *Novos desafios para a gestão ambiental e territorial e para o movimento indígena*. Rio Branco, 2006. mimeo.

_____. *Os índios e a florestania: novos desafios*. Rio Branco, 2006. mimeo.

ARRUDA, Rinaldo. Populações Tradicionais e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. V. 1 ,Conferências e Palestras, pp. 262-276. Curitiba. 1997.

AMAAIAC – Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre. 2004. *Relatório do I Fórum dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre* - Centro de Formação dos Povos da Floresta. Rio Branco, mimeo.

ATAIDE, Marcos S, MARTINS, Ayrton L. U. A Etnocartografia como ferramenta de gestão. *Anais do Congresso Brasileiro de Cartografia e Simpósio de Geotecnologias para Petróleo*. Macaé/RJ, 2005

BALÉE, William. 1989. The Culture of Amazonian Forests. Advances in Economic Botany 7: 1- 21. *The New York Botanical Garden*. New York. 1989.

_____. Biodiversidade e os índios amazônicos. In: CASTRO, Eduardo V e CUNHA, Manoel C. (org). *Amazônia Etnologia e História Indígena – Núcleo de História e do Indigenismo da USP NHII/USP – FAPESP*. São Paulo, 1993, p. 385 393

BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: Corrêa, Roberto L e ROSENDAHL, Zeny. (Org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Ed. UERJ 2 ed. Rio de Janeiro, 2004, p 7

BIANCHINI, Paola C.; Miller, Paul R. M.; BIANCHINI, Fabrício. Agrofloresta na Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá: Interculturalidade e tradição no Acre. In: *VII Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais. Anais do VII Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais*, Brasília, 2009. mimeo.

BRASIL. Porque estudar geografia nas escolas indígenas? (Org.) Monte Nietta L. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Ministério da Educação e do Desporto – Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1998.

BROMBERGER, Christian. *Mapas Etnográfico*. In *Diccionario Akal de Etnología y Antropologia*. Edicione AKAL, Madrid. 1996.

CABRAL, Ana Suely A. C., MONSERRAT, Ruth M. MONTE. Nietta L. F. (Org) *Projeto Interação - Por uma educação indígena diferenciada*. Fundação Nacional pró-Memória – Brasília, 1987.

CANCLINI, Néstor G. *Culture Ibride – Strategie per entrare e uscire dalla modernità*. Edizione originale 1989. Milano, 2002.

CAPORAL, Francisco R, COSTABEBER, José A. *Agroecologia: alguns conceitos e práticas*. MDA/DAFER/-IICA. Brasília, 2004.

CARDONA, Giorgio Raimondo. *La foresta di piume Manuale di etnoscienza*. Editori Laterza. Bari. 1985.

_____. *I seu lati Del mondo – Linguaggio Ed esperienza*. 1 ed. Editori Laterza. Bari. 1988

CASTELLO BRANCO, José Moreira Brandão. O Juruá Federal (Território do Acre) *Revista do Instituto Histórico e geográfico Brasileiro*, V. IX tomo especial. Congresso Internacional de História da América. 1922. Rio de Janeiro, 1930.

_____. O Gentio Acreano. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, vol. 207, abr/jun, 1950. pp. 3-77.

_____. Povoamento da Acreania, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, v. 250, jan/mar, 1961, pp. 118-256.

CASTRO C Iná, GOMES Paulo C, CORRÊA Roberto L (Orgs.) *Explorações Geográficas*. BCD União de Editores, Rio de Janeiro, 1997.

CECLA, Franco La. *Perdesi L'uomo senza ambiente*. Editori Laterza, Bari. 2000.

CEREDA, Maria L. G, GAVAZZI, Renato A. Arte em aquarela na formação de Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre. In: ALMEIDA, Maria Inês. *Tabebuia – Ipê – Índios Pensando Educação*. FIEI/UFMG. Belo Horizonte, 2008, p. 56-61.

CHAPIN Mac. *A identificação de obstáculos e busca de soluções. Aprendizagem e ação participativas*. 2006, pp. 93-98, mimeo.

_____. 2004. *A Challenge to Conservationists*. Worldwatch magazine, nov/dez. <http://www.worldwatch.org/node/565>. Acessado em 03 de agosto de 2006.

CHAPIN Mac y THRELKELD Bill. *Indigenous Landscapes: A Study in: Ethnoscography. Center for the Support of Native Lands*. Arlington, Virginia, 2001.

CLAVAL Paul. *A geografia cultural*. Editora da UFSC. Florianópolis, 2007

CLEMENT, C. R. Melhoria de espécies nativas. In: NASS, L. L.; VALOIS, A. C. C.; MELO, I. S.; VALADARES-INGLIS, M. C. (Eds.). *Recursos genéticos & melhoria – plantas*. Rondonópolis: Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso – Fundação MT. Cuiabá. 2001, p.423-441.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ACRE - CPI/AC – *Projeto Político Pedagógico do Centro de Formação dos Povos da Floresta – Setores de Educação e de Agricultura e Meio Ambiente*. Rio Branco, 2001, mimeo.

_____. *Relatório final do I Fórum dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre*. Centro de Formação dos Povos da Floresta. Rio Branco, 2004, mimeo.

_____. *Proposta Político-Pedagógica e Curricular de Formação Técnica Integrada à Educação Básica de Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre, AAFIs. Escola do Centro de Formação dos Povos da Floresta - Comissão Pró-Índio do Acre, CPI/AC - Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre, AMAAI/AC*, Rio Branco, 2008, mimeo.

_____. *Dentro dos apetites, o apetite do saber é o mais poderosos*. Site WWW.cpiacre.prg.br – Página acessada 10 outubro de 2011.

CORREIA, Cloude de Souza. *Etnozoneamento, Etnomapeamento e Diagnóstico Etnoambiental: Representações Cartográficas e Gestão Territorial em Terras Indígenas no Estado do Acre*. Tese de Doutorado em Antropologia. Universidade de Brasília UnB. Brasília, 2007.

CORREIA, Cloude e PIMENTA José. Mapa de invasões. In: Gavazzi, Renato A. (Org.). *Etnomapeamento da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia – O mundo visto de cima*. Comissão Pró-Índio do Acre. Brasília, 2012, pp. 119–141.

_____. Mapa Hidrográfico. In: Gavazzi, Renato A. (Org.). *Etnomapeamento da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia – O mundo visto de cima*. Comissão Pró-Índio do Acre. Brasília, 2012, pp. 51–57.

CORRÊA Roberto L. Monumentos, Política e Espaço. In: ROSENDAHL, Zeny, CORRÊA, Roberto L. (org.) *Geografia: Temas Sobre Cultura e Espaço*. Ed. UERJ, Rio de Janeiro, 2005.

_____. *Introdução à Geografia Cultural*. Bertrand Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro, 2007, pp. 9-42.

COSGROVE Denis. A Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In: CORRÊA Roberto L. ROSENDAHL Zeny. (Org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. 2 ed. Ed. UERJ. Rio de Janeiro. 2004.

CONSTANTINO, Pedro. *Relatório do I Oficina de Etnomapeamento da Terra Indígena Nukini*. Projeto de Conservação Transfronteiriça do Alto Juruá e Serra do Divisor, Brasil/Peru. Sub-Projeto: Etnomapeamento em 8 Terras Indígenas na Faixa de Fronteira do Estado do Acre, Brasil/Peru. Comissão Pró-Índio do Acre. Setor de Agricultura e Meio Ambiente. Rio Branco. 2006.

CUNHA, Manuela C., ARAÚJO, Gabriela, AQUINO, Terri, IGLESIAS, Marcelo P., LIMA, Edilene C., MENDES, Margarete K. Mariscar. In: CUNHA, Manoela Carneiro, ALMEIDAS, Mauro B. (Org.). *Enciclopédia da Floresta*. Companhia das Letras. São Paulo, 2002, pp. 337-357.

CUNHA Manuela Carneiro. (org.) *Tastevin, Parrissier Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá*. Série monografias – Museu do Índio – FUNAI – Rio de Janeiro, 2009.

_____. *Cultura com aspa e outros ensaios de antropologia*. Cosac Naify. São Paulo, 2009.

DEMATTEIS, Giuseppe. 1985. *Le metafore della terra – La geografia umana tra mito e scienza*. 1ª Edizione, Leltrinelli. Milano. 1985.

DESCOLA Philippe. Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. In *Mana*, UFRJ, Rio de Janeiro, 1998, pp. 23-45.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. 2012. *Decreto No 7.747, de 5 de junho de 2012. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, e dá outras providências*. Brasília, p 9-11.

DIAS, Adriano. *Relatório de Viagem de Assessoria à Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu*. Programa de Gestão Territorial e Ambiental. Comissão Pró-Índio do Acre, Rio Branco, 2009. mimeo.

_____. *Relatório Descritivo de Assessoria e Avaliação à Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu*. Programa de Gestão Territorial e Ambiental. Comissão Pró-Índio do Acre, Rio Branco, 2010. mimeo.

_____. *Relatório descritivo de viagem de assessoria à Terra Indígena Kaxinawá do Seringal Independência e Kaxinawá do Baixo Rio Jordão Rio Jordão*. Projeto: “fortalecendo as experiências agroflorestais indígenas no Acre”. Programa de Gestão Territorial e Ambiental. Comissão Pró-Índio do Acre, Rio Branco, 2011. mimeo.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. (Org.) *Etnoconservação da Natureza: Enfoque Alternativo - Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. Annablume Editora. São Paulo, 2000.

_____. Saberes tradicionais e etnoconservação. In: DIEGUES, Antonio C e VIANA, Virgílio M. (Org). *Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais de Mata Atlântica*. 2ed., Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre saberes populacionais humanas e áreas úmidas brasileiras – NUPAUB/USP – São Paulo, 2004.

_____. *O mito moderno da natureza intocada*. Editora HUCITEC – NUPAUB – 6 ed. Revista e Ampliada. São Paulo, 2008.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana e MOREIRA C. C. André. (org.) *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum*. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e áreas Úmidas Brasileiras – ESALQ – USP – São Paulo Estudos Avançados 20. Dossiê Ciência e Desenvolvimento Sustentável – Universidade de São Paulo USP. São Paulo, 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana e Arruda, Rinaldo S. V. (org.) *Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil*. Ministério do Meio Ambiente – Universidade de S. Paulo. Brasília, 2001

DUBOIS, Jean C. L. *Manual Agroflorestal para a Amazônia*. Instituto Rede Brasileira Agroflorestal REBRAF Rio de Janeiro, 1996.

EMILIO F. Morán. 1990. *A Ecologia Humana das Populações da Amazônia*. Vozes, Petrópolis, 1990.

FAO. *The state of the world's plant genetic resources for food and agriculture*. Food and Agriculture Organization of the United Nations, Roma, 1996. p. 335.

FERRONATO, Alessandro. *Domesticação das espécies e espécies cultivadas*. Tese de Doutorado. Recursos Genéticos Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária – FAMEV – Programa de Pós-Graduação em Agricultura Tropical – Cuiabá, 2008.

FRESCHI, Julieta. Relatório de viagem de assessoria às Terras Indígenas Kampa do Rio Amônia & Arara do Igarapé Humaitá. Subprojeto 718: *Manejo de Recursos Agroflorestais nas Terras Indígenas do Estado do Acre*. Comissão Pró-Índio do Acre - Setor de Agricultura e Meio Ambiente - Rio Branco, 2001. mimeo.

_____. *Autoria, interculturalidade e conhecimentos etnoecológicos: o caso dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre*. (Dissertação de mestrado apresentada ao Centro de Desenvolvimento Sustentável, da Universidade de Brasília). Brasília, abril 2004, 169 p.

_____. *Relatório da II Oficina de Etnomapeamento da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia*. Projeto de Proteção e Conservação Transfronteiriça do Alto Juruá e da Serra do Divisor - Brasil-Peru. Etnomapeamento em 8 Terras Indígenas na Faixa de Fronteira do Estado do Acre, Brasil/Peru - Comissão Pró-Índio do Acre – Setor de Agricultura e Meio Ambiente. Rio Branco, 2004. mimeo.

_____. *Relatório da I Oficina de Etnomapeamento da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão*. Projeto de Conservação Transfronteiriça do Alto Juruá e Serra do

Divisor (Brasil-Peru). Subprojeto Etnomapeamento em Oito Terras Indígenas na Faixa de Fronteira do Estado do Acre, Brasil/Peru. Comissão Pró-Índio do Acre, 2005. mimeo.

FRESCHI, Julieta Matos e GAVAZZI, Renato Antonio.. *Etnomapeamento na Terra Indígena Poyanawa (Acre,)*. In Org. PAESE, Adriana et all. *Conservação da Biodiversidade com SIG*. Oficina de Textos, São Paulo. 2012, p. 125 140.

FOX Jefferson, SURYANATA Krisnawati, Hershock, PRAMONO, Albertus H. *O poder do mapeamento efeitos irônicos da tecnologia de informações geográficas. Aprendizagem e ação participativa*. 2006. mimeo.

FURLAN, Sueli Ângelo. *Florestas Culturais: Manejo Sociocultural, Territorialidades e Sustentabilidade*. Agrária, São Paulo, 2006. mimeo.

GALLOIS, Dominique T. 1992. Arte iconografia Waiãpi. In: Vidal, L (Org.) *Grafismo indígena*. Studio Nobel/EDUSP/FAPESP. São Paulo, 1992. pp. 209-30.

_____. Terras Ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: (org.) RICARDO, Fany – *O desafio das sobreposições Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza*. Instituto Socioambiental, São Paulo, 2004. p. 37 – 41.

_____. *Materializando saberes imateriais: experiências indígenas na Amazônia Oriental*. Colóquio França Brasil. Diversidade cultural. Paris, 2005, p 1 – 12. mimeo

_____. *Patrimônio cultural imaterial e povos indígenas. Amapá e norte do Pará*. Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena IEPÉ. São Paulo, 2006

_____. *Terra Indígena Wajãpi da demarcação às experiências de gestão territorial*. Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena - IEPÉ. São Paulo, 2011.

GARLAND, Edurado B, Silvia-SANTISTEBAN, ALvora B. *El trabajo forzoso em la Extracción de la Madera em la Amazônia Peruana. Programa de Acción Especial para Combatir el trabajo forzoso*. Ginebra, 2005.

GAVAZZI, Renato A. Observação sobre uma sociedade ágrafa em processo de aquisição de língua escrita. In: *Revista em Aberto*. N. 3, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP – MEC, Brasília, 1994.

_____. (org.) *Chegou o tempo de plantar as frutas*. Comissão Pró-Índio do Acre. Setor de Agricultura e Meio Ambiente. Rio Branco, 1997.

_____. *Relatório do I Curso de Formação de Agente Agroflorestal Indígena*. Apoio Programa Piloto Para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil – PDA. Comissão Pró-Índio do Acre CPI/AC. Rio Branco, 1996. mimeo.

_____. *II Curso de Formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas. Relatório de Atividades*. Comissão Pró-Índio do Acre - CPI/AC - Setor Agricultura e Meio Ambiente - Rio Branco, 1997. mimeo.

_____. *Relatório do III Curso de Formação de Agente Agroflorestal Indígena*. Apoio: Programa Piloto Para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil - PDA – Comissão Pró-Índio do Acre. Rio Branco, 1998. mimeo

_____. *Relatório de viagem de assessoria à Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão. III Curso de Formação dos Agentes Agroflorestais Kaxinawá. Oficina Itinerante na Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão.* Comissão Pró-Índio do Acre - CPI/AC - Setor Agricultura e Meio Ambiente - Rio Branco, 2000. mimeo.

_____. *Relatório do V Curso de Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas.* Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF). Setor de Agricultura e Meio Ambiente, Comissão Pró Índio do Acre - CPI/Ac Rio Branco, 2000. mimeo.

_____. 2008. *O que são os Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Acre* – Jornal pagina 20 - Papo de Índio. Rio Branco, 2008.

_____. *As políticas de gestão territorial voltadas para as Terras Indígenas do Acre passa pelo reconhecimento da categorial profissional do Agente Agroflorestal Indígena.* Jornal Página 20 - Papo de Índio. Rio Branco, 2011.

GAVAZZI, Renato A e RESENDE, Márcia Spyer. *Atlas Geográfico Indígena do Acre.* Comissão Pró-Índio do Acre. Rio Branco, 1996.

GAVAZZI, Renato A. e ALMEIDA, Regina A. *Mapear é preciso - experiência de mapeamento participativo em Terras Indígenas no Acre* - Anais do II Simpósio Internacional Caminhos Atuais da Cartografia na Geografia - Universidade de São Paulo – USP – São Paulo, 2010.

GAVAZZI, Renato A e TAVARES Roberto A. e DIAS Adriano. *I Seminário de Agrofloresta Indígena* - XII Curso de Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas. Setor de Agricultura e Meio Ambiente - Comissão Pró-Índio do Acre. Rio Branco, 2005. mimeo.

GOMIDE, Maria Lucia Cereda e GAVAZZI, Renato Antonio. Relatos de uma experiência: A geografia na formação de professores e agentes agroflorestais indígenas acreanos. In: *Cadernos de Educação Escolar Indígena. Faculdade Indígena Intercultural.* UNEMAT, v.7, n.1, Barra dos Bugres. 2009.

_____. 2009. *Arte em aquarela na formação de Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre.* Tabebuia Ipê - Índios Pensamento Educação. UFMG. Belo Horizonte, 2009. p. 56 61.

GONÇALVES, Marco A. *Acre história e etnologia.* Núcleo de etnologia indígena – laboratório de pesquisa social. DCS – IFCS – UFRJ. Rio de Janeiro, 1991.

GÖTSCH, Ernst. *Brak -Through in Agricultura* – AS-PTA. Rio de Janeiro, 1995.

GNERRE, Maurizio. *La saggezza dei fiumi. Miti, nomi dei corsi d'acqua amazzonici.* Maltemi – Roma, 2003.

GUIMARÃES Roberto P. Políticas de Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável: Desafios Institucionais e Setoriais. *Revista Planejamento e Políticas Públicas.* Brasília: IPEA, nº 7, 1992.

GUIVANT, J. Heterogeneidade: processos no desenvolvimento rural sustentável. *Cadernos de ciência e tecnologia.* V. 14, Brasília, 1997, p. 411-448.

JORGE, Marçal H. A. *A Domesticação de Plantas Nativas do Pantanal – Documentos/Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Centro de Pesquisa Agropecuária do Pantanal – Corumbá*, 2004, p 10.

HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização. Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade*. Ed. Bertrand Brasil, 6 ed. Rio de Janeiro, 2004.

_____. Des-caminhos e perspectivas do território. In: (Org.) RIBAS, Alexandre D., SPOSITO, Eliseu S, SAQUEST, Marcos A. *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Universidade Estadual do oeste do Paraná, 3 ed. Francisco Beltrão. Paraná, 2004.

HARLEY, J. B. Text and Context in the Interpretation of Early Maps. In: BUISSERET, David (Org.) *From Sea Charts to Satellite Images*. Chicago: University of Chicago Press, 1990, p. 3-15.

_____. Mapas, saber e poder. *CONFINES – Revista franco-brasileira de geografia*, n. 5. <http://confins.revues.org/574> - Página acessada 06 outubro de 2011.

IGLESIA, Marcelo Pietrafita. *Relatório de Identificação da Área Indígena Kaxinawá Praia do Carapanã – Município de Tarauacá – Estado do Acre* (GT PP 1.204/93), 2 v.l, Rio Branco, 1995. mimeo.

_____. Territorialidade Kaxinawá no Jordão dos anos 90. In: KASBURG, Carola; GRAMKOW, Márcia Maria (Org.). *Demarcando terras indígenas: experiências e desafios de um projeto de parceria*. Brasília: FUNAI/PPTAL/GTZ. 1999, p.83-98.

_____.e AQUINO Terri Valle. *Povos e Terras Indígenas no Estado do Acre* (relatório preliminar) – Governo do Estado do Acre – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – Programa Estadual de Zoneamento - Ecológico - Econômico do Estado do Acre – Fase II. Rio Branco, 2005. mimeo.

_____. e AQUINO, Terri. *Povos e Terras Indígenas no Estado do Acre* - Governo do Estado do Acre - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais - Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre - Fase II – Rio Branco, 2005.

INDRIUNAS, L. *85% das reservas são de invasões: questão indígena – estimativa é aceita pela FUNAI e por ONGs; demarcação e registro das terras não protegem território*. Folha de São Paulo, 13/08/2000, 2000.

International Institute of Rural Reconstruction (IIRR). *Recording and Using Indigenous Knowledge: A Manual*. IIRR: Silang, Cavite, Philippines, 1996.

KENSINGER, Kenneth M. *Studying the Cashinahua of Eastern Peru*, Univ. of Washington. Washington, 1975.

KERR, Warwick E. Agricultura e seleções genéticas de plantas. In: RIBEIRO Berta G. (org.) *SUMA Etnológica brasileira*. 2ed. Vozes, Petrópolis, 1997, p. 159-171.

KOK, Glória. *Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa*. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material. v. 17, n.2, São Paulo, 2009..

Kozel, Salete. Comunicando e representando: Mapas como construções socioculturais. In: Seemann, Jorn (Org.) *A aventura cartografia: perspectivas, pesquisas e reflexões sobre a cartografia humana*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

_____. Ressignificando as representações do espaço: as linguagens do cotidiano. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. *Representações e Ensino de Geografia: Contribuições Teóricas-Metodológicas*. Ateliê Geográfico. Revista eletrônica – UFG, v. 2, n.5, Goiânia, 2008.

_____. Cartografia e Cultura: abordagens para a geografia cultural. In: ROSENDAHL, CORREA, Roberto L. (Org.) *Temas e caminhos da geografia*. Editora de UERJ. 2010, v. 1, p. 115-156.

LADEIRA, Maria Inês. *Espaço Geográfico Guarani-Mbya significado, constituição e uso*. EDUSP. São Paulo, 2008.

LARAIA, Roque de Barros. *CULTURA – Um conceito antropológico*. Editor Jorge Zahar, 14 ed., Rio de Janeiro, 1986.

LÉVIS-STRAUSS, C. *O Pensamento Selvagem*. Ed. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1970.

LIMA S. Carlos e HOFFMANN B. Maria. (org.) *Etnodesenvolvimento e políticas públicas – bases para uma nova política indigenista – Contra Capa – LACED – Rio de Janeiro, 2002.*

LITTLE, Paul E. Etnoecologia e direito dos povos: Elementos de uma Nova Ação Indigenista. In (org.) LIMA Antonio Carlos de Souza e HOFFMANN Maria Barroso *Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas – Bases para uma nova política indigenista*. LACED. Rio de Janeiro, 2002

_____. *Gestão Territorial em Terras Indígenas: definição de conceitos e proposta de diretrizes*. Relatório final entregue a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais. Rio Branco, 2006, mimeo.

MAGALHÃES, Carlos Antonio. (org) *Sociedades indígenas e transformações ambientais – Universidade Federal do Pará – Núcleo de Meio Ambiente – Série Universidade de Meio Ambiente, 6 – Belém, 1993.*

MAGALHÃES, Marcos Pereira Magalhães. *Evolução e Seleção Cultural na Amazônia Neotropical - Amazônia: Ci. & Desenvolvimento*. v. 3, n. 5 – Belém, 2007.

_____. Evolução antropomorfa da Amazônia. *Revista de História da Arte da Arqueologia – Universidade Estadual de Campinas – Campinas, 2009, p. 12-38.*

_____. *Mudanças Antropogênicas e Evoluções das Paisagens na Amazônia*. Recanto das Letras. <http://www.recantodasletras.com.br/>. Cessado em 18/11/2011.

MARCHESE, Daniela. *Eu entro pela perna direita. Espaço, representação e identidade do seringueiro no Acre*. Editora Universidade Federal do Acre. EDUFAC. Rio Branco, 2005.

_____. *Costruire territorio e far cultura: Il caso degli índios Huni Kuĩ della Terra Indígena Kaxinawá Praia do Carapanã (Acre – Brasile)*. Facoltà di lettere e filosofia. Università degli studi di Siena. Tese de Doutorado – Siena, 2012.

MARTINS, Marcos Henrique Brainer e FREDDO, André. *Relatório de Vistoria - Denúncia de desmate ilegal em Terra Indígena Ashaninka por parte de peruanos – Aldeia Ashaninka Apiwtxa* Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA - Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC - Cruzeiro do Sul, 2004, mimeo.

MEC. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas* – Ministério de Educação e do Desporto – Secretaria de Educação Fundamental – Brasília, 1998.

_____. *Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos*. Ministério da Educação - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2007.

MENDES, José Ferreira. *Relatório da Viagem de Assessoria à Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão*. Projeto: Fortalecendo Experiências Agroflorestais em 4 TI do Acre. Comissão Pró Índio do Acre – CPI/AC. Programa de Gestão Territorial e Ambiental - Rio Branco, 2011, mimeo.

MICHON G. e DE FORESTA, H. *Agroforests: pre-domestication of forest trees or true domestication of forest ecosystems?* Netherlands Journal of Agricultural Science, 1997, p. 45: 451-462.

MINDLIN, Betty. *Nós Paiter. Os Suruí de Rondônia*. Vozes. Petrópolis, 1985.

Mongeli, F. P. *Sistemas Agroflorestais Dirigidos Pela Sucessão Natural: Um Estudo de Caso*. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba. Universidade de São Paulo. Piracicaba, 1999, 138 p.

MONTAG, Susan. *Diccionario Cashinahua - I e II Tomo*. Ministerio de Educacion – Instituto Lingüístico de Verano, Yarinacocha, 1981.

MONTE, Nietta L. *Jacaré Serviu de Ponte*. Comissão Pró-Índio do Acre – Rio de Janeiro, 1984.

_____. *Fábrica do Índio* - Comissão Pró-Índio do Acre. Rio de Janeiro, 1985.

_____. *Entre o silêncio em língua portuguesa e a página branca da escrita indígena*. In *Revista Em Aberto*, n. 3, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INE ano 14, n.63, MEC, Brasília, 1994.

_____. *Escolas da Floresta Entre o passado Oral e o Presente Letrado. Multiletra*. Rio de Janeiro, 1996.

_____. (Org.) *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Ministério da Educação e do Desporto – Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, 1998.

_____. *Novos Frutos das Escolas da Floresta*. Rio de Janeiro, 2003.

- MONTE, Nietta L, SENA, Vera Olinda. *Comissão Pró-Índio do Acre – Festejando 22 Anos de história* – Comissão Pró-Índio do Acre. Brasília, 2001.
- MOONEY, Pat Roy. *O Escândalo das Sementes – O domínio na produção de alimentos*. Gráfica Editora Guteplan. Sociedade de Agronomia do RGS – São Paulo, 1987.
- MORÁN, Emilio F. *A ecologia humana das populações da Amazônia*. Vozes. Petrópolis, 1990.
- MOREIRA, Amélia F. *Meninos entre árvores e lianas – Aprendizagem do mundo e das plantas pelas crianças Malus (Guiné-Bissau)*. Departamento de Economia e Sociologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Educação Sociedade e Cultura – Vila Real, 1997.
- NAIR, P. K. *An Introduction to Agroforestry*. Kluwer Academic. Dordrecht, 1993, 499p.
- Nelson, B.W. *Natural Forest disturbance and change in the Brazilian Amazon, Remote Sensing Reviews*. v.10, 1994, p.105-125.
- NÍCOLI, Iêda Gomes. *Estudo de Cerâmicas de Sítios com Estrutura de Terra Circulares do Alto Curso do rio Purus, por Meio de Métodos Geoquímicos: Datação e Caracterização*. Dissertação de Doutorado, Universidade - Federal Fluminense, Niterói, 2000.
- NOGUEIRA, Amélia, R. B. Mapa mental: recurso didático para o estudo do lugar In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib. *Geografia em Perspectiva*. Contexto: São Paulo, 2002.
- ÔCHOA, Maria Luiza, IGLESIAS, Marcelo P., TEIXEIRA, Gleyson A. *Índio do Acre história e organização*. Comissão Pró-Índio do Acre. Brasília, 2002.
- OFEN, Karl H. Narrating Place and Identity, or Mapping Miskitu Land Claims in Northeastern Nicaragua. *Human Organization. Journal of the Society for Applied Anthropology*. v. 62, n. 4, Winter, 2003.
- OLIVEIRA João P. Terras indígenas, economia de mercado e desenvolvimento. In Oliveira. J. P. de (Org.) *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Contra Capa, Rio de Janeiro, 1998, p. 43 – 68.
- OLIVEIRA, Joana Cabral. *Classificações em Cena. Algumas formas de classificação das plantas cultivadas pelos Wajãpi (Ap)*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. USP. São Paulo, 2006, mimeo.
- ORFANÓ, Lilian. Guerra do mogno: país não enxerga tragédia anunciada. *O Estado, Rio Branco*. Rio Branco, 2004. 15/2/2004.
- PETCHENIK, Bárbara Bartz. *Cognição e cartografia*. Geocartografia. n. 60: Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.
- PINHEIRO, José Q. Determinants of cognitive maps of the world as expressed in sketch maps. *Journal Env.Psych.* v.18, 1998, p.321-339.

POSEY, D. A. Indigenous Knowledge and Development of the Amazon. In: MORAN, E. F. (ed) *The Dilemma of Amazonian Development*. Westview Press, Boulder, Colorado, 1983, mimeo.

_____. *Manejo Floresta Secundário, Capoeira, Campos e Cerrados (Kayapó): in Suma Etnológica Brasileira - 1 Etnobiologia*, (org.) Ribeiro Berta, 2ed., Vozes, Petrópolis, 1987, p 173-185.

_____. Cultural and Spiritual Values of Biodiversity. Intermediate Technology Publications, United Nations Environment Programme (UNEP) – London, 1999.

_____. Forest Islands, Kayapo Exemple. *The Overstory Agroforest ejournal* - <http://www.agroforester.com/overstory/overstory31.html>, 1999, acessado em 21 de novembro de 2011.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2010. Semente tradicional previne fome indígena. 2010. Entrevista com Dias Terezinha www.pnud.org.br/noticias/index/.php?idO1=3617 – Página acessada em 02 novembro de 2011.

POSTIGO, Augusto de Arruda. *A Terra Vista do Alto – usos e percepções do espaço entre os moradores do Rio Bagé, Acre*. Dissertação de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social. Campinas, 2010, 311p.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. Ática, São Paulo, 1993.

RAMALHO, Ana Luiza Melgaço. 2011. *Relatório descritivo de viagem de assessoria às Terras Indígenas Kaxinawá do Rio Jordão e Baixo Rio Jordão*. Projeto: “Fortalecendo Experiências Agroflorestais Indígenas no Acre”. Comissão Pró-Índio do Acre - CPI/AC Programa de Gestão Territorial e Ambiental – PGTA. Rio Branco, 2011. mimeo.

RANZI, Alceu & AGUIAR Rodrigo. Registro de Geoglifos na região Amazônica – Brasil. *Munda* (42). Coimbra, Portugal, 2000, p. 87-90.

_____. *Geoglifos da Amazônia - Perspectiva Aérea*. Faculdades Energia, Florianópolis, 2004, 53p.

ROCHA, C. CARVALHO, S. A.; SILVA, T. F. Conservação da Biodiversidade e as Novas Regras para os Extrativistas da RESEX Riozinho do Anfrísio, Altamira, Pará. In: *IV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade*, 2008. *Anais eletrônicos*. Brasília, 2008, mimeo, 1 – 15.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Idéias Sustentáveis*. Garamond. Rio de Janeiro, 2000.

_____. *Rumo à Ecosocioeconomia – Teoria e prática do desenvolvimento*. Cortez Editora. São Paulo, 2007.

SILVA, José F. de Melo *Etnomapeamento em Terras Indígenas do Estado Acre – A experiência da Comissão Pró-Índio do Acre*. Experiências Participativas em Terras Indígenas na Amazônia Brasileira. Setor de Agricultura e Meio Ambiente. Comissão Pró-Índio do Acre. Rio Branco, 2006, mimeo.

_____. *Relatório da Viagem de Assessoria à Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão*. Projeto: Fortalecendo Experiências Agroflorestais em 4 TI do Acre – patrocinado pela PETROBRAS AMBIENTAL. Comissão Pró Índio do Acre – CPI/AC. Programa de Gestão Territorial e Ambiental - Rio Branco, 2011, mimeo.

SILVA, José F. de Melo, FEQUIS Billy, APEL Lúcia. *Repesando as estratégias de gestão territorial - um caso no Alto Juruá*. Jornal Página 20. Papo de Índio. Rio Branco, 2012, p. 16-17.

Sinclair, F. L. e D. H. Walker. A Utilitarian Approach to the Incorporation of Local Knowledge in Agroforestry Research and Extension. *Agroforestry in Sustainable Agricultural Systems*. L. E. Buck, J. P. Lassoie and E. C. M. Fernandez. Boca Raton, FL., CRC Press, 1999, p.245-275.

SOMBRA L. Os Cachinauas - ligeiras notas sobre seus costumes. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1913

RESENDE, Márcia Spyer, GAVAZZI, Renato A. *Geografia Indígena*. Comissão Pró-Índio do Acre. Setor de Educação. Rio Branco, 1992.

REYES, Víctor Alexis Valenzuela. *Relatório de Assessoria às TIs Kaxinawá Seringal Independência e Baixo Rio Jordão*. Patrocínio: Programa Petrobrás Ambiental. Projeto: Fortalecendo Experiências Agroflorestais em Terras Indígenas do Acre. Comissão Pró-Índio do Acre – CPI/AC. Programa de Gestão Territorial e Ambiental. Rio Branco, 2010, mimeo.

_____. *Relatório de Assessoria às TIs Kaxinawá do Baixo Rio Jordão e Rio Jordão*. Patrocínio: Programa Petrobrás Ambiental. Projeto: Fortalecendo Experiências Agroflorestais em Terras Indígenas do Acre. Comissão Pró-Índio do Acre – CPI/AC. Programa de Gestão Territorial e Ambiental. Rio Branco, 2011, mimeo.

_____. *Relatório de Assessoria à TI Kaxinawá do Rio Jordão*. Patrocínio: Programa Petrobrás Ambiental. Projeto: Fortalecendo Experiências Agroflorestais em Terras Indígenas do Acre. Comissão Pró Índio do Acre – CPI/AC. Programa de Gestão Territorial e Ambiental. Rio Branco, 2011, mimeo.

RIBEIRO, E. M. GALIZONI, F. M., SILVESTRE, L. H. A. Comunidades rurais e recursos comuns nas chapadas do alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: *Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade*. v. 2, São Paulo: ANPPAS, 2004, 17p.

SACHS, Ignacy. Gestão Negociada e Contratual da Biodiversidade. In: STROH Paula Yone. (org.). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Idéias Sustentáveis*. Rio de Janeiro, 2000, p. 65 - 78.

SALINAS, Eduardo C. *El desarrollo sustentable desde la ecología Del paisaje*. Facultad de Geografía Universidad de la Habana. Habana, 1998.

SAQUET, Marcos A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos A. e SPOSITO, Eliseu S. (org.) *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1ed., Ed. Expressão Popular. São Paulo, 2009, p. 73-94.

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA Roberto Lobato; ROSENDAHL Zeny. (org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Ed.UERJ. Rio de Janeiro, 1998.

SHIVA, Vandana. *Biopirataria a pilhagem da natureza e do conhecimento*. Ed Vozes. Petrópolis, 2001.

SOUZA, Lynn Mario T. M. As visões da Anaconda: A Narrativa Escrita Indígena no Brasil. *Revista Semear*. v. 7. Cátedra Padre Antonio Viera de Estudos Portugueses. PUC Rio de Janeiro, 2002, p.223 – 236.

_____. A Case among Cases, a World among Worlds: the ecology of writing among the Kashinawá in Brazil. *Journal Of Language Identity And Education*. v.1, 2002, p.261 – 278.

_____. The ecology of writing among the Kashinawá indigenous multimodality in Brazil. In *Reclaiming the local in language polity and practice*. Edited by A. Suresh Canagarajah, Mahwah, Lawrence Erlbaum, 2005, p. 73-95.

SOUZA N. Cássio, Lima C. Antonio, Almeida V. Fábio, Wentzel Sondra. (org.) *Povos Indígenas projetos e desenvolvimento*. Contra Capa – Rio de Janeiro, 2007.

SCHAAN, D. P., & PLENS, C. R. *Diagnóstico sobre a situação do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação das Linhas de Transmissão LT 138 kv Epitaciolândia/ Rio Branco e LT 6 kv Rio Branco/ Sena Madureira* (incluindo áreas das subestações). Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, 2005.

SCHAAN, D. P Denise; BUENO Miriam; RANZI Alceu. 2010. *Geoglifos do Acre: Novos Desafios para a Arqueologia Amazônica*. Colloque Egle - <http://www.geoglifos.com.br/Schaan.pdf> – Página acessada em 10 de junho de 2011.

SEEMANN, Jorn. Cartografia Culturais”na geografia Cultural: Entre Mapas da Cultura e a Cultura dos Mapas. In: *Boletim Goiânia de Geografia, Instituto de Estudos Sócio/ Ambientais/Geografia*. v. 2 n. 2–UFGO, Goiânia, 2001.

_____. *Mapas e mapeamentos como “Geografia Cultural em ação”: convite à discussão*. Universidade do Ceará, Depto. de Geografia. Ceará, 2001, mimeo.

_____. Mapeando Culturas e Espaços: Uma revisão para a geografia Cultural no Brasil. In (Org.) Almeida Maria G. e TATTS Alecsandro J.P. *Geografia Leituras Culturais*. Editora Alternativa. Goiânia, 2003, p. 261-279.

_____. *Práticas de ensino para uma sociedade imagética: diferentes linguagens e novas tecnologias*. Texto apresentado na mesa redonda no 7º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia, Vitória, 2003.

_____. *Mapas e percepção ambiental: do mental ao material e vice-versa*. OLAM - Ciênc. & Tec. V. 3 n.1, Rio Claro, 2003, p. 200-223.

_____. Geografia, geograficidade e a poética do espaço: Patativa do Assaré e as paisagens da região do Cariri (Ceará). *Revista Eletrônica - Ateliê Geográfico*. UFG - IESA – Goiânia, 2007, p. 50-73.

_____. Cartografia e Cultura: abordagens para a geografia cultural. In: ROSENDAHL, Zeny; CORREA, Roberto Lobato (Org.) *Temas e caminhos da geografia cultural*. Editora de UERJ, v.1, Rio de Janeiro, 2010, p 115-156.

Silva, José F. M. Etnomapeamento em Terras Indígenas do Estado Acre – A experiência da Comissão Pró-Índio do Acre. Experiências Participativas em Terras Indígenas na Amazônia Brasileira. *Anais do 1º Encontro. Comissão Pró-Índio do Acre*. Setor de Agricultura e Meio Ambiente. Rio Branco, 2005.

SLETTTO, Bjorn. *Autodemarcación del Sector Kavanayen. Proyecto Etnocartografico*. Comunidades Indígenas Pemón de La Gran Sabana. Bolívar, 2004.

SMITH, Maira, GUIMARÃES A. Marcos. 2010. Gestão Ambiental e Territorial de terras indígenas: reflexões sobre a construção de uma nova política indigenista. In *Anais V encontro nacional da ANPPAS*. Florianópolis. <http://www.anppas.org.br/encontros/cd/artigos/GT3-82-440-20100903170251.pfd> - Página acessada em 06 outubro de 2011.

SOMBRA, L. Os Cachinauas - ligeiras notas sobre seus costumes. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1913.

SOUZA, Barbosa de Souza et all. Cobras. In: CUNHA Manuela C. at all. (org.) *Enciclopédia da floresta – O Alto Juruá – práticas e conhecimentos das populações*. Companhia das letras – São Paulo, 2000.

STAHL, Peter. Holocene biodiversity: an archaeological perspective from the Americas. *Annual Review of Anthropology*. n. 25, 1996, p. 105-126.

SZTUTMAN, Marcio. ETNOMAPEAMENTO - Uma Técnica Robusta, Barata e de Fácil Implementação para a Gestão Etnoambiental em Terras Indígenas. The Nature Conservancy. Versão preliminar. *Para a 1ª Turma de alunos do curso de Gestão Etnoambiental do CAFI*, 2006, mimeo.

TASTEVIN, Constant. *Em Amazonie, Sur Môa, aux limites extremes Du Brésil ed du Pérou*. Missions Catholiques, Paris, 1914, mimeo

_____. *Le Fleuve Murú. Croyances et Moeurs Kaxhinauá*. La Géographie, Paris, 1925, mimeo.

TAVARES, Roberto A. *Relatório do III Curso de Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas aldeia Belo Monte - Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão*. Setor de Agricultura e Meio Ambiente. Comissão Pró-Índio do Acre. Rio Branco, 2000, mimeo.

_____. *Relatório de viagem de assessoria às Terras Indígenas Kaxinawá do Rio Jordão, Baixo Rio Jordão e Seringal Independência*. Setor de Agricultura e Meio Ambiente. Comissão Pró-Índio do Acre- Rio Branco, 2003, mimeo.

_____. *Relatório da I Oficina de Etnomapeamento das Terras Indígenas Kaxinawá do Baixo Rio Jordão e Seringal Independência*. Projeto de Conservação Transfronteiriça do Alto Juruá e Serra do Divisor, Brasil/Peru. Sub-Projeto: Etnomapeamento em 8 Terras Indígenas na Faixa de Fronteira do Estado do Acre, Brasil/Peru. Setor de Agricultura e Meio Ambiente. Comissão Pró-Índio do Acre- Rio Branco, 2005, mimeo.

TUAN, Yi-Fu. Images and mental maps. *Annals Assoc. Amer. Geogr.*, v.65, n.2, 1975, p.205-213.

TNC Amazônia. 2006. *Etnomapeamento nas Comunidades Indígenas da Amazônia*. <http://www.nature.org/wherework/southamerica/brasil/work/art16607.html>, acessado em 01 de fevereiro 2010.

VERDUM, Ricardo. Breve Esboço do Indigenismo à Brasileira e o desafio da Interculturalidade. (Org.) ARAUJO, André Luis de O. & VERDUM Ricardo *Experiências de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos Povos Indígenas: O Desafio da Interculturalidade*. Ministério do Desenvolvimento Agrário–MDA-Secretaria da Agricultura Familiar – SAF - Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER. Brasília, 2010.

VIDAL, Lux, SILVIA, Aracy L. *O sistema de objetos nas sociedades indígenas arte e cultura material*. In: Silvia, Aracy Lopes Grupioni; Donizete B. MEC/MARI/UNESCO – Brasília, 1995, p. 369 402.

VIANNA, Aurélio. 2008. In *Cartografias Sociais e Território*. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2008.

VIVAN, Jorge. *Agricultura & Florestas Princípios de uma Interação*. ASPTA Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – Editora Agropecuária. Guaíba, 1998.

_____. *I Diagnóstico & Desenho Participativo de Sistemas Agroflorestais – Manual de Campo para Extensionista* – EMATER RS. Caxias do Sul, 2000.

VIVAN, Jorge, MONTE, Nietta Lindenberg, GAVAZZI, Renato A. *Implantação de Tecnologias de Manejo Agroflorestal em Terras Indígenas do Acre*. Ministério do Meio Ambiente - Projeto demonstrativo PD/A - Comissão Pró-Índio do Acre. Brasília, 2002.

VERDUM, Ricardo. *A Gestão Ambiental e Territorial no Brasil Indígena –Conceitos, Estratégias e Mecanismo de apoio no âmbito do MMA/SDS/DADS*. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2006, mimeo.

WEBER, Ingrid. *Um copo de cultura – Os Huni Kuin (Kaxinawá) do rio Humaitá e a escola*. Núcleo Transformações indígenas (NUTI) – Editora da Universidade Federal do Acre – Rio Branco, 2006.

WEIDUSCHAT, Ari, F. *O conhecimento das populações indígenas e tradicionais no uso dos ecossistemas amazônicos e a sua possível aplicação em sistemas agroflorestais*. Manaus, 2001, mimeo.

WOODWARD David e LEWIS Malcolm G *Cartography in the Tradicional African, Amerecan, Artic, Australian, and Pacific Societies*. In *The History of Cartography*, V.2, book 3, The University of Chicago, Chicago and London, 1998.

Diários de trabalhos dos AAFIs:

Raimundo Paulo Ixã Kaxinawá – Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão - Aldeia Natal - 12 de agosto de 1999 a 30 de março de 2000.

Jorge Domingos Kaxinawá - Terra Indígena Alto Rio Purus – Aldeia Nova Fronteira – 23 de outubro de 2000 a 01 de junho de 2001.

_____. Terra Indígena Alto Rio Purus – Aldeia Nova Fronteira – 17 de setembro de 2001 a 04 de agosto de 2002.

_____. Terra Indígena Alto Rio Purus – Aldeia Nova Fronteira – 15 de agosto de 2003 a 15 de setembro de 2003.

_____. Terra Indígena Alto Rio Purus – Aldeia Nova Fronteira – 28 de setembro de 2002 a 29 de março de 2004.

Aldenir Paulino Pinheiro Mana Kaxinawá - Aldeia Nova Aliança, Alto Jordão - 23 de novembro de 2000 a 08 de dezembro de 2001.

Josimar Pinheiro Txuã - TI Seringal Independência - Aldeia Altamira - 23 de julho de 2001 a 25 de abril de 2003.

José Rodrigues Paiva Shane Kaxinawá – Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão – Aldeia verde Floresta – 20 de maio de 2006 a 14 de agosto de 2008.

Francisco Pereira Aguiar Kaxinawá – Terra Indígena Alto Rio Purus – Aldeia Nova Moema – 13 de novembro de 2007 a 07 de outubro de 2008.

Arlindo Maia Kaxinawá – Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão – Aldeia Belo Monte – 18 de dezembro de 2007 a 18 de outubro de 2008.

Marcelino Metsa Katukina – Terra Indígena Campinhas – Aldeia Varinawa – 2 de outubro de 2007 a 10 de setembro de 2008.

Edilson Poa Katukina - Terra Indígena Campinhas – Aldeia Bananeira – 9 de dezembro de 2007 a 10 de setembro de 2008.

José Edson Sales Kaxinawá – Terra Indígena Kaxinawá Seringal Independência – 5 de novembro de 2007 a 29 de outubro de 2008.

José Samuel Shane Kaxinawá - Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu – Aldeia Gloria de Deus – 09 de setembro de 2007 a 31 de outubro de 2008.

Acelino Tuñ Sales Kaxinawá - Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu – Aldeia Cruzeirinho – 16 de janeiro de 2008 a 19 de outubro de 2008.

Mansueto Yasã Sales Kaxinawá – Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão – Aldeia Chico Curumim – 08 de dezembro de 2007 a 10 de novembro de 2008.

Aldemir Mateus Kaxinawá – Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu – Aldeia Vida Nova – 03 de janeiro 18 outubro de 2008.

Josias Mana Pereira Kaxinawá – Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão – Aldeia Boa Esperança – fevereiro de 2008 a 30 de abril de 2008.

Entrevistas e depoimentos

Francisco Pianko, 1999. Gravado por Renato A. Gavazzi a setembro, na aldeia Apiwtxa, Terra Indígena Kampa do Rio Amônia.

João Pereira Txanu, 2000. Gravado por Renato A. Gavazzi, na aldeia Belo Monte, Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão.

Francisco Pianko, 2004. Gravado por Renato A. Gavazzi e Maria Lucia Ôchoa a março de 2004 na aldeia Apiwtxa, Terra Indígena Kampa do Rio Amônia.

Bebito Pianko, 2004. Gravado por Julieta M. Freschi e Roberto A. Tavares a agosto, na aldeia Apiwtxa, na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia.

Moisés Pianko, 2004. Gravado por Julieta M. Freschi e Roberto A. Tavares a agosto, na aldeia Apiwtxa, na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia.

Francisco Pextanka Wayo Ashaninka, 2004. Gravado por Renato A. Gavazzi e Roberto A. Tavares a maio, na aldeia Cruzeirinho na Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu.

Galdêncio Sereno Kaxinawá, 2004. Gravado por Renato A. Gavazzi e Roberto A. Tavares a maio, na aldeia Cruzeirinho na Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu.

Mauricio Sereno Kaxinawá, 2004. Gravado por Renato A. Gavazzi e Roberto A. Tavares a maio, na aldeia Cruzeirinho na Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu.

José Paulo Kaxinawá, 2004. Gravado por Renato A. Gavazzi e Roberto A. Tavares a maio, na aldeia Cruzeirinho na Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu.

Flaviano Medeiros Kaxinawá, 2004. Gravado por Renato A. Gavazzi e Roberto A. Tavares a maio, na aldeia Cruzeirinho na Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu.

Genésio Kaxinawá, 2004. Gravado por Renato A. Gavazzi e Roberto A. Tavares a maio, na aldeia Cruzeirinho na Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu.

Paulino Cerqueira Sereno Kaxinawá, 2004. Gravado por Renato A. Gavazzi e Roberto A. Tavares a maio, na aldeia Cruzeirinho na Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu.

Bebito Pianko, 2004. Gravado por Julieta Freschi e Roberto Tavares a agosto na aldeia Apiwtxa na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia.

Dona Piti, 2004. Gravado por Renato Gavazzi e Maria Luiza Ôchoa a março na aldeia Apiwtxa na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia.

Isaac Pianko 2004. Gravado por Renato Gavazzi e Maria Luiza Ôchoa a março na aldeia Apiwtxa na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia.

Moisés Pianko, 2004. Gravado por Renato Gavazzi e Maria Luiza Ôchoa a março na aldeia Apiwtxa na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia.

Benki Pianko, 2004. Gravado por Renato Gavazzi e Maria Luiza Ôchoa a março na aldeia Apiwtxa na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia.

João Carlos Kaxinawá, 2004. Gravado Por Roberto A. Tavares e Julieta M. Freschi a setembro, na aldeia Vida Nova, na Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu.

Josias Mana Kaxinawá, 2005. Gravado por Renato A. Gavazzi a 25 de junho, na aldeia Boa Vista, Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão.

Edson Ixã, 2005. Gravado por Renato A. Gavazzi a 5 de junho, na aldeia Boa Vista, Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão.

Rufino Sales Kaxinawá, 2005. Gravado por Roberto A. Tavares a junho, na aldeia Cachoeira, Terra Indígena Kaxinawá Baixo Rio Jordão.

Josimar Txuã Kaxinawá, 2005. Gravado por Roberto A. Tavares a junho, na aldeia Cachoeira, Terra Indígena Kaxinawá Baixo Rio Jordão.

Valdecir Kaxinawá, 2005. Gravado por Julieta M. Freschi e Roberto A. Tavares a fevereiro, na aldeia São Vicente, na Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá.

Nilson Sabóia, 2005. Gravado por Julieta M. Freschi e Roberto A. Tavares a fevereiro, na aldeia São Vicente, na Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá.

Roseno Txanu Kaxinawá, 2005. Gravado por Renato A. Gavazzi a 28 de maio, na aldeia Boa Vista, Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão.

Zezinho Yube Kaxinawá, 2005. Gravado por Renato A. Gavazzi a maio, na aldeia Boa Vista, Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão.

Antonio Keã Kaxinawá, 2005. Gravado por Renato A. Gavazzi a maio, na aldeia Boa Vista, Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão.

Vitor Pereira Kaxinawá, 2005. Gravado por Renato A. Gavazzi a junho, na aldeia Boa Vista, Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão.

Abel Paulino, 2005. Gravado por Renato A. Gavazzi a junho, na aldeia Boa Vista, Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão.

Agustinho Manduca Kaxinawá, 2005. Gravado por Roberto A. Tavares a maio, na aldeia Cachoeira, Terra Indígena Kaxinawá Baixo Rio Jordão.

Lucas Sales Kaxinawá, 2005. Gravado por Roberto A. Tavares a maio, na aldeia Cachoeira, Terra Indígena Kaxinawá Baixo Rio Jordão.

José Mateus Itsairu Kaxinawá, 2005. Gravado por Renato A. Gavazzi a maio, na aldeia Bela Vista, Terra Indígena Kaxinawá Rio Jordão.

Tadeu Mateus Kaxinawá, 2005. Gravado por Roberto A. Tavares a 27 de maio, na aldeia Cachoeira, Terra Indígena Kaxinawá Baixo Rio Jordão.

Vicente Sabóia Kaxinawá, 2005. Gravado por Julieta M. Freschi e Roberto A. Tavares a fevereiro, na aldeia São Vicente, na Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá.

Paulo Macambira, 2005. Gravado por Julieta M. Freschi e Roberto A. Tavares a fevereiro, na aldeia São Vicente, na Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá.

Manoel Sabóia, 2005. Gravado por Julieta M. Freschi e Roberto A. Tavares a fevereiro, na aldeia São Vicente, na Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá.

Antonio Ferreira Kaxinawá, 2005. Gravado por Julieta M. Freschi e Roberto A. Tavares a fevereiro, na aldeia São Vicente, na Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá.

Demar Poyanawa, 2006. Gravado por Renato A. Gavazzi e Julieta Freschi, Aldeia Barão, Terra Indígena Poyanawá.

Joel Poyanawa, 2006. Gravado por Renato A. Gavazzi e Julieta Freschi, Aldeia Barão, Terra Indígena Poyanawá.

Marconde Poyanawa, 2006. Gravado por Renato A. Gavazzi e Julieta Freschi, Aldeia Barão, Terra Indígena Poyanawá.

Jose Ribamar Nukini, 2006. Gravado por Roberto Tavares a abril, na aldeia República, na Terra Indígena Nukini.

José Guilherme Ferreira, 2008. Gravado por Renato A. Gavazzi a outubro no Centro de Formação dos Povos da Floresta, Rio Branco.

Issac Pianko. 2010. Gravado por Maria Luiza Pinedo Ôchoa em 24 de janeiro, no escritório da APIWTXA em Cruzeiro do Sul.

Lista de siglas

AAFI – Agente Agroflorestal Indígena

AAPBI – Associação Agroextrativista Poyanawá do Barão e Ipiranga

ACIH – Associação da Cultura Indígena do Humaitá

AI – Área Indígena

AIN – Associação Indígena Nukini

AIS – Agente de Saúde Indígena

AMAAIAC – Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre

APIWTXA – Nome da Associação dos Ashaninka do Rio Amônia

ASAREAT – Associação dos Seringueiros e Extrativista do Alto Tarauacá

ASKARJ – Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão

ASPIRH – Associação dos Povos Indígenas do Rio Humaitá

ATER – Assistência Técnica de Extensão Rural

CFPF – Centro de Formação dos Povos da Floresta

CPI/AC – Comissão Pró-Índio do Acre

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IMAC – Instituto do Meio Ambiente do Acre

IBDF – Instituto brasileiro de floresta

Li – Língua indígena

Lp – Língua portuguesa

ONG – Organização não governamental

OPIAC – Associação dos Professores Indígenas do Acre

OPIRJ – Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá

PF – Polícia federal

PGTA – Plano de Gestão Territorial e Ambiental

PNSD – Parque Nacional da Serra do Divisor

PROACRE – Programa de inclusão social e desenvolvimento econômico sustentável do Acre

PV – Partido Verde

RESEX – Reserva Extrativista

RGV – Recursos genéticos vegetais

SEATER – Secretaria de Assistência Técnica e Agroflorestal

SEAPROF – Secretaria de Estado Extensão Agroflorestal e Produção Familiar

TI – Terra Indígena

UNI – União das Nações Indígenas

ZEE – Zoneamento, Ecológico - Econômico